

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
COMUNICAÇÃO**

PAULA REIS MELO

**Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico: um
estudo sobre o agendamento mediático do MST**

São Leopoldo
2008

PAULA REIS MELO

Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico: um estudo sobre o agendamento mediático do MST

Tese apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação, área de concentração Processos Midiáticos.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Braga

Co-Orientador (Estágio Doutoral no Exterior): Prof. Dr. Nelson Traquina

São Leopoldo
2008

Ficha catalográfica

M528t Melo, Paula Reis

Tensões entre fonte e campo jornalístico: um estudo sobre o agendamento mediático do MST / por Paula Reis Melo. – 2008.

214 f. : 30cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2008.

“Orientação: Prof. Dr. José Luiz Warren Jardim Gomes Braga, Ciências da Comunicação”.

1. Fonte jornalística. 2. Agendamento mediático.
3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 4. MST.
I. Título.

CDU 070

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Carla Inês Costa dos Santos - CRB 10/973

PAULA REIS MELO

**Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico: um estudo
sobre o agendamento mediático do MST**

Tese apresentada à Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação, área de concentração Processos Midiáticos.

Aprovada em 29 de fevereiro de 2008.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Benetti – UFGRS

Prof. Dr. Luiz Momesso – UFPE

Profa. Dra. Christa Berger – UNISINOS

Prof. Dr. Antonio Fausto Neto – UNISINOS

Prof. Dr. José Luiz Braga (Orientador) – UNISINOS

Agradecimentos

Ao CNPq, pelo apoio financeiro da bolsa de estudo no Brasil e no estágio doutoral no exterior;

Ao mestre Prof. Dr. José Luiz Braga, pela orientação dedicada, críticas iluminadoras, motivação e confiança depositada no meu trabalho;

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, em especial ao Prof. Dr. Antonio Fausto Neto, pelo incentivo desde o início do curso e ao longo dos seminários e pelas valiosas sugestões na Banca de Qualificação; e à Profa. Dra. Christa Berger, pela leitura atenciosa e contribuição na Banca de Qualificação;

Ao Prof. Dr. Nelson Traquina, por aceitar a co-orientação durante o Estágio Doutoral na Universidade Nova de Lisboa (UNL), pelas sugestões, acompanhamento do meu trabalho e discussões durante o seu seminário;

Aos demais professores da Universidade Nova de Lisboa, em especial ao Prof. Dr. João Pissarra Esteves, pela leitura atenta do meu trabalho, sugestões e indicação de bibliografia; aos professores Dra. Cristina Ponte e Dr. Adriano Rodrigues, por terem me acolhido nos seus respectivos seminários e proporcionado mais conhecimentos para eu desenvolver a pesquisa;

Aos entrevistados, tanto os integrantes do MST quanto os jornalistas, pela disponibilidade com que me receberam e prestaram informações;

Aos colegas de turma do doutorado pela convivência alegre nos tempos dos seminários;

A minha família, em especial, minha mãe, e aos amigos que me incentivaram nesta jornada;

A Lidia, pela cumplicidade e apoio em país estrangeiro e por compartilhar bibliografia e idéias sobre a pesquisa;

A Djalma, companheiro de todas as horas, pela eterna dedicação, carinho, compreensão e apoio nos momentos difíceis;

E a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo aborda as relações complexas entre fonte e campo jornalístico, marcadas pelo processo da mediatização, investigando as tensões entre o MST e o campo jornalístico na disputa pela produção de sentido do discurso mediático. Numa perspectiva interacional e conjuntural, o MST é abordado enquanto fonte de informação jornalística ao participar da construção dos acontecimentos, que são produzidos pela afetação mútua com o campo mediático. A pesquisa se desenvolve focando os dois campos, numa dinâmica circular: identifica a visão do MST e sua auto-compreensão na intervenção do acontecimento e suas estratégias para interagir com o campo jornalístico; e a cultura noticiosa acerca do MST, a partir de entrevistas com integrantes do MST e com jornalistas. Analisa a construção mediática do MST na cobertura jornalística da destruição do laboratório da empresa Aracruz, ocorrida em 08 de março de 2006. São analisadas matérias de telejornais da RBS TV, SBT Rio Grande, Jornal Nacional (TV Globo) e Jornal da Band (TV Bandeirantes). Constatamos que o MST sabe da importância da mídia como espaço público e de intervenção na construção das agendas política e pública, daí a visão estratégica em relação à mídia. Observamos que o MST procura se impor como fonte para participar da construção dos problemas públicos, mas, na maioria das vezes, não consegue definir a questão no agendamento mediático. Tende a fazer uma avaliação monolítica da mídia e, conseqüentemente, a adotar uma postura de desconfiança “em bloco”, uma vez que aquela é vislumbrada como “braço das elites”. Esta visão tende a politizar de tal modo as relações com a mídia que, por vezes, dificulta o Movimento vislumbrar ações estratégicas para jogar o jogo mediático. Categorizamos o MST como fonte disruptiva, considerando o modo de entrada no agendamento mediático através da promoção de eventos anti-rotina. Há variados graus dessa fonte, no entanto a tendência é que o lugar de fala se reduz ao enquadramento policial ou jurídico, sobre o ato em si e sua (i)legalidade. Concluímos que mesmo ocupando um lugar de fala no discurso mediático, o MST não consegue provocar uma modificação do enquadramento. Sabe que é o conflito o principal critério do campo jornalístico para transformá-lo em notícia e, portanto, demonstra ter conhecimento sobre a existência da pauta “padrão”, mas isto não implica que há sempre uma auto-compreensão da sua representação no engendramento do acontecimento, o que aponta para uma adesão involuntária ao modelo da pauta “padrão”.

Palavras-chaves: Jornalismo. Mediatização. Agendamento. Fonte Jornalística. MST.

RESUMEN

Este estudio investiga las relaciones complejas entre fuente y campo periodístico, enmarcadas por el proceso de mediatización, a través de las tensiones entre el MST y el campo periodístico en la disputa por la producción de sentido del discurso de los media. En una perspectiva interaccional y coyuntural, se considera el MST una fuente de información periodística al participar de la construcción de los acontecimientos, cuya producción resulta de la influencia del campo de los media. La investigación enfoca dos campos en una dinámica circular: se han identificado la visión del MST y su comprensión en la intervención del acontecimiento, y sus estrategias para interactuar con el campo periodístico. Asimismo se ha identificado la cultura noticiosa sobre el MST, a partir de entrevistas con integrantes del MST y con periodistas, y se ha analizado la construcción de los media acerca del MST en el reportaje sobre la destrucción del laboratorio de la empresa Aracruz, el 8 de marzo de 2006. Se analizaron los reportajes de los telediarios de RBS TV, SBT Rio Grande, Jornal Nacional (TV Globo) y Jornal da Band (TV Bandeirantes). Se concluye que el MST conoce la importancia que tiene los media como espacio público en la intervención de la construcción de las agendas política y pública, y es por ello que tiene una visión estratégica con relación a los media. El Movimiento intenta imponerse como fuente para participar de la construcción de los problemas públicos, pero, en la mayoría de las veces, no logra definir la agenda periodística. Tiende a hacer una evaluación monolítica de los medios de comunicación y, consecuentemente, a adoptar una postura de desconfianza “en bloque”, ya que ve a los media como “brazo de las elites”. Esta visión tiende a politizar de tal modo las relaciones con los media que, algunas veces, le es difícil vislumbrar acciones estratégicas para jugar el juego de los media. Se califica aquí el MST como fuente disruptiva, al considerar el modo de entrada en la agenda periodística a través de la promoción de eventos anti-rutina. Hay distintos niveles de este tipo de fuente, pero la tendencia es que se reduzca el habla del MST a un planteamiento policiaco o jurídico, sobre el hecho en sí y su (i)legalidad. Se concluye que aunque el MST ocupa un lugar de habla en el discurso de los media, no consigue provocar una modificación de los “frames”. Sabe que el conflicto es el principal criterio del campo periodístico para transformarlo en noticia y, por lo tanto, demuestra tener conocimiento de la existencia de un “patrón” de agenda periodística, sin embargo, ello no significa que tenga siempre una comprensión de su representación en la construcción del acontecimiento, lo que apunta para una adhesión involuntaria al modelo “patrón”.

Palabras-Llave: Periodismo. Mediatización. Agenda Periodística. Fuente Periodística. MST.

ABSTRACT

This study focuses on the complex relationship between news source and journalistic field, which are affected by the process of mediatization, and investigates the tensions between Landless Workers Movement of Brazil (MST) and journalistic field in the dispute of production of meaning in media discourse. From an interactional and conjectural perspective, the MST is envisaged as a source of information because it takes part in the construction of events, which are produced in close interaction with the media field. This research study focuses on two fields, in a circular, dynamic way: it identifies MST's vision, its self-awareness in the process of constructing events, its strategies for interacting with the journalistic field, and the news culture surrounding the MST. These data were collected from interviews with MST's members and journalists. The study analyzes the MST media construction during the journalistic coverage of the destruction of the Aracruz laboratory on the 8th March 2006. The research also analyzes the news items of RBS TV, SBT Rio Grande, Jornal Nacional (TV Globo) and Jornal da Band (TV Bandeirantes). We note that the MST is aware of the importance of the media as a public space and intervention in the construction of public and political agenda, hence the strategic vision regarding the media. We noticed that MST is seeking to impose itself as a news source in order to participate in the construction of public problems but, in most cases, it is unable to define the issue in the media agenda. It tends to make an assessment of monolithic media and, consequently, adopts an attitude of mistrust "en bloc", since the media are perceived as the "arm of elite". This vision tends to politicize relations with the media in such a way that, it sometimes complicates how the Movement should grasp the strategic actions needed to play the "media game". We see the MST as a disruptive news source, considering its mode of getting access to media agenda by promoting anti-routine events. There are varying degrees of that source, but the trend is that the place of discourse is reduced to a police or legal framework, the act itself and its (il)legality. We have concluded that even when occupying a place of discourse on media discourse, the MST is unable to change the framework. It knows that the conflict is the main criterion used in the journalistic field to transform it into news and thus demonstrates its knowledge of a standard agenda, but this does not always necessarily imply self-awareness of its representation in the process of constructing the event, which points to an involuntary accession to the standard agenda.

Key-words: Journalism. Mediatization. Agenda-building. News sources. MST.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	20
2.1 OS ELEMENTOS EXTRA-DISCURSIVOS: AS LÓGICAS DE CADA CAMPO E SEUS EMBATES..	21
2.2 OS ELEMENTOS DISCURSIVOS: A PRODUÇÃO DE SENTIDO DOS DISCURSOS MEDIÁTICOS .	25
3 O MST E A MÍDIA: CONTEXTO E TENSÕES.....	35
3.1 O MST E AS NOVAS FORMAS DE ATIVISMO SOCIAL OU BREVE HISTÓRICO DA VISIBILIDADE MEDIÁTICA DO MST	37
3.2 O DISCURSO DO MST: AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E NOVA CULTURA POLÍTICA	51
3.3 A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO MST	59
3.4 A VISÃO DO MST SOBRE A MÍDIA E O ROMPIMENTO COM O GRUPO RBS	65
4 O PROCESSO DE MEDIATIZAÇÃO DA SOCIEDADE.....	77
4.1 A TEORIA DE CAMPOS E O JORNALISMO ENQUANTO CAMPO SOCIAL.....	87
4.2 A MÍDIA COMO ESPAÇO PÚBLICO E SUA RELAÇÃO COM A DEMOCRACIA	96
5 O AGENDAMENTO E AS FONTES.....	111
5.1 A INTERDEPENDÊNCIA DOS CAMPOS JORNALÍSTICO E POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO DAS AGENDAS POLÍTICA, PÚBLICA E MEDIÁTICA	111
5.2 A CULTURA JORNALÍSTICA E OS ENQUADRAMENTOS	124
5.3 A PARTICIPAÇÃO DA FONTE NO PROCESSO DE NOTICIABILIDADE.....	136
5.4 QUANDO AS FONTES SÃO OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	144
6 AS TENSÕES ENTRE O MST E O CAMPO MEDIÁTICO	148
6.1 CERTA CULTURA NOTICIOSA E OS MODOS DE O MST SE IMPOR COMO FONTE.....	148
6.2 O JOGO DE TÁTICAS E ESTRATÉGIAS NA INTERAÇÃO ENTRE INTEGRANTES DO MST E REPÓRTERES	163
6.3 A RBS, O MST E O CASO ARACRUZ	173
7 A CONSTRUÇÃO MEDIÁTICA DO MST	180
7.1 RBS TV	180
7.2 SBT RIO GRANDE.....	189
7.3 JORNAL DA BAND.....	191
7.4 JORNAL NACIONAL	194
8 CONCLUSÕES.....	198
REFERÊNCIAS	210

1 INTRODUÇÃO

O campo da comunicação nos desafia a investigar as relações complexas na sociedade contemporânea globalizada caracterizada pela intensificação do processo de mediatização que provoca o surgimento de novas formas de interação social. Neste contexto, destacamos a disputa entre os vários campos sociais em torno da visibilidade e definição das questões que devem merecer a atenção pública no espaço público mediático.

O agendamento mediático interfere na construção das agendas pública e política e por isso tem atraído a ação estratégica dos diversos campos sociais que disputam a construção da agenda não só entre si mas também com o próprio campo mediático. Este integra os diversos discursos sociais a seu modo, ou seja, ao serem publicizados, os discursos sofrem uma modificação. Situamos nossa pesquisa na temática dos processos mediáticos que se caracterizam pelas práticas sociais decorrentes da disputa do mercado discursivo configurado pelo campo mediático.

Nosso estudo propõe um olhar sobre as relações complexas entre fonte e campo jornalístico, marcadas pela processualidade da mediatização. Ao realizar o seu trabalho diário de elaboração de notícias, o campo jornalístico interage com os outros campos no processo de construção e intervenção dos acontecimentos. Estes não *surgem* simplesmente e sobre os quais se aplicam as regras deontológicas, mas, sobretudo, são construídos na conjunção das atividades do campo mediático com a atuação dos outros campos sociais. Estudar o campo jornalístico é considerá-lo imbricado no processo de mediatização. Não podemos falar estritamente em jornalismo como campo alheio à mediatização, uma vez que está afetado pelo novo ambiente estruturado pelos processos tecnológicos que afetam a produção noticiosa.

Disso resulta que a noticiabilidade é um processo complexo que transcende as teorias internas ao jornalismo. Ao serem resultado de um trabalho de elaboração do campo mediático, os acontecimentos se tornam alvo de disputa, em torno dos quais se dá a interação do campo mediático com outros campos, caracterizada por uma maior ou menor tensão e conflitualidade e pela afetação mútua nas suas lógicas de funcionamento.

Encarar o estudo de jornalismo nesta ótica significa ultrapassar a perspectiva instrumental, que implicaria considerá-lo uma mera “técnica” ou simples meios. Também nos

afastamos da perspectiva referencial que busca verificar se as notícias conferem ou não à realidade, o que se constituiria num obstáculo epistemológico, uma vez que a própria representação é difusa, pois não existe uma verdade universal, e a adequação desta pressupõe o ponto de vista particular do enunciador (RODRIGUES, 1999, p. 30-31).

O fazer jornalístico não funciona apenas como “dispositivo intermediário” da realidade que lhe é externa, pois ao publicar notícias, o jornalismo constrói os acontecimentos (FAUSTO NETO, 1989). Afastamo-nos da idéia comum de que o jornalista *simplesmente relata* o que acontece no mundo. O aparente “simples relato” é, no entanto, o resultado de uma combinação de diversos fatores: técnico-profissionais (rotinas produtivas, valores-notícia, normas de redação, política editorial), subjetivos (valores e crenças do jornalista), sócio-políticos (conjuntura política da sociedade), econômicos (número de jornais vendidos, conquista de novos leitores, anunciantes) enfim, resultado dos fatores que constituem as condições de produção do seu discurso. Produz-se o discurso jornalístico com a concorrência destes elementos imanescentes ao seu fazer.

Todo este conjunto de implicações sobre o trabalho jornalístico resulta num processo em que as notícias, enquanto discursos mediáticos, produzem efeitos de sentido. A notícia faz, sim, referência à realidade através da construção de sentido, por isso dizemos que o discurso jornalístico constrói a realidade, no dizer de Fausto Neto: “produz e classifica o real” (1999). Esta abordagem supera a tão difundida idéia do senso comum do mito do espelho em torno da profissão do jornalista criticado por Nelson Traquina, de que o profissional da produção noticiosa seria um “observador neutro, desligado dos acontecimentos e cauteloso em não emitir opiniões pessoais” (1999, p. 167).

Patrick Champagne ressalta que nem todos os “mal-estares” da sociedade são mediatizados, mas os que são, “fá-los experimentar um verdadeiro trabalho de construção, que depende muito amplamente dos interesses próprios deste setor de atividade” (CHAMPAGNE, 1997, p. 63). O autor assinala que “os jornalistas não inventam em todas as matérias os problemas de que falam. Eles podem pensar, não sem razão, que contribuem para torná-los conhecidos e fazê-los entrar, como se diz, no ‘debate público’. Seria ingênuo deter-se nessa constatação” (CHAMPAGNE, 1997, p. 63). Os acontecimentos são construídos de acordo com os interesses dos jornalistas que estão “mergulhados” num modo particular de capturar e dar inteligibilidade ao real.

O modo particular de o campo jornalístico vislumbrar o acontecimento, na maioria das vezes, entra em conflito com o de outros campos sociais. O campo jornalístico se caracteriza pela autonomia “relativa” na sua atividade de produção da notícia e, por isso, trava uma disputa constante pela não intervenção dos outros campos no seu trabalho de definição do que é notícia. Em geral, os diversos campos sociais têm necessidades de acontecimentos diferentes das necessidades de acontecimentos do campo jornalístico. A coincidência tende a ser menor do que a divergência. Para participar da construção da agenda mediática, os campos sociais entram no jogo mediático, através do qual desenvolvem estratégias e táticas para atingir seus interesses.

As relações entre jornalistas e fontes são importante foco de análise. As fontes desempenham papel fundamental na produção noticiosa, sem as quais o jornalista não conseguiria sequer iniciar a sua rotina de trabalho. Independentemente do segmento social do qual fazem parte, sabemos que as fontes “não são desinteressadas”, no dizer de Nelson Traquina (1999, p.172) e não só isso, estas possuem outra lógica de funcionamento que não é a mesma do campo jornalístico. Ao tomar a iniciativa de procurar os jornalistas, a fonte sempre busca visibilidade mediática, o que nem sempre é possível, já que sua pauta pode não coincidir com as necessidades de acontecimentos do campo mediático. Contudo, o grau de mediatização da sociedade contemporânea impõe uma nova forma de pensar, um novo ambiente, que faz com que as fontes atuem junto ao campo mediático. A relação entre jornalistas e fontes é sempre dinâmica, no mais das vezes, tensa e conflituosa.

Abordamos a questão da interação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e o campo jornalístico no que se refere às disputas pela produção de sentido do discurso mediático. A interação se caracteriza por maior ou menor tensão de acordo com as circunstâncias de cada momento de construção da noticiabilidade. Nosso posicionamento epistemológico é relacional, isto é, procuramos perceber os modos de o MST ser fonte no discurso jornalístico, considerando as afetações mútuas entre o campo mediático e o MST.

Sabemos que para se tornar público, o MST promove eventos que conquistem o interesse do campo mediático atingindo os valores-notícia, tais como novidade, impacto, conflito. Esta perspectiva de estudo tende a considerar a ação do MST de modo autônomo ou que se faz por uma iniciativa própria para atingir o acesso ao campo jornalístico, verificando o grau de sucesso de sua ação através do atendimento dos seus objetivos. Nesta ótica, o MST é visto como promotor de eventos para ter acesso à mídia, para ir ao encontro do interesse mediático cujo insucesso se explica por uma lógica “perversa” do campo mediático. Fonte e

campo jornalístico se encontram por ocasião de um acontecimento atuando com suas estratégias num jogo de interesses em relação ao outro lado. Neste ponto de vista, parecem duas esferas independentes que se encontram momentaneamente a cada acontecimento e atuam de acordo com seus interesses.

Interessa-nos, entretanto, um outro ângulo de pesquisa na relação do MST com a mídia. É verdade que ocorre esse jogo de interesses do MST com o campo jornalístico, mas nosso objeto de estudo foca um aspecto anterior: a afetação da lógica mediática na própria constituição do MST enquanto fonte jornalística. As lógicas que estruturam a noticiabilidade estão atravessadas não só por regras internas à redação, mas também por perturbações externas produzidas pela fonte de informação jornalística. Esta tensiona o processo de noticiabilidade, age sobre o campo sendo também construtora do discurso mediático. A fonte é produto de transações complexas que se faz na relação com o campo mediático, daí adotarmos uma concepção de fonte “ativa” no engendramento do acontecimento, no sentido de que o MST age sobre o campo jornalístico e também é afetado pela agenda mediática, numa relação conflituosa de tensionamento de agendas.

Esta perspectiva pressupõe a existência de uma circularidade entre os dois campos: a fonte e o campo mediático. Ao procurar agir estrategicamente para se tornar público, o MST já está afetado de antemão pela lógica mediática de tal forma que intervém na construção do discurso jornalístico e, portanto, na construção do olhar do campo mediático sobre o MST. Em outras palavras, a idéia de circularidade aponta para uma interdependência complexa da relação entre a fonte e o campo mediático. A fonte já está tão afetada pela lógica mediática que alimenta o modo de o campo mediático olhar para aquela e fazer a leitura do real. Por isso, também é responsável pelo processo de o campo jornalístico dar inteligibilidade ao real, não sendo esta uma decisão completamente autônoma e independente deste.

Para estudar esta relação, adotamos um ponto de vista distinto da classificação tradicional de fontes. Nesta, a fonte é uma voz autorizada (individual ou institucional) que detém credibilidade “a priori” devido a sua posição na hierarquia social e tende a ter mais acesso para definir a questão. Isto não significa que as chamadas fontes oficiais consigam enquadrar ou definir os acontecimentos de modo automático, mas recebem um tratamento de voz autorizada ainda que não obtenham o enquadramento.

Diferentemente dos estudos clássicos das fontes que se baseia numa perspectiva estrutural, a nossa pesquisa adota uma concepção conjuntural e interacional, que entende a

fonte enquanto agente que atua na intervenção e construção dos acontecimentos. Numa perspectiva interacional e conjuntural, o MST é fonte de informação jornalística porque participa do engendramento dos acontecimentos, que são produzidos pela afetação mútua com o campo mediático. Esta visada, no entanto, não é conflitante com a perspectiva tradicional, ao contrário, nasce do diálogo com a perspectiva estrutural, nos seguintes termos: o MST é considerado fonte não-oficial e, nesta condição, não poderia ocupar um lugar de voz autorizada, portanto, tenderia a não ter atuação na construção do acontecimento. No entanto, o MST provoca um lugar de fala no discurso jornalístico, que só pode ser entendido pela sua atuação junto ao campo mediático. Fazemos, assim, um diálogo com a perspectiva estrutural.

Denominamos a primeira condição do MST para a entrada no campo mediático de fonte disruptiva e, conforme veremos, esta cresce para fonte representativa. O MST se origina da reivindicação de direitos básicos arregimentando indivíduos excluídos da sociedade que, mesmo organizados, não detêm nenhuma “informação precisa ou especializada”. Entretanto, conseguiu ultrapassar a barreira do acesso à mídia ao realizar ações de ocupação de propriedades improdutivas, interrupção de trânsito, saques de mercadorias etc., protagonizando atos de protestos considerados “fora da lei” ou de impacto, como as invasões de terras e, por isso, alcançou status de noticiável. O resultado é que acabou se convertendo em condição de fonte potencial geradora de matéria-prima cara à produção noticiosa: o conflito. E por mais que tenha conquistado visibilidade mediática, o MST não tem conseguido intervir no enquadramento mediático ou definir a questão.

Nossa questão-problema se apresenta de modo circular: como a fonte MST participa da estruturação da cobertura jornalística e tem sua estrutura permeada pela mídia? E correlatamente: como a mídia transforma a questão do MST em pauta e tem sua cobertura jornalística tensionada pelos modos de agir daquele? O problema de pesquisa foi construído de modo a compreendermos as lógicas de funcionamento do campo mediático na interação com o MST e vice-versa.

Temos como objetivo geral: compreender como o MST se caracteriza como fonte na interação com o campo jornalístico atuando na construção do seu discurso, e tendo, ao mesmo tempo, a sua agenda tensionada pela mídia.

Os objetivos específicos são:

- a) Compreender a visão do MST sobre a mídia;

- b) Investigar a autocompreensão do MST sobre a sua participação no engendramento do acontecimento;
- c) Identificar a cultura noticiosa acerca do MST;
- d) Investigar as estratégias de jornalistas e de integrantes do MST na construção do acontecimento, identificando as lógicas de funcionamento de cada campo social, desde quando há cooperação até quando entram em conflito;
- e) Investigar a produção de sentido do discurso mediático referente ao acontecimento do “caso Aracruz”.

* * *

A presença do MST na mídia tem sido objeto de estudo de diversas pesquisas na área da comunicação e de outras áreas afins. Encontramos 22 trabalhos que abordam essa temática, porém, em que pese a variação do corpus, podemos agrupá-los por afinidade de objetos.

Talvez seja o artigo de Hugo Gonzalez Vela (1987), o primeiro trabalho publicado sobre o assunto na nossa área. Estuda como a “comunicação de massa” trata a questão da reforma agrária, demonstrando que há uma tensão entre as classes envolvidas (“Camponeses sem-terra x Classe-Estado”) e questiona se há um problema de manipulação ou de deficiência por parte da mídia.

A linha de trabalho mais investigada é a da “visão de mundo” ou das representações sociais construídas pela mídia. Em geral, os estudos utilizam a análise de discurso, buscando investigar as marcas lingüísticas e ideológicas. Apesar das diferenças metodológicas, podemos citar os artigos de Gonçalves et al (2004); Ingo Voese (1998); Cristina Teixeira, Isaltina M. Gomes e Wilma Morais (1999); Kleber Mendonça (2004); Sergio Gadini e Karina Woitowicz (s/d); Verônica P. Aravena Cortes (2002) que, com diferentes objetivos, mostram, em última análise, como o discurso mediático constrói uma imagem do Movimento de violento, perigoso, “fora da lei”, portanto, de sua “não-legitimidade”.

Fazendo uma análise de conteúdo de matérias sobre o MST do Jornal Nacional e do TJ Brasil, Alessandra Aldé e Fernando Lattman-Weltman (2000) procuram identificar os enquadramentos e as narrativas dos conflitos para analisar os padrões de leitura do discurso televisivo acerca do comportamento do MST. Os autores concluem que, através do

enquadramento dramático, a mídia televisiva reforça elementos de perigo, confronto e polarização.

Christa Berger (1998) estudou as relações do MST com o jornal Zero Hora, buscando compreender como se encontram os interesses de ambos, através da política de comunicação do Movimento e das notícias do jornal. Concordamos que os movimentos sociais “consideram a dinâmica da imprensa na elaboração de suas estratégias políticas” e que na relação do MST com a mídia ocorre um “jogo de usos” (1998, p. 11). Partimos desse conhecimento estabelecido para lançar um olhar sobre os processos de afetação entre o MST e o campo mediático cuja dinâmica aponta para a internalização da lógica mediática.

Antonio Carlos Machado Guimarães (2001) realizou um estudo comparativo entre os editoriais da Folha de São Paulo e os artigos de opinião de militantes do MST publicados no mesmo jornal. O autor discute a passagem de uma fala do Movimento moldada em contextos restritos para a esfera pública ampla, através da interlocução com a sociedade, obrigando o jornal a um re-posicionamento permanente. Como eixo central está a prática do MST e o embate cultural no jornal citado.

As dissertações apresentam análises da abordagem da imprensa em relação a determinados eventos: Celso Oliveira (2002) estuda como a imprensa paulistana cobriu a primeira marcha do MST em São Paulo, em 1986; Débora Franco Lerrer (1998) analisa o processo de construção das versões da notícia sobre o incidente na Praça da Matriz em Porto Alegre entre o MST e a polícia; Ovidio Peixoto (2000) estuda como a mídia divulgou os acontecimentos relacionados à reforma agrária entre 1997 e 1999; Eduardo Souza (2001) desconstrói o discurso de Veja para mostrar como reproduz o discurso da classe dominante e a defesa do *status quo*; Cladir Garcia (1998) busca investigar as marcas discursivas nas notícias sobre o MST; Leila Franco (2003) analisa as práticas discursivas do MST na Folha de São Paulo e no Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Netília Seixas (1996) estuda a representação discursiva da questão agrária na grande imprensa; e Rachel Domingues (2002) se ocupa da visibilização do MST na mídia através de uma periodização das fases da cobertura jornalística. De um modo geral e considerando as diferentes opções teórico-metodológicas de cada pesquisa, podemos dizer que buscam compreender como se constrói o discurso da imprensa acerca do MST.

Bruno Konder Comparato (2000) investigou o crescimento do MST como ator político através de editoriais da Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo

e das revistas Veja, Istoé e Época. Fábila Angélica Dejavitte (1996) enfoca a relação entre fontes e jornalistas quando do lançamento da novela “O Rei do Gado” utilizando como corpus as notícias do Diário na Tevê, do jornal Diário Popular e as informações da principal fonte, a Divisão de Divulgação e Imprensa da TV Globo. Este trabalho enfoca a relação entre fontes e jornalistas como um jogo de sedução. Em um trabalho específico sobre a notícia do boné do MST na cabeça presidencial (MELO, 2004) realizamos uma abordagem baseada na semiótica para compreender a repercussão do ato do presidente Lula.

Em artigo intitulado “O Deslocamento do boné”, Antonio Fausto Neto (2003) discute a política de sentido do Governo Lula no primeiro ano do mandato. Em associação com a nossa pesquisa, o artigo aponta para a intervenção dos efeitos de sentido dos discursos mediáticos na circulação do discurso político. A própria enunciação mediática é referida como prova para a oposição fazer a crítica ao ato do presidente Lula de vestir o boné do MST, o que demonstra o status da mediatização da política. O autor ressalta a atuação do presidente no processo de construção do acontecimento e lembra a “inevitável não simetria entre produção e recepção de discursos, em suma, a impossibilidade da permanência da última palavra” (2003, p. 22). Este artigo traz subsídios para a nossa pesquisa no que se refere à atuação da fonte no engendramento do acontecimento e de sua compreensão nesse processo.

* * *

A pesquisa se desenvolveu focando os dois campos, numa dinâmica circular: procuramos identificar a visão do MST e sua autocompreensão na intervenção do acontecimento e suas estratégias para interagir com o campo jornalístico; e a cultura noticiosa acerca do MST, a partir de entrevistas com integrantes do MST e com jornalistas e da construção mediática do MST através da cobertura jornalística do caso da destruição do laboratório da Aracruz, ocorrido em 08 de março de 2006. Os produtos mediáticos analisados foram reportagens dos telejornais: Jornal do Almoço da RBS TV, o SBT Rio Grande, o Jornal da Band (TV Bandeirantes) e o Jornal Nacional (TV Globo). A análise de discursos mediáticos seguiu a linha da produção de sentido e dos contratos de leitura de Eliseo Verón (1995; 2004) e de Antonio Fausto Neto (1993; 1995; 2007). O percurso metodológico da pesquisa é explicado no cap. 2.

A problematização da relação do MST com o campo mediático é abordada no cap. 3. Consideramos importante aprofundar o conhecimento sobre o MST nos termos de um breve

histórico de sua visibilidade pública para nos situarmos a respeito de sua experiência acumulada de visibilidade mediática pelos processos de inclusividade e de penetrabilidade do campo mediático nos processos sociais (BRAGA, 1999) e da sua especificidade de movimento social combinado com organização social. Por isso, dialogamos com autores da ciência política e/ou da sociologia. Neste capítulo, apresentamos a política de comunicação do MST e procedemos a uma discussão sobre a visão acerca da mídia. Apresentamos a estrutura organizativa para demonstrar o quanto o MST se estrutura para criar as condições para desenvolver o seu projeto político, especialmente no que tange à comunicação.

No cap. 4, abordamos o processo de mediatização da sociedade e sua caracterização em vias de se tornar processo de referência (BRAGA, 2007). Fazemos um diálogo com a teoria de campos e os processos de afetação mútua entre os mesmos no contexto da mediatização da sociedade e apresentamos o campo jornalístico. A teoria dos campos sociais contribui para pensarmos as relações complexas que se dão por afetação entre os campos. Nas palavras de Bourdieu:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1998, p. 69).

O conceito de campo no estudo dos processos mediáticos fornece subsídios para investigarmos a dinâmica social de um campo específico em conflito interno e externo. A análise contempla a participação individual e coletiva no processo de autonomização do campo, sob uma perspectiva dialética, de estrutura estruturada e estrutura estruturante. Discutimos o caráter de espaço público da mídia numa perspectiva política de relação com a democracia, e do “ambiente social” que existe entre dois modelos de projeto político: o “democratizante” e o “neoliberal”, de que fala Evelina Dagnino (2004). Ainda no cap. 4, tratamos do contexto empresarial que envolve o campo mediático.

Foi necessária uma abordagem teórica da perspectiva da Ciência Política acerca da construção das agendas pública e política que se relacionam com a agenda mediática. Acreditamos que há uma circularidade entre as três agendas – mediática, política e pública – cuja dinâmica se faz presente enquanto conjuntura para o agendamento mediático. Ressaltamos que quando se fala de campo político, há uma tendência de se restringir a sua concepção à política formal ou institucional dos Poderes Executivo e Legislativo, cujas atividades rotineiras ou em tempos de campanha eleitoral constituem o contorno mais

predominante deste campo. Consideramos a ação do MST como fazendo parte do campo político, no caso, da política informal, enquanto agente que atua para dialogar com os dois poderes institucionalizados, principalmente o Executivo. Por isso, consideramos que nosso estudo se situa na interface de política e mídia. Tratei o campo político no sentido de que o MST é um interlocutor político competindo pela definição das políticas públicas. Esta discussão está no cap. 5.

Ainda no cap. 5, convidamos para uma visita à sala de redação através da qual buscamos reunir subsídios para aprofundarmos o conhecimento sobre a cultura jornalística e fazer um trabalho de desnaturalização do modo como a informação é produzida. Consideramos a noção de enquadramento importante para o fazer jornalístico, como possibilidades de leituras do real, daí termos abordado este conceito concomitante à cultura jornalística. Em seguida, procedemos à abordagem teórica do agendamento mediático e das relações entre fontes e campo jornalístico, destacando as especificidades dos movimentos sociais como fontes e as dificuldades por serem fontes não-oficiais.

Procedemos as análises de acordo com o que Eliseo Verón denomina de gramática de produção (2004). Inicialmente procuramos observar as condições de produção do discurso mediático sobre o caso Aracruz. Os dados coletados nas entrevistas com jornalistas e integrantes do MST compõem as condições de produção do discurso dos telejornais acima indicados. Os dados coletados nas entrevistas não só forneceram subsídios para a análise das condições de produção do discurso sobre aquele caso, mas também revelaram os modos de o MST ser fonte, daí que foram analisados de modo a atender aos objetivos específicos acima apontados. Buscamos estudar as relações complexas da interação entre fonte e campo jornalístico num contexto de mediatização da sociedade. As entrevistas transcenderam o caso da Aracruz. Estas análises estão no cap. 6.

Denominamos “a construção mediática do MST” o capítulo que apresenta as análises dos discursos dos telejornais. Procuramos identificar as relações dos telejornais com o receptor e com a fonte MST. Este é o cap. 7.

Finalmente apresentamos as conclusões no cap. 8.

Diferentemente dos trabalhos comentados acima sobre especificamente a relação do MST e a mídia, a tese propõe outra perspectiva, em que procura investigar como funcionam os processos mediáticos no engendramento de acontecimentos e também que interferências acarretam na própria constituição da fonte. Parece-nos importante estudar sobre o *entranhamento* da mídia na sociedade, a afetação entre os campos sociais, enfim, o processo de mediatização que absorve uma organização social que se quer reivindicatória. Ao mesmo tempo, a pesquisa fornece subsídios sobre o agendamento mediático e, como afirma Traquina (2000, p. 24), estudar o agendamento é encontrar indícios sobre a saúde de qualquer democracia. Por ocupar um lugar central dos discursos sociais na contemporaneidade, o campo jornalístico, ao mesmo tempo, produz e é produto, da disputa simbólica entre e com cada um dos campos sociais, marcada pela mediatização da sociedade.

2 O PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

De acordo com Eliseo Verón, uma gramática de produção é um “modelo de um processo de produção discursiva” e apresenta um “conjunto complexo de regras, que descrevem operações”. A análise consiste em reconstituir o processo de investimento de sentido a partir do “produto”, passando do texto a sua dinâmica de produção, uma vez que os enunciadores deixam marcas nos seus discursos (2004, p. 51). Daí que as operações enunciativas não são visíveis na superfície textual, devem ser reconstituídas a partir das marcas que, por sua vez, remetem “às condições de produção do discurso, cuja economia de conjunto define o marco das leituras possíveis, o marco dos efeitos de sentido desse discurso” (2004, p. 65).

Para compreendermos como o MST se caracteriza como fonte na interação com o campo jornalístico atuando na construção do seu discurso, e tendo, ao mesmo tempo, a sua agenda tensionada pela mídia, é preciso investigar como o discurso mediático constrói a fonte MST na perspectiva da produção de sentido e qual é a concepção do MST sobre a mídia e sua compreensão na construção do acontecimento. Verón assinala que a operação metodológica deve distinguir o próprio corpus – no nosso caso, os discursos mediáticos-jornalísticos – dos outros elementos a serem considerados na análise, mas que não estão ‘dentro’ do corpus. Estes elementos são chamados de extradiscursivos e “constituem as condições tanto da produção quanto do reconhecimento. No meio dessas condições, sempre há outros discursos, mas estes últimos, não fazendo parte do corpus, funcionam, na verdade, como condições de produção ou de reconhecimento” (2004, 51-52).

O autor ressalta que estas condições “têm um papel determinante para dar conta das propriedades dos discursos analisados” porque deixam “rastros” nos discursos: “é preciso mostrar que, se mudam os valores das variáveis postuladas como condições de produção, o discurso também muda”. Consideramos como elementos extradiscursivos, a concepção e estratégias do MST para agendar a mídia, bem como suas leituras dos materiais, de um lado, e as rotinas produtivas e a cultura jornalística, e as percepções dos jornalistas acerca do MST, de outro. Para tanto, nossa pesquisa tem o foco tanto no campo mediático como no MST, e percorre dois caminhos complementares de coleta e análise dos dados, a saber:

a) Análise dos elementos extradiscursivos, que condicionam a produção do discurso mediático na referenciação do MST.

b) Análise dos elementos discursivos ou corpus;

Deste modo, nosso percurso metodológico procura integrar estes dois movimentos entrelaçados e inseparáveis na economia mediática que, nos termos de Fausto Neto (1993) são denominados de “macrocondições” e “microcondições”, conforme explicaremos abaixo. Estes dois movimentos são destacados aqui apenas para fins de investigação, pois, juntos, compõem a produção de sentido e, sendo inseparáveis, um não existe sem o outro.

2.1 Os Elementos Extra-Discursivos: as Lógicas de cada Campo e seus Embates

No primeiro conjunto, temos os pressupostos estratégicos que permeiam a construção da noticiabilidade: a cultura profissional dos jornalistas, as rotinas produtivas, os constrangimentos organizacionais, as relações com as fontes. Fausto Neto assinala que os procedimentos de construção da noticiabilidade “são anteriores à voluntariedade do jornalista” (1993, p. 171). Nas palavras do autor:

São as rotinas produtivas que condicionam, dentre outras coisas, o chamado exercício profissional autônomo, na medida em que estruturam e fazem operar a lógica produtiva da organização informativa. Por outras palavras, antes de se falar nos modos discursivos e simbólicos que são acionados pelo campo jornalístico para transformar acontecimento em notícia, é fundamental lembrar que o campo tem como parâmetros pressupostos estratégicos, cuja falta de observação torna impossível o processo de fabricação discursiva propriamente dita (FAUSTO NETO, 1993, p. 171).

Neste conjunto das macrocondições, procedemos a uma discussão sobre a cultura profissional, os constrangimentos organizacionais e as determinações culturais, dando ênfase à noção de enquadramento como um elemento *invisível* e imanente aos pressupostos estratégicos de construção da noticiabilidade. Incluímos nas macrocondições, a disputa entre os grupos sociais no processo de definição dos problemas públicos de uma perspectiva sistêmica ou conjuntural e que cria certo ambiente social do qual o campo mediático faz parte.

Consideramos importante ressaltar a noção de enquadramento como categoria instituidora e instituída num contínuo movimento de mútua afetação entre a esfera da produção do real – construção dos acontecimentos – e do consumo dos produtos mediáticos – os efeitos de sentido. Em outras palavras, o enquadramento permeia a interferência mútua dos

processos de produção e de recepção, e se torna por isso, alvo de disputa entre os diversos agentes que participam da produção de sentido. Desse modo, torna-se uma noção fundamental para nosso objeto de estudo porque é o elo que move toda a cadeia de tensão e conflitos em torno da produção sentido do discurso mediático sobre o MST. Isto não significa que é o foco de tratamento, mas permeia a análise dos modos de o MST ser fonte por ser o ponto de tensão no processo de mediatização em torno dele.

A análise das macrocondições se faz com os dados coletados em entrevistas e de palestras de dirigentes do MST. Realizamos entrevistas com jornalistas e integrantes do MST. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e todos autorizaram sua identificação na tese. Serviram para conhecer as estratégias dos integrantes do MST e dos jornalistas na construção dos acontecimentos e compreender a cultura noticiosa acerca do MST. Com os dois campos, foram abordadas as ações dos jornalistas que podem ser apontadas pelos próprios ou pelo MST, e as ações do MST que podem ser apontadas também por ambos os campos. Que elementos são levados em consideração na disputa pelo agendamento e que ações são tomadas diante das situações? O que ocorre quando os agentes se defrontam com momentos de tensão? Como agem?

Para cada grupo, houve ainda uma abordagem específica nas entrevistas, quais sejam:

- Para o MST, as questões focaram sua visão sobre a mídia, o ponto de vista sobre a própria ação, as estratégias, sua percepção sobre o trabalho dos jornalistas, e a interação com os profissionais: Que estratégias o MST realiza para agendar a mídia e/ou para se proteger da mídia? Como se dá a interação com os jornalistas? Quais são as leituras que faz dos materiais? Como o MST se organiza para agendar a mídia? Quais são as ações estratégicas, a organização estrutural, a interação com os jornalistas?
- Para os jornalistas, as perguntas abordaram seu ponto de vista sobre a própria ação, sua percepção sobre o MST e sobre seu próprio trabalho: O que interessa do MST? Qual é o espaço que o MST tem na mídia? Como vê o MST? Como se dá a interação com os integrantes do MST? Quais são as estratégias? Como a mídia transforma o MST em pauta? Qual é a cultura noticiosa acerca do MST? Qual é o paradigma de jornalismo que exerce? Como vê o MST?

Apresentamos os jornalistas entrevistados com o modo de citação entre parênteses:

- Carlos Wagner, do jornal Zero Hora, do Grupo RBS, em 26 de maio de 2006, na sede do jornal. O jornalista participou da cobertura do caso Aracruz (WAGNER, 2006);
- E João Valadares, do Jornal do Commercio (Recife), em 29 de junho de 2006, na sede do jornal. Apesar de não ter participado da cobertura deste caso, tem se dedicado à cobertura de conflitos no campo e construiu uma relação de fonte com o MST em Pernambuco. Consideramos que a entrevista forneceu informações importantes para aprofundarmos sobre a cultura noticiosa acerca do MST (VALADARES, 2006).

No início de cada entrevista, solicitamos a cada jornalista que se apresentasse. A auto-apresentação é já uma informação importante para conhecermos os valores e seu reconhecimento profissional no campo jornalístico, por isso deixamos aqui registrado como cada profissional se apresentou:

O jornalista Carlos Wagner:

Meu nome é Carlos Wagner, sou repórter especial da Zero Hora, tenho 55 anos. Me formei pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1983. Meu atual cargo é repórter especial da Zero Hora, tenho 38 prêmios de jornalismo, entre eles sete prêmios regionais Esso, mais o prêmio da Sociedade Interamericana de Imprensa, me especializei em matérias investigativas. A última matéria minha foi publicada há três meses, chamada, eu remexi um lixo de um bandido, encontrei um mapa de um assalto que ele ia fazer. Outras matérias: meninas prostitutas, jogo do bicho, roubo de carro etc. etc. Atualmente estou tratando mais de assuntos de conflitos de fronteira. Tenho oito livros publicados, entre eles “A Saga do João Sem Terra”, que trata de conflitos de terra; “Brasiguaios”, que trata da questão da migração de brasileiros para o Paraguai, agricultores; “O Brasil de Bombacha” que trata da ocupação do território brasileiro do lado oeste por agricultores brasileiros; e o último livro que foi em 2004 chamado “O País Bandido”, que trata especificamente das comunidades da fronteira.

E o jornalista João Valadares:

Sou repórter do Jornal do Commercio há, acho que, cinco anos aqui no Jornal do Commercio. Já trabalhei em outros veículos, Folha de Pernambuco, UOL, mas aqui no jornal, estou cobrindo acho que há uns quatro anos essa questão dos movimentos sociais aqui em Pernambuco. Não só MST, aqui têm 14 movimentos sociais só de luta pela terra, fora outros movimentos de sem-teto. [...] Prêmios: Vladimir Herzog de Direitos Humanos, com a matéria Anatomia da Violência. Tenho um prêmio Imprensa Embratel com a mesma matéria. Ganhei agora esse prêmio que teve da OAB de Direitos Humanos, ganhei com a matéria Retratos da Infância (VALADARES, 2006).

É importante ressaltar que as entrevistas dos dois jornalistas refletem opiniões pessoais e não representam, necessariamente, a posição das instituições para as quais trabalham. Ambos falaram sobre as suas rotinas de trabalho e emitiram opiniões próprias sobre as perguntas.

Do MST, entrevistamos dirigentes e assessores de comunicação, conforme listado abaixo com o respectivo modo de citação entre parênteses:

1. Alexandre Conceição – Coordenação Estadual MST-PE: em 27 de julho de 2005 (CONCEIÇÃO, 2005);
2. Jaime Amorim – Direção Política Nacional MST e Coordenação Estadual MST-PE: em 02 de agosto de 2005 (AMORIM, 2005);
3. Ivori de Moraes – Direção Estadual MST-RS: em 10 de novembro de 2005 (MORAES, 2005a);
4. Cristiane Campos – Assessora do MST: em 19 de maio de 2006 (CAMPOS, 2006);
5. Miguel Stedile – Direção e Coordenação Nacional do Setor de Comunicação Nacional do MST-RS: em 05 de junho de 2006 (STEDILE, M., 2006).

Sabemos que estamos trabalhando com um agente que possui conflitos internos, entretanto, estas diferenças serão consideradas somente quando interferirem na tensão pelo agendamento mediático, já que, de um modo geral, o signo publicizado é *basicamente* “MST”.

Além das entrevistas com os integrantes do MST, assistimos a duas palestras de dois dirigentes realizadas no evento “Terra, Mídia e Movimentos Sociais” promovido pelo Grupo de Apoio à Reforma Agrária – GARRA – formado por estudantes da UFRGS e da PUC-RS, conforme listados abaixo com o respectivo modo de citação entre parênteses. As palestras foram gravadas e transcritas.

1. Ivanete Tonin – assessora de comunicação do MST-RS: discurso pronunciado no dia 17 de outubro de 2005 no auditório da Faculdade de Comunicação da UFRGS (TONIN, 2005).
2. Ivori de Moraes – Direção Estadual do MST-RS: discurso pronunciado no dia 19 de outubro de 2005 no auditório da FAMECOS da PUC-RS (MORAES, 2005b).

Os dados coletados foram analisados à luz das rotinas produtivas, enquadramentos e cultura noticiosa. Buscamos identificar como o MST se impõe como fonte jornalística, as estratégias dos agentes no processo de agendamento, certa cultura noticiosa acerca do MST e as interações entre fontes e jornalistas.

O tratamento das falas das entrevistas procurou verificar não a verdade objetiva da fala, mas o que a fala faz, uma vez que a linguagem demonstra uma forma de agir. Conforme José Luiz Braga, por definição, a fala está fazendo alguma coisa.

Tem uma expressão do Contardo Cagliaris que é muito boa, que é assim: “as histórias são sempre verdadeiras”. Em que sentido elas são sempre verdadeiras? Ainda quando sejam falsas? Elas são verdadeiras porque elas expressam a realidade necessária do falante no momento em que ele conta. O que interessa é tentar descobrir não é se é verdade ou se não é verdade, é o que torna necessário para a pessoa dizer aquilo. De certa forma, é a verdade da versão. Toda versão tem a sua verdade. Nós temos duas versões diferentes sobre o mesmo fato, cada uma delas tem sua verdade, e aí interessante não é descobrir qual é a verdadeira factual, é: qual é a verdade de cada uma? São verdades da interação que constroem posições diferentes e aí a gente entende quais são essas posições. O problema é entender qual é a posição e não concordar ou discordar dela e dizer que essa é melhor ou pior. Você chega com isso a um grau mais aprofundado de compreensão da interação. Evitar que o depoimento expressa o acontecido, expressa sim o modo de se ver as coisas (BRAGA, 2006)¹.

Deste modo, procuramos trabalhar as falas para compreender as lógicas que movem os campos interagirem entre si, identificando as formas de participarem da disputa pela produção de sentido.

2.2 Os Elementos Discursivos: a produção de sentido dos Discursos Mediáticos

O segundo conjunto das “microcondições” se situa na materialidade do produto mediático, isto é, na produção discursiva que se faz através das operações discursivas mediáticas (jornalísticas) de referência do real e de seus atores.

Sabemos que os acontecimentos são construídos pelo trabalho do campo mediático que dá existência aos mesmos através do seu discurso. Eliseo Verón assinala que aqueles “não são objetos que se encontram já feitos em alguma parte na realidade e cujas propriedades e avatares nos são dados a conhecer de imediato pelos meios com maior ou menor fidelidade. Só existem na medida em que esses meios os elaboram” (1995, p. II). Como destaca Fausto Neto, “as notícias correspondem a índices do real” e se constituem em narrativas cujos procedimentos estratégicos condicionam as escolhas dos jornalistas (1993, p. 170-171), como vimos anteriormente.

Por discurso, entendemos um conjunto (matéria) significante, que pode ser verbal e/ou não verbal, mas que seja um “lugar de investimento de sentido” (VERÓN, 2004, p. 61). Uma

¹ Diálogo sobre o tema com o Prof. Dr. José Luiz Braga em reunião de orientação.

noção fundamental do discurso é a enunciação, o ato de produzir um enunciado. Verón enfatiza que enunciado e enunciação formam um par inseparável distinguindo *o que é dito* no primeiro conceito, e *as modalidades do dizer*, no segundo. O dispositivo de enunciação comporta: 1) a imagem de quem fala, ou seja, do enunciador, “trata-se do lugar (ou dos lugares) que aquele que fala atribui a si mesmo”; 2) a imagem daquele para quem o discurso fala, o destinatário, “o produtor de discurso não só constrói seu lugar ou seus lugares no que diz; fazendo isso, ele define igualmente seu destinatário”; 3) “a relação entre o enunciador e o destinatário, que é proposta no e pelo discurso”, o referente. Enunciador e destinatário são entidades discursivas, enquanto emissor e receptor são indivíduos (ou instituições) “reais” (VERÓN, 2004, p. 217-218).

Esta perspectiva de análise de discursos se difere da análise de conteúdo porque se interessa pelas *modalidades do dizer*, pelos dispositivos de enunciação ou contratos de leitura que cada suporte de comunicação constrói para criar o vínculo com o receptor. O conteúdo é importante, porém, pode ser dito de diversas maneiras de acordo com as **relações** que o suporte de comunicação mantém com seu leitor (VERÓN, 2004, p. 218-219). Fausto Neto esclarece que no discurso mediático, o “receptor sociológico” é transformado em destinatário das matérias, pois é “imaginarizado de maneira singular” pelo campo da emissão (1995, p. 195-196).

Como assinala Fausto Neto, todo sujeito possui a capacidade de produzir e receber discursos através de um determinado código que lhe possibilita construir as gramáticas de produção e de reconhecimento. O trabalho individual que o sujeito faz para produzir sentido se inscreve na ordem da enunciação cujas estratégias e formas resultam de apropriações da língua que, por sua vez, são condicionadas pelas determinações sócio-históricas, como assinala Fausto Neto: “o campo da língua funciona como condição de produção, para inicialmente, efetuar a constituição do sujeito e, em seguida, para estruturar as formas e estratégias de interação” (1995, p. 197). A linguagem é o lugar onde se processam as interações sociais, dando materialidade às relações existentes entre os campos e/ou atores que ocorrem pelos “jogos de linguagem”. O autor assinala que “as relações entre os sujeitos são, antes de mais nada, relações simbólicas que se formalizam por meio de marcas, operadores, modalizações discursivas, bem como dos contratos de leitura” (1995, p. 197).

Fausto Neto distingue esta perspectiva construcionista da concepção instrumental da linguagem, chamando a atenção para uma visada completamente diferente entre as duas. A instrumental se baseia numa ótica consciencialista segundo a qual o sujeito falante dominaria

o sentido transmitido através da “transmissão” da mensagem. Nesta concepção, afirma o autor, a linguagem estaria a serviço de um ponto de vista e sob controle, “de modo consciencial”, do sujeito anunciador que realizaria a comunicação pelo “ato de fala” (2007, p. 3-4).

Ora, o “lugar de sentido” não existe previamente ao ato de fala, conforme assinala Braga: “ele se constrói na trama entre a situação concreta com que a fala se relaciona, a intertextualidade possível, e a própria fala como dinâmica selecionadora e atualizadora de ângulos disponíveis e construtora da situação interpretada” (2000, p. 163). O sentido é produzido numa articulação entre a situação concreta e a elaboração que o sujeito faz do código/língua.

O paradigma instrumental implica uma visão mecânica do ato de construção do discurso e toda a complexidade deste estaria reduzida a “uma intencionalidade que se delimitaria a um ‘processo de completude’ sobre o qual o sujeito falante teria controle, ou então, do qual desconheceria a manifestação de qualquer tipo de interferência” (FAUSTO NETO, 2007, p. 3-4). O trabalho de coleta, recorte, seleção de materiais e outras falas, enfim, o “envio de signos a outros”, aparece naturalizado, como se dependesse apenas de uma espécie de racionalidade ou intencionalidade do jornalista (idem, p. 5). Nesta ilusão de completude, os efeitos da mediatização que intervêm na matéria significativa, conforme assinala Fausto Neto, e que provocam o “surgimento de novos regimes e processos de discursividades”, não poderiam ser vislumbrados (2007, p. 5).

Por sua vez, a lógica das relações que permeia a perspectiva construcionista encara a linguagem de um ponto de vista complexo. O sujeito que fala, na “ilusão de completude”, pede ao outro o seu reconhecimento e também acerca do referente. No entanto, não pode haver senão uma incompletude na produção de sentido uma vez que o sujeito não possui autonomia na interação simbólica, que se dá por um “feixe de relações”, donde as operações enunciativas implicam a presença de outros textos, vozes (polifonias) e saberes, enfim, de outras dimensões interdiscursivas (FAUSTO NETO, 2007, p. 5; 1995, p. 200).

O conceito de contrato de leitura pressupõe a criação de percursos para o receptor, através de um conjunto de regras e de instruções ofertadas pelo emissor para que aquele possa se reconhecer e reconhecer o outro. Trata-se dos modos de o emissor criar vínculo com o receptor – produzir efeitos de reconhecimento – através da produção de discurso que, nas palavras de Verón, é:

[...] um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais

ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas. Esta paisagem é mais ou menos plana, mais ou menos acidentada. Ao longo de todo o seu percurso, o leitor reencontra personagens diferentes, que lhe propõem atividades diversas e com os quais ele sente mais ou menos desejo de estabelecer uma relação, conforme a imagem que eles lhe dão, a maneira como o tratam, a distância ou a intimidade que lhe propõem (VERÓN, 2004, p. 236).

Poderíamos dizer que o contrato de leitura é um convite à “co-enunciação”, no termo de Fausto Neto, uma vez que aponta para a incompletude de sentido na esfera de um dos pólos da enunciação. Esta noção trata de invalidar o paradigma da objetividade, já que o sujeito se encontra completamente envolvido em situações interdiscursivas deixando de ser o lugar “matricial”. Fausto Neto lembra que:

As operações do sujeito não se fazem no vazio: acoplam-se e subordinam-se a determinados ‘enquadramentos’ que lhes antecedem, subordinando-as a complexos agenciamentos do aparelho de enunciação que ‘é uma espécie de dispositivo que as línguas têm para ser enunciadas. Esse aparelho nada mais é do que a marcação da subjetividade na estrutura da língua (FAUSTO NETO, 2007, p. 6).

Os contratos de leitura materializam discursivamente o sentido proposto pelo campo da emissão para a leitura do real. Fausto Neto afirma que o discurso jornalístico não só nomeia a realidade mas, sobretudo, indica, classifica, hierarquiza, de acordo com a economia enunciativa de cada mídia. Isto implica estudar as especificidades de cada meio na sua proposta de se vincular ao receptor através das operações de referência do real e da auto-referência, não somente estruturando mas, ordenando e apontando os modos de leitura do real. Os contratos de leitura constituem “saberes”, “leis” e “regras” que possibilitam a construção do “acontecimento-rádio”, “acontecimento-jornal”, “acontecimento-tv” (FAUSTO NETO, 1993, p. 172; 174).

No discurso jornalístico, o enunciador busca construir uma relação com o leitor através de estratégias discursivas que o capturem e o mantenham preso pelos efeitos de reconhecimento. O campo emissor busca “fechar” o sentido ao máximo, para não deixar dúvida para o receptor seguir as “instruções” para “completar” o sentido proposto. Cada relação é única a cada suporte de comunicação, como também pode variar num mesmo suporte dependendo do assunto em questão.

As estratégias enunciativas buscam capturar o receptor lançando mão do “tesouro cultural” deste para produzir o efeito de reconhecimento (FAUSTO NETO, 1993, p. 173). O lugar ou lugares que o enunciador propõe ao destinatário são os mais variados:

Posição didática ou não, transparência ou opacidade, distância ou diálogo, objetividade ou cumplicidade, partilha de valores no nível do dito ou no plano das modalidades do dizer, forte articulação dos níveis ou discursos montados “em paralelo”, grau e tipo de saber atribuídos ao leitor: por meio das escolhas efetuadas

em relação a essas dimensões (que, é claro, admitem graus) e a muitas outras, constrói-se o contrato de leitura [...] (VERÓN, 2004, p. 233).

É a análise dos materiais que vai reconstituir quais os lugares de fala propostos pelo enunciador ao destinatário e a si próprio numa relação mútua. Braga ressalta que há uma lógica do enunciador no trato de uma situação concreta que, “enquanto articulação entre fala, textos disponíveis e situação, pode ser chamada de ‘lugar de fala’. Vista *deste* lugar, a fala faz sentido e se articula aí com os dados materiais da situação e a intertextualidade disponível” (2000, p. 163). Os discursos são construídos, portanto, nas interações, ou “de forma intersubjetiva”, como ressalta Benetti, uma vez que “a relação entre linguagem e exterioridade é constitutiva do discurso” (2007, p. 108).

Bakhtin, citado por Fausto Neto (1993, p. 172), desenvolve o conceito de polifonia para dizer que “os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são tão auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente [...] o enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal”. A fala é feita de vínculos com outras falas, vozes, discursos. Bakhtin enfatiza que a enunciação é de natureza social, não podendo ser deduzida de uma expressão interior (individual), e explica: “a estrutura da enunciação e da atividade mental a exprimir são de natureza social” (1981, p. 122).

Decorrente de sua atividade própria de mediação, o discurso mediático se caracteriza por uma prática metaforizante, ao assimilar parte da dimensão discursiva das instituições outros campos (RODRIGUES, 2002, p. 222). A presença de outras vozes ganha relevo e diz algo da relação proposta ao receptor pelo campo emissor.

O leitor encontra no discurso jornalístico um jogo de linguagem que o interpela a manter um vínculo e cuja relação pode ser de maior ou menor distância, conforme a gramática de produção específica. Verón explica que os títulos e subtítulos e todos os elementos que enquadram o texto são utilizados para guiar o leitor para a leitura da notícia. Ao invés de transparência, estes elementos refletem a opacidade da não-informação, pois se constituem em jogos de linguagem que servem “para construir a cumplicidade entre o enunciador e o destinatário, por meio de um retorno permanente a objetos culturais que supostamente um e o outro conhecem” (2004, p. 232-233). Verón assinala: “que um discurso é comparativamente opaco quer dizer que ele privilegia a enunciação sobre o enunciado, que exhibe suas modalidades de dizer mais do que diz” (2004, p. 233).

Dada a intensificação do processo de mediatização da sociedade contemporânea, Fausto Neto (2007) aponta para o surgimento de “novas estratégias de contratos de leitura”.

Através destes, afirma o autor, “o campo das mídias promove o deslocamento, ou reformula o status dos seus receptores, fazendo-os aceder ao universo de produção de ofertas de sentidos, até então restrito ao universo dos produtores enquanto ‘sujeito falante’” (FAUSTO NETO, 2007, p. 5). Tais contratos de leitura implicam um novo regime de produção de sentido que é o campo mediático se converter em uma “realidade própria”. Para melhor entendermos esta análise, é necessário acompanharmos o pensamento do autor que distingue duas “sociedades” concomitantes.

A primeira, a “sociedade dos meios”, caracteriza-se pela atividade jornalística típica representacional, na qual o discurso jornalístico faz a mediação entre os campos sociais tendo um papel de protagonista ao indicar o funcionamento daqueles. Neste “modelo”, o dispositivo mediático está a “serviço do contato”, através do vínculo social mantido pela mediação do trabalho-leitor, como explica Fausto Neto:

As marcas do seu trabalho enunciativo, que tratariam de apontar a sua existência, tratam de mantê-lo opaco, talvez dissolvidas, apenas como um lugar de indicar referências. Ou seja, o dispositivo estava preparado para, na condição de meio, dar vazão a sua competência representacional (FAUSTO NETO, 2007, p. 7).

Já na mediatização da sociedade, esta é ambientada por processos tecnológicos, novos mercados e também por novas modalidades de discursos que, como assinala o autor, redesenham os vínculos sociais, acarretando novas formas de contato. Fausto Neto analisa que esse cenário produz um novo funcionamento do registro do simbólico: “a sua conversão em uma ‘realidade própria’, tem efeitos sobre sua autonomia como campo e nos próprios processos de referenciar a si própria e o mundo” (2007, p. 8). O campo mediático passa a falar da própria atividade enunciativa, tornando-se um outro tipo de interpretante, o que “altera substancialmente o estatuto da enunciação mediático-jornalística”:

A noção de acontecimento deixa de resultar de transações complexas que realiza junto ao mundo das fontes e de outras transações discursivas, e passa a depender mais do investimento do trabalho de enunciação, do que das ressonâncias que teriam sobre ele discursos de outros campos. A realidade externa se faz presente, mas a partir de operações de acoplamentos que tratam de instituí-la em conformidade com suas próprias regras de semantização (FAUSTO NETO, 2007, p. 8).

Resulta daí que o investimento de sentido do campo mediático se faz através de operações discursivas que “convertem a enunciação em acontecimento” (idem, p. 8). Fausto Neto descreve diversas operações que instituem a nova modalidade discursiva e que apontam para a autonomia do campo em transformar seu trabalho enunciativo em acontecimento. Dentre elas, as operações de auto-referência servem para co-validar ou patrocinar as próprias ações que se tornam notícia e que demonstram a “realidade da construção” enquanto auto-suficiência enunciativa (2007, p. 17).

Para fins de nossa investigação, identificamos no trabalho de Fausto Neto algumas ações do campo mediático que foram transformadas em acontecimentos via enunciação jornalística e que podem nos servir de pistas metodológicas no trato dos materiais:

- A “celebração da enunciação” de uma pauta que não se realizou por motivos alheios ao campo, mas que é convertida em acontecimento segundo regras próprias da enunciação mediática;
- A monitoração da enunciação mediática que constrói o estatuto da testemunhalidade em diferentes temporalidades e que repercutem sobre o próprio tempo do acontecimento;
- A inclusão de câmeras televisivas em situações não convencionais na intenção de “cobrir” a incompletude de sentido capturando tudo o que “sobra” do real, e que depois, é transformada em acontecimento (FAUSTO NETO, 2007, p. 10-16).

Estes são apenas alguns exemplos que recortamos para a construção metodológica, uma vez que buscamos investigar as modalidades da enunciação jornalística na “tentativa de completude” em relação ao próprio suporte, aos acontecimentos e às vinculações propostas ao receptor. Lembramos, como disse Verón (2004, p. 108), que o acontecimento é uma “constante desconhecida” na medida em que só temos acesso a ele via enunciação mediática. Não se trata, pois, de procurar a referência em algum lugar “real”, mas de investigar os modos da mediatização do acontecimento e de construção do lugar de fala do MST, via dispositivos de enunciação.

Para responder a pergunta do problema “como o discurso mediático constrói a fonte MST?”, as questões que podemos fazer aos nossos materiais devem permitir a identificação das estratégias dos contratos de leitura, a identificação do lugar de fala do enunciador, das *lógicas* que fazem a fala se relacionar com o destinatário. Braga propõe investigar no texto sua ação construtiva da situação, isto é, a lógica que faz a fala ter sentido numa situação concreta com determinados modos de dizer, pois a fala é uma tomada de posição: “trata-se de observar o produto cultural não só nos seus aspectos de determinação pelo contexto, mas também enquanto esforço de ação e construção sobre esse contexto” (2000, p. 163; 169).

Fausto Neto organiza algumas perguntas para a análise dos contratos de leitura:

Como os sujeitos são colocados em posições diferenciadas (emissão/recepção)? Que regras são mobilizadas para construir essas posições e esses lugares? E, de maneira específica, como é que o campo da recepção já se objetiva, enquanto tal, na própria dimensão discursiva, como trabalho de produção? (FAUSTO NETO, 1995, p. 199).

Quais são os contratos de leitura das notícias sobre o MST? Buscamos descrever as operações discursivas de produção de sentido, que são investidas na significação. Verón explica que “um processo de produção de um discurso ou de um tipo de discurso tem sempre a forma de uma descrição de um conjunto de operações discursivas que constituem as operações de investimento de sentido na (ou nas) matéria(s) significante(s), componentes do feixe textual analisado” (1980, p.106).

A noção de contratos de leitura permite perceber as estratégias na definição do espaço de interpretação por parte do leitor, ou seja, quais são as operações de construção dos modos de inteligibilidade? Trata-se de descrever as operações enunciativas de produção de sentido. Nas palavras de Verón, “o sentido concerne à produção do dispositivo significante: quando se emprega uma expressão em lugar de outra, o sentido muda” (1980, p.179).

A estas perguntas, associamos outras: Qual é a relação que o suporte constrói com o destinatário? Como o receptor é tratado pelo campo da emissão? Verón chama a atenção para que a análise deve inicialmente identificar uma marca, que é interpretada como operador, na superfície textual; e lembra que uma marca pode fazer várias operações de acordo com sua localização no texto (2004, p. 61-62).

Esta metodologia visa compreender a “economia mediática” de construção do acontecimento e dos contratos de leitura: quais são as operações enunciativas que constroem a relação do enunciador com os acontecimentos e a fonte MST? O que o texto faz em relação ao acontecimento e seus atores e seu destinatário? Há marcas que indicam a presença do discurso da fonte? Qual é a posição do enunciador em relação aos fatos? Como se realiza a tomada de posição? Para que destinatário o enunciador fala? Que qualidades simbólicas tem o destinatário? Quais são os elementos modalizadores de construção dos acontecimentos?

Por modalizador, entendemos “um elemento gramatical ou lexical por meio do qual o locutor manifesta determinada atitude em relação ao conteúdo de seu próprio enunciado”, e pode ser:

a) advérbio (*talvez, sem dúvida, a meu ver* etc.), que indica se o conteúdo do enunciado foi ou não inteiramente assumido pelo locutor; **b)** o modo verbal (indicativo, subjuntivo), que indica se o enunciado expressa um fato ou um desejo (*Pedro veio; gostaria que Pedro viesse*); **c)** o verbo auxiliar modal, que indica a noção de necessidade ou possibilidade (*Pedro pode vir; Pedro deve vir*); **d)** uma oração principal cujo verbo expressa modalidade (*é possível que Pedro venha*). (Dicionário Houaiss eletrônico).

Qual é o lugar de fala do enunciador em relação ao acontecimento e seus atores e ao destinatário? Qual é a “hipótese” que o discurso apresenta sobre o acontecimento? Quais são as diferenças entre os diferentes dispositivos na construção do acontecimento?

Em relação às imagens televisivas: os textos ajudam a ler a imagem ou é ao contrário? Como funcionam as imagens em relação ao texto? Quais são as construções semânticas realizadas pelo discurso? Lembrar o paradigma da imagem que estrutura a inteligibilidade da construção dos acontecimentos na televisão. As notícias em TV serão produzidas de acordo com a disponibilidade de imagens, inclusive, como afirma Verón (1995), a sua localização no telejornal dependerá disso.

Observar o efeito de sentido da “conversa” entre os apresentadores no *setting* televisivo. De acordo com Verón, isto produz o efeito de sentido de que o espectador assiste ao discurso informativo ao mesmo tempo em que está se desenvolvendo (1995, p. 33).

Observar a entonação e o tom de voz. O tom de voz dá sinais da gravidade do acontecimento? As mãos servem para destacar, sublinhar, partes do discurso. O apresentador cria uma distância entre ele e o acontecimento, ou vive o acontecimento como se estivesse ali? (VERÓN, 1995, p. 88). Na entrevista ao vivo, como se posiciona o apresentador ao fazer as perguntas e conceder a palavra?

Qual é a relação do enunciador com os acontecimentos, há incerteza quanto aos fatos? Levanta dúvidas? Quais são os clichês, metáforas que condicionam o discurso? Quais as operações para se mostrar credível?

O acontecimento mediático é construído segundo dispositivos de enunciação que dão forma à cobertura jornalística de cada telejornal, caracterizando-se por modelos. Fausto Neto (2002) identifica três tipos: descrição e testemunhalidade; teatralização; e didático-pedagógico. Qual é o modelo adotado?

Para um cuidado metodológico, adotamos o posicionamento de Verón de que mencionar nomes de jornalistas não significa considerá-los enquanto personalidades nem suas competências profissionais, mas tão somente o modo de funcionamento do sistema mediático (1995, p. III).

Quanto ao corpus, selecionamos uma amostra “mista” de matérias de telejornal local e de rede nacional sobre a destruição da Aracruz Celulose, ocorrida em 08 de março de 2007, quais sejam: telejornais da RBS TV, SBT Rio Grande e do Jornal Nacional e do Jornal da Band. O nosso objetivo é investigar a construção mediática de um mesmo acontecimento e como cada mídia o constrói, quais as modalidades do dizer de cada mídia, os contratos de leitura que cada uma propõe ao leitor, e o lugar de fala da fonte, através da análise das

operações discursivas de cada telejornal de âmbito local e nacional. Assim, podemos perceber os diferentes contratos de leitura e capturar as políticas de regulação de sentido de cada suporte de comunicação.

No próximo capítulo, apresentamos um breve histórico da visibilidade mediática do MST para compreendermos a construção do discurso, a política de comunicação e sua visão sobre a mídia.

3 O MST E A MÍDIA: CONTEXTO E TENSÕES

Certa vez, em entrevista à Revista Carta Capital, João Pedro Stédile, um dos coordenadores nacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, afirmou: “O MST é uma organização pequena. O que nos diferencia é que os outros não estão fazendo nada e nós aparecemos. A nossa sombra é maior do que o nosso tamanho” (STEDILE, 2005a, p. 31). A frase aponta para a visibilidade pública desta organização social que ficou conhecida pela sigla “MST” cuja presença na mídia tem produzido os mais diversos efeitos de sentido. Foi através de suas ações de protesto a partir de meados dos anos 80 que o tema da reforma agrária ganhou mais visibilidade na mídia brasileira.

Há uma constância de sua presença na mídia. Tamanho impacto semiótico se deve a sua capacidade de desenvolver a luta pela reforma agrária ocupando espaço também na mídia. Num contexto de crescente mediatização da sociedade brasileira, em que a interdependência dos campos mediático e político é cada vez mais complexa e profunda, as reivindicações sociais exigem disputas por espaço na mídia, que é o espaço central da visibilidade pública. Na era da imagem e da visibilidade, o MST conquistou **existência social**. Evidentemente que tal existência é fruto de um longo trabalho de articulação e de mobilização social com ações de protestos através de uma atuação política ampla, que estrategicamente, desenvolve também a atuação mediática.

A realização de ações de protesto e mobilização varia de acordo com a avaliação de cada momento e estas podem ser: ocupação/invasão de propriedades (privadas ou não) improdutivas (isto é, que não estão produzindo e, portanto, não estão cumprindo sua função social, conforme a Constituição Brasileira); de prédios públicos, como as sedes nos diversos estados da Federação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; realização de caminhadas e/ou marchas nas auto-estradas e dentro das cidades até as sedes dos governos; bloqueio de pedágios e interrupção do trânsito; saques a caminhões carregados de produtos alimentícios e a armazéns de abastecimento; destruição de mudas em áreas de monocultura.

Todos estes eventos geram notícia e “rendem” imagem na mídia, principalmente pelo impacto e conflito que apresentam. O resultado disso é que, como assinalou atentamente Stedile, a sombra do MST se tornou maior que a própria organização social.

As ações noticiadas são signos que, na semiose infinita, ganham novas interpretações e sentidos. Bruno Comparato (2001)² estudou, na perspectiva da Ciência Política, como o Movimento conquistou espaço na esfera política nacional, tornando-se ator político, a partir de uma pesquisa comparativa dos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*. O autor demonstra que no período de 1995 a 2000, o tema da reforma agrária teve o auge no ano de 1996, devido ao que ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás e da aprovação da lei do Imposto Territorial Rural (ITR). Como explica Comparato, “os problemas agrários eram comentados, mas não eram automaticamente relacionados com o MST que, nos anos seguintes, foi tomando conta do assunto” (2001, p. 110).

O pico de editoriais sobre o MST, ainda segundo o autor, ocorreu em 1997 com a cobertura periódica da Marcha a Brasília. Também neste ano o então Presidente Fernando Henrique Cardoso “passou a se referir explicitamente ao movimento” e “a reforma agrária contava com o apoio de 94% da população” (COMPARATO, 2001, p. 110; 117). “O que incomoda mais o governo”, afirma o autor, “é a dificuldade em combater a habilidade que o MST demonstra em aparecer na mídia. Com efeito, seria muito mais confortável, para o governo, que o MST adotasse uma forma institucionalizada de oposição política” (2001, p. 112).

Ao sublinhar que o MST adota uma forma diferente de fazer oposição política que não é a institucionalizada, apontando sua “habilidade em aparecer na mídia”, Comparato chama a atenção para a afetação do campo mediático na política e vice-versa. Ao ocupar terras e realizar outras ações, que normalmente são consideradas “fora da lei”, o MST investe duplamente num modo não institucional de ação política, pois se trata de uma prática de pressão que acaba chamando a atenção da imprensa. Apesar de ter conquistado espaço na mídia, a interação do MST com o campo mediático, entretanto, é marcada por uma dinâmica tensa e conflituosa, uma vez que os campos sociais possuem lógicas próprias de funcionamento.

Os interesses dos dois campos são bastante distintos: o movimento social deseja reivindicar a reforma agrária, revelar uma estrutura social que considera injusta e mobilizar a população em prol de uma transformação social. Não quer somente terra, faz pressão por uma

² Este artigo é um resumo da sua dissertação de mestrado **A Ação política do MST**. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, 2001.

mudança na estrutura social e política; já a mídia objetiva dar conhecimento à sociedade dos fatos ocorridos, ou seja, definir a informação da atualidade.

Nesta interação, cada um dos lados possui um interesse próprio sobre as ações do outro. O MST visa não se submeter única e exclusivamente às lógicas do campo mediático impondo também seus interesses, através de uma ação pró-ativa.

O MST não quer simplesmente ser noticiado, mas produzir sentido. Não quer ser somente o objeto do enunciado, o referente, mas o sujeito da enunciação ou o referente nos próprios termos. Não quer ser apenas o assunto da notícia, mas o articulador desse assunto, ser mediador do tema; enfim, o Movimento quer participar da definição ou estruturação do discurso jornalístico ampliando seu lugar de fala de protagonista do acontecimento para fonte-voz interpretadora dos acontecimentos. Dorde García (2003) afirma que, tendo conseguido ser visibilizado, o movimento social busca conquistar representações favoráveis. Diríamos que tais representações contribuem para a possibilidade de interferir na construção da agenda mediática, em articulação com a pública e a política. A luta por terra se articula, portanto, com a disputa mediática em torno do seu bem simbólico mais importante para a mobilização social: a produção de sentido. Neste embate, são construídos o seu discurso e a sua identidade social.

3.1 O MST e as Novas Formas de Ativismo Social ou Breve Histórico da Visibilidade Mediática do MST

As ações de protesto empreendidas pelos movimentos sociais buscam a visibilidade pública como forma de conquistar legitimidade para a sua causa. Denominamos **novas formas de ativismo social** aquelas ações que constituem a dimensão mediática como modo de viabilizar, potencializar e/ou agenciar capital político cuja promoção atrai especialmente o interesse do campo jornalístico. A dimensão mediática constitui os próprios processos sociais que estão subsumidos pela linguagem e narrativa mediáticas, ao mesmo tempo em que o campo mediático possui a capacidade de captá-los e dar-lhes significado. José Luiz Braga (1999) apresenta dois conceitos interdependentes que abordam esta relação: a inclusividade e a penetrabilidade.

A inclusividade diz respeito à capacidade dos dispositivos mediáticos capturarem “tudo o que, em termos de som e/ou imagem possa ser representado” adicionando, assim, os

processos sociais observados. O segundo aspecto é denominado de penetrabilidade: ao fazerem isso, estes processos sofrem modificações tanto pela inclusão em si, isto é, pelo resultado mediático que é uma construção (o processo social mostrado adquire outras características com a interpretação, ritmo, formato, duração, perspectiva); como pela solicitação dos modos operatórios audiovisuais que lhes exigem ajustes e/ou adaptação. Braga ressalta que “o meio/processo de comunicação *penetra* nos processos sociais, modificando-os em função de seus próprios modos operatórios” (1999, p. 4).

Nesta perspectiva, ao dar eco às disputas políticas, o campo mediático potencializa-as e transforma-as com sua narrativa própria; e quanto aos agentes, modifica-os e legitima-os e dá a eles visibilidade pública conferindo **existência social**.

Desde sua fundação, as ações realizadas pelo MST são formas de pressão política informais e inusitadas que conquistaram visibilidade mediática. Tratando especificamente das relações entre o MST e o jornal Zero Hora, Christa Berger afirma que “os movimentos sociais devem teatralizar suas reivindicações para garantir espaço na mídia” (1998, p. 116), e que “consideram a dinâmica da imprensa na elaboração de suas estratégias políticas” (p. 10-11). Na relação entre o MST e a mídia, ocorre um “jogo de usos”:

O MST percebe a mediação da informação na sua interlocução com o poder político. E a mídia sabe que seu poder está na sua condição de mediação. Nesta interação (sinuosa, sutil, não dita) ambas se vinculam mediante um “jogo de usos”. O MST precisa encenar suas reivindicações, torná-las fotografáveis e oferecer à imprensa os elementos que confirmarão sua natureza. A ela cabe contar o presente e quanto mais “expedientes do real” tiver, maior será sua credibilidade (BERGER, 1998, p. 11).

Através da espetacularização, os movimentos buscam constar “da pauta do jornal e, assim, dialogar com os agentes do seu próprio campo, no caso, o subgrupo governo”. A sua política de comunicação é composta de estratégias para se fazerem ouvir (idem, p. 27; 111)

Na análise, o MST “propõe/encena” três conflitos: o político, o institucional e o armado. O conflito político significa a não conciliação com o poder, pois as forças estão em posições opostas. Este conflito não gera manchete, somente poucas notícias. O conflito institucional é regido pela negociação com o órgão responsável pela execução da reforma agrária, o Incra, na qual há avanços parciais; gera notícia e, ocasionalmente, manchete, mas não rende imagens. E o conflito armado, por ser o mais atrativo, gera notícia, manchete, capa e fotografia. Neste, as foices e enxadas se tornam uma ameaça para os policiais e a tática da provocação cria o clima de confronto que corresponde às expectativas do jornal e do leitor (BERGER, 1998, p. 120-121). Nesse encontro, o MST atua em função do que pode ser

também de interesse dos jornalistas, demonstrando que domina algumas regras da mediatização. O espetáculo se torna, assim, estratégia de visibilidade e tática no jogo político.

O estudo de Christa Berger (1998) aponta para a atuação do Movimento para agendar a mídia em prol dos seus interesses. Isto não significa que o MST tenha o domínio da produção de sentido mediático, porém, as suas formas de ação estão subsumidas pela dimensão mediática fundamental na disputa política na sociedade contemporânea. Propomos observar as novas formas de ativismo social engendradas pelo MST através de um percurso cronológico fazendo uma articulação entre o contexto histórico, as ações desenvolvidas e a construção do discurso do MST.

Fruto de diversos conflitos por terra localizados em várias partes do Brasil, o MST foi fundado oficialmente em 1984 num encontro nacional em Cascavel, estado do Paraná, contando com o apoio da ala progressista da igreja, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que ajudou a articular as lideranças dos diversos movimentos. O MST surgiu como uma articulação em nível nacional para superar o isolamento das lutas localizadas e conquistar autonomia política. De acordo com Bernardo Mançano Fernandes:

Esta superação se fazia necessária em razão das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das lutas localizadas. As lutas acontecem no campo, porém o processo de conquista da terra não acontece só no campo, mas sobretudo na cidade. Assim, uma articulação nacional poderia permitir a construção de uma forma de organização social que fortaleceria esse processo de conquista, construindo uma infra-estrutura pela luta (FERNANDES, 1996, p. 77).

O Movimento deu continuidade ao principal meio de pressão dos grupos anteriores que lutaram por terra: a ocupação de propriedades, que tem como objetivo pressionar o governo a negociar com os integrantes. Antes da ocupação, é escolhida a propriedade rural (privada ou pública) por estar improdutivo, isto é, que não está produzindo e, portanto, não está cumprindo sua função social conforme a Constituição Brasileira. A ocupação consiste em famílias inteiras se instalarem, por tempo indeterminado, em barracas armadas com paus, barro e lona, criando um acampamento improvisado com condições mínimas de sobrevivência, até que haja um desfecho para a situação, que apresenta quatro possibilidades: a) a desapropriação da área para transformá-la em assentamento, permanecendo as famílias no local; b) o deslocamento das famílias para outra área de reforma agrária; c) a expulsão das famílias via campo jurídico através de ordem de despejo que é executada pela Polícia Militar. Ocorre, entretanto, a via informal com a contratação de segurança armada pelos proprietários. Um caso histórico intensamente publicizado ficou conhecido como “Massacre de Camarazal” em 1997, em Pernambuco, quando pistoleiros atiraram contra o acampamento dos ocupantes

matando dois homens, ferindo duas crianças e afugentando as famílias da propriedade ocupada (MELO, 2000); e finalmente, d) a resistência das famílias em permanecerem no local.

Por ser, geralmente, uma ação de massa, a ocupação foi (e ainda é) responsável por tornar o MST conhecido da população brasileira. No livro “A Luta pela Terra no Brasil” dirigido ao leitor não iniciado sobre o assunto e que tem o objetivo de informar sobre o MST “a partir de dentro dele mesmo”, Stedile e Frei Sergio explicam:

A ocupação cria uma situação de conflito que obriga o governo e a sociedade a olhar para o problema dos sem-terra. A ocupação chama a atenção da imprensa, a polícia militar cerca para evitar que cheguem mais famílias, o proprietário recorre à Justiça (Poder Judiciário) para exigir a retirada das famílias, alegando que houve uma invasão de sua propriedade particular. E se as famílias ocupantes estão em situação de fome e com pouca comida, então decidem abater algumas cabeças de gado do latifúndio para matar a fome, o que faz o rolo ficar ainda maior (STEDILE & FREI SERGIO, 1993, p. 53).

Como atestam Stedile e Frei Sergio, a situação de conflito criada chama a atenção de diversos agentes sociais: governo, justiça, mídia. Desta, em especial, tem grande potencial de atração pela imprevisibilidade dos fatos que podem transcorrer durante a ação. Mesmo correndo o risco de perder a vida e diante das dificuldades de viver num acampamento improvisado, para o MST, a ocupação é uma forma de pressão fundamental:

Tem sido comum os governantes dizerem nos jornais que não negociam com invasores, mas a prática tem mostrado que as negociações mais frutíferas têm acontecido como fruto das ocupações e que a ocupação de terra é o instrumento mais eficaz de pressão para conquistar terra para os trabalhadores (STEDILE & FREI SERGIO, 1993, p. 54).

O MST nasceu com uma proposta mais abrangente de encaminhamento das reivindicações. Nas palavras da organização: “a luta pela reforma agrária e pelo sonho da justiça social vai além da conquista da terra. A luta dos Sem Terra é por um projeto popular para o Brasil, baseado na dignidade, soberania e solidariedade entre todos e todas” (MST, 2005).

Diferentemente dos movimentos sociais anteriores que reivindicaram reforma agrária no Brasil, o MST se constitui com uma atuação mais ampla. À demanda econômica de realização da reforma agrária bem como de todos os recursos necessários, o MST busca associar uma luta política de mudança da própria gestão do país – “por um projeto popular para o Brasil”. De acordo com Alain Touraine, os novos movimentos sociais se mobilizam em torno de lutas políticas:

A reivindicação já não pode ser definida, de modo cabal, pela luta contra o desemprego, os salários baixos, a irracionalidade de um sistema econômico marcado por crises, a dominação do capital financeiro ou da propriedade familiar. Nas

sociedades mais avançadas economicamente³, a reivindicação dirige-se mais amplamente contra um sistema de organização social, simultaneamente contra a acumulação de poder pelos aparelhos e contra a manipulação crescente de todos os setores da atividade social (1982, p. 165).

Apresentando, pois, algumas características de novos movimentos sociais, o MST aponta, no seu discurso, para uma atuação articulada com diversas áreas da sociedade. Ao mesmo tempo em que se dá a própria consolidação do Movimento, o seu discurso vai sendo elaborado e adaptado à conjuntura política através do seu congresso nacional, um encontro de massa que ocorre a cada cinco anos para atualizar as linhas políticas. O congresso nacional é a mais alta instância da organização.

Desde sua fundação nos anos 80, o Movimento havia chamado a atenção da imprensa, mas foi a partir de meados dos anos 90, no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso – FHC – (1994 a 2002) que o MST conquistou espaço na mídia. A sua intensa atuação política proporcionou visibilidade pública e status de ator político, chegando a ser avaliado como o “mais importante movimento social já ocorrido no Brasil, neste século [...] porque no século passado houve a abolição da escravatura” (FURTADO, 1998, p. 28).

Dirigindo seu discurso contra a política econômica do Presidente FHC (eleito pelo Partido Socialista Democrático Brasileiro – PSDB), o MST se constituiu numa organização de oposição encampando também a defesa de outras categorias profissionais que sofreram com a privatização de empresas estatais. Houve pouca mobilização popular contra as privatizações e o governo FHC foi marcado por intenso processo de enxugamento da máquina estatal em áreas como telefonia e energia elétrica, entre outras, gerando desemprego e diminuição dos salários, além do aumento nos preços dos serviços como forma de cumprir os contratos de privatização com as empresas compradoras, na sua maioria, multinacionais estrangeiras.

Desta forma, o MST construiu o discurso voltado à grande parte da população que sofria os efeitos excludentes da concentração de renda e da globalização. Como analisa Antonio Carlos Machado Guimarães (2001, p. 104-107), a fala do MST tanto se situa no cenário restrito, isto é, no embate diretamente com os latifundiários⁴ e o governo no que se

³ Consideramos que a análise de Touraine sobre os novos movimentos sociais nas sociedades mais avançadas economicamente se adapta, neste caso, ao Brasil. No contexto atual de globalização, as lutas sociais desenvolvidas aqui estão subsumidas por um poder central de acumulação de renda e vinculação econômica e social dos países centrais, o que cria, portanto, semelhanças na identidade dos novos movimentos sociais na América Latina.

⁴ Utilizamos o termo “latifundiário” no seu sentido denotativo, isto é, proprietário de latifúndios, grandes extensões de terra.

refere aos problemas específicos da execução da reforma agrária, quanto num cenário mais amplo, envolvendo toda a sociedade ao falar de um lugar de “cidadão” acerca de um projeto popular para o Brasil. Num contexto de refluxo dos movimentos sociais nos anos 90 no país, o MST se apresenta como um movimento amplo em torno do qual se unem diversos pensamentos de oposição à política econômica de redução do papel do Estado implantada no início dos anos 90. Diversas organizações de tipos variados se sentem identificados por aquele discurso reivindicatório pela cidadania. Com isso, o MST ultrapassou o limite do seu público mais direto (os trabalhadores rurais e os latifundiários) para falar ao grande público.

Com a consolidação do Plano Real, o Presidente FHC conseguiu combater a inflação, o que o favoreceu na reeleição para um segundo mandato em 1998, porém, as altas taxas de juros geraram pouco crescimento econômico e perda salarial. Foi um período de intensificação da mobilização popular, com greves de diversas categorias profissionais.

Em relação às políticas agrícola e agrária, o governo priorizou o agronegócio para exportação de grãos, mantendo o Brasil na liderança da produção de soja e milho pelas grandes propriedades com a utilização de alta tecnologia e pouca mão-de-obra. Sem o governo realizar o programa de reforma agrária⁵ nem liberar recursos para a agricultura familiar, o MST intensificou a articulação dos trabalhadores rurais e ocupou propriedades improdutivas, agências bancárias, sedes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão federal responsável pela execução da reforma agrária. Especialmente as ocupações de fazendas geraram uma forte reação por parte dos proprietários que, para proteger suas terras, contrataram seguranças particulares, acarretando um clima de tensão e iminente conflito no campo.

O lema do MST que desde o governo Fernando Collor (1990 a 1992) era “ocupar, resistir e produzir” foi modificado em 1994 no seu III Congresso Nacional realizado em Brasília. Na ocasião, foi decidido que a reforma agrária deveria receber também o apoio da população das cidades, não se restringindo a uma reivindicação exclusivamente das pessoas do campo. Por isso, o lema escolhido foi “reforma agrária, uma luta de todos”. Com este slogan, o MST consolidava a abrangência do seu discurso falando tanto para o trabalhador rural como para o cidadão em geral.

⁵ O Brasil é um dos poucos países no mundo que não realizou uma reforma agrária. Devido a isso, há uma desigualdade no acesso à terra para a produção agrícola, além da desigualdade entre os tamanhos das propriedades. A concentração fundiária remonta ao período colonial, quando as terras foram doadas pela Coroa Portuguesa aos administradores das sesmarias. De lá para cá, houve poucas tentativas de redistribuição pelo governo brasileiro, mas nunca modificando a estrutura fundiária. Ver: MARTINS (1985; 1997).

O MST construiu a pauta de reivindicações tendo como referência a realidade do país e as necessidades dos trabalhadores rurais. De acordo com James Petras:

Isso permitiu ao MST tornar-se um movimento de massas nacional no enfrentamento da crise do neoliberalismo, enquanto que a Velha Esquerda entrou em colapso porque seus vínculos eram com modelos externos em decadência. O contexto global apresenta duas faces: a falência do comunismo e as crises de percurso do neoliberalismo. A velha esquerda respondeu ao primeiro, o MST ao último (PETRAS, 1997, p. 272).

Podemos citar três acontecimentos que tiveram destaque na cobertura mediática do MST na década de 90 e que contribuíram para a **existência social** do movimento. Primeiro, em 09 de agosto de 1995, ocorreu o que ficou conhecido como “Massacre de Corumbiara”, quando foram mortos nove trabalhadores rurais sem-terra, dentre os quais uma criança, e dois policiais militares, num confronto entre posseiros e policiais. Estes últimos cumpriam ordem judicial de reintegração de posse da Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara, em Rondônia, ocupada pelos sem-terra. Para João Pedro Stedile, esse acontecimento de Corumbiara e a marcha realizada no mesmo ano fizeram com que o governo FHC reconhecesse a importância do MST, porque:

Para ele, o MST não existia. Derrotamos essa tática de uma maneira voluntária e também involuntária. A involuntária foi o massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, que revelou ao mundo a existência dos problemas agrários no Brasil. A voluntária foi o nosso III Congresso Nacional, em Brasília, com aquela passeata de 5 mil pessoas, que nos recolocou na imprensa (STEDILE, J. P. & FERNANDES, 1999, p.143).

O segundo fato, em 17 de abril de 1996, foi também denominado de “massacre”, desta vez ocorrido no município de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, e com repercussão ainda maior do que o anterior. Numa ação policial para a retirada dos manifestantes que haviam interrompido uma rodovia no sul do estado para reivindicar desapropriação de terras na região, os policiais militares receberam ordem para disparar contra aqueles. 19 trabalhadores foram mortos. O caso não só teve grande destaque na mídia brasileira como repercussão na mídia internacional que destacava “a mais bárbara chacina de trabalhadores sem-terra já cometida no país” (IstoÉ, 24/04/96).

O dia 17 de abril foi transformado no Dia Internacional de Luta pela Reforma Agrária pela Via Campesina, uma articulação internacional dos movimentos sociais rurais do campo nos cinco continentes, da qual não somente o MST faz parte como também outras organizações rurais existentes no Brasil, como o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC; a Pastoral da Juventude Rural; e a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

No ano de 1996, o MST marcou tanta presença no espaço público brasileiro que foi, inclusive, captado pela TV Globo na novela “O Rei do Gado”, de autoria de Benedito Rui Barbosa. A novela abordou o tema da reforma agrária e do MST. Isto aumentou ainda mais a visibilidade pública do Movimento, inclusive dentro do Movimento, como atesta João Pedro Stedile:

O impressionante é que o povão não vai pelo detalhe. Para o povão, o importante é que a Globo fale dos sem-terra, não interessa o que fale. Parece que havia, assim, uma certa representação social. [...] Na cidade de São Paulo, talvez porque a população já está muito urbanizada, até que não houve muita repercussão. Já nos pequenos municípios, que enxergavam o acampamento, o real o dia inteiro, a novela repercutia mais ainda. Foi impressionante o sucesso que ela fez no interior (STEDILE, J. P. & FERNANDES, 1999, p. 136-137).

O terceiro fato está diretamente relacionado com o “Massacre de Eldorado dos Carajás”. Trata-se da realização, no ano seguinte, da “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária” e que foi programada para chegar a Brasília exatamente na data do primeiro aniversário do “Massacre de Eldorado”. A caminhada foi composta por participantes de quase todo o Brasil organizados em colunas passando por diversos municípios. Com essa Marcha e a ocorrência de dois massacres contra trabalhadores rurais sem-terra, o MST obteve apoio da opinião pública. Pessoas das mais diversas categorias se integraram na caminhada. João Pedro Stedile explica o objetivo da marcha:

O de dialogar com a sociedade e fazer frente à ofensiva de FHC. Assim, um longo trajeto foi percorrido em mais de dois meses. Não fomos de ônibus, fomos caminhando e, em cada cidadezinha que passávamos, explicávamos para a população o sentido da luta, fazendo um trabalho de conscientização política. [...] A intenção, repito, não era negociar com FHC. Com o apoio que recebemos da população durante toda a Marcha e, principalmente, na chegada, queríamos fazer uma crítica contundente contra a política neoliberal. Esse foi o clima da audiência (STEDILE, J. P. & FERNANDES, 1999, p. 151-153).

De acordo com o sociólogo James Petras, o MST “tem mostrado como pode transformar uma derrota tática (massacre de camponeses) em vitória estratégica (protestos nacionais que tornam a opinião pública favorável a sua luta)” (1997, p. 276).

O dia 17 de abril foi transformado num marco de referência das ações do MST em todo o país, tornando o mês um período de intensa mobilização. A marcha foi repetida em outros anos, ora em nível nacional ora em nível regional ou estadual, sempre chamando a atenção para as reivindicações do MST que agora eram acrescidas da exigência de justiça pelos trabalhadores mortos no “Massacre de Eldorado dos Carajás”.

O mês de abril equivaleria, assim, à data-base dos sindicatos e a marcha entrou para o calendário jornalístico. Em que pese o país de proporções continentais, o MST conseguiu

articular, nos anos seguintes, uma série de ocupações e ações de protesto em vários estados ao mesmo tempo. À medida que o MST se instalava nos estados e crescia em número de integrantes e de ações realizadas, a sua visibilidade tomava conta das mídias locais e nacionais. O Movimento criou a estratégia de pressão em nível nacional com o que denominou “jornada de lutas”. Esta forma de ativismo social é um dos trunfos do Movimento.

De acordo com João Pedro Stedile, em conversa com Celso Furtado, este deu quatro recomendações de estratégias para a continuação da luta e do próprio Movimento: 1) manter-se como movimento nacional para poder contribuir para um projeto nacional; 2) desenvolver cooperativas de comercialização e de agroindústria para livrar os assentados de intermediários; 3) formar quadros técnicos e políticos e em todos os níveis; 4) fazer campanha de esclarecimento e propaganda em nível internacional:

Hoje a correlação de forças também se determina a nível internacional e um dos pontos fracos desse governo é não conseguir provar para a opinião pública internacional porque não consegue resolver um problema tão simples, que é o da concentração vergonhosa da propriedade da terra no Brasil (FURTADO citado por STEDILE, 1997, p. 313).

As recomendações dadas pelo economista apontam para as novas formas de ativismo social que se caracterizam pela associação do capital político à visibilidade pública ou dimensão mediática. Ao chamar a atenção para a importância da opinião pública internacional, Celso Furtado demonstra que a dimensão mediática é constitutiva do campo político através da qual as “brechas” encontradas no nível simbólico podem ser utilizadas para acumular mais força política.

Foi o que fez o MST. Sua visibilidade internacional que já havia sido marcada pelo “Massacre de Eldorado dos Carajás” cresceu ainda mais, desta vez com a realização da exposição fotográfica de Sebastião Salgado, considerado o melhor fotógrafo documental da atualidade. A exposição “Terra” reuniu imagens dos trabalhadores sem-terra numa espécie de denúncia da situação de exclusão e miséria em que vivem milhares de sem-terra no Brasil, desde detalhes de mãos, pés e rostos marcados por uma árdua sobrevivência, passando pelas condições precárias de instalação nos acampamentos, até as cenas da mobilização social, como ocupações e atos de protesto, entre outras, como possibilidade de reconstruir as condições de vida numa sociedade igualitária. As fotografias foram produzidas no ano de 1996 e, no ano seguinte foi inaugurada a exposição que passou por 40 países e em 100 cidades brasileiras.

Uma seleção de 15 fotografias foi também publicada no livro “Terra” (Companhia das Letras, 1997)⁶ que reuniu 100 fotografias em preto-e-banco tiradas por Sebastião Salgado no Brasil entre 1980 e 1996 de pessoas de algum modo “desterradas”, como trabalhadores rurais, crianças de rua, garimpeiros. As legendas foram feitas pelo próprio fotógrafo⁷ e o prefácio, pelo escritor português e Prêmio Nobel de Literatura, José Saramago. Juntamente com a narrativa verbal e visual, foi produzido um CD inédito com quatro músicas sobre a questão da terra no Brasil, compostas por Chico Buarque de Holanda (Fantasia, de 1978; Brejo da Cruz, de 1984; e as inéditas Assentamento e Levantados do Chão, esta última em parceria com Milton Nascimento).

Podemos dizer que o clima favorável da opinião pública em torno da luta do MST é resultado da sua capacidade de articular apoio em várias esferas da sociedade brasileira e internacional, ao mesmo tempo em que este apoio alimentou sua visibilidade pública. Do meio artístico e intelectual, diversos foram os nomes que demonstraram seu apoio publicamente ao movimento. Uma edição do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, publicado em 1997, trazia na contracapa fotos dos artistas brasileiros que se declararam favoráveis ao Movimento, entre eles, Beth Carvalho, Letícia Sabatela, Chico Buarque. A gravação do CD das músicas do MST teve a participação de Leci Brandão e de Beth Carvalho.

Na conjuntura internacional, cresciam as mobilizações pelo meio-ambiente e contra a globalização através de movimentos políticos inovadores que desenvolviam ação direta, a exemplo do Greenpeace, entre outros. No Brasil, a realização do primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, reuniu a esquerda mundial para se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. O MST foi um dos organizadores e sua participação nos fóruns anti-globalização se tornou importante meio de atuação política e de afirmação do discurso “anti-neoliberal” e por soberania alimentar.

O Fórum Social Mundial se firmou como uma grande articulação da esquerda internacional transformando-se em agenda anual de encontro das organizações. O fato de ter sido Porto Alegre a cidade a produzir o evento se deve à mobilização liderada pelo Partido

⁶ O livro foi publicado no mesmo ano em inglês (Terra: struggle of the landless, pela Phaidon Press), espanhol (Terra, pela Editora Alfaguara) e em português de Portugal (Terra, pela Editora Caminho).

⁷ A exposição fotográfica constituiu o marco inicial das atividades do projeto “As Imagens e as Vozes da Despossessão”, da Universidade de Nottingham, na Grã-Bretanha, realizado em 2001. No ano seguinte, a Universidade conferiu ao fotógrafo Sebastião Salgado o título de Doutor *Honoris Causa*. (<http://www.landless-voices.org/vieira/archive-04.phtml?sc=3&ng=p&se=0&th=55>).

dos Trabalhadores (PT) que construía um capital simbólico coletivo de acumulação de forças. De acordo com David Harvey:

As marcas distintivas acumuladas em Porto Alegre derivam de sua luta para moldar uma alternativa à globalização que não negocie rendimentos monopólicos específicos nem se renda ao capitalismo multinacional em geral. Ao concentrar-se na mobilização popular, constrói ativamente novas formas culturais e novas definições de autenticidade, originalidade e tradição (HARVEY, 2005, p. 169).

Além da visibilidade mediática do evento em si, um ato de protesto em especial teve grande repercussão mediática no Fórum Social Mundial que ocorreu no ano seguinte (2001), em Porto Alegre. Juntamente com o sindicalista francês e militante do movimento anti-globalização, José Bové, 600 trabalhadores sem-terra destruíram dois hectares de soja geneticamente modificada numa propriedade da multinacional estadunidense Monsanto.

O fato teve ampla cobertura mediática e o MST, ao participar desta ação, consolidava sua conquista por visibilidade com um discurso alinhado com os movimentos anti-globalização, especialmente pela soberania alimentar e contra as sementes transgênicas. Juntamente com outros movimentos, o MST conseguia impor a pauta das sementes transgênicas na mídia brasileira, alertando para o controle que as multinacionais teriam sobre a produção agrícola.

No ano 2000, o MST realizou seu IV Congresso Nacional em Brasília modificando seu lema para “Por um Brasil sem Latifúndio”. Como resultado de sua mobilização e articulação políticas, o MST desenvolveu o senso de oportunidade mediática para produzir imagem de impacto. Em 2002, duas ações foram estratégicas como tática de visibilidade. A primeira foi a ocupação da fazenda Córrego da Ponte dos filhos do então Presidente FHC, na cidade de Buritis, estado de Minas Gerais. Esta ação gerou imagem dos trabalhadores sentados no sofá da sala de estar, com os pés na mesa de centro, em foto de primeira página nos jornais. A intenção era pressionar o governo a atender as reivindicações. Havia um impedimento legal recém criado pelo então Governo FHC, de que propriedade ocupada não poderia ser desapropriada. O governo criou essa lei como forma de inibir as ocupações de terra. No entanto, o MST desenvolveu uma tática de pressão sem perder o impacto da ocupação: passou a acampar em determinadas áreas, visando a desapropriação de outras ao redor. Com esta estratégia, o MST obrigou o governo a recebê-lo.

O outro ato foi a entrega da bandeira do MST ao líder palestino Yasser Arafat por um militante sem-terra que integrava uma comissão de pacifistas da Via Campesina em visita de solidariedade. O militante Mário Lill do Rio Grande do Sul estava representando o MST em

uma reunião de trabalhadores rurais organizada pela Via Campesina. A visita à Autoridade Nacional Palestina foi acompanhada por fotógrafos e cinegrafistas que registraram uma imagem histórica da participação internacional do MST.

Em que pese o apoio e a opção formal pela candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, a postura de autonomia e crítica do MST ao governo não se modificou com a eleição do Presidente Lula em 2002. Historicamente identificado com os movimentos sociais e lutas populares, Lula se elegeu com 56% dos votos no 2º turno e tomou posse em 1º de janeiro de 2003 num clima de grande expectativa popular em torno do seu mandato.

Na sua gestão, não houve, entretanto, mudança no que se refere à execução da reforma agrária, que continuou tão lenta quanto nos governos anteriores. Além disso, o governo manteve a alta taxa de juros e desenvolveu uma política compensatória de inclusão social sem modificar a distribuição de renda nem a estrutura social. Diante disso, o MST se manteve autônomo numa posição crítica, mesmo tendo uma maior proximidade política com o Presidente Lula. O texto histórico do MST relata:

A eleição de Lula, em 2001, representou a vitória do povo brasileiro e a derrota das elites e de seu projeto. Mas, mesmo essa vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária e no modelo agrícola. Assim, é necessário promover, cada vez mais, as lutas sociais para garantir a construção de um modelo de agricultura que priorize a produção de alimentos e a distribuição de renda (MST, s/d).

O Presidente Lula manteve a mesma política econômica de FHC de fortalecimento do capitalismo financeiro. A relação do MST com o governo oscilou desde uma expectativa no seu primeiro ano de gestão e, conseqüentemente, com uma trégua nos primeiros meses, até uma pressão maior com cobrança por desapropriação e por recursos para os assentamentos, através de ações de ocupação, bloqueio de pedágios, interrupção de estradas, marchas, enfim, de todas as formas de pressão normalmente utilizadas pelo Movimento.

Depois de ter intensificado as ações em julho de 2003, os integrantes do MST foram recebidos pelo Presidente Lula de modo cordial. Neste encontro, foi presenteado com um boné (símbolo do MST) que o Presidente vestiu prontamente causando grande repercussão na mídia.

Tal repercussão se constituiu no embate de semantização principalmente entre os grupos sociais em disputa pelo apoio do Presidente: de um lado, o MST, e de outro, os deputados de oposição que representam os ruralistas (MELO, 2004). Fausto Neto (2003, p.20) chama a atenção para o fato de que este evento “atualiza a hipótese de que as lutas políticas

são alimentadas, ou se estruturam, em torno de estilos, ou seja de processos de enunciações mediante os quais se estabelecem os vínculos e os elos sociais”, e esta disputa de sentidos se dá pela mediatização. É o “trabalho do próprio regime de mediatização”, diz o autor, “que atualiza sua condição de guardião de contato do discurso político face à sociedade” (FAUSTO NETO, 2003, p.13).

No terceiro ano do governo Lula, o MST foi bastante publicizado pela ampla cobertura jornalística da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI da Terra – formada por deputados e senadores do Congresso Nacional, com o objetivo de investigar o uso das verbas públicas destinadas à reforma agrária. O relatório foi divulgado em novembro de 2005 e apontou a necessidade do cumprimento das metas da reforma agrária por parte do governo. A bancada ruralista, que tinha maioria na CPMI, ignorou o documento e produziu um relatório paralelo. João Pedro Stédile comenta a ação da mídia em relação ao fato:

A idiotice dos ruralistas foi tão grande, usando propostas como esta de que invasão de terras é crime hediondo e tentando indiciar os dirigentes do MST, que a própria imprensa burguesa se deu conta que eles avançaram o sinal e vocês devem ter percebido que a imprensa burguesa não valorizou o relatório da UDR, de certa forma, até desqualificaram também, então as conseqüências políticas do relatório da UDR não vai ter eficácia nenhuma (STEDILE, 2005b).

Neste ano, o MST realizou a “Marcha Nacional pela Reforma Agrária” com 12 mil participantes. “A marcha dos 12 mil”, como foi chamada, durou quase 20 dias e foi encerrada no dia 17 de maio. A cobertura da imprensa se deu durante boa parte do percurso da caminhada até o encerramento em Brasília, onde houve confronto entre os integrantes do MST e policiais militares. A marcha, que geralmente dá visibilidade ao MST, teve uma cobertura desfavorável cujo foco foi a suspeição da mídia em o Estado financiar a estrutura da caminhada.

Uma comissão foi recebida pelo Presidente Lula, apesar disso, o MST avalia que não houve avanço na implementação da reforma agrária e mantém a postura crítica em relação ao Governo Lula. O discurso aponta para a relação do modelo econômico implantado no Brasil com o capital das empresas multinacionais e a associação com a mídia.

Está em curso na sociedade brasileira uma disputa de modelo econômico e de produção agrícola. As fazendas do agronegócio representam a parcela da burguesia nacional que possui ativos na agricultura e que se aliou, ou melhor, que se subordinou ao capital estrangeiro representado pelos interesses das grandes empresas transnacionais. Essas empresas não só têm participação no lucro obtido do comércio agrícola internacional e das agroindústrias, como mantém fortes laços econômicos e ideológicos com as empresas de comunicação de massas. Está em curso uma tríplice aliança entre os fazendeiros do agronegócio, as empresas

transnacionais que controlam a agricultura e as empresas de comunicação (MST, 2006a).

Como vemos, os movimentos sociais desenvolvem ações de pressão política que consistem em romper com a face naturalizada da ordem social. A denúncia tem sido usada principalmente para agendar a mídia. A maior tática de visibilidade pública dos anos 2000 ocorreu com a promoção de uma ação direta contra o que o discurso do MST aponta de subordinação ao capital estrangeiro. Em 08 de março de 2006, no Dia Internacional da Mulher, mulheres articuladas pela Via Campesina destruíram o laboratório agroflorestal da Empresa Aracruz Celulose. A ação garantiu a presença de cinegrafistas, fotógrafos e repórteres durante a destruição que ocorreu de madrugada e foi notícia em toda a mídia brasileira. A visibilidade mediática do MST foi intensa durante mais de uma semana, entretanto, o enfoque se deu mais sobre a criminalidade da ação do que sobre o modelo agrícola implantado no Brasil.

Uma das características das novas formas de ativismo social desenvolvidas pelos movimentos sociais e, em especial pelo MST, é a ousadia. Combinando vários fatores, tais como a articulação internacional, as ações de massa e os atos informais, o MST conquista visibilidade pública. Mesmo estando distante da imagem ideal ou da notícia desejada, o Movimento, enquanto protagonista do acontecimento, constrói a polêmica e provoca a entrada em cena de atores que se mantinham até então invisíveis aos olhos da maior parte da população brasileira, obrigando-os saírem da discrição e a assumirem uma postura diante da visibilidade pública compulsória. Este breve histórico da visibilidade mediática do MST demonstra uma atuação estratégica e a conquista de existência social e de uma imagem forte de movimento social, no entanto, as suas ações provocam a construção de representações negativas, do ponto de vista legal ou jurídico impedindo que consiga enquadrar ou definir a questão. Reconhecemos a presença mediática do MST na conquista de sua visibilidade, no entanto, nossa proposta de estudo foca a sua participação na construção do acontecimento, de uma perspectiva qualitativa.

O discurso atual do MST reflete, assim, a atuação política e a práxis desenvolvidas ao longo de sua existência. Em 2007, o MST realizou o V Congresso Nacional e o novo lema escolhido foi “reforma agrária: por justiça social e soberania popular”. A identidade dos trabalhadores sem-terra constitui uma das novas formas de ativismo social. A seguir, aprofundaremos o conhecimento sobre o discurso do MST como forma de construção da sua identidade.

3.2 O discurso do MST: Afirmação da Identidade e Nova Cultura Política

Os princípios do Movimento são apresentados na Carta do V Congresso Nacional realizado em 2007. Entre as 18 linhas políticas, a primeira apresenta o seguinte objetivo: “1. Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro” (MST, 2007). O Movimento constrói a sua identidade como um movimento político, mobilizando não somente os trabalhadores sem-terra, mas visando sensibilizar a sociedade para se integrar às lutas sociais: “Nos comprometemos a seguir ajudando na organização do povo, para que lute por seus direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais” (MST, 2007).

A linha política de número 2 demonstra este caráter abrangente: “2. Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados” (MST, 2007).

Além de pretender organizar a sociedade brasileira, o MST intenciona integrar a identidade latino-americana e construir um espírito de solidariedade com aqueles que considera os povos que sofrem violência de outros países, conforme uma das linhas políticas:

18. Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de CUBA, HAITI, IRAQUE e PALESTINA (MST, 2007).

Nessa nova forma de ativismo social, não é só o Estado que é criticado pelo MST. O Estado não é tanto adversário, o tipo de relação que mantém com o Movimento varia conforme o partido político que está no governo; são consideradas inimigas as empresas transnacionais, às quais pode ocorrer, na visão do MST, a submissão do próprio Estado. A linha política número 6, afirma o seguinte objetivo:

6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país (MST, 2007).

O alvo de crítica é a sociedade liberal integrada pelo capitalismo financeiro. Assim, as instituições financeiras também consideradas inimigas: “4. Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos” (MST, 2007).

Touraine explica que a formação da identidade social ocorre quando o ator não mais considera a ordem social como um sistema impessoal, e sim como “obra dos homens, como projeção das relações sociais, pelas quais uma sociedade dá forma ao domínio da historicidade sobre as práticas sociais” (1982, p. 160). A identidade social do MST se constrói pela exclusão: ser “sem-terra” se define pela ausência dos meios de produção. Um de seus coordenadores, Ademar Bogo, explica: “Sem Terra deixa de ser categoria social para tornar-se nome próprio quando identifica um grupo social através da organização política, forjando daí sua própria identidade, com ideologia e valores” (2000, p. 22).

A preposição “sem” que designa privação, falta, passou a ser utilizada, por extensão, por outros movimentos sociais que surgiram no Brasil após o MST, tal a força semiótica deste signo por ser também de fácil assimilação. Não há dúvida do significado desta palavra curta e direta. Muitos movimentos ou simples atos espontâneos e localizados de protesto se designam “sem”. Assistimos, assim, ao surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que atua nos centros urbanos com o mesmo meio de pressão: a ocupação de prédios abandonados; e a outros movimentos sociais também no campo, alguns dissidentes do MST, tais como o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), entre outros. Também os que protestam contra a concentração dos meios de comunicação no Brasil se definem como “Movimento dos Sem Mídia”. Segundo Touraine, “qualquer movimento social é sempre, simultaneamente, apelo aos direitos que a participação na mudança confere e consciência de privação e de exclusão do poder. Fala, ao mesmo tempo, em nome do trabalho e em nome da exploração” (1982, p. 178), sendo, pois, a preposição “sem” a elaboração discursiva desta consciência.

Esta consciência de identificação da situação de exploração, no entanto, não é recíproca por parte da classe dominante que “foge da consciência de si própria identificando-se com o progresso, com a racionalidade e com o interesse geral” (Touraine, 1982, p. 172). Em relação ao desenvolvimento científico, o MST possui o seguinte objetivo: “10. Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região” (MST, 2007). Um elemento importante de caracterização dos novos movimentos sociais é a “crescente politização da vida social” (LACLAU, 1986, p. 42). Neste contexto, o político deixa de ser um nível do social e passa a ser uma *dimensão*.

Na definição de um de seus coordenadores (BOGO, 1999, p. 131), o MST é um movimento de massas, combinando a característica de “movimento social” com a de “organização”. É importante distinguirmos os dois conceitos.

De acordo com Maria da Glória Gohn (2003, p. 49), as organizações são institucionalizadas, possuem um cotidiano na sua atividade e um sistema de relações burocratizadas que lhes permitam ser eficientes. Os movimentos sociais, ao contrário, não são institucionalizados, não são estruturas funcionais e apresentam fluxos e refluxos. Gohn explica que os movimentos sociais “são aglomerados polivalentes, multiformes, descontínuos, pouco adensados, não necessitam compromisso com a eficácia operacional, a não ser algum tipo de resultado para suas bases. Eles não têm de fazer balancetes, prestar contas ou pagar funcionários”, e ressalta: “são um misto de não-racional/racional e até de irracional em certos momentos” (GOHN, 2003, p. 49).

Pela sua estrutura organizativa, José de Souza Martins (1997, p. 62) considera o MST uma “organização poderosa”. Segundo o autor, o MST não apresenta características de movimento social porque ao ter seus objetivos atingidos ou esgotar sua capacidade de pressionar, o movimento desaparece ou se transforma em organizações partidárias ou de outro tipo. Se as reivindicações não são atingidas, “a tendência é a de que o movimento se institucionalize, se transforme numa organização, como é o caso do MST” (MARTINS, 1997, p. 62). Já a socióloga Gohn concorda com Bogo e afirma: “o MST é um movimento de massa, mas sua coordenação se estrutura como um movimento/organização de quadros” (2000, p. 106).

Observamos que as diferenças existentes em torno da definição sociológica da natureza do MST é, antes, uma questão de enfoque teórico. Enquanto Martins foca a questão estrutural, Gohn privilegia os processos em combinação com a estrutura. Consideramos um caráter peculiar do MST o fato de combinar ações e estratégias de movimento social e uma estrutura de organização que lhe dá sustentação. Retomamos a preocupação de Ademar Bogo ao pensar a estrutura do Movimento, no sentido de conhecermos a própria definição do grupo:

É fundamental efetuar a combinação entre movimento e organização, para evitar a desintegração gratuita do movimento social que adquire, através do tempo, evidência política como o MST, mas carrega dentro de si enormes fragilidades espontâneas que devem ser superadas para que este movimento de massas passe, sem mudar sua natureza, para organização de massas, criando dentro de seu ser uma estrutura orgânica, que lhe dê sustentação (BOGO, 1999, p. 131).

De acordo com Bogo, o sentido de “massa” ao caracterizar o movimento diz respeito ao “conjunto de trabalhadores que tem interesses opostos ao dos grupos dominantes, em nosso

caso os trabalhadores sem-terra, vindos de diferentes categorias e classes, em relação aos latifundiários”, e movimento de massas “significa que esses trabalhadores se dispõem a estar em permanente movimento, lutando para alcançar seus objetivos e satisfazerem seus interesses”, e esclarece: “por isso é que não pode haver acomodação após chegarmos na terra. Dezenas de problemas continuam existindo e devem ser superados através da participação e do esforço coletivo” (1999, p. 133). Touraine ressalta que “a identidade social só pode nascer do envolvimento nos conflitos que se formam à volta do controle das orientações gerais de uma sociedade” (1982, p. 175).

O fato de o MST combinar a dinâmica dos movimentos sociais com uma estrutura orgânica que lhe dê sustentação é um aprendizado de outras lutas sociais. A questão agrária no Brasil possui uma história de diversos conflitos sociais. Muitos foram os movimentos que se insurgiram contra a exploração dos trabalhadores no campo que, ao reivindicar a reforma agrária devido à concentração fundiária, foram fortemente combatidos pelo Estado, a exemplo das Ligas Camponesas que surgiram em 1954. Um de seus coordenadores, João Pedro Stedile, afirma: “O MST é a continuidade de um processo histórico das lutas populares. Esperamos ser um elo com as lutas futuras. Este é nosso papel histórico” (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 58).

De acordo com Touraine, o surgimento dos novos movimentos sociais que questionam não mais exclusivamente a situação econômica se deve à própria mudança da sociedade, na qual a dominação social se apresenta de três novas formas: 1) as grandes organizações exercem um domínio sobre seus membros através da integração na empresa provocando a interiorização das pressões e limites, que atuam não só na quantidade de trabalho, mas nas atitudes perante a empresa e nas relações sociais; 2) esta dominação se estende à esfera da informação e do consumo; 3) o poder dos Estados centrais reforça a vontade de dominação sobre regiões subdesenvolvidas ou incorporadas numa área de influência (TOURAINÉ, 1982, p. 164).

Ernesto Laclau (1986, p. 41) analisa que as novas formas de protesto e de resistência provocaram uma crise de um paradigma tradicional das Ciências Sociais, que adotava a seguinte tipificação dos conflitos sociais:

1) A identidade dos agentes era analisada por categorias retiradas da estrutura social. Assim, cada categoria designava o agente social e um princípio de unidade definido a priori, a despeito das várias posições do agente.

2) O tipo de conflito social era estudado à luz de um paradigma diacrônico evolucionário. O significado da luta social era determinado em termos de um esquema evolucionário, objetivo, como se não dependesse da conscientização dos agentes, mas de um movimento implícito considerado pela História.

3) Os conflitos sociais, à medida que se politizavam, eram vistos como fazendo parte de um “espaço político unificado” no qual a presença dos agentes constituía uma “representação de interesses”.

O surgimento dos novos movimentos sociais ocasiona uma ruptura da unidade desses três aspectos. Laclau explica que “torna-se cada vez mais impossível identificar o grupo, concebido como referente, com um sistema ordenado e coerente de ‘posições de sujeitos’”. As posições do agente não decorrem unicamente das relações de produção, mas da totalidade das relações sociais que se complexificam e se autonomizam à medida do enfraquecimento dos laços entre as diversas identidades do trabalhador, enquanto produtor, consumidor, agente político, entre outras (1986, p. 41-42).

A autonomia “está na base da especificidade dos novos movimentos sociais”, além disso, o tipo de relação entre as diferentes posições do agente se apresenta crescentemente indeterminado e não pode ser automaticamente proveniente da categoria do grupo como referente (LACLAU, 1986, p. 41-42). O conceito de luta de classes torna-se então insuficiente:

As categorias de “classe trabalhadora”, “pequeno-burguês”, etc., adquirem um significado cada vez mais reduzido como forma de entendimento da identidade global dos agentes sociais. O conceito de “luta de classes”, por exemplo, não é correto nem incorreto – ele é, simplesmente, totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos (LACLAU, 1986, p. 42).

Na mesma perspectiva, Touraine destaca a necessidade de mudarmos o par: dominação (de uma ordem metassocial) e identidade cultural pelo par: sistema e conflito. Nas palavras do autor:

O ator não se define pelo seu lugar e pelas suas funções numa comunidade, mas pelas tensões, conflitos, transformações culturais e relações sociais que gera e, também, pela sua revolta contra uma dominação que se alarga cada vez mais e se esconde, sob a aparência de racionalidade e de “naturalidade” (Touraine, 1982, p. 182).

É para esse processo de desnaturalização das relações sociais que o MST dirige o seu discurso e desenvolve sua ação. De acordo com Maria Célia Paoli, no Brasil, os movimentos sociais contemporâneos buscam “uma participação equivalente, diferenciada e coletiva na condução dos assuntos públicos que lhes dizem respeito – por mais localizados que sejam” (PAOLI, 1992, p. 498). Ao afirmar a identidade do sem-terra, o MST empreende a construção

de uma cultura política, a da cidadania, rompendo com a cultura da subserviência que marcou os trabalhadores do campo. Paoli afirma que “no campo, a guerra civil por um direito à terra que possa ser regido por concepções próprias aos camponeses e trabalhadores rurais varreu a imagem de incapacidade política de que estes eram portadores” (1992, p. 500).

A autora explica que o tema da cidadania emergiu na sociedade brasileira ao longo dos anos 80, com o surgimento de diversos movimentos e organizações populares que se mobilizaram em torno da discussão da Constituição Brasileira em 1988 e das eleições presidenciais de 1989. Entraram em cena debates em torno da desigual distribuição de renda, da abertura política, da necessidade de uma “mudança drástica na face naturalizada da pobreza de 70% da população”, da “responsabilidade em construir um espaço civil, cuja legitimidade modifique o autoritário funcionamento do aparato estatal” (PAOLI, 1992, p. 498). O tema da cidadania estava presente em diversos lugares, nas ruas, na imprensa, nos locais de trabalho, apontando para uma mudança:

O fato de, tradicionalmente, a população brasileira ser percebida como exclusivamente centrada em sua sobrevivência e, portanto, tender a ignorar a política como participação no espaço público confere a esta presença da noção de cidadania um valor indicativo de mudanças nas formas como se relaciona e se debate a relação entre política e cotidiano (PAOLI, 1992, p. 498).

O MST se constrói, assim, como um dos atores participantes de uma nova cultura política: a do lugar de cidadão. Como afirma Maria Célia Paoli, esta é uma das características dos movimentos sociais:

Ao construir a noção de cidadania nos próprios domínios da ação coletiva, os movimentos sociais de hoje tentam exercer uma qualidade longamente reprimida: o exercício coletivo, e diferenciado, das faculdades políticas do cidadão comum e a legitimidade das iniciativas populares de proposição e participação nas leis democráticas (1992, p. 501).

No contexto da América Latina, os novos movimentos camponeses que emergem nos anos 90 são diferentes dos movimentos camponeses e de guerrilha anteriores. Os novos desenvolvem a ação direta e se associam a partidos políticos, como foi o caso do MST com o PT (Partido dos Trabalhadores), ou a movimentos guerrilheiros (o caso dos zapatistas no México). Para James Petras, “o MST produz uma liderança informal na direção de um novo tipo de internacionalismo emergente que tem suas origens no campo mas se movimenta para alianças rural-urbanas internacionais” (1997, p.271-273).

O sociólogo identifica as características dos novos movimentos sociais da América Latina: 1) são democráticos e autônomos, agem por si e não dependem de partidos eleitorais ou guerrilhas; 2) a liderança é coletiva e combatem o culto à personalidade; 3) os integrantes recebem formação política; 4) realizam ação direta envolvendo mobilização de massa; 5)

possuem base no campo e os líderes são, na maioria, filhos de trabalhadores rurais, e “não estão sob a tutela de profissionais urbanos ou ONGs” (PETRAS, 1997, p. 273-274).

O crescimento do MST coincide com a emergência de outros movimentos camponeses na América Latina, como a Federação Camponesa no Paraguai, os zapatistas no México, que apresentam características de organização similares: são movimentos autônomos; os seus líderes são camponeses e “auto-capacitados” que rejeitam o rótulo de “liderança pessoal” e buscam articular alianças com organizações urbanas. O MST coincide com a nova perspectiva de ativismo social rural na América Latina: “a que põe a reforma agrária no centro da luta política e social e que recusa subordinar suas demandas de classe aos pactos eleitorais de elite que pretendem ‘consolidar a democracia’” (PETRAS, 1997, p. 274).

O Movimento combina diferentes formas de luta: a ocupação de terra concomitante às atividades eleitorais, dando mais importância à ação direta, por não acreditar ser possível construir uma sociedade justa sem a participação popular. O MST forja, assim, uma nova cultura política. De acordo com James Petras, o Movimento “promove um exemplo de uma nova subjetividade ou consciência que impulsiona os trabalhadores sem terra militantes para o centro da luta política” (1997, p. 276).

Enquanto organização, o MST construiu sua própria estrutura para a atuação política e a formação de novos quadros. A organização está presente em 24 estados brasileiros com 160 mil famílias acampadas e 350 mil assentadas (MST, 2006b) e está estruturada em 11 setores, que funcionam através dos coletivos nacionais, quais sejam: produção, cooperativismo e meio ambiente; finanças; direitos humanos; educação; gênero; saúde; cultura; comunicação; frente de massas; formação; e relações internacionais. O setor de juventude está em formação. A organização destes setores varia em cada estado, conforme a realidade e as condições. Em alguns estados, por exemplo, o setor de relações internacionais está integrado ao de comunicação. O setor de juventude, em outros, está integrado ao de cultura, ao de formação ou ao de comunicação.

A mais alta instância do organograma é o congresso nacional. No ano de 2007, o congresso nacional, ocorrido em Brasília, teve a participação de 17.500 militantes. Abaixo do congresso nacional está o encontro nacional, que ocorre anualmente para realizar o planejamento a partir das linhas políticas definidas no congresso nacional. Em seguida, está a coordenação nacional que se reúne a cada três meses para refletir sobre as atividades e ajustar o planejamento. Este então é executado pela direção nacional que é uma instância operativa.

O organograma em nível estadual reproduz a mesma estrutura, com exceção do congresso que é exclusivamente nacional. O coordenador do setor de comunicação, Miguel Stedile, explica:

Nos estados, os setores acabam sendo formados pela representação regional que por sua vez é formada pela representação dos assentamentos e dos acampamentos que por sua vez surge da organização dos núcleos de base, das organizações de famílias nos acampamentos e nos assentamentos. A cada núcleo que reúne 10 ou 15 famílias tem uma pessoa responsável pela comunicação, pela saúde, que se reúne depois em nível do assentamento, nível regional e aí em nível estadual (STEDILE, M., 2006).

Na área da produção, o MST fundou em 1992 a Confederação Nacional, que tem como base o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA. O programa de reforma agrária visa a qualidade de vida das famílias agricultoras na perspectiva do modelo de desenvolvimento rural sustentável, garantindo segurança alimentar e eliminação da fome, e criando oportunidades para os jovens permanecerem no campo.

O setor de educação é um dos mais destacados pelo trabalho de alfabetização de jovens e adultos e pela aplicação do método de ensino inspirado no pensamento de Paulo Freire⁸ nas escolas dos acampamentos e assentamentos, tendo recebido em 1995 o Prêmio "Itaú-Unicef de Educação e Participação" (2º Lugar).⁹ O MST promove cursos de capacitação e formação de professores, tendo cursos de magistério no Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Paraíba; e turmas de Pedagogia em universidades através de convênios, como a Universidade de Ijuí, no Rio Grande do Sul, e no Mato Grosso do Sul, além de outras. Na formação técnica, possui o curso superior e o técnico em Administração de Cooperativas (TAC), promovido pelo Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, que faz parte da Escola Josué de Castro, situada em Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Também atuando na educação de assentados e acampados de todo o país, há a Escola Nacional Florestan Fernandes, situada em Guararema, no estado de São Paulo. Outro segmento de formação profissional é o convênio com o governo cubano que recebe jovens militantes no curso de medicina.

Toda essa dimensão organizativa do Movimento, que foi construída ao longo de sua existência, continua em crescente desenvolvimento através da sua práxis, das suas formas de ativismo social norteadas pelas linhas políticas, transformadas, ao mesmo tempo, nas

⁸ Pensador na área da educação, Paulo Freire propõe que a alfabetização seja “libertadora”, no sentido de que o alfabetizando aprenda a ler não só “gramaticalmente”, mas também “socialmente”, isto é, que a partir da alfabetização tenha condições de “ler” a realidade social em sua volta tomando consciência das relações de opressão que o aprisionam. Um dos seus livros mais famosos é “Pedagogia do Oprimido”.

⁹ O Prêmio é concedido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef – e pelo Banco Itaú e significa o reconhecimento do programa de educação do MST nas áreas de assentamento. O prêmio foi entregue em 11 de dezembro de 1995 na sede do Instituto Itaú Cultural, na presença do então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e do governador de São Paulo, Mário Covas. Fonte: MST (www.mst.org.br).

condições para as novas ações. Destacaremos em seguida a organização do setor de comunicação.

3.3 A Política de Comunicação do MST

O setor de comunicação é estruturado como os demais. Há o coletivo nacional com dois representantes por estado (um homem e uma mulher) e é responsável pela reflexão e planejamento a partir das demandas dos estados. A Secretaria Nacional de Comunicação é ligada à Direção Nacional e possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Como forma de encaminhar as ações, o setor de comunicação se subdivide em frentes de atuação, tais como: produção dos próprios veículos; assessoria de imprensa; produção audiovisual; rádios; frente digital. Cada estado, por sua vez, compõe o seu coletivo (coordenação e direção estaduais) de acordo com sua realidade, como explica Miguel Stedile, que ressalta: “claro que essa organização por frentes vai depender da demanda do estado. Então claro que não é todo estado que trabalha com audiovisual, que trabalha com frente digital”, e explica o funcionamento da comunicação:

Em alguns estados a tarefa do setor de comunicação se confunde com a relação com a sociedade, com as relações públicas que é o caso, por exemplo, do meu estado, Rio Grande do Sul. Em outros estados se confunde com a cultura, então isso vai muito da realidade. Hoje dos 23 estados em que o Movimento está organizado, em 12 o setor de comunicação atua junto com o setor de cultura. Então isso traz debates muito interessantes, traz experiências muito ricas. E em outros está organizado junto com juventude, com relações públicas, então varia muito da demanda, da realidade própria dos seus estados (STEDILE, M., 2006).

O que importa é que cada estado crie as condições de atender a linha política referente à comunicação elaborada pelo congresso nacional, que reconhece o papel estratégico do setor em duas áreas de ação:

16. Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo (MST, 2007).

Do ponto de vista da comunicação própria do Movimento, podemos dividi-la em dois grupos: a descentralizada, que é desenvolvida pelos diversos assentamentos e acampamentos espalhados no Brasil, e a centralizada na Secretaria Nacional de Comunicação, em São Paulo. A produção centralizada tem como objetivo estratégico “falar diretamente” com a sociedade e

seus militantes, difundir as lutas, a filosofia e a ideologia. Miguel Stedile ressalta a estratégia de potencializar a comunicação nacional:

A comunicação no MST de certa forma nos últimos anos, em nível nacional, no conjunto dos estados é muito rica. Tem uma série de experiências de nível local, de rádios, de jornais de assentamento, de comunidade, jornais de regionais, de rádios etc. Agora a gente tem procurado fortalecer uma linha política de centralizar os veículos para potencializar (STEDILE, M., 2006).

Os veículos nacionais de informação e divulgação são o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST), a Revista Sem Terra, o programa de rádio Vozes da Terra e a página da Internet.

O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (JST) é anterior à própria fundação do Movimento. Era um boletim editado pela Pastoral da Terra e outras entidades desde 1981, e que continuou com a numeração sob a responsabilidade do MST, sem nenhuma interrupção. A publicação é mensal, com tiragem de 30 mil exemplares e é voltada para o público interno, os militantes dos assentamentos e acampamentos do país, e para um público externo de simpatizantes no meio urbano, tais como professores, profissionais liberais, religiosos, sindicalistas, que se interessam pelas ações e atividades do Movimento e as divulgam, totalizando nove mil assinantes; e também internacional, com distribuição para organizações em mais de 50 países (OLIVEIRA FILHA, 2002, p. 2).

O JST serve para reforçar a unidade do Movimento e animar as ações. De acordo com Elza Oliveira Filha (2002, p. 18), por existir uma situação de analfabetismo entre os militantes, a edição procura potencializar o uso de fotografias. Estas destacam os símbolos e as mobilizações massivas. João Pedro Stedile explica que a predominância de imagens com a presença de multidão reflete as ações do MST:

Acho que isso é natural, não é planejado. Faz parte da nossa natureza. Nós usamos mística para tudo. Fazemos tudo em movimento de massa, curso de massa, tribunal de massa, tudo conosco é com muita gente. Por outro lado, sempre procuramos combater os personalismos, os presidencialismos. Então, naturalmente, o jornal incorpora esses elementos que para nós já são valores. Evitar de botar fotos três por quatro dos dirigentes, evitar de botar fotos individuais. Evitar de botar foto de inimigo, não botamos fotos do Fernando Henrique, nem que seja para gozar. Só as charges, mas isso é pra ridicularizar mesmo. Fotos dos opressores, só no dia em que estiverem na cadeia (STEDILE, J. P. citado por OLIVEIRA FILHA, 2002, p. 19).

As fotografias publicadas no JST enaltecem a luta e reforçam os símbolos do Movimento, “são usadas para consolidar a força de uma organização de massa que reúne grande número de pessoas irmanadas em um ideal de tal forma coeso que as fazem portar sempre os mesmos símbolos – a bandeira e o boné vermelhos” (OLIVEIRA FILHA, 2002, p. 20).

Há uma seção no JST que recebe as notícias dos estados, mantendo o espírito de coesão e a característica de participação popular. Miguel Stedile ressalta que as matérias são enviadas pelos militantes:

Inclusive muitos deles não são jornalistas. Claro, às vezes coincide de ser a pessoa que é o assessor de imprensa, então também manda e às vezes não, é a pessoa que é responsável pelo setor lá que tem o seu segundo grau. E a página dos estados é a principal página do Jornal dos Sem Terra porque é onde as pessoas se identificam e também porque tem aquela curiosidade de saber o que está acontecendo nos outros estados (STEDILE, M., 2006).

Após da realização da Marcha Nacional em 1997, surgiu a necessidade de o Movimento divulgar para a população urbana os resultados da reforma agrária, promovendo um debate sobre esta e outras questões abrangentes da atualidade em que o MST poderia dar sua opinião. A Revista Sem Terra foi então criada para ser “um veículo de construção de um projeto popular para o Brasil. Então que ela não fique só o corporativismo, no sectarismo, só na questão da luta pela terra, da luta pela reforma agrária” (STEDILE, M., 2006).

A linha editorial foca o caráter nacional dos assuntos, os dados informados se referem ao país, evitando a regionalização, tendo, portanto, menos participação dos estados. Há exceção dependendo do tema:

Agora, por exemplo, na temática do agronegócio, na penúltima edição, se não me engano, estava bem variado, tinha matérias do Daniel do Rio Grande do Sul, da Taís do Rio de Janeiro, tinha os efeitos do agronegócio em várias regiões do país, então ganhava mais participação estadual, mais essa característica. Varia muito da temática (STEDILE, M., 2006).

Os textos da Revista são produzidos tanto por jornalistas que não são vinculados ao MST como pelos que são vinculados ao Movimento. A escolha de quem vai redigir depende do tema.

O site foi criado em 1997, mas só adquiriu um perfil mais dinâmico a partir de 2000, também reflexo da própria consolidação da Internet na vida cotidiana das pessoas que geraram uma maior demanda. Hoje funciona como uma agência de notícias com ampla participação de militantes de todos os lugares do Brasil de modo ágil e prático. As informações são enviadas para atualização que é centralizada no escritório de São Paulo. O site atende a basicamente quatro funções: institucional, informativa, reflexiva/formativa, e mobilização e propaganda.

Em relação à função institucional, o site apresenta de modo sucinto o MST, sua história, linhas políticas, os símbolos; fornece dados sobre assentamentos e acampamentos e outros números. Com respeito à função informativa, o site funciona como uma agência de notícias, é atualizado diariamente com notícias de todos os estados, não somente sobre o

Movimento, mas sobre fatos correlacionados e atores com os quais mantém articulação política, como as lutas de outros movimentos. Na função reflexiva/formativa, o site promove o debate de assuntos sobre a conjuntura política e econômica no Brasil e internacional, através de entrevistas com especialistas nos temas. Um exemplo são as entrevistas sobre a produção de biocombustível tanto do ponto de vista técnico como do ponto de vista social, da situação dos cortadores de cana. Há uma seção denominada “biblioteca” em que são disponibilizados textos e artigos críticos tanto de autores clássicos do socialismo quanto de autores contemporâneos. Finalmente, cumprindo a função de mobilização e propaganda, o site divulga as campanhas que querem envolver a sociedade como um todo, a exemplo da campanha de doação de livros para as bibliotecas dos assentamentos. Na propaganda há uma seção em que os materiais do Movimento, tais como camisa, boné, chaveiro, livros, são colocados à venda com os respectivos preços.

Fazendo parte do site, há o boletim eletrônico quinzenal “Letra Viva” que é enviado para uma lista de 60 mil assinantes, com a opinião do MST sobre determinado tema ou sobre a mobilização que desenvolve no momento.

Como tem essa idéia de trazer a opinião do movimento sobre um determinado tema ou ele é escrito por alguém da direção, de algum setor ou algum tema específico, assunto de comunicação, sobre saúde etc., como pode ser um apoiador do Movimento, um Ariovaldo, um Umbelino, de área de Geografia, algum texto mais de reflexão, de estudo. Então essa também tem sido uma experiência interessante, é menos participativo no sentido da produção, mas é bastante eficiente no sentido da distribuição (STEDILE, M., 2006).

Para o MST, é importante se posicionar politicamente sobre os diversos assuntos do país e a “Letra Viva” cumpre esse papel, apresentando, assim, a voz oficial, e chegando direto ao público.

O site também hospeda o “Vozes da Terra”, um programa de rádio criado em 1997 numa parceria do MST com a Unisantos, inicialmente produzido por estudantes de jornalismo, gravado em CD e distribuído para rádios comunitárias e comerciais. O CD continha quatro programas enfocando diversos aspectos sobre um determinado tema para ser transmitido uma vez por semana, mas ficava a cargo de cada emissora organizar os horários ao longo de um mês. Alguns fatores como os custos dos materiais, problemas na distribuição, tais como a demora para chegar ao destino, levaram à modificação da maneira de produzi-lo.

Em 2005, o programa passou a ser distribuído exclusivamente pela internet através do site, com edição semanal às sextas-feiras (15 minutos). Esta solução trouxe vantagens importantes para a visibilidade do Movimento. Primeiro, ampliou o público, que não ficou limitado às emissoras de rádio, dando autonomia ao usuário; segundo, houve mais

confiabilidade na recepção, uma vez que a distribuição do CD para as emissoras não garantia a transmissão; e por fim, o programa adquiriu mais dinâmica e agilidade em relação à pauta. O Vozes da Terra passou a abordar assuntos da conjuntura atual, não mais ficando restrito a um único tema atemporal durante todo um mês. Com isso, o MST ganhou agilidade ao dar resposta mais rapidamente, através de análises, aos acontecimentos recentes, ocorridos na mesma semana.

Na reestruturação, a produção passou a ser de responsabilidade do próprio MST, cuja equipe aprendeu a dominar a tecnologia necessária. A aprendizagem faz parte do princípio de autonomia do Movimento. Miguel Stedile analisa esse processo: “Isso que eu acho importante: todos esses veículos do Movimento têm uma trajetória que é a seguinte: normalmente nós precisamos inicialmente da ajuda de algum profissional, de um especialista etc., mas depois o Movimento vai se apropriando dele” (2006).

O site e o Programa Vozes da Terra contribuíram para uma relação mais direta com o público e também para a produção noticiosa, como um suporte para os jornalistas. O MST constata que há uma frequência de acesso à página de apoio à própria assessoria de imprensa.

Nós temos os medidores de frequência do site, do Vozes da Terra, por exemplo, qual foi o programa Vozes da Terra que teve o maior pico de *downloads*? Foi o que tratava da celulose no período da ocupação da Aracruz em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Então é típico assim. Agora me fogem as datas, mas no final do ano passado, o Incra, o Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA], publicou uma nota, uma espécie de prévia do número de assentamentos de 2005, e o Movimento no mesmo dia publicou uma nota de resposta. Nesse dia, as visitas à página dispararam e é muito comum quando tem esse tipo de posicionamento do Incra, do MDA, o jornalista ligar perguntando: “você não vão pôr nenhuma nota na página?”, é muito comum. Então nós não temos dúvida nenhuma sobre isso que um bom público freqüentador, usuário, freqüente da página são jornalistas, nesses momentos mais de grande temas (STEDILE, M., 2006).

Do ponto de vista da comunicação descentralizada, dos assentamentos e acampamentos, as rádios cumprem importante função integradora. O Movimento tanto possui suas próprias emissoras de rádio, como participa de programas de rádio em outras emissoras, notadamente nas rádios comunitárias. Há uma distinção entre estas e as rádios que são do Movimento:

A gente não trabalha muito com o termo comunitária porque a gente entende que tem algumas diferenças entre as rádios do MST e as rádios que são comunitárias, ainda que o MST em outros estados participe de rádios comunitárias. No caso da Rádio Terra Livre, no município de Ulha Negra [RS], a gente acha que não é uma rádio comunitária porque ela está sob o controle político total do MST. E é uma rádio que foi criada para isso no sentido de, por ser uma região de muitos assentamentos, de péssima infra-estrutura no sentido de transportes, de estradas etc., a rádio é uma forma de articulação desses assentamentos, de relação com essa comunidade, principalmente nos períodos de inverno, de chuva, é muito difícil o acesso a não só de um assentamento para o outro como dentro dos próprios assentamentos, as estradas internas etc. (STEDILE, M., 2006).

Nos acampamentos, é utilizado o esquema de rádio-poste para fazer a comunicação interna, com a combinação de música, informação e formação. Em vista da importância do veículo rádio no cotidiano das pessoas, especialmente na zona rural, além das rádios localizadas, o MST tem como objetivo implantar uma rádio de alcance em todo o país. Um dos coordenadores Jaime Amorim explica a necessidade de ter mídia própria, principalmente emissora de rádio:

Nós estamos estudando, não sei quantos anos vai durar, mas nós vamos criar, porque eu acho que nós temos que ter a nossa imprensa própria. [...] Quando nós falamos de mídia, a única forma de se comunicar não é a mídia oficial, nós temos que buscar se comunicar com o povo de outras formas, e nós não temos dúvida que uma das formas, mesmo utilizando os meios de comunicação de massa, é o rádio. O povo escuta mais rádio do que televisão. A televisão tem muito mais efeito em função de alguns horários, mas no dia-a-dia, durante o dia, a população escuta rádio (AMORIM, 2005).

Apesar de reconhecer a força da grande mídia, como a TV Globo, a rádio de alcance nacional de propriedade do MST cumpriria a função de reverter o enfoque das informações divulgadas por aquela:

Nós temos que massificar o máximo a nossa comunicação com a sociedade através do rádio, como forma de contestar. O Jornal Nacional¹⁰ é 30 segundos de matéria contra o Movimento, tem, digamos, é fulminante. Mas depois tu podes ter o dia inteiro no outro dia para poder fazer outros comentários, para poder mostrar a outra face, para poder, digamos, desmanchar esse efeito. O problema é: nós temos que nos qualificar (AMORIM, 2005).

Na área de audiovisual, o MST nacional possui um convênio com uma escola de vídeo popular da Suécia que envia duas vezes, no período de novembro a março, pessoal para dar oficinas e cursos técnicos. Cada vez, o grupo de formadores atua em diferentes estados como forma de diversificar e ampliar a produção de vídeos no Movimento. Ocasionalmente, ao final das atividades dos cursos, ocorre a doação de equipamentos para que, com a capacitação dos militantes, a frente de audiovisual comece a produzir e crie as próprias condições para tal.

Para dar conta da formação política, o MST publica livros em várias áreas, principalmente sobre revolução pelos clássicos marxistas, através da sua editora Expressão Popular.

Como vemos, o Movimento procura construir sua própria estrutura de comunicação para manter um canal de diálogo “direto” no espaço público. A estratégia de ampliar as ações em redes coletivas se materializou não somente nas ações diretas que já comentamos anteriormente, mas também na criação do jornal Brasil de Fato, fruto da articulação dos movimentos sociais e da esquerda brasileira.

¹⁰ O “Jornal Nacional” é o telejornal de maior audiência no Brasil, no horário das 20h na Rede Globo de Televisão.

Para dar conta da relação com a mídia, mantém assessores de imprensa com ou sem apoio de outros segmentos, variando conforme as relações da estrutura organizativa em cada estado. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a assessoria de imprensa é feita por um jornalista no gabinete do deputado estadual Frei Sergio Gorgên, que envia *releases* e atende os jornalistas; em Pernambuco, a assessoria é feita por integrante militante que trabalha na sede do MST no município de Caruaru. Além do trabalho dos assessores, os próprios coordenadores das ações ficam incumbidos de darem entrevistas e atender a imprensa no local da atividade.

A relação que o MST mantém com o campo jornalístico depende, entre outros fatores, da sua visão sobre a mídia, um misto de crítica, denúncia e uso estratégico, que é importante aprofundarmos a fim de compreendermos como se dão as relações entre os dois campos.

3.4 A Visão do MST sobre a Mídia e o Rompimento com o Grupo RBS

Para um melhor aprofundamento acerca da visão do MST sobre a mídia, analisamos o discurso cotejando-o com os usos práticos que dela faz o Movimento. Desse modo, o que nem sempre é perceptível na consciência discursiva se revela na ação prática, através das estratégias desenvolvidas, e vice-versa.

Com um discurso dirigido contra a concentração do capital e dos meios de informação e pela transformação da estrutura social, o MST critica o perfil capitalista da mídia que, sendo de propriedade dos grupos dominantes, caracteriza-se como empresa que visa o lucro. Enquanto tal, é apontada como “adversária” no campo de forças políticas, uma vez que representa o grupo dos ruralistas¹¹. O texto sobre o histórico do MST mapeia três modos de atuação dos latifundiários: a ação direta no campo, a atuação na política institucional e a atuação simbólica via mídia:

Com a articulação para a Assembléia Constituinte [1988], os ruralistas se organizam na criação da União Democrática Ruralista (UDR) e atuam em três frentes: o braço armado – incentivando a violência no campo –, a bancada ruralista no parlamento e a mídia como aliada (MST, 2006b).

O MST considera que é o sistema de produção, enquanto estrutura da sociedade, que faz a mídia cumprir o papel de “perseguição” aos movimentos sociais. Para o Movimento, o

¹¹ Utilizamos o termo “ruralista” no seu sentido usual no Brasil, ou seja, como representante político dos interesses do “proprietário rural” ou “latifundiário” e que também é um deles.

tratamento dado pela cobertura jornalística é resultado do caráter privado de propriedade dos meios de comunicação e pela relação de troca que caracteriza a notícia enquanto mercadoria:

Nós temos bem claro de que dentro dessa sociedade que vê a notícia como mercadoria, os veículos de comunicação são empresas de produção que têm proprietários, e que esses proprietários fazem parte dessa classe de proprietários que têm uma postura ideológica intransigente em relação ao movimento social, à organização popular e à reforma agrária. Não é só o movimento social MST que é combatido pela imprensa, é a idéia de povo organizado e é a idéia de terra distribuída, são dois temas pétrios para as classes dominantes brasileiras, que não têm mudança (STEDILE, M., 2006).

A mídia é, pois, situada como fazendo parte dos meios de sustentação e manutenção do poder da classe dominante que, segundo João Pedro Stedile, combate os movimentos sociais utilizando três táticas: a cooptação; a divisão; e a repressão¹² (STEDILE, J. P. & FERNANDES, 1999, p. 146). A mídia, juntamente com o aparelho estatal, é vista como instância operativa dessas táticas.

A cooptação consiste em envolver as lideranças e torná-las “celebridades” de tal modo que se desliguem da base. Miguel Stedile explica que os “holofotes” podem levar a pessoa a se sentir mais importante do que a própria organização:

De certa forma, a maneira como a mídia trata o Movimento Sem Terra, o movimento social em geral no Brasil, é exatamente da mesma maneira, nós já sofremos tentativa de cooptação da mídia, de tentar através do deslumbramento, das luzes da imprensa, tentar cooptar os dirigentes, que a gente chama do personalismo, do estrelismo, da pessoa achar que através da relação direta com o jornalista ele é mais importante do que a organização, esse tipo de coisa (STEDILE, M., 2006).

A tática da divisão é a publicação de notícias sobre possíveis contradições internas dos movimentos sociais, como visões opostas entre lideranças de duas regiões diferentes, para gerar a idéia de que haveria divisão interna na organização. De acordo com João Pedro Stedile (1999, p. 146), este foi o caso do Pontal de Paranapanema, em São Paulo. Diversas notícias traziam a idéia de um MST rachado, e que aquela região era liderada por José Rainha.

A repressão é a terceira tática, como explica João Pedro Stedile, “se a cooptação e a divisão não funcionam, vem a repressão. A burguesia sempre atuou assim na história da luta de classes” (1999, p. 146). Essa tática, segundo o coordenador do setor de comunicação, Miguel Stedile, foi mais intensificada a partir do governo FHC para criar um clima de repressão e extinção do Movimento: “Então claro, a mídia em si não vai aniquilar o MST fisicamente, mas ela vai criar, vai tentar criar as condições no imaginário, na população para justificar a repressão ao Movimento” (2006).

¹² Esta idéia se origina de Florestan Fernandes, conforme informação de Miguel Stedile, em entrevista realizada em 05 de junho de 2006.

Para o MST, uma das produções midiáticas mais ilustrativas dessa tática, foi a cobertura da Revista Veja cuja chamada de capa dizia “A Tática da Baderna”:

[...] se a gente faz uma leitura minuciosa daquela reportagem entre aspas, né, daquele panfleto, você vê que o recado que está colocado diretamente ali é o seguinte, olha: “quem se rebela, quem se revolta nesse Movimento tem que ser reprimido”. [...] Trabalha muito essa idéia de que o MST é um movimento fora de controle, que desobedece a ordem, que é uma ameaça à ordem, portanto, precisa e merece ser reprimido (STEDILE, M., 2006).

Todos os entrevistados do MST foram unânimes em afirmar o tratamento pejorativo dado pela mídia. Jaime Amorim destaca que “há uma intenção, sempre houve, da burguesia de utilizar a imprensa para tentar transformar o Movimento no inimigo da população” (2005). A avaliação de que a cobertura jornalística não mostra a verdade dos fatos, manipula as informações intencionalmente para construir uma imagem de violência, de baderna, de criminalidade, atende aos interesses dos *patrões*. Um dos coordenadores do MST-PE, Alexandre Conceição analisa o tratamento noticioso sobre o MST:

É sempre no sentido de denegrir, mesmo quando a notícia, digamos que ela seja uma notícia verdadeira, dizendo que o Movimento quebrou uma cerca. Mas não se diz que aquela cerca que foi quebrada, existe um latifúndio improdutivo, existe toda uma história por trás. Diz só que o Movimento quebrou aquela cerca. A relação é muito dizer, de tentar dizer a meia verdade escondendo a verdade dos fatos. Essa é a relação (CONCEIÇÃO, 2005).

A partir disso, João Pedro Stedile faz a crítica ao discurso da imprensa:

A imprensa burguesa sempre usa a palavra invasão. Porque invasão é classificada pelo código penal como esbulho possessório. Tomo um bem que é teu, em proveito próprio. E o que nós fazemos chama-se ocupação. E o conceito para ocupação é quando você mobiliza um contingente de trabalhadores, homens, mulheres e crianças, ocupam uma área, para que o governo cumpra a lei. Nós não tomamos a propriedade de ninguém. Eles criaram esse senso comum de que o MST faz invasão, como forma de instigar (STEDILE J. P., 2005).

A mídia é denominada de “imprensa burguesa” e é apontada como tendo um papel que dá apenas uma “ilusão de democracia”, funcionando como controle social. Um dos seus coordenadores, João Pedro Stédile afirma:

Tem muita gente que se ilude. Eu mesmo de vez em quando publico artigos na imprensa burguesa: Folha de São Paulo, O Globo. Mas isso não representa que a imprensa seja democrática ou que nós podemos nos iludir. Aqui no Brasil, talvez seja o país do mundo em que está mais claro como a burguesia usa os seus meios de comunicação. Primeiro lugar, eles usam para ganhar dinheiro. É apenas uma fonte de lucro. Em segundo lugar, a imprensa no Brasil é articulada de forma oligopólica pra controlar o que o povo deve assistir e ler. Em terceiro lugar, como dizia Gramsci, nos países periféricos a burguesia não usa partidos políticos institucionais pra fazer a luta ideológica. Os partidos institucionais servem apenas para ascensão a cargos públicos. A verdadeira luta ideológica nos países periféricos eles fazem através da imprensa (STÉDILE, J. P., 2005).

Daí ser uma das frentes de atuação do Movimento em articulação com outras entidades, atuar também pela democratização dos meios de comunicação. A mídia brasileira,

na visão do Movimento “concentra informação, concentra poder, que sete, oito famílias concentram toda essa informação, detentora de um poder ideológico e político e que nós, de qualquer forma, temos que fazer uma luta histórica para poder resolver esse problema” (AMORIM, 2005). Por ocasião do dia 05 de outubro de 2007, data da renovação das concessões de rádio e televisão pelo governo brasileiro, o MST participou, em conjunto com a Via Campesina e outras organizações populares, de diversas ações de protesto em cidades brasileiras.

Para o MST a luta pela democratização da comunicação precisa apontar para o fim dos oligopólios privados dos meios de comunicação. “Antes podíamos falar que a mídia era um braço da elite brasileira, mas hoje com o crescimento do capital financeiro no controle dos meios de comunicação, podemos dizer que a mídia é parte orgânica dessa elite”, disse Igor Felipe, do setor de comunicação do MST, ao lembrar que o Bradesco é um dos maiores acionistas do jornal O Estado de S. Paulo. Por isso, para fazer Reforma Agrária no Brasil “é preciso democratizar os meios de comunicação”, completou (ATOS PEDEM TRANSPARÊNCIA..., 2007).

Como dissemos anteriormente, nos anos 90 o MST se tornou o principal movimento de oposição ao governo FHC e a sua política econômica, despertando interesse da mídia com seus atos de protesto. Para o MST, isso foi uma consequência da sua atuação:

O objetivo final nunca foi a mídia. É a luta social. Só que a luta social acaba conquistando espaço em jornais, revistas, rádios e TV. Por mais que os proprietários dos meios de comunicação ou o governo não gostem, chega um momento em que eles não têm como esconder a luta social. Dessa forma, a sigla e o nome do MST acabam se popularizando (STEDILE, J. P. & FERNANDES, 1999, p. 134).

Apesar de considerar um espaço limitado e reduzido do ponto de vista ideológico para a sua luta social, uma vez conquistados o interesse público e a visibilidade mediática, o MST procura capitalizar força política e potencializar esse trunfo, o que demonstra a percepção estratégica da importância da mídia como espaço de visibilidade pública. O MST acredita que a mídia cumpre funções que considera importantes para a luta. Primeiramente, é pedagógico mostrar as diferentes realidades regionais e culturais para “começar a se entender e construir um espaço de nação, de povo brasileiro”, como explica Alexandre Conceição:

É importante porque um país com 180 milhões de brasileiros, com um território continental que é o Brasil, a gente mal sabe do problema do ribeirinho do Amazonas, ou o ribeirinho do Amazonas mal sabe do problema do agricultor lá do Rio Grande do Sul, do homem de sequeiro daqui do sertão do São Francisco, então a mídia tem esse poder de divulgar esses Brasis dentro do Brasil (CONCEIÇÃO, 2005).

Em segundo lugar, integrar as ações em nível nacional, favorecer a mobilização e a animação dos militantes é outra percepção sobre a presença nos meios de comunicação. Os efeitos de sentido são importantes formas de construção do conhecimento e de assimilação acerca do modo de funcionamento mediático. Ao noticiar, a mídia elege os temas

considerados de relevância e que se ampliam à medida de sua publicização. Este processo de atribuir legitimidade ocorre alheio ao seu controle. O depoimento do dirigente do MST-RS aponta para esse *ganho* da cobertura jornalística, de divulgar as ações do Movimento:

Tem esse efeito que para o movimento social é bom porque nós temos adotado muito a política de criar jornadas nacionais de luta, então à medida que a mídia que começa a divulgar: o Ceará está ocupando o Incra, São Paulo... Aí a Globo faz aquele mapinha e começa a botar as bandeirinhas, queira ou não isso dá uma sensação de luta nacional de movimento social organizado nas principais regiões do país. Então eu acho que esse é um papel que a mídia tem de dar, de certa forma, até unidade nacional para os movimentos. Você saber o que está acontecendo em outros lugares (MORAES, 2005).

A fala acima aponta para os efeitos de sentido da arte gráfica utilizada em telejornais para situar os protestos no país. Imanente a sua publicização, esta operação discursiva dá a idéia da existência de diversos protestos simultâneos, ao que o dirigente se refere como “luta nacional dos movimentos sociais”. O fazer jornalístico, como a única prática a quem compete definir a informação de atualidade, não pode ignorar tais protestos.

Dorde García afirma que a visibilidade mediática influi na legitimidade dos movimentos sociais e suas reivindicações: “o maior acesso jornalístico constitui, em todo o caso, um primeiro passo de legitimação pública e política dos interesses dos coletivos sociais. O passo seguinte é obter uma representação positiva” (2003, p. 22). Assim, mesmo sendo o conflito a principal pauta de visibilização mediática, o MST atua tirando proveito da contradição inerente ao processo:

[...] A imprensa sempre trabalhou na idéia de divulgar os fatos que venham construir a imagem que eles querem do Movimento, a imagem da violência, a imagem da bandidagem, vincular o Movimento à bandidagem, enfim, vincular essa idéia da luta pela terra à criminalidade. Bom, nós sabendo disso, nós sempre procuramos trabalhar na idéia de que pelo menos isso eles cobrem, eles cobrindo isso, caem em seguida numa contradição que é, **de qualquer forma**, estão divulgando a luta pela reforma agrária, mostrando que de fato tem gente lutando nesse país (AMORIM, 2005).

É interessante perceber no depoimento acima a expressão “de qualquer forma”. Esta aponta para uma leitura da contradição do processo de visibilidade mediática, o que indica que o MST procura tirar proveito dos efeitos de sentido do discurso mediático. Ao mesmo tempo, demonstra uma leitura resignada ou conformada da produção mediática na construção de sua imagem. A fala aponta para uma preponderância da visão política do discurso mediático em detrimento da percepção de uma intervenção da fonte na construção do acontecimento. É como se houvesse sempre um “a priori” em relação ao resultado da produção de sentido e que, portanto, não haveria possibilidade de um espaço de intervenção

no acontecimento. A fala aponta para uma ação estratégica reativa ao buscar reenquadrar os efeitos de sentido em prol da ação política já que o ganho é de divulgar “que tem gente lutando nesse país”.

Em terceiro lugar, a mídia atinge uma ampla parte da população brasileira. O MST reconhece o potencial da mídia como veículo de comunicação com a sociedade, como afirma Miguel Stedile, “nós temos o Jornal Sem Terra há 25 anos que é uma ferramenta importante. Agora os 20 mil exemplares do Jornal Sem Terra mensais são insignificantes numa disputa diária contra a tiragem diária de O Estado de São Paulo¹³ ou contra cinco minutos do Jornal Nacional”.

O fato de que sua própria mídia seja limitada em termos de alcance explica a necessidade de criatividade para realizar as ações:

[...] Isso também exige de nós criatividade para fazer outros tipos de luta, até porque uma vez que o Movimento luta contra os latifúndios e os latifúndios estão fora do eixo das grandes cidades, dos centros urbanos, também isso contribui para esconder ainda mais a luta do Movimento. Então as marchas, as ocupações de prédios públicos, as greves de fome, tudo isso também são formas do MST se comunicar com a sociedade, algumas vezes sem interlocução dos meios de comunicação. Então também exige essa criatividade, mas é uma relação em que, claro, o movimento social está sempre em desvantagem (STEDILE, M., 2006).

E por fim, dentre as funções da mídia para o MST, há uma de viés utilitário que a proteção que a presença de jornalistas possibilita nos momentos de conflito. Jaime Amorim explica:

Acho que eles estão cumprindo o papel certo, que é na hora do conflito. Porque normalmente, normalmente não, sempre, a imprensa evita o confronto. A polícia se inibe, pistoleiro se inibe. Todo confronto ele acontece, até a imprensa chegar. Então a imprensa cumpre um papel para nós importante, nós a utilizamos, nosso papel utilitarista da imprensa, vamos dizer assim, mas nós fizemos. Sabendo que ali ninguém sabe qual é a imagem que ela vai mostrar, no popular “lasque-se” o que é que eles vão mostrar depois, o importante é estar aqui presente (AMORIM, 2005).

As funções apontadas acima remetem a uma visão estratégica política e também utilitarista em relação à mídia. João Pedro Stedile aponta para o que seria uma ação estratégica em relação à mídia, quando comenta o caráter de espaço público, vislumbrando a sua dimensão na comunicação com a sociedade, reconhecendo a necessidade dos movimentos sociais e da esquerda brasileira de aprenderem a lidar com rádio, TV, e também com o que chama de “pedagogia das massas”:

A melhor forma de você se comunicar com as massas é fazer formas de lutas e fatos que levam a massa a entender a luta de classes. Então vou dar um exemplo. Recentemente, ficamos 5 anos tentando fazer o debate sobre a transposição do Rio São Francisco. Publicamos no jornalzinho, na CPT (Comissão Pastoral da Terra), e ninguém leu. Bastou um bispo resolver fazer 8 dias de greve de fome, aí pronto! O

¹³ “O Estado de São Paulo” é um dos maiores jornais diários impressos no Brasil.

debate a florou, todo mundo quis saber o que era. Isto é pedagogia de massas. Então, no tema do Rio São Francisco, quem foi o maior comunicador de massas? O bispo Dom Luiz Flávio Cappi. Ele pode não entender nada de comunicação, mas fez a melhor comunicação para o povo brasileiro. É isto que a esquerda tem que aprender a dominar. Formas de comunicar com as massas (STÉDILE, 2005).

A notícia ideal para o MST seria aquela que promovesse uma discussão sobre as políticas públicas. Apesar de estar presente na mídia, o MST não tem conseguido ultrapassar o status de protagonista de acontecimentos jornalísticos para voz interpretadora de tais acontecimentos:

A notícia desejada pelo Movimento é a notícia verdadeira. É a verdade dos fatos. Quando a gente, por exemplo, ocupa um latifúndio ou como fizemos em 2002 que ocupamos um navio de milho transgênico no Porto do Recife não é dizer que os vândalos ocuparam para tocar fogo no navio, mas é dizer que essa política de importar milho transgênico da Argentina é prejudicial à saúde do trabalhador, é prejudicial à agricultura brasileira, é prejudicial ao desenvolvimento do Nordeste. Esses fatos a sociedade não toma conhecimento. É dizer que esse milho vai para alimentação de frangos que vão entrar no mercado sem o selo de produto transgênico, então é dizer o fato da verdade, e não dizer só a ação do movimento (CONCEIÇÃO, 2005).

A mídia potencializaria a discussão sobre as políticas agrícolas, como explica Miguel Stedile, um dos coordenadores: “O que nós gostaríamos é que a mídia demonstrasse o fracasso do modelo agrícola que está em implementação no Brasil hoje, que ela demonstrasse a viabilidade da reforma agrária” (Stédile, 2006). Entretanto, as representações não são favoráveis:

Você pode ver que assentamento não aparece em mídia, só acampamento¹⁴ em movimento, em luta. No momento do conflito ele aparece, agora a solução do conflito, o resultado do conflito, o assentamento, ele não aparece. Então dá sempre a idéia no imaginário de que a luta do MST é infrutífera porque não dá resultados, mas os resultados existem. Se você dá visibilidade para isso, a mídia se contradiz com o seu próprio discurso (STEDILE, M., 2006).

No entanto, o dirigente aponta para a existência de contradições no processo, que denomina de “brechas” no sistema, sinalizando uma possibilidade de conseguir incluir outro ponto de vista:

Então dentro dessa estratégia não tem espaço nenhum para visibilidade, do ponto de vista de linha política. É claro que sempre vai, dos grandes jornais, sempre vai haver um ou outro jornalista que acabe abrindo brecha ou algum tipo de erro de sistema, vamos dizer assim, né, uma falha. Mas o padrão é reprimir (STEDILE, M., 2006).

Como a noticiabilidade se faz do conflito, mesmo havendo uma relação amistosa do MST com o Presidente Lula da Silva, que o trata como um interlocutor político (o que não

¹⁴ Há uma diferença entre acampamento e assentamento. O primeiro diz respeito à propriedade que se encontra ocupada pelos agricultores sem-terra instalados em barracas de lona ou palha enquanto tramita o processo para fins de reforma agrária ou judicial se a área for reclamada pelo proprietário. Essa fase pode durar anos, dependendo da disputa judicial entre o proprietário e o estado. Já o assentamento é a área desapropriada com demarcação definitiva dos lotes de produção e moradia, para os quais há créditos do programa de reforma agrária.

significa dizer ser atendido em suas reivindicações), a lógica mediática é identificar o contraditório. Assim, na cobertura jornalística da “Marcha dos 12 mil” à Brasília, ocorrida em maio de 2006, o enquadramento noticioso privilegiou a origem dos recursos para financiar a infra-estrutura.

Essa que é, nesse caso, para você criar a idéia de que o movimento social é financiado pelo estado, de que a baderna, entre aspas, tem a tutela do estado, então precisa bater nesse sentido. [...]. Esses ataques da imprensa ao Movimento são até uma fórmula de manter essa esquerda [...] domesticada, mais na linha, manter a separação, o isolamento. E a outra linha é você bater nos dois de uma vez só no MST e no governo, e dizer: “o governo financia o movimento social que é fora da ordem, portanto, os dois têm que ser combatidos” (STEDILE, M., 2006).

Devido às divergências com a linha editorial da Revista Veja, em São Paulo, e do Grupo RBS, no Rio Grande do Sul, o Movimento tomou uma decisão política de romper relações com os dois grupos. Isto significa que, mesmo sendo assunto de pauta e sendo procurado pelos jornalistas, o Movimento não responde.

O rompimento com o Grupo RBS se deu em 2002 e, de acordo com a assessora de comunicação do MST-RS, Ivanete Tonin, “nenhuma liderança do nosso Movimento fala para eles, porque eles já têm tudo pronto, eles só precisam do nome da liderança do movimento para [completar a matéria], porque já está tudo pronto” (TONIN, 2005). O coordenador do MST-RS, Ivori de Moraes, explica que essa decisão se dá devido à orientação do grupo RBS em pré-julgar o Movimento pelas ações realizadas:

Historicamente sempre já tem uma visão predefinida e já nos condena antes mesmo de um juiz, de qualquer pessoa, delegado, de qualquer pessoa, autoridade da sociedade que está aí avaliar. Aquele meio de comunicação já investiga, julga, condena e já bota no outro dia na primeira capa que o sem-terra é isso, que faz isso, que faz aquilo (MORAES, 2005b).

O grupo RBS tem uma política assim de vínculo principalmente quanto tem ações e quando tem denúncias contra o MST. Então houve toda uma campanha aqui de promover denúncias, por exemplo, o MST cobra pedágio dos assentados, que é a contribuição que as famílias dão para manter a organização regional. O grupo RBS procura quando então surge uma denúncia, alguém sai do acampamento e faz uma queixa acusando que era obrigado a ficar no acampamento, então o RBS procura. [...] Frente a essa prática de combate ao Movimento é que nós fomos discutindo a nível do MST estadual de que nós não daríamos mais a nossa versão para o Grupo RBS. Porque sempre a nossa versão era bem reduzidinha com palavras escolhidas que serviam só para legitimar o que a matéria estava publicando ou então não dava de fato idéia de contraponto (MORAES, 2005a).

Ivori de Moraes avalia o comportamento dos jornalistas:

Numa ação de massa sempre vai ter problema, senão não seria de humanos essa ação, então eles vão procurar um problema que tenha na ação para eles fazerem uma foto, para eles filmarem. Aí eles fazem uma matéria, daí vai pôr: qual é a perspectiva do movimento? Aí tu fala, explica, diz por que. E daí no fim tu disseste assim: e se precisar vamos continuar fazendo ocupação. Aí no outro dia sai tudo dizendo que o

problema é isso, não sei o quê, e no fim eles dizem: e os sem-terra prometem continuar fazendo mais ocupação. E aí o que nós falamos para eles só serve para legitimar aquela conversa que eles já têm pronta para botar sobre nós. Aí é só para dizer lá uma partezinha do que nós falamos, para dizer que nós temos de fato, o que nós estamos dizendo é exatamente aquilo tudo que eles estão falando antes (MORAES, 2005b).

Quando jornalistas do Jornal Zero Hora procuram obter uma resposta do MST sobre alguma matéria que estão produzindo, são informados que o MST tem a decisão de não falar para o grupo RBS. Na notícia, o jornal informa que “o MST foi procurado, mas não quis comentar o assunto”, o que demonstra a estratégia do Grupo em ressaltar sua competência mediática que, no caso, envolve o princípio deontológico de “ouvir o outro lado”. Ivori de Moraes avalia essa informação:

Essa é a versão deles, nós não queremos falar sobre o assunto com o Grupo RBS. Então inclusive eles não são fiéis ao que a gente diz. O que a gente diz é: nós não falamos com o Grupo RBS, nós falamos sobre o mesmo assunto com o Correio do Povo, com a Rádio Guaíba, com outros jornais, com a Bandeirantes (MORAES 2005a).

Mesmo com esta decisão local do MST de não atender ao grupo RBS, as empresas jornalísticas não deixam de produzir matéria, o que indica que o agendamento mediático acontece de modo quase independente do contato direto com a fonte. Dorde García destaca que “na hora de alcançar seus respectivos objetivos, os meios de comunicação dependem menos dos movimentos sociais que estes últimos” (2003, p. 23).

O sistema age de modo autônomo e, mesmo obstaculizado, gera informação. No campo jornalístico, como afirma Patrick Champagne (1998, p. 253) uma informação importante “é a que considera como tal o conjunto de órgãos de imprensa e que, ao mesmo tempo, é retomada pelos jornais mais importantes”. Por isso, a notícia dada por um determinado jornal ou canal de TV tende a ser transmitida também pelos outros meios.

Com aquela decisão, o objetivo do MST visa não dar crédito à instituição noticiosa de modo a tentar deslegitimá-la. Evidentemente que esta tensão não é bem resolvida para o MST, uma vez que este se ressentia da falta de diálogo com o grupo mediático, o que demonstra que o jogo discursivo é permeado por tensões e conflitos entre as agendas. Esta é uma questão que estava, em 2005, em discussão interna ao Movimento se deveria manter ou não esta decisão. Ivanete Tonin, assessora de comunicação do MST-RS, analisa o efeito de sentido da informação “o MST não quis comentar o assunto”, dada pelas empresas do grupo RBS: “passam aquela idéia: eles [os sem-terra] vivem aprontando, fazendo coisas fora do consentimento social, da sociedade, e aí eles não querem falar sobre o assunto” (2005), dando

a entender que a preocupação do Movimento se dá em relação a uma aparente falta de interesse em se comunicar com a sociedade. Por isso, é uma decisão que estava sendo rediscutida pelo Movimento, como conta a assessora comentando a disputa de sentido que ocorre na relação com os jornalistas:

[...] Várias vezes o que a gente tem que dizer vem pronto e se a gente não diz então não veicula. Então por isso não tem sentido a gente falar, embora nós estamos debatendo internamente. [...] E se vamos repensar como tratar, porque toda vez que tem uma notícia boa nós também somos procurados por eles. Eu, recentemente agora em julho, o editor chefe da RBS do jornalismo ligou para mim e liga seguidamente para outras lideranças, dizendo assim: “o MST mantém a sua posição?” Sim, o MST mantém a sua posição! Bom, se vocês quisessem conversar a gente podia conversar. Então eles sempre, quando tem uma notícia que eles acham que, enfim que a gente tem interesse em mostrar, que não teria grandes questões, que eles não tenham como distorcer, eles nos provocam: “escuta, vocês ainda mantém a posição?” (TONIN, 2005).

O contato da RBS TV na intenção de reverter a decisão do Movimento sinaliza a consideração do lugar de fala do MST na agenda mediática. A cada novo contato, os integrantes do MST explicam por que não o atendem:

[...] Quando a gente diz para eles [os jornalistas] que a gente não fala e porque que a gente não fala, então eles, os jornalistas, ficam de certa forma chateados. Mas eles já vêm de lá [da empresa] bem estigmatizados dizendo que vão encontrar pessoas..., por isso a gente tem tentado, procurado, chamar para conversar. [...] Quando a gente vai explicar para eles que a gente não fala para o RBS, assim, assim: “Não não, eu já estava de saída, eu nem devia ter, né, só passei aqui... mas eu já estava de saída”. A gente não consegue dialogar e fazer compreender o que é que está realmente em questão (TONIN, 2005).

Nas ações de protesto que ocorrem em ambientes públicos, nas ruas, os jornalistas do Grupo RBS gravam as imagens, tiram as fotografias, mas não são atendidos pelos dirigentes para dar declarações. Já em ambiente interno, o MST não permite a entrada deles. Em situações de ordem de despejo, por exemplo, enquanto outras emissoras entram nos acampamentos para gravar imagens, a RBS TV faz a matéria do lado de fora, acompanhando o lado oficial, no caso, da polícia militar. O dirigente Ivori de Moraes explica que a decisão não é contra os jornalistas do Grupo, mas contra a empresa:

O que tem acontecido é uma situação que a gente tem que estar conversando com os jornalistas, que a gente não está querendo impedir o trabalho dos jornalistas, que a gente respeita o trabalho do profissional, mas como a gente também faz parte de uma organização, o veículo que eles trabalham também faz parte de uma organização que é o grupo RBS e que a gente respeita o jornalista mas não tem acerto com a organização que eles fazem parte que é o grupo RBS. Então alguns deles relutam um pouco, não, mas diz alguma coisa para mim não sair sem nada e tal, mas a maior parte acaba se convencendo que não vai conseguir e alguns já não insistem mais também (MORAES, 2005a).

O fato de o MST decidir não atender ao Grupo RBS não significa que não queira se tornar fonte. Esta decisão mostra que o MST não conseguiu vislumbrar uma outra forma de atuação estratégica com o campo mediático e tenta se retirar do jogo, mas não consegue porque mesmo sem atender ao Grupo RBS, este não deixa de cumprir sua função. O resultado é que o MST acaba permitindo que o campo jornalístico produza informação a sua maneira. Percebemos aí uma preponderância da visão política sobre a mídia e que demonstra uma ausência de autocompreensão de sua atuação na construção do acontecimento. Isto também aponta que a crença de que o enunciador tem total controle sobre a produção de sentido. Este rompimento com o Grupo RBS, será tratado adiante, é um caso de embate, em que o choque das lógicas se evidencia pela natureza de cada campo social que revela interesses conflitantes.

Pelo lado jornalístico, a exclusividade da produção noticiosa que caracteriza o campo jornalístico se distancia, no mais das vezes, do objetivo de mobilização social requerida pelo movimento social. O jornalista da Folha de São Paulo, José Maschio, ressalta que “às vezes, o MST quer apoio incondicional do jornalista”, sublinhando a visão do MST para o papel de mobilização popular que o campo mediático deveria ter. O jornalista comenta que os integrantes do MST:

[...] fazem uma restrição muito grande à mídia em geral. E é compreensível porque, como todo movimento popular no Brasil, são muito mal-tratados pela imprensa e, conseqüentemente, pela sociedade em geral. Além do mais, há proprietários dos veículos de comunicação que também são latifundiários. No entanto o MST se utiliza da mídia melhor do que ela própria pensa (MASCHIO, s/d).

Ao abordar os bastidores da cobertura do MST, o jornalista correspondente da Folha de São Paulo no norte do Paraná, José Maschio, especializado em questão agrária, expõe as pressões sofridas pelo campo jornalístico, e que são permeadas pela economia política da comunicação brasileira (estrutura) e pela conjuntura política:

Não há verdades nem mentiras, o que existem são versões dos fatos. A mídia brasileira é controlada pelas elites e o MST é um movimento popular. Então, nada mais natural que haja um processo de satanização em relação aos sem-terras. E o que há também é um embate político no atual governo. A política neoliberal do governo FHC está mais preocupada com a agricultura de ponta. A agricultura de subsistência não é prioridade, principalmente nessa perspectiva que vê apenas o mercado e se esquece do indivíduo, do ser humano (MASCHIO, s/d).

José Maschio, como participante da tensão entre os campos, descreve o trabalho do jornalista como uma “guerra de guerrilha”, dadas as várias pressões oriundas dos vários campos sociais.

[...] Para se exercer o jornalismo com responsabilidade, principalmente trabalhando nos grandes jornais, como é o meu caso, é necessário saber que o jornalista tem que entrar em uma “guerra de guerrilha”. Ele acaba descobrindo que de cada dez matérias apenas uma vai cumprir sua função social. No meu caso é um pouco mais

fácil porque na Folha há uma certa abertura para esse tipo de matéria (MASCHIO, s/d).

Como estratégia para manter uma relação profissional com os agentes dos outros campos, Maschio mantém um distanciamento pessoal tanto de empresários como de integrantes do MST.

[...] O que eu faço é jornalismo. Inclusive mantenho uma postura ética de não participar de jantares ou receber qualquer tipo de “cortesia” oferecidos por empresários. Também mantenho essa postura em relação ao movimento. Às vezes, o MST quer apoio incondicional do jornalista. No entanto, defender o movimento significa também questionar coisas que possam, porventura, estar erradas (MASCHIO, s/d).

A cobertura jornalística do MST é resultado de negociações nas quais estão presentes as pressões dos diversos campos sociais e o MST utiliza estrategicamente a mídia. Por terem lógicas de funcionamento diversas, os campos geram e sofrem tensões e conflitos mutuamente. Quando Maschio diz que “às vezes, o MST quer apoio incondicional do jornalista”, esta frase reflete a lógica dos movimentos sociais que se conflita com o modo de funcionamento do campo jornalístico. Ao mesmo tempo em que o MST reclama por uma atenção noticiosa mais cuidadosa, o campo jornalístico se ressentido da pressão de outros campos que interfere na sua autonomia de produção da atualidade. O interesse de nossa pesquisa é investigar essa presença mediática do MST, qual é o seu lugar de fala no discurso mediático e as nuances dessa posição. A seguir, passamos a discutir as teorias que dão sustentação a nossa pesquisa.

4 O PROCESSO DE MEDIATIZAÇÃO DA SOCIEDADE

Este capítulo apresenta a discussão acerca da mediatização da sociedade e da mediação específica da mídia na sociedade contemporânea, passando pela sua caracterização e pelas suas lógicas de funcionamento enquanto campo social. Para tanto, o texto inicia com a exploração do conceito de mediação na perspectiva da construção social da realidade e prossegue a caracterização da mediatização da sociedade como processo interacional de referência num nível macro social. Em seguida, apresenta a teoria de campos cuja perspectiva aborda três ângulos específicos da mediatização no nível das lógicas da mídia que são importantes para a nossa investigação: a visibilidade pública proporcionada pela mídia; a mídia e o jornalismo como espaço público e sua relação com a democracia; e a mídia enquanto campo social sofrendo pressões diversas de outros campos.

* * *

No âmbito macro, Braga (2007, p. 141-142) explica que o termo mediatização designa o processo de interação social em vias de se tornar um processo de referência, o que implica o caráter avançado da tecnologização do mundo da vida, e de todas as suas conseqüências sócio-políticas e culturais, como resultado da construção social do conhecimento. Para essa abordagem, detemo-nos na noção de mediação a partir dos ensinamentos de Berger e Luckmann (1985) a respeito de certa autonomia que o ser humano possui em relação à natureza para a criação do seu mundo próprio.

Os autores assinalam que “o homem se produz a si mesmo” (1985, p. 72), pois enquanto os animais vivem em mundos fechados com as estruturas pré-determinadas pelo equipamento biológico, os seres humanos possuem uma relação aberta com o ambiente. O lado biológico interfere nos homens, porém sua característica instintiva pode ser aplicada a várias atividades (1985, p. 70). João Carlos Correia (2004) utiliza o termo ruptura para designar essa relação “mais autônoma” que o homem mantém com a natureza: pela sua

capacidade de agir de forma reflexiva, o homem se afasta de seus impulsos primários originários da natureza e se relaciona cada vez mais pelo sentido que atribui ao mundo a partir do ato de pensar. Esta ruptura não significa, porém, uma separação abrupta num ato voluntarista, mas “a interrupção do fluxo imediato da natureza, no sentido em que se constitui como um afastamento ao que é apresentado como dotado de uma facticidade irremediável [...]” (CORREIA, 2004, p. 14).

A mediação é este processo em que, superada a “imediatidade da relação entre o indivíduo isolado e os objetos dados”, há a produção de significados a partir da relação com o outro e com o mundo, isto é, em direção à comunidade (CORREIA, 2004, p.14). É na relação com outros seres humanos que o homem se forma como ser social, de modo que “a ordem social apropria-se previamente sempre da abertura para o mundo, embora esta seja intrínseca à constituição biológica do homem” (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 75).

A noção de mediação implica um “lugar simbólico”, como afirma Sodré (2002, p. 21), “fundador de todo conhecimento”, em que o indivíduo apreende o mundo de determinada maneira e é capaz de distinguir, de discriminar, sendo a linguagem mediação universal (SODRÉ, 2002, p. 21). O conhecimento é produto e produtor da sociedade, pois é “aprendido no curso da socialização e serve de mediação na interiorização pela consciência individual das estruturas objetivadas do mundo social” (BERGER & LUCKMANN, 1985, p. 94). Ao mesmo tempo em que ocorre a interiorização, se dá a objetivação, processo através do qual a conduta humana passa por uma tipificação recíproca, o que possibilita às instituições serem vistas como possuindo realidade própria, diante da qual o indivíduo se coloca como fato exterior (1985, p. 84).

Dada a importância da dimensão simbólica na sociedade, Correia assinala que “uma ação humana só se transforma em fato inteligível se colocado em relação a um significado” (2004, p. 19). Este é criado e/ou transportado por gestos que se tornam símbolos a partir do momento em que tomam significações idênticas para os participantes da ação. O gesto então se torna linguagem. “O processo de hominização é descrito, assim, como um processo de semantização, desde os gestos até aos símbolos” (CORREIA, 2004, p. 22).

A linguagem ocupa o papel central na mediação: é o *medium* que torna possível a construção da identidade/subjetividade, a relação intersubjetiva, a socialização e a transmissão geracional (CORREIA, 2004, p. 22). Com a complexidade social, a linguagem assume um papel essencial, já que as relações sociais anteriormente mantidas por tradição já não são

válidas na sociedade contemporânea globalizada que exige o domínio de uma competência para a conduta dos indivíduos. Cada um deve fazer escolhas e decidir a respeito de sua ação (ESTEVEVES, 1998, p. 119).

O importante da abordagem até aqui exposta é perceber que a sociedade se constrói através da interação social mediada pela linguagem que foi criada ao mesmo tempo em que cria a sociedade e, além disso, se complexificou à medida da complexificação da própria sociedade. Assim, ao falarmos da mediatização da sociedade em vias de se tornar processo interacional de referência, estamos nos referindo a um modo altamente complexo de interação social baseado também numa linguagem complexa a que denominamos de “tecnológica”.

Seguimos a perspectiva de Braga para esta discussão. Por processo de referência, o autor explica a predominância de sua lógica sobre os outros processos interacionais de maneira tal que a validade destes se torna dependente do processo de referência. Nas palavras do autor:

Um processo interacional “de referência”, em um determinado âmbito, “dá o tom” aos processos subsumidos – que funcionam ou passam a funcionar segundo suas lógicas. Assim, dentro da lógica da mediatização, os processos sociais de interação mediatizada passam a incluir, a abranger os demais, que não desaparecem mas se ajustam (BRAGA, 2007, p. 142).

Temos então que uma característica forte do processo de referência é a hegemonia no sentido de direcionar os fluxos interacionais em torno/para/contra aquele. Os processos de referência não dissolvem os outros processos interacionais, entretanto “absorvem, redirecionam e lhes dão outro desenho (que inclui, parcialmente, o anterior)” (BRAGA, 2007, p. 142).

Isto se liga a outra característica do processo interacional de referência que é organizar a sociedade direcionando a construção social da realidade, conforme assinala Braga:

Nessa perspectiva, a mediatização não oferece apenas possibilidades pontuais de fazer coisas específicas que não eram feitas antes (ou eram feitas de outro modo); ou apenas problemas e desafios igualmente pontuais. O que parece relevante, em perspectiva macro-social, é a teoria de que a sociedade constrói a realidade social através de processos interacionais pelos quais os indivíduos e grupos e setores da sociedade se relacionam (BRAGA, 2007, p. 143).

O autor analisa que a “cultura escrita” enquanto processo interacional de referência se deu a partir da instauração burguesa na Europa acedendo a um padrão de hegemonia tal que a oralidade, “longe de se restringir, passa a ser elemento complementar “a serviço” de processos e lógicas da escrita – particularmente na socialização secundária” (BRAGA, 2007, p. 143). Toda a interação social passou a ter a escrita como referência tornando-se a base para a

existência e funcionamento de diversos processos interacionais e de organização da sociedade. A linguagem oral que o indivíduo aprende na socialização primária, é ampliada com a aprendizagem da escrita na escola, de modo que a socialização se constitui já na cultura escrita.

A transição do processo interacional de referência da cultura escrita para a mediatização da sociedade pode ser localizada ao longo do século XX. Braga identifica três passos subseqüentes do desenvolvimento da mediatização da sociedade neste período: 1) a criação de tecnologias para atender a objetivos sociais; 2) o transbordamento destas tecnologias para usos sociais não previstos; 3) a auto-reprodução das tecnologias com a criação de uma demanda apriorística por mais tecnologia (2007, p. 144-147). Surge daí a autonomia dos objetos técnicos que se constituem “sob a forma de sistemas, como mundo próprio” (RODRIGUES, 1997, p. 114). Neste aspecto, Eliseo Verón comenta que os meios de comunicação resultam da articulação entre dispositivos tecnológicos e condições de produção e de recepção cuja configuração estrutura o mercado discursivo das sociedades industriais. A evolução dos dispositivos tecnológicos e a emergência de novas tecnologias ao mesmo tempo de uma demanda resultaram no processo de mediatização das sociedades industriais (1997, p. 14).

A mediatização da sociedade deriva, assim, de um tipo de mediação social realizada por organizações empresariais que produzem a comunicação como processo informacional dando ênfase a um tipo particular de interação, denominada de “tecnointeração”, caracterizada pelo *medium*. Este é um dispositivo que “*simula* o espelho, mas não é jamais puro reflexo, por ser também um condicionador ativo daquilo que diz refletir” (SODRÉ, 2002, p. 21).

É importante enfatizar que apesar de sua origem econômica no contexto do modo de produção capitalista, a mediatização da sociedade apresenta lógicas de funcionamento diversas, que se criam com racionalidades próprias através das experimentações, não sendo, portanto, inteiramente determinada por sua origem. Algumas características do processo derivam de lógicas anteriores, outras são completamente novas, recriando as formas de como a sociedade se constrói. Nas palavras de Braga: “São padrões para “ver as coisas”, para “articular pessoas” e mais ainda, relacionar sub-universos na sociedade e – por isso mesmo – modos de *fazer as coisas* através das interações que propiciam” (2007, p. 148).

Sodré propõe a expressão “ethos midiaticado” ou “bios midiático” para falar de uma nova forma do homem se relacionar com o mundo, de um “novo espaço e modo de

interpelação coletiva dos indivíduos” (2002, p. 23). O autor ressalta que o “espelho” mediático “dispõe, conseqüentemente, de um potencial de transformação da realidade vivida, que não se confunde com a manipulação de conteúdos ideológicos” (SODRÉ, 2002, p. 23). A mediatização se refere, portanto, a uma nova forma de organização social, a uma “tecnologia societal”, caracterizada por uma prevalência da forma sobre o conteúdo.

A mediatização da sociedade é este processo em que a comunicação tecnológica se torna um novo ambiente, uma mediação particular, comprimindo tempo e espaço e condicionando de modo ativo tudo o que por ele é conduzido. As relações sociais se modificam e a informação passa a ser central na organização social contemporânea. Há uma forma de vida ao que Muniz Sodré denomina de “bios midiático”. Trata-se de uma nova forma de percepção social do mundo, uma “qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo” ou uma “nova forma de consciência coletiva”: “a mediatização tem espaço próprio e relativamente autônomo em face das formas interativas de mediações tradicionais” (SODRÉ, 2002, p.21-24).

A mediatização constitui-se num novo modo de desenho das interações, uma nova forma de estruturação das práticas sociais marcada pela existência dos meios. Indica não somente uma mudança dos tempos, mas também um modo de investigar a racionalidade produtora e organizadora de sentido centralizada nos meios de comunicação (MATA, s/d, p. 85). A mediatização é um dos aspectos das chamadas sociedades pós-industriais interligadas pelo processo de globalização.

Muitas características servem para apontar esta nova forma de se relacionar com o outro e com o mundo, porém, assinalamos aqui aquelas mais fundamentais para a percepção do contexto atual da sociedade mediatizada, lembrando que esta não é uma lista completa, sendo então passível de ser acrescida. Primeiramente, a supressão do tempo e do espaço resulta na coexistência e imediatez. Não é suficiente saber imediatamente, mas saber “antes”, implicando a aceleração do saber como nova categoria valorativa (VIRILIO citado por MATA, s/d, p. 86).

Esta nova cultura é chamada por Eduardo Subirats de “mediatização da experiência” pois se constitui numa instância que goza do privilégio absoluto de ultrapassar as barreiras livremente, “nas situações mais íntimas ou na mais letal das guerras, nos eventos políticos ou nos acidentes, somente a mídia parece ter acesso universal” a todos os lugares (SUBIRATS apud MATA, s/d, p. 86-87). É uma das características marcantes da sociedade globalizada. Na

mesma linha de pensamento, Silverstone ressalta que “nossa mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea” (2003, p.12). A mídia se tornou, conclui Mata, nos produtores centrais da realidade (s/d, p. 87).

Outra característica da mediatização da sociedade contemporânea está relacionada com o modo próprio de perceber o mundo através do dispositivo mediático já assimilado e internalizado. Outro dia um amigo nos falou de sua viagem a Roma e fez um comentário que ilustra bem o assunto em questão. Ao invés de pagar o ingresso, que considerou caro, para entrar no Coliseu, preferiu olhar a construção somente pelo lado de fora e, quando de seu retorno ao Brasil, assistir em casa mais uma vez ao documentário que possuía sobre o monumento. Para ele, o documentário era mais completo porque reconstruía o Coliseu como se fora no original, além de ser mais emocionante. Sua visita, no entanto, foi considerada proveitosa, abrangeu o lado externo e, entre outras coisas, serviu para lembrar uma sensação: “estar ali era como se estivesse vendo o filme ‘O Gladiador’, ou melhor, *vivendo* o filme”.

O dispositivo cumpre a função de ampliação dos sentidos, fazendo ver, sentir e olhar o mundo de determinada maneira. No exemplo acima, o filme “O Gladiador” é o elemento de contato com a realidade externa, o Coliseu, e possibilita/canaliza a sensação, a experiência e a emoção de estar diante do monumento. Mesmo estando diante da realidade “concreta”, o indivíduo a capta e se refere a ela através do olhar internalizado pelo dispositivo mediático. Esta é uma das principais características da mediatização: o poder do dispositivo mediático de construir a realidade e ser o guardião do contato com a mesma.

O que a tecnointeração permite é a possibilidade de ligação ou conexão permanente. A rede mundial de computadores que, entre outras tecnologias, ajudou a comprimir o tempo e o espaço, possibilita ao usuário estar em contato com grupos de pessoas em torno de interesses comuns. Construção de home pages, weblogs, de caminhos individualizados, fazem com que o usuário da Internet passe a ter uma forma diferente de se relacionar com os textos mediáticos. Agora, é ele quem, de modo relativamente autônomo, constrói seu banco de dados e edita o seu programa, acarretando em novas formas de reconhecimento.

A rede oferece diversas formas de mediação, desde os sites de busca e home pages empresariais, que reduzem sua multiplicidade, até formas mais horizontais de sociabilidade e abertura para “formas inéditas de expressão e experiência individual” (VAZ, 2001, p. 47). A topologia da rede ainda está em aberto: se por um lado, a internet encerra a existência de um só tipo de mediador, por outro, favorece o surgimento de outros. Uma questão importante é

que não podemos ter a ilusão de que a rede, por ter uma estrutura descentralizada e interativa, está livre de interferência do poder (VAZ, 2001, p. 46).

Aos indivíduos são oferecidas as inúmeras possibilidades proporcionadas pelas tecnologias. A forma modifica as relações comunicacionais, a própria interação, que com o uso das tecnologias apresenta novas características. Winkin problematiza a importância de conceber as novas tecnologias de comunicação e de informação como “modos de reformulações das relações interpessoais” numa perspectiva “interativa” da comunicação (1998, p. 193). A sua pesquisa, desenvolvida em ambiente escolar, rompe com a concepção da “transmissão da informação”, e se insere na perspectiva “orquestral” da comunicação, procurando examinar a modificação das relações interpessoais das crianças a partir da introdução de computadores para uso de correspondência via e-mail. Os resultados, que ainda não são definitivos, mostram as mudanças ocorridas: na linguagem, por exemplo, escrevem-se somente as palavras necessárias, o mínimo necessário, e a maior ansiedade das crianças é pelo envio e recepção das mensagens. A informação não é o mais importante para elas, mas o funcionamento da atividade de enviar e receber a correspondência (WINKIN, 1998, p. 197).

Temos nesta perspectiva de estudo, a noção de “relação” e não de “conteúdo”:

Ainda que uma troca de mensagens eletrônicas entre um escritor italiano e um inglês seja bastante ‘nula’ informacionalmente falando, a relação que se trava não o será jamais. As duas crianças aprendem a ‘dar, receber, devolver’: estas são as bases da vida em sociedade” (WINKIN, 1998, p. 202).

Podemos dizer que a mediatização acarreta certa intensificação das relações sociais, comunicacionais, através da imediatidade tornada possível pelas novas tecnologias. Isto, porém, não significa dizer que tais relações são mais ou menos “sérias” ou “verdadeiras” que nas interações face a face, são apenas formas diferentes de se relacionar com o mundo.

Braga assinala que com a mediatização, a processualidade diferida e difusa que já caracterizava a cultura escrita se amplia, apresenta outras características se diversificando na mediatização. As tecnologias possibilitam experiências vicárias na interação social de modo transversal à sociedade e as narrativas que antes dependiam da palavra escrita, passam a se basear crescentemente no uso da imagem e do som, acarretando a autonomia das relações com os materiais:

Com as possibilidades da imagem e do som, a exposição de situações estimuladoras de experiência vicária se amplia, enquanto objetivações postas a circular na interação social. Assim, quando antes se construía a realidade através de interações sociais baseadas essencialmente na expressão verbal, é possível hoje objetivar e fazer circular imagens (referenciais ou imaginárias), sons e, particularmente, “experiência” (BRAGA, 2007, p. 150).

Ao invés de falarmos em interatividade estrita, devemos perceber que as objetivações “se tornaram ‘sociais’ (disponíveis em modo diferido e difuso)”, dadas as respostas desenvolvidas pelo sistema de interação social mediático (BRAGA, 2006, p. 7). Mesmo os recursos de conversacionalidade, diz o autor, são antes mecanismos que viabilizam a inserção de “tipo individual”. Braga ressalta que “interagir em sociedade envolve, crescentemente, interações com o acervo dinâmico da rede informatizada e gera processos referenciais a este acervo” (idem, p. 8).

Outra característica da mediatização que está diretamente relacionada aos processos diferidos e difusos é a tendência à descontextualização. Braga lembra que a circulação das objetivações sociais implica a descontextualização das contingências dos momentos da produção expressiva. Para que o usuário reconstitua e interprete os sentidos dos textos/materiais, são criados diversos mecanismos para suprir a ausência das pistas contingenciais. O autor destaca que “podemos considerar estes processos de re-determinação como um trabalho de “edição” do material objetivado mediaticamente, pelo usuário que o (re)inscreve em sua conjuntura, realizando articulações através das mediações que acione” (BRAGA, 2007, p. 152-153).

Isto significa perceber que os textos mediáticos extrapolam a relação com os leitores, envolvendo uma infinidade de situações, de pessoas e de produção de significados, conforme ressalta Silverstone:

A mediação implica o movimento de significado de um texto para o outro, de um discurso para outro, de um evento para outro. Implica a constante transformação de significados, em grande e pequena escala, importante e desimportante, à medida que textos da mídia e textos sobre a mídia circulam em forma escrita, oral e audiovisual, e à medida que nós, individual e coletivamente, direta e indiretamente, colaboramos para sua produção (SILVERSTONE, 2003, p. 33).

A construção pelo próprio usuário das objetivações sociais pode ser relacionada com o termo criado por Nestor García Canclini de *descolecionamento*. Por esta expressão, Canclini explica a decomposição das coleções fixas: cada pessoa cria seu acervo próprio a seu modo e gosto e, interagindo com as novas tecnologias, utilizam dispositivos de reprodução e de edição. Este processo desierarquiza as classificações tradicionais resultando em hibridações que “já não permitem vincular rigidamente as classes sociais com os estratos culturais” (GARCÍA CANCLINI, 1998, p. 309).

A hibridação cultural é, assim, o resultado imprevisto de processos migratórios, turísticos ou de intercâmbio econômico ou comunicacional, em que a mediatização se constitui num dos seus fatores. Surge da criatividade individual e coletiva. O crescimento

urbano é uma das causas do que García Canclini (1998, p. 285) chamou de hibridação cultural, devido à oferta simbólica heterogênea das cidades e a mistura dos usos sociais. (GARCÍA CANCLINI, 2004, p. 4).

Como vemos, os textos ganham a cada encontro, evento e situação, novos significados e assim sucessivamente. Neste sentido, a noção de mediações de Martín-Barbero (1997) aponta para a importância de investigarmos as relações da mídia através do mundo exuberante das vivências e das experiências cotidianas, produtoras de relações sócio-culturais. Olhar para “as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (1997, p. 270) é contemplar os espaços em que circulam os textos mediáticos misturados a outros textos não mediáticos.

O foco no receptor é, portanto, mais uma característica fundamental da mediatização. Por ser um processo de abrangência, que circula por todos os sub-universos especializados e que não requer formação nem conhecimento específico para o seu uso social, ao contrário da cultura escrita, como explica Braga, o receptor “conhecido” ou “imaginado” acaba por ser um elemento fundamental na produção e circulação das objetivações sociais. Não somente nas relações informatizadas, com a construção de recursos de fácil utilização, donde as tecnologias “amigáveis” se tornam cada vez mais comuns, como analisa Braga (2007, p. 154-155), mas também os próprios programas que buscam a participação do ouvinte/telespectador.

Os programas de auditório e as “revistas eletrônicas” refletem, assim, a “textura da experiência”, de que fala Silverstone: “seus significados dependem de saber se realmente o notamos, se ele nos toca, choca, repugna ou atrai, enquanto entramos, atravessamos e saímos do ambiente mediático cada vez mais insistente e intenso” (2003, p. 12). A mediatização implica manter-se em contato, cujas estratégias de sedução evitam a todo custo a indiferença do receptor. São sintomáticos os comerciais televisivos de cerveja que propõem ao indivíduo a imitação de determinadas formas de comportamento ao consumirem a bebida. Kellner explica que:

A cultura da mídia põe à disposição imagens e figuras com as quais seu público pode identificar-se, imitando-as. Portanto, ela exerce importantes efeitos socializantes e culturais por meio de seus modelos de papéis, sexo e por meio das várias ‘posições de sujeito’ que valorizam certas formas de comportamento e modo de ser enquanto desvalorizam e denigrem outros tipos (KELLNER, 2001, p. 307).

Um outro aspecto da mediatização no âmbito cultural é que a construção da identidade se dá cada vez mais pela mediação da cultura mediática. Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, quando se consolidou a sociedade de consumo, a identidade se liga à

maneira de ser, à imagem e aparência pessoal. “É como se cada um tivesse de ter um jeito, um estilo e uma imagem particulares para ter identidade, embora, paradoxalmente, muitos dos modelos de estilo e aparência provenham da cultura de consumo [...]”, explica Kellner (2001, p. 297).

Oferecendo modelos de identificação, a publicidade e os programas de televisão e de outros meios de comunicação reestruturam a identidade contemporânea através de *posições de sujeito* existentes nas maneiras variadas de se comportar e de pensar (KELLNER, 2001, p. 304; 307). Nas palavras do autor:

Assim, hoje, a identidade torna-se um jogo de livre escolha, uma representação teatral do eu, em que ele é capaz de apresentar-se numa grande variedade de papéis, imagens e atividades sem se preocupar muito com as modificações, as transformações e as mudanças drásticas (KELLNER, 2001, p. 316).

Neste sentido, a identidade está sempre sendo redefinida e reconstruída.

É preciso ainda enfatizar uma característica da mediatização da sociedade, a dessacralização dos sub-universos especializados. “À revelia” da especialização dos diversos segmentos sociais, a mediatização ultrapassa os sub-universos, dando-lhes tratamento transversal segundo sua lógica própria. “A mediatização tende a ‘deslegitimar’ campos específicos, ao expor os diferentes “sub-universos” uns aos outros – já que um dos modos de manutenção de um campo social é justamente a construção de relações esotéricas com a sociedade” (BRAGA, 2006, p. 8).

A mídia revela o que está escondido, descobre os rituais específicos dos diversos campos sociais, tornando-os acessíveis ao público. Um dos pilares da mediatização, o regime da visibilidade desvenda o conhecimento que seria acessível somente aos iniciados na medida em que a mídia rompe o distanciamento do campo esotérico. De acordo com Braga, “‘tudo’ se expõe, logo tudo se torna aberto ao esquadrinhamento, se torna ‘familiar’ a todos” (2007, p. 156). Os médicos já não recebem tantos pacientes desinformados nos seus consultórios. Estes questionam os tratamentos e diagnósticos pela constante aproximação e acompanhamento a respeito dos conhecimentos da saúde disponíveis a todo o momento e a qualquer hora no sistema mediático.

A despeito de a sociedade estar integrada tecnologicamente, é importante lembrar que as práticas sociais não são mediatizadas de maneira homogênea. Como analisa Verón, citado por Mata, a mediatização acontece de forma desigual e provoca alterações distintas de acordo com os atores envolvidos e seu acesso desigual ao universo de bens materiais (VERÓN apud MATA, s/d, p.88). Com efeito, mesmo na sociedade globalizada, nem tudo converge para a

mídia devido à desigualdade de acesso, mas tudo que converge para ela vai tendo seu significado reelaborado cujo resultado é a modificação dos processos relacionais.

A incompletude da mediatização da sociedade como processo interacional de referência, no entanto, não se refere apenas à desigualdade de acesso às tecnologias. Braga aponta seis ângulos que demonstram a insuficiência da mediatização da sociedade, entre os quais, destacamos: a) com o apagamento das fronteiras entre público e privado, entre ficção e realidade, entre outras articulações, surge uma indefinição dos sub-universos, o que dificulta o uso social das diversas objetivações; b) a dificuldade de definição de papéis sociais gerados pela mediatização; c) ausência de clareza nas relações de subsunção das lógicas dos processos interacionais (culturas escrita, oral e mediática); d) a existência ainda incipiente de resposta social para além da interatividade pontual de retorno do receptor. O sistema de resposta é importante para a produção de retorno crítico que contribua para o melhoramento do próprio sistema mediático em termos de valores sociais e humanos (BRAGA, 2007, p. 161-167).

O conceito de mediatização demonstra o quanto modifica as relações sociais concorrendo com outras mediações, e se tornando hegemônica, na percepção do mundo. É tão fundamental na sociedade contemporânea globalizada que a existência social de pessoas, grupos e instituições passa necessariamente pela mediatização. Dentre todas as características da mediatização que discutimos acima, há uma em particular responsável pelo que freqüentemente se denomina de “era da imagem” e que é resultado do regime da visibilidade operada pelo campo mediático constituindo-se num dos mais cobiçados elementos de disputa por ser outorgante de capital simbólico. Lançadas as bases epistemológicas acerca da mídia como construção social da realidade e da sua dimensão social com o conceito de mediatização, é necessário discutir como se constitui o campo mediático, a partir da teoria de campos, destacando o jornalismo como uma área específica deste campo. O jornalismo é um espaço particular de disputa pela visibilidade mediática.

4.1 A Teoria de Campos e o Jornalismo enquanto Campo Social

A teoria de campos adotada aqui promove um diálogo com os autores Pierre Bourdieu (1983; 1998), Adriano Rodrigues (2000) e João Pissarra Esteves (1998) destacando algumas noções chaves que se complementam, detalham e/ou contribuem para operacionalizar o conceito.

Enquanto Bourdieu cria o conceito através da explicação da estrutura e do funcionamento do campo, Esteves e Rodrigues ampliam o entendimento desta noção para o contexto histórico da Modernidade e da Racionalidade, demonstrando a crescente fragmentação dos campos. Assim, estes dois autores fazem uma interpretação e atualização do conceito na sociedade contemporânea sem perderem de vista, contudo, o funcionamento e a estrutura interna dos campos e a relação entre os mesmos.

O conceito de campo parece abarcar a densidade da complexidade social contemporânea, porém, somente indo ao empírico, como afirma Bourdieu, é que podemos verificar a teoria dos campos sociais. O autor estudou diversos campos – campo científico, campo artístico, campo da alta costura – conseguindo elevar a um “nível de generalidade e de formalização os princípios teóricos envolvidos no estudo empírico de universos diferentes e as leis invariantes da estrutura e da história dos diferentes campos” (BOURDIEU, 1998, p. 67). Bourdieu compreende o campo como espaço social de relações objetivas (1998, p. 62).

Em todos os campos, há a tensão pela definição da **verdade de um produto** – por **verdade de um produto** entendemos a definição considerada válida e, portanto, legítima, de uma determinada produção de um campo – num estado determinado da estrutura e do funcionamento de um campo. Ao aplicar o conceito ao campo científico, Bourdieu (1983) demonstra que há uma forma específica de interesse. Isto significa que cada campo social possui as suas especificidades, e a análise, portanto, não deve ficar presa à estrutura geral.

A noção principal que devemos ter de campo é de relações de força e de monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros; todas essas invariantes, ocorrendo em determinadas condições sociais de produção, apresentam **formas específicas** (BOURDIEU, 1983, p. 122).

Ao considerar as **formas específicas** de tais invariantes, Bourdieu contempla a dinâmica de cada campo, suas particularidades, de forma que o campo possui vida própria, não sendo apenas uma estrutura estruturada, mas também uma **estrutura estruturante**, em que as pessoas são os agentes principais tanto da conservação quanto da renovação do campo. É o agente que dá vida ao mesmo. Por isso, a teoria dos campos sociais se propõe uma teoria da ação social. Bourdieu busca articular o agente e a estrutura social, de forma dialética, desenvolvendo o método que denomina conhecimento praxiológico (ORTIZ, 1983, p. 8).

Uma característica fundamental do campo social é a autonomia, isto é, a capacidade do campo de definir a representação de um domínio da experiência. De acordo com Rodrigues, o campo possui autonomia e legitimidade para: “criar, manter, impor, sancionar, e restabelecer

os valores e as regras, tanto constitutivas como normativas, que regulam um domínio autonomizado da experiência” (2000, p. 191).

A autonomia está diretamente relacionada à identidade do campo. Para Esteves (1998, p. 128), o que confere identidade ao campo, é a função específica, própria do campo, que nenhum outro campo cumpre, e a consciência interiorizada dessa competência. A especificidade do campo é indispensável a sua autonomia e capacidade regulativa. Recorrendo ao estudo do campo científico de Bourdieu, é interessante destacar que a validade da autoridade científica só é reconhecida dentro do próprio campo científico. Quanto maior for a autonomia do campo, os produtores tendem a esperar cada vez mais o reconhecimento dos seus concorrentes/pares, que examinam o trabalho daqueles com o máximo rigor de discussão da matéria. Somente os cientistas que conhecem os meios de apropriação simbólica podem avaliar os méritos (de fato e de direito).

Isto significa dizer que somente os pares do mesmo campo, e não os produtores de outro campo, podem avaliar o produto de um agente e reconhecer o seu capital. Os que recorrem a um outro campo (a exemplo da imprensa) acabam por atrair sobre si o descrédito, cuja reprovação se baseia na distinção entre publicação e publicidade (BOURDIEU, 1983, p. 127). A autonomia do campo demonstra que não é possível acumular capital através de apelo exterior ao campo. O resultado deste tipo de comportamento, ao contrário, gera menos legitimidade ao participante.

A autonomia é, pois, uma característica fundamental do campo social. Para ambos os autores – Rodrigues e Esteves – a autonomização dos campos é decorrente do processo secularizante através do qual o domínio do saber fugia ao controle da Igreja para o âmbito laico. Rodrigues apresenta a Modernidade como “projeto inacabado, permanecendo inevitavelmente amplas franjas da experiência de fora das fronteiras do seu espaço de intervenção” (2000, p. 189) e Esteves destaca que junto com a Modernidade foi desencadeado um processo de autonomização dos campos sociais, de forma que a sociedade moderna possui uma estrutura que é “sustentada pela dinâmica complexa de diferentes campos sociais autônomos” (1998, p. 111-112).

Rodrigues aponta que a fundamentação racional da Modernidade traz novas modalidades do saber, em que o saber moderno proporciona o aparecimento do especialista substituindo a figura do sábio (2000, p. 190). Quanto mais autônomo for um campo, mais a sua renovação se dá por dentro do mesmo, através do domínio pelos agentes dos recursos, do que deve ser investido, do jargão próprio etc. De acordo com Bourdieu, o campo científico

“encontra na ruptura contínua o verdadeiro princípio de sua continuidade” (1983, p.143), de modo que tende a enfraquecer a oposição porque cada vez mais a acumulação do capital tende a se realizar segundo padrões regulamentados de uma carreira.

Poderíamos dizer que o campo tende a limitar as revoluções? Em outras palavras, a autonomização levaria a uma elitização do campo? Com efeito, quanto mais autônomo, regulamentado e legitimado for um campo, maior a sua capacidade de definir a verdade do seu produto de acordo com suas regras. Mas esta “gestão” não se dá de forma pacífica, senão sob uma forte tensão ou concorrência dos seus pares, na busca de definir os critérios de validade do campo de acordo com sua competência. Esteves (1998, p. 132) explica que a teoria dos campos considera as transformações e modificações da sociedade e por isso difere da teoria do sistema de Parsons, na qual a ordem é estática.

É importante não confundir o termo “campo social” com um sentido espacial pois o termo implica outro sentido, relacionado a campo energético, como na física, referindo-se à tensão entre forças e pólos em sentidos opostos. Rodrigues assinala que “é na fronteira entre campos de legitimidade que esta tensão se gera e se manifesta” (2000, p. 191). O autor destaca a tensão entre campos, indicando a leitura do conceito na contemporaneidade já que, com a crescente autonomização dos campos, a tendência é aumentar a tensão entre os mesmos e, como veremos, é o campo dos media que fará a mediação social entre todos.

A autonomização supõe competência legítima para formular as regras de cada campo, que também se caracteriza pela distinção entre função discursiva e função pragmática (técnica). A função discursiva diz respeito à legitimidade simbólica que se evidencia na formulação discursiva da ciência, isto é, na esfera da palavra. Já a função pragmática ocorre na esfera da ação e remete à legitimidade pragmática. Trata-se do estágio da evolução da invenção técnica, ou seja, da tecnicidade de determinado campo social (RODRIGUES, 2000, p. 190).

Para Rodrigues, há um termo chave para o entendimento de campo, que é disciplinarização, num duplo sentido: tanto do saber discursivamente formulado, quanto de *hexis* ou *ethos* do exercício competente da profissão para intervir num domínio da experiência. A disciplinarização ocorre na Modernidade a partir da Racionalidade que gerou o desenvolvimento de ciências modernas acarretando o aparecimento de especializações científicas (RODRIGUES, 2000, p. 190-191).

De acordo com Bourdieu (1983, p. 121), o campo social é constituído por relações objetivas entre as posições adquiridas em lutas anteriores. Estas relações não devem ser

reduzidas ao conjunto das interações, “no sentido do interacionismo, isto é, ao conjunto das estratégias” que o campo determina (1983, p. 122). A noção de competência e legitimidade não se reduz à capacidade técnica, mas inclui esta e toda a representação social, o poder simbólico.

Daí, podemos dizer que o funcionamento do campo social possui leis e regras próprias oficiais **ou não**. Não se obtém o poder simbólico somente pelo domínio do saber técnico, mas também pelo “status” da posição alcançada, do *savoir-faire* de atuar no campo na disputa pela legitimidade e reconhecimento. Todas as práticas são orientadas para o reconhecimento, para o acúmulo de capital simbólico.

Bourdieu assinala que quanto mais autonomizado/regularizado for o campo, menor a possibilidade de uma ruptura “por fora” do campo. O antagonismo dentro do próprio campo, porém, renova o campo porque cada concorrente, cada vez mais preparado, busca formas de acumular o reconhecimento e a legitimidade no campo. Os agentes atuam em função das leis e normas do campo, dos seus interesses e dos interesses dos outros. Esta face da noção de campo social de Bourdieu demonstra que é impossível separar a dimensão individual e subjetiva do agente da dimensão objetiva da estrutura. De modo que a análise do campo social não pode ser puramente subjetiva nem puramente objetiva.

O campo social possui um *estado objetivado* sob forma de instrumentos, instituições organizações etc. Mas também é constituído por um estado *incorporado*, isto é, sistema de esquema de percepção, de apreciação e de ação que se realiza em determinadas condições sociais e que tornam possível a ação dos agentes e instituições, ajudando a reproduzir – inculcando – os hábitos. Falar do conceito de campo social é trazer implícito e inseparavelmente o conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1983, p. 137).

Bourdieu recupera a idéia escolástica de *habitus* que enfatiza a dimensão de um aprendizado passado. Nessa idéia o hábito era como um *modus operandi*, uma disposição estável para se operar numa determinada direção. Bourdieu toma a noção de *habitus* no embate objetivismo/fenomenologia e define como:

Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que com isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim [...]”. (BOURDIEU apud ORTIZ, 1983, p.15)

Nesta definição, é importante destacar que as regras são coletivamente construídas, porém, sem que haja necessariamente a consciência do domínio destas operações para atingir o fim.

O *habitus* tende a conformar e orientar a ação, na medida em que os agentes internalizaram um *modus operandi* das relações sociais sem que tenham domínio de modo consciente. O *habitus* assegura a reprodução dessas relações objetivas que o geraram. São disposições adquiridas que funcionam como regras imanes de um jogo e que as pessoas estão dispostas a jogar o jogo, por conhecerem e reconhecerem as regras.

Podemos dizer que o *habitus* seria a cultura própria de cada campo, com os valores, normas e princípios sociais assegurando a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo. Assim, para Bourdieu, as ações sociais são realizadas somente se houver condições na sociedade global para serem efetivadas.

Com o conceito de *habitus*, Bourdieu rompe com o paradigma do estruturalismo sem cair na filosofia do sujeito ou da consciência, e evidencia as capacidades criadoras, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente, embora não se trate de um espírito universal, mas de um conhecimento adquirido, a disposição incorporada, um agente em ação, um agente operador prático para atuar nas situações (BOURDIEU, 1998, p. 61-62). *Habitus* pode ser entendido como estratégia prática, “espécie de sentido do jogo que não tem necessidade de raciocinar para se orientar e se situar de maneira racional num espaço” (BOURDIEU, 1998, p. 62).

Para Bourdieu (1998, p. 72), as estratégias práticas são sobredeterminadas, não são necessariamente conscientes e calculadas, exprimem os interesses de maneira associada com uma posição no campo. A noção de poder parte de uma categoria marxista, da estrutura, que vai sendo substituída pelo conceito de *habitus*, mais refinado, isto é, a articulação de atitudes no espaço social.

O campo social possui, portanto, leis e regras próprias oficializadas ou não. Rodrigues define o campo social como:

Uma instituição dotada de legitimidade indiscutível, publicamente reconhecida e respeitada pelo conjunto da sociedade, para criar, impor, manter, sancionar e restabelecer uma hierarquia de valores, assim como um conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, num determinado domínio específico da experiência (RODRIGUES, 2000, p.194).

Instituição possui um sentido aqui abstrato e arbitrário, não se referindo especificamente a uma organização, mas a um conjunto de organizações que fazem parte de um campo. A especificidade do campo diz respeito à competência na verificação do domínio da experiência sobre o qual exerce competência legítima.

A autonomização do campo ocorre com a constante disputa pelo monopólio do capital simbólico, cultural e social. A disputa se dá dentro do campo e entre os campos, e entre os dominantes do capital – que detêm a capacidade de falar e agir legitimamente – e os

dominados, que tentam obter tal poder simbólico. Esta oposição entre dominantes e dominados não é tão simples. Na verdade, está implícita uma diversidade de tensões de acordo com a posição ocupada por cada participante do campo. Bourdieu explica que, no campo científico, os dominantes são os que conseguem impor a definição de ciência “segundo a qual a realização mais perfeita consiste em **ter, ser e fazer** aquilo que eles **têm, são e fazem**” (1983, p. 128). O autor ressalta que a opinião destes detém tanta eficácia simbólica quanto a opinião pública para a ideologia liberal. A obtenção do poder simbólico diz respeito, portanto, a “saber-fazer” e “fazer-saber”.

Falar em jornalismo como um campo social, é considerar que detém uma função específica na sociedade para definir a representação de um domínio da experiência, de forma autônoma e legítima, não se constituindo apenas como estrutura estruturada, mas também como estrutura estruturante (BOURDIEU, 1983, p. 122; RODRIGUES, 2000, p. 191; ORTIZ, 1983, p. 8). O perfil empresarial ou “profissional” do jornalismo faz com que seja reconhecido como um campo social, na medida em que compõe “um sistema de princípios, de valores, de relações objetivas e de distribuição de reconhecimento” (GOMES, 2004, p. 52-53).

Os seus agentes possuem posições definidas e as tensões ocorrem devido à concorrência pelo domínio e acúmulo do capital do campo que, no caso, é a competência jornalística, traduzida em prestígio, autoridade, credibilidade, fama. A distribuição de prestígio e reconhecimento depende da capacidade dos jornalistas obterem informação “de qualidade” e com rapidez, e principalmente, que seja exclusiva, que é o maior grau de distinção (GOMES, 2004, p. 53). Robert Darnton ressalta que “para muitos jornalistas, a reputação profissional constitui um fim em si mesma, porém ela também leva a ofertas de trabalho” (1990, p. 85). Wilson Gomes explica que “o jornalismo se estabelece como campo, quando determina quais são os propósitos dos jornalistas, quais são os problemas *jornalísticos*, quais os métodos e as estratégias *jornalísticas*” (2004, p. 55-56). Alsina enfatiza que “os jornalistas não podem fazer abdicar nem admitir intromissões em sua função principal que é determinar quais acontecimentos são notícia” (2005, p. 210).

Enquanto setores industriais, a imprensa, o rádio, a televisão, o cinema, fazem parte do campo econômico e procuram obter lucros com sua atividade (agradar ao público e aos anunciantes) como qualquer outra empresa, mas também constituem campos sociais específicos da cultura e da informação (GOMES, 2004, p. 56). Esta é uma característica ambígua do campo, que trabalha estruturalmente sob pressões políticas e econômicas ao

mesmo tempo em que se constitui numa atividade intelectual e econômica. Patrick Champagne explica que daí surge uma contradição que afeta o seu funcionamento de que “as práticas jornalísticas que mais se ajustam aos códigos do jornalismo estão muito longe de serem as mais rentáveis economicamente” (CHAMPAGNE, 1998, p. 239; 241).

O campo jornalístico atua, intervém, constrói sentidos, negocia, resiste a forças de outras esferas externas a ele, em busca de acumular capital simbólico e prestígio na sua função específica na sociedade. Gomes ressalta que “a um jornalista importa menos a eficiência da rotina produtiva em si mesma do que aquilo que o seu trabalho lhe conquista em termos de reputação e imagem no campo jornalístico” (2004, p. 57). O que antes era considerado “meio de comunicação”, hoje é uma instituição social com valores, princípios, regras de funcionamento, deontologia, enfim, a comunicação de massa se sustenta economicamente pela empresa (que mantém a relação com os anunciantes, consumidores e audiência) e passa a investir nos seus valores e princípios imanentes (GOMES, 2004, p. 57).

Como qualquer outro campo social, o campo jornalístico se autonomiza cada vez mais no seu domínio da experiência, determinando, através da sua competência específica, o que é e o que não é notícia. Neste aspecto, sofre pressão de outros campos sociais para se visibilizarem ou a seus interesses, devido ao seu caráter de espaço público da contemporaneidade, tema que veremos a seguir.

O ideal do jornalista de “busca da verdade” é confrontado com uma realidade na qual o jornal tem um preço e, na condição de empresa, possui determinadas demandas. A informação se encontra sob a lógica dominante de produção do campo jornalístico, marcada pela intensidade da competência e pela crescente rapidez na elaboração da informação (CHAMPAGNE, 1998 p. 243). Patrick Champagne assinala que “as redações estão divididas e dominadas pelas exigências contraditórias de rentabilidade econômica, das posições políticas e das necessidades próprias do trabalho intelectual que supõe a produção da informação” (1998, p. 248). Esse emaranhado de fatores mostra a complexidade das relações entre os diferentes campos sociais que são marcadas pelas restrições e determinantes de ambos os campos.

O campo jornalístico se encontra numa ação contínua, pois, para manter-se num equilíbrio entre aquelas demandas e/ou pressões enquanto campo estruturado e autônomo, ao que Charron (1998, p. 89) se refere às forças externas e internas ao jornalismo e que permeiam toda a construção da notícia. Para o autor, não basta a análise das estratégias, sendo

necessário recorrer a um enfoque histórico para determinar os efeitos de estrutura e os efeitos de conjuntura. Nas palavras de Charron: “nem o jogo, nem as regras da comunicação política são estáticos e a posição dos jogadores pode variar com o tempo” (1998, p. 89).

O que nos chama a atenção é que mesmo tendo o campo mediático necessidade de se relacionar com outros campos, vemos que se autonomiza sempre mais, devido à especialização crescente de suas atividades associada a sua dimensão social. O âmbito da legitimidade do discurso mediático se caracteriza por “não ser delimitado por um domínio restrito da experiência”, o que o torna um discurso exotérico, na medida em que é fundamentado na prática de “traduzir”, marcado pelo “império da transparência ou de visibilidade universal” (RODRIGUES, 1996, p. 34).

Em articulação com essa característica exotérica do discurso mediático de que fala Rodrigues, Braga (2007) lembra que ao “mostrar” os outros campos em termos que não são os específicos destes, ou seja, os seus discursos internos ou esotéricos, o campo mediático o faz na linguagem do receptor, portanto, da sociedade em geral, não especializada por campos, enquanto usuária da mídia. Disso resulta que aquele discurso esotérico dos campos “se abre”, demonstrando a dificuldade de manter o discurso interno (integral) que só se legitima por seus próprios termos, levando à relativa deslegitimação dos campos, que comentamos anteriormente. Como Braga (2007) ressalta, ao usar a mídia, por uma questão de visibilidade, os diferentes campos sociais são obrigados a falar na lógica do usuário, e não mais só em seus próprios termos, daí a necessidade de negociação entre fontes e campo jornalístico que trataremos no próximo capítulo.

O que decorre daí são relações conflituosas entre campos a respeito da tematização mediática: enquanto os campos específicos conservam seu jargão e conhecimentos próprios intra-campo, a mídia trata de desmistificá-los. É ilustrativa uma entrevista que assistimos com o médico Drauzio Varella, a respeito da sua experiência da produção mediática de duas séries de reportagens sobre gravidez e alimentação na TV Globo, em que comentava ter recebido algumas críticas de colegas de profissão de que a relação médico-paciente deveria ser restrita ao consultório.

O campo jornalístico sofre tensões ao longo da própria rotina produtiva na tarefa de produzir a *informação de interesse público* em equilíbrio com a própria organização, os leitores, os anunciantes e o campo político. A opinião do público é um elemento importante na produção noticiosa. O status de espaço público enquanto promotor de visibilidade dos

diversos discursos sociais confere ao campo jornalístico e mediático um lugar central nas sociedades democráticas.

4.2 A Mídia como Espaço Público e sua Relação com a Democracia

Nas sociedades pós-industriais que se encontram em estágio avançado de mediatização, o campo mediático “cumprir a função primordial da mediação simbólica das relações sociais” (ESTEVES, 2003, p. 168). A maior parte das experiências das pessoas com os fatos que acontecem no mundo se dá através da mídia. Esta é uma relação mediada. Lorenzo Gomis (1999, p.189) afirma que a mídia se converteu em referência diária na nossa vida, lembrando que “entre os ritos da vida cotidiana no mundo civilizado está o de abrir o jornal, conectar a rádio e ligar a televisão para conhecer as notícias”, e conectar os webjornais.

O jornalismo, como uma área específica do campo mediático ao qual compete a definição do *mundo atual*, opera sob e pela lógica da mediatização, contribuindo para a percepção do mundo, sendo parte do cotidiano na formação das idéias e opiniões. Esta é a razão pela qual não podemos considerar o jornalismo como um campo alheio ao processo de mediatização. Ao mesmo tempo em que possui a especificidade da definição dos acontecimentos, o processo de produção noticiosa se dá de modo imbricado com as lógicas e funcionamento do campo mediático. Falar em visibilidade mediática e em espaço público implica necessariamente considerar o jornalismo como parte desse fenômeno maior de conferir “existência social”, daí ser nossa abordagem sobre espaço público focada na confluência do jornalismo com o campo mediático, enquanto processo de mediatização da sociedade.

Todos os dias, o usuário da mídia recebe as “imagens” do mundo selecionadas pelo campo jornalístico. Walter Lippmann afirma que “o mundo que temos que tratar politicamente está fora do alcance, fora da vista, fora da mente. Tem que ser explorado, informado e imaginado (citado por Karen Johnson-Cartee, 2005, p. 148)”. O jornalismo confere sentido ao mundo, organiza-o para o indivíduo, contribuindo para a percepção do *real*. Este lê, assiste e/ou ouve aquilo que foi previamente recortado e construído. João Carlos

Correia ressalta que “a linguagem jornalística surgiria para organizar a experiência do aleatório e conferir-lhe racionalidade” (2004, p. 167). Estamos falando de um espaço público “tecnologizado” ou do que Correia denominou de “mediatização do espaço público”:

Com o surgimento dos meios de comunicação social, tal como os entendemos hoje, enquanto estruturas profissionalizadas de distribuição de mensagens, aquilo a que assistimos é a própria profissionalização da atividade mediadora que se instaura e consolida como uma dimensão constituinte e estruturante da sociedade (CORREIA, 2000, p. 1).

Maurice Mouillaud afirma que “o jornal diário tornou-se, na realidade, um substituto do espaço público, um fórum onde se escuta o eco de todas as vozes públicas, ao mesmo tempo em que tem sua própria voz” (2002, p. 26-27). O jornal é o lugar de disputa onde querem se fazer presentes todas as vozes públicas, por haver o reconhecimento social de que a mídia é a esfera da visibilidade pública na contemporaneidade, é o lugar “onde a realidade se estrutura como referência” (FAUSTO NETO, 1999, p. 9).

O caráter de espaço público da mídia está diretamente relacionado com o regime de visibilidade inerente ao campo mediático que, como vimos, está disseminado no conjunto do tecido social das sociedades pós-industriais. Ultrapassando as características esotéricas dos outros campos sociais, o campo mediático opera uma espécie de dessacralização ao expor, mostrar, dizer, nomear, as experiências esotéricas dos outros campos sociais. Adriano Rodrigues assinala que:

[...] ao contrário da opacidade e da reserva que define a especificidade simbólica dos outros campos, o princípio que define a simbólica do campo dos media é o da transparência, princípio intimamente relacionado com o processo dessacralizante da modernidade, indispensável à sua pretensão à universalidade e à formação de consensos (RODRIGUES, 1990, p. 157).

Neste sentido, a legitimidade do campo mediático decorre da sua natureza vicária na sociedade marcada pela fragmentação da experiência na qual prevalecem os valores da transparência e da publicidade. Como assinala Rodrigues, esta natureza vicária “tem a ver com a delegação por parte dos outros campos de uma parte de suas funções expressivas, daquelas que dizem respeito à inscrição da sua ordem no espaço público, da componente exotérica das respectivas funções expressivas” (1990, p. 155-156).

A visibilidade pública que a mídia dá a fatos, temas, pessoas e grupos dos mais variados setores da sociedade concede à mesma *status* de espaço público da contemporaneidade. É o campo mediático que possui a legitimidade e a autonomia para produzir e guardar a “palavra pública”.

Este processo de consolidação da legitimidade do campo dos media consiste no reconhecimento da competência própria do campo para selecionar e distribuir a informação a uma escala alargada no tecido social, conferindo portanto aos discursos um caráter público (ESTEVEZ, 2003, p. 148).

Espaço público é aqui tomado como uma instância de mediação, fundamental nas sociedades democráticas, entre a sociedade civil e o Estado refletindo a dinâmica conflitual da opinião e da vontade coletivas (HABERMAS citado por COSTA, 1997, p. 126). Consideramos o campo mediático e, mais precisamente, o jornalismo, como um dentre os diversos espaços públicos existentes, contudo, enquanto espaço público privilegiado no sentido de que detém de modo privilegiado alcance e integração mais amplos do que os outros. Não podemos, no entanto, absolutizar em definitivo o campo mediático como o “mais poderoso” espaço público dentre todos existentes. A despeito de sua preponderância diante do já discutido processo de mediatização em vias de se tornar processo de referência, o seu poder não é alheio à dinâmica social, do que depende uma confluência de forças sociais e políticas para sua determinação na sociedade, o que somente é possível averiguar com estudos empíricos.

É importante ressaltar a característica conflitual do espaço público, conforme assinala Glauco Cortez (2006, p. 87), como “espaço político social, normatizado ou não pelo Estado, em que o conflito social se apresenta”. O autor distingue, pois, o espaço público estatal do não-estatal. No primeiro grupo, estariam os espaços oficializados, normatizados e regulados pelo Estado com a participação direta do cidadão comum, a exemplo do orçamento participativo e das audiências públicas; ou via representação do cidadão, tais como os conselhos municipais, conselhos tutelares, câmaras setoriais, e também as instâncias parlamentares, tais como a Câmara de Vereadores, a Assembléia Legislativa, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Cortez enfatiza que o parlamento é um espaço de discussão e:

[...] deve também ser considerado um espaço público estatal porque é o único poder em que seus principais postos de discussão e debate político são ocupados por representantes eleitos diretamente pela população, apesar de compor a estrutura dos três poderes constituídos nas democracias representativas modernas (CORTEZ, 2006, p. 88).

Fazem parte do segundo grupo os espaços públicos que não dependem do Estado para funcionarem, sendo criados e realizados pela iniciativa da sociedade civil, o que não significa que não possa haver interferência do Estado. Cortez cita os fóruns sociais, as praças públicas, os eventos políticos e sociais, as conferências e todo o complexo mediático de rádio, televisão, jornais, revistas e portais de internet (CORTEZ, 2006, p. 89). No entanto,

acreditamos que, sendo a transmissão radiofônica e televisiva concessão pública estatal, estas mídias se caracterizariam mais como espaço público misto, uma vez que se constituem da confluência da regulamentação do Estado com a criação, administração e produção da iniciativa privada. Cortez explica que os espaços públicos não-estatais:

Diferente dos espaços públicos estatais, eles ficam sem poder de estabelecer normas que devam ser cumpridas pela sociedade, mas são espaços que pautam a sociedade sobre os possíveis temas importantes que devem ser discutidos; eles mantêm, limitam ou expandem toda substância superestrutural da coletividade. Ao mesmo tempo são espaços que dialogam com os espaços públicos do Estado (CORTEZ, 2006, p. 89).

Os espaços públicos estatais e não-estatais configuram espaços assimétricos e fragmentados que ora se complementam ora se afastam, mantendo um elo dinâmico de diálogos e conflitos. Assimétricos, devido à preponderância de uns sobre os outros, como vimos, a mídia se impõe como o espaço de mediação simbólica por excelência, e fragmentado porque na contemporaneidade, surgem cada vez mais atores exigindo a participação nestes espaços alargando o acesso na construção e definição das questões e problemas públicos. Nesta perspectiva, como afirma Fernando Resende (2006, p. 179-180), o espaço público contemporâneo diz respeito ao “modo como se negociam saberes e poderes” tendo seu funcionamento na dinâmica conflitual de que falamos há pouco. Nas palavras de Resende:

No conflituoso espaço público contemporâneo, as vias pelas quais se pode dar o exercício da narrativa, exatamente por se fazerem múltiplas, infinitas, ressaltam a importância de se considerar o modo como se narra e os seus sujeitos narradores: é a pluralidade dos meios que nos impõe a reflexão sobre a narrativa (RESENDE, 2006, p. 180).

O espaço público é, assim, lugar mediador de sentidos, e é nele que a sociedade civil enfrenta as tensões em torno dos diversos olhares acerca dos problemas públicos, olhares que disputam a definição de sentidos. De acordo com Evelina Dagnino (2004, p. 95), a implantação em âmbito global do projeto “neoliberal” teve conseqüências para a cultura política brasileira, além das já conhecidas conseqüências na reestruturação do Estado e na economia, devido à existência do que denominou “confluência perversa” de dois projetos políticos antagônicos, um projeto democratizante e o outro “neoliberal”. É importante nos determos nas análises da cientista política Evelina Dagnino que ora oferecem noções-chave para a discussão do espaço público no contexto brasileiro.

No Brasil, nos anos 90, ocorreu a confluência do projeto democratizante – resultado da constituição de espaços públicos pela democratização, baseados na ampliação da cidadania e da participação popular e depois garantidos pela Carta Magna de 88 – com o projeto

neoliberal, caracterizado pelo encolhimento das responsabilidades do Estado e transferência das suas responsabilidades para a sociedade civil. A *perversidade* que Dagnino aborda se situa no seguinte deslocamento: ambos os projetos requerem uma participação ativa e propositiva da sociedade civil, no entanto, em direções opostas, resultando assim, no que denominou “deslocamento de significado” ou “de sentido” em relação às noções de sociedade civil, participação e cidadania. Como afirma Dagnino, “a disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns” (2004, p. 97).

A cultura política forjada pela constituição de espaços públicos fundados na cidadania, com a participação ampla da sociedade civil, deu origem a diversas experiências democráticas a exemplo de conselhos de gestores e orçamento participativo. Tal cultura não se tornou hegemônica, mas se consolidou, como afirma Dagnino (2004, p. 99), tornando-se “capaz de constituir um campo de disputa”. A implementação do projeto neoliberal nos anos 90 promoveu uma interlocução com o projeto democratizante através da participação de setores da sociedade civil defensores do projeto democratizante que substituíram o confronto aberto com o Estado por uma “aposta na possibilidade de atuação conjunta”. Neste contexto, o projeto neoliberal implantou mecanismos similares de atuação social com a exigência da participação da sociedade civil resultando numa mistura de significados das referências comuns que mascaram grandes divergências entre si (DAGNINO, 2004, p. 99).

A noção de sociedade civil foi reduzida às organizações não governamentais (ONG's), entidades filantrópicas e Terceiro Setor ao mesmo tempo em que os movimentos sociais foram marginalizados. O crescimento das ONG's como atores da sociedade civil, entre outras razões, se deve ao fato de os próprios governos terem dado preferência para realizar parcerias com as mesmas diante do temor da politização promovida pelos movimentos sociais e organizações de trabalhadores. Como analisa Dagnino, por um lado, a predominância das ONG's reflete a implantação do projeto neoliberal que necessita realizar mudanças estruturais, desvencilhando-se de responsabilidades sociais, através das parcerias com equipes de capacidade e competência técnicas, com inserção social e interlocutores “confiáveis”.

Por outro lado, com o crescente abandono de vínculos orgânicos com os movimentos sociais que as caracterizava em períodos anteriores, a autonomização política das ONG cria uma situação peculiar onde essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços, mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter

propriamente público. Por mais bem intencionadas que sejam, sua atuação traduz fundamentalmente os desejos de suas equipes diretivas. (DAGNINO, 2004, p. 101).

Neste sentido, a representatividade das ONG's se dá mais pela capacidade técnica e por terem seus objetivos e atividades coincidentes com os interesses de vários setores da sociedade do que propriamente por um vínculo orgânico entre elas e os beneficiários de sua atuação. Ocorre aqui, como analisa Dagnino, um deslocamento também da noção de representatividade, é a capacidade técnica que passa a ser critério. Tal deslocamento se coaduna com a visibilidade pública intencionada por determinados programas sociais governamentais cuja composição ocorre com o convite a pessoas que circulam na mídia, como artistas de televisão, para dar mais visibilidade ao projeto (DAGNINO, 2004, p. 101-102).¹⁵

A noção de participação também foi resignificada através de novos sentidos, tais como “participação solidária” e “responsabilidade social”, implicando nesses termos uma solidariedade fundada numa perspectiva individualista e privatista, ou seja, no plano privado da moral. Ocorre, assim, a despolitização da noção de participação:

[...] na medida em que essas novas definições dispensam os espaços públicos onde o debate dos próprios objetivos da participação pode ter lugar, o seu significado político e potencial democratizante é substituído por formas estritamente individualizadas de tratar questões tais como a desigualdade social e a pobreza (DAGNINO, 2004, p. 102).

A participação é então deslocada para uma noção de execução de políticas e de projetos sociais, reduzida à gestão, e não como parte de instâncias de decisão e partilha de poder como entendido no projeto democratizante.

Finalmente a cidadania integra o terceiro termo no que Dagnino denominou de deslocamento de sentido. Como fruto das lutas sociais no final dos anos 70 e início dos anos 80, surgiu no Brasil, a demanda de uma participação política ampla de diversos movimentos sociais e organizações populares reivindicando não somente infra-estrutura urbana como transporte, energia elétrica etc., mas também demandas específicas de gênero, raça, direitos humanos, estes principalmente em decorrência do regime militar. Esta confluência de fatores originou um projeto de construção democrática com vista à ampliação da participação política refletindo uma nova cultura. Surgiam então sujeitos sociais demandando e exigindo novos direitos. O projeto democratizante implicava, assim, a noção de uma nova cidadania (DAGNINO, 2004, p. 103).

¹⁵ Este foi o caso do Conselho da Comunidade Solidária, criado pelo governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (DAGNINO, 2004, p. 102).

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 102 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

A nova cidadania significa a redefinição da própria idéia de direitos a partir da concepção de um “direito a ter direitos”, ou seja, de uma perspectiva que não se reduz à obtenção dos direitos previstos em lei, mas, sobretudo, à criação de novos direitos forjados em lutas sociais específicas. “Nesse sentido, a própria determinação do significado de “direito” e a afirmação de algum valor ou ideal como um direito são, em si mesmas, objetos de luta política” (DAGNINO, 2004, p. 104). Dagnino analisa que:

O direito à autonomia sobre o próprio corpo, o direito à proteção do meio ambiente, o direito à moradia, são exemplos (intencionalmente muito diferentes) dessa criação de direitos novos. Além disso, essa redefinição inclui não somente o direito à igualdade, como também o direito à diferença, que especifica, aprofunda e amplia o direito à igualdade (DAGNINO, 2004, p. 104).

A nova cidadania envolve a existência de atores políticos que buscam a ampliação da participação através da criação de novos direitos e da luta pelo reconhecimento. Como avalia Dagnino, “nesse sentido, é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania ‘desde baixo’” (idem, p. 104).

Ao invés de aceitarem o sistema político como dado, os novos atores sociais buscam discutir a própria definição do sistema, questionando também o lugar social a eles atribuído. Trata-se de uma concepção de cidadania de mudança nas relações de poder em que a cultura de direitos inclui co-participação no controle democrático do Estado. A radicalidade da nova cidadania é constituída também fora das relações com o Estado com o fortalecimento dos vínculos por dentro da sociedade civil.

A nova cidadania é um projeto para uma nova sociabilidade: não somente a incorporação no sistema político em sentido estrito, mas um formato mais igualitário de relações sociais em todos os níveis, inclusive novas regras para viver em sociedade (negociação de conflitos, um novo sentido de ordem pública e de responsabilidade pública, um novo contrato social etc.) (DAGNINO, 2004, p. 105).

Esse significado político gerado nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil brasileira e que inclui um potencial transformador sofreu um deslocamento de sentido com a implantação do projeto neoliberal. Como o significado de participação, cidadania passou a se referir a uma inserção social individualista, esvaziando o seu sentido coletivo. Além disso, a noção de cidadania foi transportada para as relações com o mercado.

Tornar-se cidadão passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor. Esse parece ser o princípio subjacente a um enorme número de programas para ajudar as pessoas a “adquirir cidadania”, isto é, aprender como iniciar microempresas, tornar-se qualificado para os poucos empregos ainda disponíveis, etc. Num contexto onde o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania (DAGNINO, 2004, p. 106).

Há o esvaziamento do significado político e a questão da cidadania é reduzida à solidariedade para com os pobres no nível da moral individual, através da caridade, do trabalho voluntário e da filantropia. Este sentido foi amplamente implementado através das fundações empresariais e outras organizações do chamado Terceiro Setor, sob o jargão de “responsabilidade social” cujo discurso passa ao largo de discussões acerca das causas da pobreza e da desigualdade. Dagnino analisa que o resultado disso é que estas questões são “tratadas estritamente sob o ângulo da gestão técnica ou filantrópica, a pobreza e a desigualdade estão sendo retiradas da arena pública (política) e do seu domínio próprio, o da justiça, igualdade e cidadania” (2004, p. 107).

As políticas sociais acabam sendo formuladas para atender setores que estejam ameaçados de sobrevivência, como assinala Dagnino, “os alvos dessas políticas não são vistos como cidadãos, com direitos a ter direitos, mas como seres humanos “carentes”, a serem atendidos pela caridade, pública ou privada” (2004, p. 108). Este projeto recebe adesão de parte de defensores do projeto democratizante que se subordinam pela situação de urgência e gravidade para realizar ações em prol dos excluídos.

A despolíticação das três noções – sociedade civil, participação e cidadania – com a implantação do projeto neoliberal demonstra uma concepção minimalista não só do Estado, mas, sobretudo, da política e da democracia que, ao esvaziar o espaço de participação política, restringe a arena da política, os participantes, a agenda e os campos de ação (DAGNINO, 2004, p. 108).

Neste sentido, parece haver uma naturalização, em muitos setores da sociedade brasileira, de que ser cidadão é ser um sujeito cômico de seus direitos e deveres dentro do lugar a ele atribuído pela sociedade, como ser “não político”, e toda ação decorrente de uma atitude política passa a ser vista como “fora de lugar” ou “não legítima”, uma vez que a dimensão política foi retirada da perspectiva de ser cidadão. A cultura da despolíticação parece impregnar a mídia enquanto espaço público, sendo esta perspectiva uma das mais fortes críticas dirigidas ao campo mediático.

Vários autores apontam para uma tendência do esvaziamento do conteúdo político pela mídia ao privilegiar narrativas centradas no privado, com notícias pautadas na intimidade das pessoas, cujas perguntas focam o nível subjetivo das sensações. Marilena Chaui analisa que:

As relações sociais e políticas, que são mediações referentes a interesses e a direitos regulados pelas instituições, pela divisão social das classes e pela separação entre o social e o poder político, perdem sua especificidade e passam a operar sob a aparência da vida privada, portanto, referidas a preferências, sentimentos, emoções, gostos, agrado e aversão (CHAUI, 2006, p. 9).

A opinião pública se modifica. Considerada como uma reflexão individual ou coletiva, que se faz pública, acerca de um assunto controvertido relativo à vida política, a opinião pública sofre uma fabricação através da conhecida “sondagem de opinião”. Torna-se a expressão da privatização do social e do político, esvaziada de espírito público. Chauí explica que:

[...] a palavra sondagem indica que não se procura a expressão pública racional de interesses ou direitos e sim que se vai buscar um fundo silencioso, um fundo não formulado e não refletido, isto é, que se procura vir à tona o não-pensado, que existe sob a forma de sentimentos e emoções, de preferências, gostos, aversões e predileções, como se os fatos e os acontecimentos da vida pudessem vir a se exprimir pelos sentimentos pessoais. Em lugar de opinião pública, tem-se a manifestação pública de sentimentos (CHAUI, 2006, p. 10).

Bourdieu (1983) já apontara que “a opinião pública não existe” indicando que a objetivação desta passa mais por uma produção de caráter instrumental e que as opiniões não expressam a “força real”. A mesma pergunta dirigida a muitas pessoas pressupõe que há um consenso em torno dos problemas públicos, como se houvesse um acordo em relação às perguntas colocadas. Não somente a cultura política reflete as conseqüências da privatização das questões públicas, mas a mídia, como parte da sociedade, naturalmente também expressa tais conseqüências enquanto espaço público.

Poderíamos apontar diversos fatores na origem do esvaziamento do político no espaço público mediático. Além do já abordado deslocamento de sentido a partir do contexto da implantação do modelo econômico de Estado mínimo, destacamos a apropriação pelos interesses particulares do mercado e do Estado. Esteves (2004) avalia que a ação do Estado faz parte de uma lógica intervencionista mais geral desenvolvendo uma interferência no campo mediático de modo a reforçar a própria autoridade. A ação tanto pode ser direta, como nos modelos de serviço público de comunicação, como indireta, através da regulamentação moderada, “mas com uma eficaz capacidade persuasiva, junto às organizações dos media”, ou ainda uma combinação de ambas ações (Esteves, 2004, p. 147).

Do ponto de vista do mercado, há os processos de concentração e transnacionalização da mídia em oligopólio, com o aumento da capacidade de lucro e a segmentação do público. Dreyer citado por Caio Túlio Costa (2005, p. 2) afirma que as fusões na indústria da comunicação situam os seis maiores conglomerados do mundo (Time Warner, Walt Disney, Vivendi-Universal, Viacom, Bertelsmann e News Corporation) dominando mais de um terço da receita total das 50 maiores companhias mediáticas no mundo.

No Brasil, sabemos que a propriedade da mídia é, não somente privada, mas primordialmente familiar. No final do século XX, dez grupos familiares detinham quase a totalidade da mídia: Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Frias (Folha de S. Paulo), Levy (Gazeta Mercantil), Marinho (Globo), Mesquita (O Estado de S. Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil), Saad (Bandeirantes) e Sirotsky (Rede Brasil Sul). Essa situação se modificou posteriormente para uma concentração ainda maior devido a crises econômicas em algumas empresas ocasionando a venda das mais fragilizadas: Manchete, Gazeta Mercantil, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil (COSTA, 2005, p. 6).

A concentração nacional foi acompanhada da mudança constitucional que liberou investimento de capital estrangeiro (até 30%) nas organizações jornalísticas. Caio Túlio Costa avalia:

Se o novo século surgiu com seis dos dez velhos grupos tradicionais de mídia ainda sob o comando das respectivas famílias (Abravanel, Civita, Frias, Marinho, Saad e Sirotsky), três entre esses sobreviventes passaram a dividir parte de seu capital com empresas estrangeiras. O grupo Abril vendeu 13,8% de suas ações a fundos norte-americanos de investimento administrados pela Capital International Inc. O Grupo Globo virou sócio minoritário de Rupert Murdoch na Sky Brasil e vendeu 36,5% do capital votante da NET (distribuição de TV paga) para a Telmex, grupo mexicano de telecomunicações. O Grupo Folha cedeu 20% de todo o seu capital para a Portugal Telecom, a PT, que era sua sócia, anteriormente, apenas na operação de internet, o UOL (COSTA, 2005, p. 6).

Na rede mundial de computadores, espaço livre de regulamentação, empresas internacionais como America Online, Terra, Reuters, Bloomberg, entre outras, mantêm portais jornalísticos: “apuram, editam e publicam notícias em solo nacional, via internet, como qualquer companhia de mídia brasileira, reforçando uma realidade segundo a qual as fronteiras na mídia não são mais geográficas e tornam-se cada vez menos culturais” (COSTA, 2005, p. 6-7). Não é fenômeno de hoje que a informação-mercadoria é produzida em padrão industrial internacional (distante e impessoal) e distribuída para os mais diversos lugares, no entanto, a onipresença da internet intensifica este modelo de mercado com a aniquilação das fronteiras geográficas.

A transnacionalização dos conglomerados midiáticos provoca profundas conseqüências no espaço público mediático. As leis do mercado, conforme assinala Esteves, limitam a circulação da informação politicamente relevante, segmentam as audiências segundo estratificação social e promovem “uma espécie de refeudalização do espaço público” (2004, p. 148). José Arbex Jr. denomina “efeito de mercado” as conseqüências da televisão comercial na produção de notícias nos jornais. A notícia se tornou o “resultado de um pacto de cumplicidade: o mercado se vê refletido por uma mídia que, por sua vez, dá visibilidade aos eventos que reforçam a estrutura de mercado” (ARBEX JR, 2001, p. 97).

O esvaziamento do político no espaço público mediático tem seu lado mais visível na preponderância da forma sobre o conteúdo, através do freqüente processo de espetacularização dos fatos e assuntos publicados. Em sua crítica ao jornalismo, Eugênio Bucci (2000) indica que a atividade se tornou um “prolongamento do espetáculo” e enfatiza que o espaço público mediático foi transfigurado no século XX pela indústria do entretenimento que o instrumentalizou “de fora para dentro” (2000, p. 190). A espetacularização se apresenta como a síntese de todas as conseqüências acima discutidas da despolitização do espaço público mediático, sendo a materialização discursiva do esvaziamento da política.

Neste ponto, é importante situarmos dois grandes grupos de perspectivas de investigações sobre o campo mediático enquanto esfera pública. Certamente há mais perspectivas e, como toda classificação, há sempre um viés arbitrário por não abranger todas as visões, no entanto, o estudo de Sérgio Costa (1997) conforma uma divisão produtiva para o nosso estudo.

O autor distingue duas abordagens nos estudos verificados. A primeira se caracteriza por uma centralidade conferida à mídia e à impossibilidade de entendimento comunicativo dentro da esfera pública, gerando então um processo de disputa pelo controle dos recursos simbólicos, uma vez que as preferências políticas e de consumo do público dependeriam da eficácia da manipulação daqueles recursos, e não do conteúdo em si. A segunda abordagem aponta para a existência de instâncias da esfera pública, tais como organizações da sociedade civil, redes informais de intercâmbio, entre outras, que possibilitam formas de comunicação, “relativizando-se, portanto, a ação manipuladora dos media” (COSTA, 1997, p. 118).

A primeira focaliza a esfera pública mediática como simulacro, demonstrando o esvaziamento das possibilidades discursivas. Nesta perspectiva, não há espaço para os cidadãos que apenas compõem o público, sendo considerados atores da esfera pública apenas

a mídia e os porta-vozes de instituições, tais como partidos políticos, entre outros grupos organizados. Os movimentos sociais, afirma Costa (1997, p. 119), emergiriam por não aceitarem o tratamento dado, pelos atores da esfera pública, aos temas de seus interesses, ampliando a região de *input* da esfera pública.

As possibilidades dos movimentos sociais terem sucesso em atrair a atenção pública para suas questões dependeriam da habilidade em mobilizar os recursos comunicativos. O importante, nesta perspectiva, não é saber se há representatividade das reivindicações apresentadas pelos movimentos, mas “trata-se, unicamente, de avaliar a capacidade destes de produzir, seja pela espetacularização de suas ações, seja através de um trabalho adequado de relações públicas, fatos com conteúdo noticioso” (COSTA, 1997, p. 119). Nesta perspectiva, forma e conteúdo são categorias excludentes e se considera a fragilização da componente argumentativa da comunicação pública.

A segunda abordagem vai além do espaço público estritamente mediático, reconhece os problemas da espetacularização da primeira abordagem, mas aponta para a existência de estruturas comunicativas, micro-campos da esfera pública para além do espaço dominado pelo mercado e que dão consistência e ressonância ao espetáculo. Além disso, contra uma visão de que a mercantilização da mídia teria desfeito a interface da sociedade civil com o Estado, a mídia permitiu a desprovincialização e criação de novos públicos e novos espaços de se exercer formas críticas de comunicação, tais como micro-espços alternativos, movimentos sociais etc. (KEANE citado por COSTA, 1997, p. 125-126).

Em novo prefácio de “Mudança Estrutural da Esfera Pública” (1990), Habermas (citado por COSTA, 1997, p. 126) procede a uma revisão de sua tese central. Entre outros aspectos, indica que o público possui potencial de crítica e é capaz de preservar suas diferenças mesmo diante “da pressão cultural e politicamente homogeneizadora da mídia”, e observa uma “ambivalência constitutiva da esfera pública”, qual seja:

Nela desembocam tanto os fluxos comunicativos provindos do mundo da vida, portanto gestados em relações voltadas para o entendimento, quanto os esforços de utilização dos media para a produção de lealdade política e para influenciar as preferências de consumo. A canalização dos fluxos comunicativos provindos no mundo da vida para a esfera pública cabe fundamentalmente ao conjunto de associações voluntárias desvinculadas do mercado e do estado a que se denomina sociedade civil (HABERMAS citado por COSTA, 1997, p. 127).

Nos estudos desenvolvidos sob este enfoque, os espaços públicos existentes na sociedade civil, tais como redes pessoais, constituiriam em instâncias importantes de formação de uma opinião pública política. De acordo com Klein citado por Costa (1997, 128),

o sucesso do Greenpeace na arena internacional nos anos 90 se deve antes às redes sociais de intercâmbio existentes nas duas décadas anteriores na Holanda e na Alemanha cujo processo de difusão contribuiu para a legitimação, coordenação, definição dos objetivos comuns e articulação dos protestos. Klein ressalta que:

As ações e as interações, a nível local, continuam sendo requisitos para as performances de transferência via mídia. Um movimento ecológico profissionalizado operando sob as condições de uma difusão dos temas na mídia e de uma abrangente mudança de valores – não pode abrir mão da caixa de ressonância das redes ecológicas (KLEIN citado por COSTA, 1997, p. 128-129).

Consideramos a segunda abordagem mais produtiva para a pesquisa. O processo de espetacularização apontado na primeira abordagem como esvaziamento do debate político e a mídia como simulacro da esfera pública não fornece uma perspectiva frutífera para a investigação. O que resulta de que a esfera pública é simulacro? O fim da política? São questões que podemos colocar a esta visão. É verdade que a espetacularização, quando há a exacerbação de seu uso tornando-se fim em si mesma, provoca o esvaziamento do conteúdo, seria a forma pela forma. No entanto, é importante notar que o espetáculo faz parte da política desde sempre, seja como “afirmação suntuosa do poder” (na Antiguidade), seja como “modo de sensibilização, visando a disputa do poder e como construtor de legitimidade política”, na atual sociedade mediatizada, como assinala Antonio Albino Rubim (2004, p. 189).

Adotamos a perspectiva de Rubim (2004) de que o espetáculo é uma estratégia política, é mais um recurso dentre outros de dimensão emocional, cognitiva, valorativa, estética e argumentativa, mobilizados numa cena política para atrair a atenção pública e mediática. A política, ressalta Rubim, é “acionamento combinado e desigual” destas dimensões, e nela se procura sempre surpreender ou blefar o adversário, como nos lembra Patrick Champagne (1996). O modo de ação política, afirma Champagne, “está condenado a uma perpétua mudança de forma: com efeito, quanto mais se torna rotineiro e previsível, tanto menos consegue ser politicamente eficaz” (1996, p. 191).

Rubim assinala que considerar a espetacularização como estranho à política expressa “uma concepção unilateral, redutora e simplista da política, concebida como atividade orientada apenas por sua dimensão argumentativa”. Em tempos de mediatização da sociedade em que a visibilidade é um dos pilares da sociabilidade, a política também não pode passar incólume a esse processo. Nas palavras do autor:

A plasticidade desses inevitáveis regimes de visibilidade obriga a política a possuir uma dimensão estética que não pode ser desconsiderada, em particular em uma sociedade como a contemporânea, na qual a visibilidade adquiriu relevância por

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 109 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

meio da nova dimensão pública da sociabilidade. A necessidade de considerar tal dimensão torna-se essencial nessa nova circunstância societária (RUBIM, 2004, p. 190).

Desse modo, o estudo da mediatização da política passa necessariamente por superar a valoração (que em geral é negativa em relação à espetacularização mediática) e considerar os recursos que apelam para a emoção, sensibilidade, encenação, sentimentos, ritos e rituais, espetáculos. Se a política consiste, entre outras coisas, fazer ver, atrair a atenção do público e da mídia, e persuadir, os atores utilizam estratégias que buscam a visibilidade pública, entre as quais a dramaticidade, a encenação e a teatralidade (RUBIM, 2004, p. 191).

A realidade sociotecnológica, situação atual de mediatização, provoca uma tendência à espetacularização devido ao dispositivo propiciar a intensidade das sensações, provocando uma sociabilidade na qual as relações sociais estão estruturadas pelas redes de mídias. Albino Rubim atualiza o conceito de sociedade de espetáculo do seguinte modo:

Ela está em sintonia com a atual fase do capitalismo, na qual a informação e a comunicação tornam-se mercadorias privilegiadas e a economia do espetáculo aparece como cada vez mais relevante. Mas ela também pode ser caracterizada como a sociedade em que, diferente do que acontecia nas anteriores, quando o espetacular era algo da esfera do extraordinário e da efemeridade, agora o espetáculo potencialmente está (oni)presente, no espaço e no tempo, e afeta radicalmente toda a vida societária (RUBIM, 2004, p. 202-203).

É importante ressaltar que o significado de espetáculo tem relação direta com os valores-notícia uma vez que algo espetacular remete a um sentido extraordinário, de ruptura com o que é naturalizado, e esse é exatamente o sentido de “acontecimento” para o jornalismo. Assim, há também uma tendência natural do campo jornalístico em espetacularizar os acontecimentos.

Acreditamos que a despeito da predominância em âmbito global do modelo de Estado mínimo e de todas as suas conseqüências não só para a economia, mas, sobretudo, para as relações sociais e políticas, surgem espaços públicos para se contrapor a esta tendência. Não é à toa que diante da crescente centralização do poder de decisão do capitalismo global, novos movimentos afirmam suas identidades, propondo outros modelos da vida em sociedade. Como assinala Esteves (2003, p. 65-66), os conflitos não se dão mais necessariamente pela disputa material mas, pela disputa simbólica em torno de significados, de narrativas que constroem o real. A partilha do poder se torna condição para a construção da democracia, na qual as diferenças possam ser respeitadas, reconhecidas e sobretudo narradas. Daí a importância do discurso público ou da “palavra pública” em que o campo mediático se torna o

seu guardião exclusivo, e que nos remete à expressão de Eliseo Verón do que denominou “mercado discursivo”.

A disputa simbólica toma lugar em vários espaços públicos, sendo, pois, o campo mediático, o espaço público onipresente no cotidiano das pessoas. Como parte do processo de globalização, enquanto conglomerado empresarial, a mídia *sofre* de um paradoxo: ao mesmo tempo em que é empresa privada, é também espaço público e fundamental para a democracia. Neste sentido, há uma percepção, pela própria natureza do campo, de que o jornalismo dê cobertura a todos os setores, ao mesmo tempo em que os vários setores procuram dar a sua definição, exigindo o direito de tomar a palavra, já que o direito à comunicação e à informação é um dos pilares da cidadania. Daí ser a cobertura mediática uma produção não somente do próprio campo, mas uma produção coletivizada, no sentido de uma disputa na construção da referência do real.

Quanto mais plural a cobertura da mídia, mais democrática se torna. Paul Manning afirma que uma democracia saudável deve ser aquela em que uma variedade de grupos divergentes, se não todos os cidadãos, possam circular interpretações diversas e críticas sobre questões e “eventos mediáticos” através da mídia (MANNING, 2001, p. 4).

Como o jornalismo se relaciona com a multiplicidade de agentes interessados em produzir/ser notícias? Que elementos intervêm na noticiabilidade? Sendo o campo mediático, e especialmente o jornalístico, reconhecidos como espaço público da sociedade, geram-se, permanentemente, tensões com os outros campos sociais. As diversas organizações da sociedade disputam o acesso à mídia, já que a visibilidade pública conferida por esta é um índice da própria *existência social* daquelas. Como vimos, o campo mediático não só possui a capacidade de “fazer-saber” e de “fazer-criar”, mas, sobretudo de “fazer-existir”. Estar na mídia é *existir socialmente*. Trata-se de um campo de relações de força e de disputa entre os diversos agentes que atuam para se tornar referência em determinados assuntos. Esta sub-área não se constitui numa transferência neutra dos fatos para o discurso, sofrendo pressões dos vários campos que pretendem incluir suas definições das questões.

No próximo capítulo, daremos ênfase à imbricação da construção das agendas pública, política e mediática, e ao campo jornalístico na sua autonomia relativa de definição da noticiabilidade processo em que atuam os outros campos sociais que são vislumbradas aqui como fontes de informação jornalística.

5 O AGENDAMENTO E AS FONTES

5.1 A Interdependência dos Campos Jornalístico e Político e a Construção das Agendas Política, Pública e Mediática

Diversos autores abordam a estreita conexão entre comunicação e política. Antonio Albino Rubim lembra a “dependência recíproca entre política e mídia”, enfatizando que a política é assunto “persistente e sempre significativo” para a mídia, e afirma: “sem realizar sua visibilidade, a mídia termina por perder credibilidade, lastro basilar de seu funcionamento” (RUBIM, 2000, p. 71). Na mesma opinião, Patrick Champagne (1996, p. 235) destaca que os campos jornalístico e político mantêm relações de interdependência muito complexas. Ao mesmo tempo em que o primeiro impõe uma hierarquia de acontecimentos ao segundo e este acaba por participar da sua publicização, o campo político também pauta a mídia por ser o centro da concepção da política e o campo jornalístico tende a seguir.

Fausto Neto aponta para novos re-arranjos entre política e mídia. Na análise da campanha eleitoral para Presidente da República em 2002, o autor demonstra que a política se torna “‘refém’ das condições de produção de sentido definidas pela mídia”. Ao mesmo tempo, a estrutura do programa televisivo se modifica com a introdução dos entrevistados-candidatos na bancada informativa ou mesmo na “sala” televisiva, cujas operações manejam de uma lógica privada o debate da esfera pública. Essa realidade, como analisa Fausto Neto:

Também aponta para novas estratégias discursivas, através das quais a TV privatiza a política, mediante o aprofundamento das condições de produções de ‘guardião de contato’ com que o corpo informativo se constitui em mediador das relações entre campo político e os indivíduos (2003, p. 123).

O campo jornalístico trabalha em permanente vigilância do campo político e vice-versa. Nelson Traquina reforça a idéia assinalando que “no contexto da comunicação política, o campo jornalístico constitui um alvo prioritário da ação estratégica dos diversos agentes sociais, em particular, dos profissionais do campo político” (TRAQUINA, 2000, p. 22).

Entrar no jogo político exige saber manejar as regras do jogo mediático por ser este o principal mediador público. No jogo mediático, está implícita a intenção final dos agentes em disputa: a legitimação pública dos assuntos de seus interesses bem como de seus proponentes visando à concretização dos seus objetivos. Daí a importância da definição dos problemas públicos que, longe de serem dados *a priori*, são definidos através da disputa da produção de sentido, ou seja, são construídos pela dinâmica movida pelas estratégias dos agentes.

Ainda que seja o governo a fonte que detém o acesso privilegiado à mídia, tendo mais condições para gerar e gerir os enquadramentos acerca dos problemas públicos, esta posição não garante a sua definição, tendo em vista a especialidade que detém o produto do campo mediático e a atuação interessada dos diversos grupos sociais junto à produção noticiosa. Tanto as oposições políticas formal quanto a informal atuam através de estratégias capazes de atribuir um sentido diverso do objetivado pela fonte preponderante.

Abordar a relação entre comunicação e política é reconhecer a disputa relativa à construção dos problemas públicos entre os diversos agentes sociais, sendo o campo mediático o ambiente detonador desta disputa. Adotamos a perspectiva de Roger Cobb e Charles Elder (1981, p. 393) de que a comunicação é a essência da política, enquanto processo e produto, sendo as políticas públicas o resultado da tomada de decisões governamentais ocorridas em disputas no cruzamento entre a política e a comunicação. Política é uma abstração e se refere aos princípios que governam os usos da autoridade política com respeito às áreas específicas da vida social (COBB & ELDER, 1981, p. 391).

Fica, pois, evidente, que partimos do pressuposto de que o campo jornalístico possui “autonomia relativa” devido aos múltiplos fatores intervenientes na produção noticiosa, especialmente os agentes que disputam a produção de sentido, entendidos aqui como fontes de informação jornalística. Objetivamos aqui uma reflexão acerca da construção da agenda na perspectiva que nos é oferecida pela Ciência Política da *agenda-building*. Sem perdemos de vista a interação com o campo mediático, vamos refletir sobre os elementos desta interação marcada pela interdependência dos campos jornalístico e político.

Esta perspectiva possibilita o estudo de algumas questões, entre elas: como os assuntos são criados e alcançam o status de agenda da controvérsia política? Quais são os determinantes para que sejam considerados importantes pela política? Como uma agenda é construída e quem participa da construção da mesma? Como se dá a correlação das forças sociais que competem pela determinação da agenda?

A construção da agenda¹⁶ é o processo através do qual as demandas dos diversos grupos da população são transformadas em assuntos que disputam a atenção das autoridades públicas¹⁷. Em outras palavras, estamos nos referindo ao processo de definição de problemas públicos que por natureza é altamente complexo diante de tantos grupos existentes na sociedade e de interesses diversos.

Esta perspectiva fornece subsídios para pensarmos a relação entre as três agendas existentes: a agenda pública, a agenda política e a agenda mediática, que são importantes focos de processos políticos pré-decisórios. Propomos apresentar os conceitos e um modelo de análise e identificar as contribuições para os estudos do jornalismo.

De acordo com Roger Cobb, Jenie-Keith Ross e Marc Roward Ross (1976, p. 126), a agenda pública¹⁸ designa o conjunto de questões que alcançaram alto nível de interesse público e de visibilidade. Estas questões: 1) são assuntos de ampla atenção; 2) requerem ação, na visão de uma parte considerável do público; e 3) na percepção dos cidadãos, são assuntos de competência de algum órgão governamental (COBB, ROSS e ROSS, 1976, p. 127).

Já a agenda política é formada pelo conjunto de itens concretos que são assunto de trabalho e consideração por parte de um corpo institucional de tomada de decisão, tais como os calendários legislativos da Câmara ou do Senado Federal, os calendários judiciais dos tribunais, e os programas de um governo.

Roger W. Cobb e Charles D. Elder (1971, p. 906) explicam que a agenda pública é mais abstrata e mais ampla em relação ao domínio de qualquer agenda política, podendo, inclusive, não haver correspondência de prioridades entre as duas. Os autores levantam a hipótese de que quanto maior for a disparidade entre as duas agendas, maiores serão a intensidade e a frequência de conflito no sistema político.

A adoção da perspectiva da construção da agenda pressupõe um ponto de vista sistêmico, em que as agendas estão inter-relacionadas, inter-dependentes e são o resultado da disputa dos diversos grupos sociais com suas capacidades de mobilização de recursos e estratégias. Cobb e Elder elencam quatro importantes observações a serem tomadas em consideração para os estudos nesta perspectiva.

¹⁶ Apesar da teoria ser designada *agenda-building*, optamos por utilizar o termo em português “construção da agenda”.

¹⁷ No original: “public officials” (Cobb, Ross & Ross, 1976, p. 126). Adotamos o termo da tradução livre “autoridades públicas” por entendermos que é mais adequado para nos referirmos às autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

¹⁸ Em outros textos, aparecem outras denominações para agenda pública: Cobb e Elder (1971, p. 905) se referem a “agenda sistêmica para a controvérsia política” ou simplesmente “agenda sistêmica”; e num texto de 1981, os mesmos autores se referem a “agenda sistêmica de interesses comunitários” (1981, p. 392).

A primeira observação enfatiza que a distribuição de influência e acesso em qualquer sistema apresenta desvios inerentes. O sistema opera a favor de uns em desvantagem de outros. A participação nos processos de decisão política está relacionada com variáveis como “envolvimento, habilidade, acesso, status sócio-econômico, educação, residência, idade, identidades étnicas e religiosas, e características de entendimento pessoal” (DAHL citado por COBB e ELDER, 1971, p. 901).

A segunda observação sublinha que o campo das questões e decisões alternativas a serem consideradas por uma política é restrito. Tal restrição é explicada por duas razões. Primeiramente, o número potencial de problemas públicos excede a capacidade de as instituições competentes processá-los e resolvê-los, porque a capacidade de atenção de qualquer organização humana é necessariamente limitada. A segunda razão é que há uma tendência de toda organização política de explorar alguns tipos de conflito em detrimento de outros porque organização é “mobilização de desvios” (COBB e ELDER, 1971, p. 902). Nas palavras dos autores:

Uma vez que o desvio existente de um sistema político tanto reflete como legitima o equilíbrio predominante de poder entre grupos organizados, o campo e o tipo de questões e alternativas consideradas representarão os interesses e as preocupações mais salientes das forças políticas previamente legitimadas (COBB e ELDER, 1971, p. 901-2).

A terceira observação assinala que há uma grande dificuldade para a mudança dos desvios que induzem as preocupações legítimas na política devido à inércia do sistema. Existe uma tendência a favor dos planos existentes e das questões da agenda, e o mecanismo legal daquele sistema opera de modo a reforçar e defender esta tendência.

Grupos poderosos do *status quo* podem usar a legalidade e a polícia para manter privilégios e as normas sociais [...] Quem tem a vantagem da lei nas suas relações de barganha com outros procurará manter uma doutrina de legalidade; sustentará o cumprimento automático da “carta da lei” e pode procurar sustentar algumas leis com novas leis que estreitam ou fecham a abertura de ponderação futura (NIEBURG citado por COBB e ELDER, 1971, p. 902).

Neste sentido, mais do que o desejo de paz e tranquilidade, o apelo às “lei e ordem” é uma tática de manutenção das vantagens previamente legitimadas.

Além disso, a propensão à inércia também decorre de uma tendência “natural” do ser humano de conformação e manutenção do sistema em função da dificuldade psicossocial em operar redirecionamentos. Mesmo se a mudança for em benefício dos setores privilegiados, seja para acumular vantagens, seja para evitar perda de poder, a modificação exige novas arrumações contrapondo-se com as rotinas de manutenção que podem ser mais fortes. Isto

caracteriza a sociedade de um modo geral e pode ser mais difícil de superar que a própria força dos setores dominantes.¹⁹

Fica claro, então, que o sistema de pressão política é extremamente restritivo. Tanto é limitado aos grupos legitimados, isto é, àqueles que já conseguiram acesso à arena política, como opera de modo a prevenir que competidores iniciantes consigam ingressar (COBB e ELDER, 1971, p. 896-7).

Deste modo, a entrada de grupos previamente excluídos pode exigir ação fora da lei ou comportamento fora das “regras do jogo” legítimas. “Tais grupos somente conseguem entrar através da ruptura da operação normal do sistema ou através da demonstração por parte dos grupos desafiantes para violar as ‘regras do jogo’ lançando mão de meios ilegítimos” (GAMSON citado por COBB e ELDER, 1971, p. 897). Os valores e questões da agenda podem ser modificados somente diante da ameaça credível e visível de grupos não-representados ou sub-representados de usar meios ilegais, como a violência, ou seja, através do que Braga denomina o “direito natural e inalienável de desobediência civil” (s/d, p. 2). Patrick Champagne assinala que os grupos excluídos que tentam entrar na concorrência pela definição da agenda dispõem apenas de sua força física (1996, p. 224).

A probabilidade de sucesso de tais explosões não é alta, inclusive pode resultar numa resposta repressiva por parte das autoridades²⁰ afetadas. É um dos poucos recursos, contudo, que os grupos desprovidos, carecendo de outros meios de acesso ao sistema, podem utilizar (Cobb e Elder, 1971, p. 903).

Patrick Champagne lembra que a violência física e a exasperação de grupos dominados se voltam contra seus autores porque são, em geral, mal vistas pela maior parte dos jornalistas “que se tornam um obstáculo suplementar à tentativa feita por esses grupos para imporem seu ponto de vista” (1996, p. 224). Entretanto, Cobb e Elder (1971) assinalam que mesmo sendo uma estratégia de risco, os grupos sub-representados podem conseguir definir suas reivindicações como problemas públicos modificando algumas questões da agenda.

É importante distinguir aqui as lógicas de funcionamento dos dois “jogos” em questão: o político e o mediático. O primeiro exige uma demonstração de força pelo grupo excluído para forçar o seu reconhecimento enquanto interlocutor político com o governo. Já o jogo mediático exige o manejo de regras específicas para intervir na construção do acontecimento em prol da definição da agenda mediática. Nem sempre as estratégias do jogo político servem às estratégias do jogo mediático. Em outras palavras, a violência pode ser um recurso para se

¹⁹ Diálogo sobre o tema com o Prof. Dr. José Luiz Braga, em reunião de orientação.

²⁰ No original: “decision makers” (Cobb e Elder, 1971: 903).

jogar o jogo político, mas, nem sempre pode ser uma estratégica no jogo mediático. Champagne estuda a construção mediática dos protestos dos filhos de imigrantes dos bairros periféricos de Paris, e por isso ressalta que o único recurso dos grupos excluídos é a força física. No entanto, em relação aos grupos excluídos e organizados, como o MST, acreditamos que a força física talvez não seja suficiente para construir a “força simbólica” necessária para a intervenção no enquadramento mediático a favor de seus objetivos, no caso, a definição das questões que reivindica.

A quarta e última observação decorre das anteriores e destaca que os processos pré-decisórios ou pré-políticos são cruciais para a determinação dos assuntos e alternativas que serão considerados por uma política bem como as escolhas que serão feitas. A tomada de decisões das instituições políticas muitas vezes legitima os resultados temporários de uma disputa anterior entre os agentes sociais. “Para entender as dinâmicas da democracia, é necessário considerar o que Nieburg chama de ‘política informal, que sustenta e dá vitalidade à instituições formais do processo social’” (COBB e ELDER, 1971, p. 903).

A abordagem da construção da agenda possibilita investigar como um assunto se torna digno de atenção de uma política adquirindo, portanto, status de agenda. Isto ocorre inclusive através do processo de *nondecisionmaking*, ou seja, da prática de limitar as tomadas de decisões a assuntos “seguros” pela manipulação dos valores sociais dominantes, instituições e procedimentos políticos (BACHRACH e BARATZ citados por COBB e ELDER, 1971, p. 900). Sufocam-se as demandas sociais e as reivindicações de mudanças na distribuição de benefícios antes que consigam visibilidade e/ou acesso à arena de tomada de decisão.

Os que detêm acesso à agenda procuram reprimir ou reinterpretar um assunto através da manipulação dos desvios e valores predominantes. Para prevenir a definição de novos problemas públicos, seguem a regra da “reação antecipada”, reclamando o direito de interpretar as reivindicações dos grupos subordinados (FRIEDRICH citado por COBB e ELDER, 1971, p. 904). Atingir o status de agenda pressupõe a mobilização de tendências, num jogo de influências e reações antecipadas. Esta perspectiva possibilita perguntar “sobre os modos como os grupos articulam as injustiças e as transformam em assuntos viáveis que exigem das autoridades algum tipo de resposta para melhorar ou minimizar o problema” (COBB & ELDER, 1971, p. 905).

Cobb e Elder (1971, p. 897) assinalam que os que possuem as maiores necessidades não são incluídos no sistema de pressão política, o que na realidade não reflete com precisão os conflitos existentes na sociedade.

Gamson prossegue dizendo que:

Isto resulta numa situação em que grande número de cidadãos está fora da arena política na qual a competição e influência ocorrem... Esta situação pode ser descrita como uma não-representação estável... [e] a operação normal do sistema político serve para ampliar o poder daqueles grupos que já o possuem (GAMSON citado por COBB e ELDER, 1971, p. 897).

A não-representação estável se torna um problema que diz respeito à democracia. Diferentemente da teoria moderna de democracia que considera os conflitos e os movimentos sociais como aberrações do sistema, já que seu foco principal é na manutenção da estabilidade democrática e dos procedimentos democráticos e na eficiência administrativa, a perspectiva da construção da agenda encara aqueles fenômenos como parte normal da vida política. Cobb e Elder lembram que:

Inovação dramática, mobilização e violência são os companheiros freqüentes da mudança social, mesmo em sistemas democráticos. É insuficiente lembrar destes acontecimentos como influências de desordem simplesmente ou precipitantes de crises nas operações normais da democracia (COBB e ELDER, 1971, p. 899).

Os autores criticam a teoria moderna de democracia²¹ afirmando que esta negligencia o já referido processo de *nondecisionmaking*. Além disso, a teoria moderna dirige a atenção para a base consensual da gestão de conflitos e para a normalidade da tomada de decisões políticas, porém ignora ou trata como aberrantes situações de violência e a ameaça da mesma. Uma vez voltada a abordagem para os modos como os assuntos se tornam problemas públicos, a perspectiva da construção da agenda permite investigar a relação entre as demandas geradas no ambiente social e a vitalidade do processo governamental devido às inovações nas políticas públicas provocadas pela ação dos conflitos e movimentos sociais. O fato de um assunto atingir o status da agenda política não implica, entretanto, que o resultado do conflito corresponda ao objetivo do grupo proponente.

Para aprofundar o estudo da agenda, Roger Cobb, Jennie-Keith Ross e Marc Howard Ross (1976, p. 127) propõem três modelos de análise que incluem quatro estágios na construção de um problema público: iniciação, especificação, expansão e entrada na agenda política. Os modelos são definidos consoante a variação de cada um destes estágios. O primeiro modelo é denominado de **iniciativa externa** cujos assuntos surgem nos grupos sociais externos ao governo e são expandidos até alcançarem a agenda pública e, em seguida, a agenda política. O segundo é o modelo da **mobilização** que integra os assuntos nascidos dentro do governo e conseqüentemente atingem a agenda política quase automaticamente.

²¹ Por teoria moderna ou clássica de democracia, os autores entendem uma parte dessa teoria, mas por questões práticas utilizam aquele termo que, na realidade, se refere aos seguintes autores: Seymour Lipset (1960; 1967); Joseph Schumpeter (1942); V. O. Key (1961); Robert Dahl (1956; 1961), citados por Cobb e Elder, 1971, p. 894.

Neste caso, o sucesso das questões depende da expansão para a agenda pública e este é o objetivo das autoridades. E o terceiro modelo é o de **iniciativa interna** em que os assuntos surgem na esfera governamental, contudo, são evitados de serem ampliados para a agenda pública. A implementação das políticas fica restrita ao nível governamental por este considerar que a decisão não deve envolver o público (COBB, ROSS e ROSS, 1976: 1278). Apresentamos o modelo de iniciativa externa por ser este o que mais nos fornece elementos sobre a atuação dos grupos sociais que não possuem acesso à mídia e conseqüentemente são os que mais precisam desenvolver estratégias para conseguirem visibilidade pública.

De acordo com a proposta de Cobb, Ross e Ross (1976: 128-132), no modelo de iniciativa externa de construção da agenda, a primeira fase é a iniciação que se constitui na articulação de uma injustiça por um grupo externo à estrutura governamental. Os agentes devem ser identificados como uma categoria distinta e o grau de visibilidade pode estar relacionado com a capacidade e o sucesso de articulação dos assuntos.

Especificação é a segunda fase e consiste em organizar as injustiças em demandas específicas de diversas formas. No contexto da sociedade midiaticizada, é fundamental que os grupos tenham objetivos claros e definidos. Entretanto, pessoas que apresentam as mesmas queixas podem não estar articuladas entre si e diferentes demandas podem surgir de problemas comuns e serem reivindicadas por vários membros de um grupo. A sociedade pode ainda não ter ouvido falar dos assuntos e o grupo pode ou não ter experiência de articulação das demandas (COBB, ROSS e ROSS, 1976, p. 128).

Na fase seguinte, a da expansão, os grupos precisam criar pressão suficiente ou interesse para atrair as autoridades, atingindo, antes, a agenda pública. Isto é feito através da ampliação do assunto para novos grupos e da ligação do mesmo com questões pré-existentes. Ao mesmo tempo em que a fase da expansão é crucial para o sucesso da iniciativa, os grupos que a originaram podem perder o controle do assunto devido à entrada de grupos mais poderosos no conflito tornando-se os proponentes iniciais menos importantes.

São quatro diferentes tipos de grupos que podem ser envolvidos nesta fase (COBB e ELDER citados por COBB, ROSS e ROSS, 1976, p. 128). Os que se identificam com os proponentes, com as demandas e com a proposição original são os primeiros a serem mobilizados. Provavelmente, o grupo de identificação não é muito grande e para que este consiga atingir a agenda pública é necessário ampliar o assunto.

Os grupos de atenção são aqueles que tomam conhecimento tão logo um conflito emerge e podem ser mobilizados sempre que o problema atinja a sua esfera de preocupação.

Cobb, Ross e Ross explicam que:

Apesar do envolvimento do grupo de identificação se centrar na afiliação dos seus combatentes, a participação do grupo de atenção tende a ser mais dependente das questões envolvidas no conflito. Devido ao seu grande interesse em questões públicas, os grupos de atenção se envolvem freqüentemente nas controvérsias independentemente dos desejos do grupo de identificação (COBB, ROSS e ROSS, 1976, p. 129).

Fazendo parte do público massivo, há o público atento e o geral. O público atento engloba uma pequena minoria da população e difere do grupo de atenção porque, apesar de ser interessado em questões públicas, não está articulado. Assim, ao se envolver com o assunto, pode ser atraído para os dois lados da controvérsia. Além disso, por ter ponto de vista consolidado sobre os problemas públicos, é mais provável que seja a menor quantidade de pessoas a serem persuadidas para um modo particular de definição de uma questão.

Já o público geral é o último a se envolver nas controvérsias devido ao seu interesse fugaz na maioria dos assuntos. Entretanto, quando um problema é definido amplamente, o seu envolvimento é essencial para forçar as autoridades a incluírem-no na agenda política. Em situações como esta, o governo sente segurança suficiente para tomar decisões que normalmente não faria sem o amplo apoio da população.

A quarta e última fase da construção de um problema público é a entrada da questão na agenda política. Na fase da expansão, o assunto já alcançara a agenda pública, o que significa que, na visão de parte da população, a questão deve ser considerada pelas autoridades competentes. Por isso, o esforço será no sentido de atingir a agenda política.

Apesar de estarem assim explicitadas, é importante ressaltar que as fases não ocorrem de modo automático e vão variar conforme as dificuldades de cada sistema político. Um assunto pode ficar parado por muito tempo antes de atingir quaisquer agendas. Cobb, Ross e Ross (1976, p. 130) assinalam que determinados assuntos em torno dos quais qualquer decisão dos governos mobilize muita oposição, a tendência é o governo adiar qualquer consideração em relação ao mesmo. É o caso do já comentado processo de *nondecision*.

Para os autores, a análise da construção da agenda “deve incluir os recursos, interesses e estratégias não somente dos proponentes de uma questão, mas também dos oponentes que procuram conter a expansão da mesma e mantê-la fora da agenda [política] formal” (COBB, ROSS e ROSS, 1976, p. 130).

Cobb, Ross e Ross (1976, p. 130) distinguem dois momentos para a observação das estratégias utilizadas por um grupo que pretende incluir sua questão na agenda: 1) as estratégias de expansão são aquelas usadas no movimento de expansão e identificação de um pequeno grupo para um público maior; e 2) as estratégias de entrada se referem ao movimento de entrada na agenda política. Em ambos os movimentos, são utilizadas basicamente as mesmas estratégias, contudo, há diferenças importantes a considerar.

Os grupos que precisam ampliar o número de pessoas que se identificam com suas causas competem com outros grupos que apresentam diferentes reivindicações também procurando apoio de parte da população, e ainda com aqueles que tentam limitar a expansão daqueles assuntos. Entre as estratégias de expansão estão: envolver pequenos grupos da população como, por exemplo, grupos de interesse; mobilizar o público massivo; criar pequenos grupos cujo objetivo seja uma questão específica no público maior. Esta última estratégia possui a vantagem de, por ser um assunto novo, não enfrentar ainda nenhuma oposição. Mas, por outro lado, também não é identificado pela sociedade porque não há um pré-conhecimento por parte do público, o que limita a possibilidade de sua expansão (COBB, ROSS e ROSS, 1976, p. 130).

No processo de apresentação das demandas, há dois pontos importantes para se levar em consideração quando da escolha das estratégias de expansão: 1) as características do próprio assunto; e 2) os recursos financeiros e materiais bem como o comprometimento dos participantes e de sua organização. Cobb, Ross e Ross (1976, p. 130) enfatizam que cada um destes elementos possibilita diferentes oportunidades para os grupos que buscam incluir seus assuntos na agenda.

Um assunto terá mais probabilidade de ser expandido para uma maior parte da população “quanto maior significado social tiver; quanto mais genericamente for definido; quanto mais duradoura for sua importância; quanto menos técnico for; e quanto menos houver qualquer precedente claro disponível²²” (COBB e ELDER citados por COBB, ROSS e ROSS, 1976, p. 130). Os grupos buscam definir o problema de acordo com seus objetivos e reivindicações, entretanto, não há nenhuma segurança de que o público irá aceitar de todo sua definição.

²² No original: “... the more ambiguously defined, the greater social significance, the more extended the temporal relevance, the less technical, and the less available any clear precedent, the greater the chance that an issue will be expanded to a larger population” (Cobb e Elder citados por Cobb, Ross e Ross, 1976: 130).

Como estratégia de expansão de uma questão, os grupos usam símbolos que já são aceitos e conhecidos da população. Um assunto novo pode ser mal entendido pelo público se não for associado a símbolos conhecidos. Em agindo assim, o grupo utiliza o enquadramento existente e minimiza ou até evita oposição mesmo quando não tiver um apoio forte da população.

Quanto aos recursos materiais e compromisso dos participantes, há uma variedade de usos entre os grupos, dependendo dos interesses de cada um. Alguns procuram conseguir atenção ampla da população priorizando a atuação através da mídia enquanto outros optam pela articulação junto aos grupos de atenção existentes. Cobb, Ross e Ross (1976, p. 131) lembram que o sucesso de um grupo em alcançar o status de agenda pública não é função simplesmente dos recursos utilizados. Estes podem ser usados em grande quantidade e, no entanto, obter poucos retornos. Outra falha dos grupos é buscar “convencer os convencidos” ao invés de atraírem a atenção dos que não têm opinião sobre o assunto ou daqueles que poderiam ter suas preocupações associadas ao assunto em questão.

A estratégia usada para a entrada na agenda política pode afetar o modo como o assunto vai ser decidido. Os autores enumeram quatro estratégias para obter status de agenda política que também são usadas na fase da expansão. São elas: 1) violência e ameaças de violência; 2) sanções institucionais, como retenção de voto, dinheiro ou trabalho; 3) articulação junto aos *brokers*, tais como partidos políticos ou grupos de interesse; 4) acesso direto. O método varia de acordo com: a posição do grupo na sociedade; a importância do assunto para o grupo; o tempo que o assunto ficou na agenda pública sem atingir a agenda política; e a estimativa do grupo sobre a probabilidade do assunto alcançar a agenda política como resultado de cada estratégia (COBB, ROSS e ROSS, 1976, p. 131).

Os autores assinalam três importantes pontos para análise deste modelo de iniciativa externa: 1) o tipo de assunto em discussão, por ex.: quanto ameaçador é para os grupos estabilizados no poder?; 2) o nível de isolamento do grupo que faz sua reivindicação, por ex.: estão se esgotando as opções de avanço de sua causa?; 3) o período de tempo em atingir a agenda política já tendo alcançado a agenda pública (COBB, ROSS e ROSS, 1976, p. 131).

Em geral, esperamos que: a) quanto mais importante for o assunto, b) quanto mais isolado for o grupo original, c) quanto mais tempo o assunto tenha ficado na agenda pública, e d) quanto menor for a possibilidade que as autoridades considerem por si próprias o assunto, maior será a probabilidade que as estratégias de entrada incluam o uso da violência ou de sua ameaça ao mesmo tempo que as sanções institucionais; e menor será a probabilidade que o status da agenda [política] formal seja atingido através do uso dos *brokers* e do acesso direto (COBB, ROSS e ROSS, 1976, p. 131-2).

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 122 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

Vemos que o desenvolvimento de estratégias é essencial para possibilitar a participação social na definição dos problemas públicos. Esta perspectiva da *agenda-building* fornece elementos para a análise do processo de construção dos assuntos públicos. A construção das agendas pública, mediática e política está estreitamente relacionada com o processo de tomada de decisão política (*decision-making*). Um ponto importante é que este processo é altamente dependente do contexto e atravessado por ambigüidades, e a rede das atividades da comunicação na qual os participantes estão envolvidos constitui uma parte importante do processo decisório. (COBB & ELDER, 1981, p. 399).

Cobb e Elder destacam que o processo de tomada de decisão é concebido como a confluência de quatro grupos de elementos – pessoas, problemas, soluções e oportunidades de escolha, ressaltando uma forte característica de fluidez em todo o processo:

Policy decision-making envolve freqüentemente um grupo de personagens que vão e vêm, usando seu tempo de maneira diferente em consideração com outras coisas que querem ou precisam fazer. Há, inclusive, problemas que não estão sendo dirigidos a soluções e soluções flutuando em busca de problemas ou oportunidades para serem ligados a elas. As oportunidades de escolha são limitadas pela pressão de reclamações em competição e por obrigações prévias que devem ser executadas. Como consequência, a coincidência particular dos elementos que produzem uma decisão política específica pode ser quase fortuita, e até as políticas mais importantes podem ser feitas por acidente. (COBB & ELDER, 1981, p. 401).

Entretanto os autores salientam que o processo de tomada de decisão não é necessariamente tão difuso. O modelo de análise nos possibilita definir de modo mais completo a dinâmica do processo e quais os principais elementos que devem ser considerados. (COBB & ELDER, 1981, p. 401).

Para os estudos do jornalismo, consideramos a perspectiva da construção da agenda enriquecedora como modelo de análise, uma vez que possibilita identificar as variáveis que estão envolvidas na produção noticiosa, especialmente no que tange ao poder das fontes enquanto agentes que disputam a produção de sentido junto ao campo mediático. Tal perspectiva alarga o que Philip Schlesinger (1990) chama de “excesso de media-centrismo” no estudo das relações entre fontes e jornalistas. Por excesso de media-centrismo, Schlesinger afirma que muitos estudos são centrados nas organizações mediáticas, em como fazem uso das fontes de informação, como se fossem organizações noticiosas com poder sem limites.

Ao sairmos do *media-centrismo* e olharmos sob uma perspectiva mais alargada, podemos aceitar a sugestão do autor e estudar as relações entre os media e o exercício político e ideológico de instituições sociais que procuram definir e gerenciar o fluxo de informação num concorrido campo discursivo (SCHLESINGER, 1990). Evidentemente que o desafio não

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 123 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

se esgota com a adoção do modelo ora apresentado na perspectiva da construção da agenda. Como todo modelo, há a necessidade de adaptação e adequação às diferentes realidades, entretanto, acreditamos que se trata de um ponto de partida.

Já tendo uma visada de um ponto de vista de “fora” da redação, propomos, a seguir, uma visita à sala de redação para conhecermos melhor a cultura jornalística, seus constrangimentos e os enquadramentos. Abordaremos a noção de enquadramento, destacando a importância das determinações culturais que afetam a produção de sentido do campo mediático.

5.2 A Cultura Jornalística e os Enquadramentos

O enquadramento é uma noção importante para nosso estudo, uma vez que, sendo imanente a toda produção discursiva e, sendo o campo mediático considerado espaço público da contemporaneidade, é alvo da disputa pela produção de sentido entre os diversos campos. Existem variados usos da noção de enquadramento, não há uma definição consensual a respeito para os estudos sobre a mídia, como ressalta Mauro Porto (2004, p. 77). Para nós, interessam duas características que são concomitantes: uma abrangente, que possibilita a interpretação geral acerca do mundo, e outra específica, que se materializa na cultura profissional, permeando a produção mediática (noticiosa), isto é, na seleção, hierarquização e semantização dos acontecimentos.

Do ponto de vista geral, temos o conceito fundador do sociólogo Erving Goffman, que a partir de estudos das interações sociais define os enquadramentos como “os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos” (citado por PORTO, 2004, p. 78). Estes princípios são construídos socialmente e servem como marcos gerais de interpretação para as pessoas poderem agir nas situações de interação social. Cada sociedade constrói os seus marcos que guiam as relações sociais tornando-se orientações introjetadas no indivíduo ao longo da socialização. Na vida cotidiana, enquadrados a realidade para podermos agir e compreender, a partir de repertórios de cognição e ação.

Em relação à produção mediática (noticiosa), os enquadramentos servem para organizar o mundo tanto para jornalistas quanto para os usuários da mídia. Todd Gitlin afirma que os “enquadramentos da mídia são persistentes padrões de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos rotineiramente organizam o discurso tanto verbal quanto visual” (1980, p. 7). Os enquadramentos possibilitam aos jornalistas processarem grande quantidade de informação, identificá-la e transformá-la em notícias.

Uma boa maneira de compreendermos a noção de enquadramento é a distinção que Maurice Mouillaud faz entre experiência e acontecimento. A experiência “não é reprodutível”, afirma o autor, “está ligada a um local, a um ponto do espaço e a um momento do tempo. Já o acontecimento é móvel. Veiculado pela informação sob a forma de despacho de agência, deve ser solto de suas amarras” (2002, p. 61). O acontecimento é um fragmento de

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 125 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

uma totalidade, isto é, um recorte, uma focalização, como a moldura é para o quadro. Esta metáfora contribui para explicar o enquadramento. Nas palavras do autor:

A moldura, isolando um fragmento da experiência, separa-o de seu contexto e permite sua conservação e seu transporte. Enquanto que a ação, no campo, perde sua identidade e metamorfoseia-se em efeitos que a tornam irreconhecível, a informação conserva sua identidade ao longo de seus deslocamentos; eis aí uma propriedade fundamental do enquadramento (MOUILLAUD, 2002, p. 61).

A despeito de não se referir explicitamente a enquadramento, Robert Darnton também dá pistas para pensarmos o conceito como uma “elaboração prévia” da notícia. O autor afirma que “[...] a redação de notícias é fortemente influenciada por estereótipos e concepções prévias sobre o que deve ser ‘a matéria’. Sem categorias preestabelecidas do que constitui a notícia, é impossível classificar a experiência” (1990, p. 92).

De acordo com Nelson Traquina (2000, p. 28), “aplicado no estudo das notícias, o enquadramento é um dispositivo interpretativo que estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia”. Sendo quase totalmente implícitos, afirma o autor, os enquadramentos parecem ser “atributos naturais das ocorrências que o jornalista se limita a transmitir” (2000, p. 29).

Diversos fatores concorrem para que um acontecimento se torne notícia. Partimos do pressuposto de que a noticiabilidade depende não só de fatores internos à redação, mas também de fatores externos. Esta divisão é uma proposta teórica para fins de problematização, pois, na prática, ambos os conjuntos de fatores se encontram imbricados na cultura profissional jornalística e na organização do processo da produção noticiosa. São ativados concomitantemente durante toda a rotina produtiva de tal modo que a notícia cumpra a trama da factibilidade.

No primeiro conjunto dos fatores, aqueles internos à redação, as rotinas produtivas levam em conta os seguintes elementos: os valores-notícia; a urgência (ou não) da publicação; a operacionalidade (disponibilidade de recursos humanos, financeiros, materiais e de tempo); e até a competição com outros acontecimentos no próprio espaço do jornal ou telejornal. No segundo, estão a concorrência no *mercado noticioso*; o público; os anunciantes; a relação com os outros campos, principalmente com o político; e a relação com as fontes de informação. Todos estes fatores implicados na sua prática mostram que o campo jornalístico apresenta uma “autonomia relativa”.

O agendamento mediático é um processo complexo, em que ao constituir um olhar específico na captura de acontecimentos, o campo jornalístico, a despeito de sua autonomia e

legitimidade, sofre constrangimentos de diversas ordens no seu fazer, pois não está alheio à realidade social e sim em relação direta com esta. Há um saber mediático nos outros campos sociais, um conhecimento internalizado, que nos desafia a estudar o jornalismo não somente pelas suas regras internas, mas, cotejando-as com as regras dos próprios processos mediáticos. As relações do campo mediático com a sociedade são tão imbricadas a ponto de haver uma modificação dos próprios processos sociais, como já referimos no capítulo 2, com os conceitos de inclusividade e a penetrabilidade (BRAGA, 1999, p. 4).

Gaye Tuchman (1983) assinala que o fazer jornalístico descontextualiza os acontecimentos para depois recontextualizá-los. Ao apresentar as notícias, um jornal/telejornal elenca diversos assuntos sob a mesma categoria: a da inquietude. “A categoria comum”, explica Tuchman, “implica que cada acontecimento está governado por regras ou normas pertencentes à desordem e ao conflito social” (1983, p. 218). Todos os fatos são classificados pela perturbação. Assim, ao falarmos de noticiabilidade, estamos nos referindo a uma dinâmica social complexa que constitui um modo específico de ver e de organizar os processos pelo campo jornalístico, e que é reconhecido e legitimado pela sociedade que participa ativamente do processo. Em outras palavras, a mídia se tornou um ambiente particular com lógica própria de se relacionar com o mundo em que seus dispositivos são reconhecidos socialmente nas suas regras de operação.

Enquanto prática jornalística, a noticiabilidade pode ser entendida como um “conjunto de critérios, operações e instrumentos” com os quais o campo jornalístico seleciona diariamente uma quantidade finita de acontecimentos dentre um número infinito de fatos que ocorrem no mundo. Como afirma Mauro Wolf: “a noticiabilidade está estreitamente relacionada com os processos de rotinização e de standardização das práticas produtivas: equivale a introduzir práticas produtivas estáveis numa ‘matéria-prima’ [...] que é por natureza, extremamente variável e impossível de predizer” (1999, p. 190). É a estrutura organizacional que permite que diversas notícias sejam produzidas simultaneamente como forma de garantir a preparação do jornal ou telejornal com a maior produtividade possível.

Gaye Tuchman, citando March e Simon, explica:

Como qualquer outra organização complexa, o meio de informação não pode processar fenômenos idiossincráticos. Deve reduzir todos os fenômenos a classificações conhecidas, de maneira muito parecida como os hospitais “reduzem” cada paciente a um conjunto de sintomas ou enfermidades [...]. Qualquer organização que buscasse processar cada fenômeno e todo fenômeno como “uma coisa em si” seria tão flexível que resultaria irreconhecível como organização formal (TUCHMAN, 1983, p. 58).

Como uma atividade em que o tempo é um dos maiores condicionantes, a rotina jornalística se caracteriza pela economia de ações. Barros Filho e Martino explicam que “o ritmo alucinado dessa produção permite e enseja a rápida definição de um repertório de possibilidades que, nunca sendo absolutamente rígido, favorece a reprodução, nem sempre percebida, de um saber prático aparentemente eficaz” (2003, p. 111). Ao repetir as mesmas atividades, o jornalista adquire uma rotina caracterizada pela prática e pela tensão. Giddens esclarece que “a rotina é psicologicamente relaxante, mas num sentido importante, ela não é algo a respeito do qual se possa estar relaxado” (1991, p. 101).

O jornalista aprende a perceber o valor e a hierarquização de um fato levando em consideração os outros fatos, tais como, a concorrência, o tipo de veículo e as limitações que possam surgir. Barros Filho e Martino afirmam que este aprendizado se torna ausente de reflexão:

A repetição diária, inerente a uma certa produção jornalística e, em menor grau, a semanal, enseja ou talvez force, a inculcação de associações entre fato e notícia que se naturalizam, se enrijecem, se cristalizam. Aprendizado *sui generis* porque dispensa reflexão. Como o olfato, dando razão ao jornalista (BARROS FILHO & MARTINO, 2003, p. 141).

Giddens corrobora com a idéia da falta de reflexão na rotina afirmando que “a continuidade das rotinas da vida diária só é conseguida através da vigilância constante das partes envolvidas – embora isto seja quase sempre realizado por uma consciência prática” (1991, p. 101).

Dentre os componentes da noticiabilidade e também facilitando a rotinização da produção, os valores-notícia servem de “peneira” no processo de seleção, desde a pauta até o produto final. São qualidades dos acontecimentos discerníveis pelos jornalistas e quanto mais aparecem, maior a probabilidade de serem noticiados. Tais qualidades constituem referenciais claros e compartilhados quanto à natureza do objeto que pode ser notícia facilitando a rápida apreensão na elaboração do jornal (GOLDING; ELLIOTT apud WOLF, 1999, p. 196).

Sendo utilizados para fins práticos, os valores-notícia não são uma classificação abstrata. Gans, citado por Wolf, assinala que:

Os critérios devem ser fáceis e rapidamente aplicáveis, de forma que as escolhas possam ser feitas sem demasiada reflexão. Para além disso, a simplicidade do raciocínio ajuda os jornalistas a evitarem incertezas excessivas quanto ao fato de terem ou não efetuado a escolha apropriada” (1999, p. 197).

Neste sentido, a lista dos valores-notícias é de fácil assimilação e a escolha dos fatos, como assinala Adriano Rodrigues, pressupõe um conjunto de valores coletivamente

compartilhados, isto é, normas universalmente aceitas, que de outra forma não seria possível que a narração produzisse sentido (1999, p. 32).

Alguns critérios se referem ao conteúdo e outros à operacionalização. No primeiro grupo, interessam acontecimentos que apresentem, basicamente, as seguintes características: imprevisibilidade, impacto, proximidade, interesse público, fama, curiosidade, significância e/ou representatividade. No segundo grupo, os critérios estão relacionados com a frequência e a clareza. Johan Galtung e Mari Ruge afirmam que quanto mais similar for a frequência do evento com a frequência de publicação do meio (jornal, telejornal etc.) e quanto menos ambíguo for, maior é a probabilidade de o mesmo ser transformado em notícia (1988, p. 53-54).

Neste sentido, os critérios de noticiabilidade se constituem parte do conhecimento adquirido através do qual se “economiza” o trabalho de seleção dentre um leque infinito de assuntos “soltos” no mundo. Correia afirma que “os valores-notícia refletem critérios de seleção do inesperado que é sempre o negativo do que é tido por adquirido” (2000, p. 1), daí que a tendência das instituições jornalísticas é abordar o que está “fora do lugar”: o desvio, o equívoco e o imprevisível (CORREIA, 2000, p. 1-2).

O resultado é que ao mesmo tempo em que o jornalismo busca captar o imprevisível, o campo acaba contribuindo para “rotinizar” a própria dinâmica social, através do enquadramento em “acontecimentos-tipo” em que as normas de seleção resultam de um esquematismo pré-determinado para poder captar os fatos que acontecem de forma “aleatória” na sociedade (CORREIA, 2000, p. 2). Assim, os acontecimentos-tipo tornam-se o modo de espera do imprevisível.

Entretanto, tais critérios complementam uma avaliação complexa em que aqueles múltiplos fatores estão imbricados, como diz Tuchman: as noções de noticiabilidade recebem definições em cada momento (idem, p. 197). Isto é fundamental para compreendermos o processo de produção noticiosa, que é, por natureza, dinâmico, tenso e, por que não dizer, imprevisível quanto ao resultado narrativo.

Por serem os acontecimentos determinados culturalmente, os valores-notícia mudam no tempo conforme a dinâmica social. Assuntos que anteriormente não eram tratados pela mídia, hoje são notícia e, em alguns casos, demandam espaço específico, a exemplo da seção “ciência/meio ambiente”. Esta mudança se relaciona diretamente com as novas áreas de interesse da sociedade e, em consequência, pela atuação crescente dos respectivos grupos

organizados que, diante da necessidade de darem visibilidade as suas causas provocam o campo jornalístico a se debruçar sobre eles. O resultado disso é que se convertem em fontes de informação.

Assim, a seleção das informações e o modo de serem apresentadas refletem os enquadramentos mais consensuais da sociedade. João Carlos Correia afirma que “a linguagem jornalística tende a reproduzir o que é socialmente aceitável e previsível” e “os valores-notícia refletem critérios de seleção do inesperado que é sempre o negativo do que é tido por adquirido” (2004, p. 167). A linguagem jornalística compartilha da percepção do senso comum, enfatizando o que é socialmente aceito e produzindo discursos de acordo com os estereótipos existentes na sociedade. Correia assinala que as instituições noticiosas tendem a captar o que está “fora do lugar”: o desvio, o equívoco e o imprevisível (idem, p. 167).

A famosa frase “no news, good news” reflete esta tendência que remete ao caráter “negativo” da notícia. McCombs (2001) avalia que a definição de notícia está relacionada com um problema, com algo que chama a atenção do governo, da polícia: “isto determina que notícia seja sinônimo de má notícia e que não-notícia signifique boa notícia, que nada terrível aconteceu”. Há razões operacionais e culturais para isso. De acordo com Johan Galtung e Mari Ruge (1988), as notícias negativas atendem melhor ao critério de frequência. Em geral, o que é positivo dura mais tempo para se completar. Os autores dão exemplos de comparação entre o tempo necessário para uma pessoa crescer e se tornar adulta e o tempo necessário para levá-la à morte num acidente; ou o tempo necessário para se construir uma casa e para que um incêndio a destrua. Um evento negativo pode se completar mais facilmente entre duas edições de jornal, além de ser mais facilmente consensual e inequívoco em termos de concordância quanto à interpretação acerca do mesmo. Já o evento positivo pode sê-lo para algumas pessoas e para outras não, o que dificulta atender ao critério de clareza na produção jornalística (1988, p. 58).

Uma outra razão diz respeito diretamente a questões culturais. Segundo Galtung e Ruge, as notícias negativas são mais inesperadas que as positivas, tanto no sentido de que os eventos a que se referem são mais raros como no sentido de que são menos previsíveis. Dizem os autores: “Isto pressupõe uma cultura na qual mudanças para o positivo, em outras palavras ‘progresso’, são vistas de algum modo como coisas normais e triviais que podem não ser notícia porque não representam nada de novo” (1988, p. 59). A cultura profissional por vezes

se parece com a máxima “quanto pior, melhor”, no sentido de que os jornalistas avaliam a boa qualidade de um jornal pelas notícias “quentes” que, em geral, são negativas.

Como vemos, o enquadramento da mídia está relacionado a questões operacionais e culturais. Como os jornais procuram escrever para o maior número de leitores possível, o que exige uma forma que seja compreendida e assimilada independentemente das opções políticas daqueles, o jornalismo produz o sentido de acordo com o campo cultural dos leitores, trabalhando com a percepção mais óbvia e evidente do que deve ser destacado. É inerente ao discurso jornalístico reproduzir as idéias tidas como “naturais”. Correia afirma que “a novidade assegura, pela negativa, através do seu caráter excepcional, a permanência das grandes regularidades” (2004, p. 168; 189).

O autor assinala que o jornalismo pressupõe a existência de um conhecimento prévio sobre o que é a norma e o que é o desvio na sociedade. Assim, descreve o jornalista como sendo um profissional de atitude natural, “no sentido que a fenomenologia social dava ao termo, ou seja, uma atitude perante o mundo caracterizada por um interesse eminentemente prático, e pela fé na realidade e na permanência do mundo percebido” (SCHUTZ citado por CORREIA, 2004, p. 190). A necessidade de que o discurso jornalístico seja compreendido pelo maior número de leitores pode acentuar o conformismo na narrativa jornalística, tendo em vista que a descrição da realidade adota uma “forma ingênua, pré-reflexiva, independentemente de qualquer questionamento sobre a natureza dessa realidade” (CORREIA, 2004, p. 190).

Desta atitude natural do jornalismo, pode decorrer uma atividade que acaba destacando o conformismo ingênuo como o centro do consenso social. Além disso, segundo Correia:

Corre-se o risco que um esquema rígido de normas de especificação produtiva que permeia toda a indústria cultural, e o jornalismo em particular, designadamente no âmbito da formação de um estilo e de gêneros que buscam a sua adequação ao “homem comum”, se torne o elemento que estrutura a positividade da linguagem mediática, pervertendo a possibilidade da inovação e da dissidência e contrariando as possibilidades de reforço do pluralismo (CORREIA, 2004, p. 190).

O autor conclui: “Nesta hipótese, a negação da diversidade faria parte da própria natureza da linguagem e de práticas discursivas da instituição mediática e do jornalismo” (idem, p. 190). A linguagem jornalística se caracteriza por estar em sintonia com os pressupostos culturais dos consumidores de forma que o jornalista busca identificar temas, pessoas e interesses dos consumidores da informação (DADER citado por CORREIA, 2004,

p.190). Para Correia, “toda a atividade jornalística estaria invadida pela identificação do que é socialmente admissível, facilmente reconhecível e conseqüentemente vendável” e se constituiria numa “instituição ‘condensada’ dos valores dominantes” (CORREIA, 2004, p.191). Neste sentido, o jornalismo reflete os valores hegemônicos dos grupos sociais dominantes (idem, p.192).

Os esquemas de captação da realidade acabam provocando certo “engessamento” na visão da mídia sobre os diversos assuntos. Esse “esquematismo pré-determinado”, para usar o termo de Correia, reflete o modo de organização (e edição) do próprio jornal, com suas seções auto-suficientes geralmente pouco relacionadas entre si. Este fazer jornalístico acaba por encerrar uma leitura acerca do tema. Correia destaca que “a novidade limita-se ao incidente que assegura, pela negativa, através do seu caráter excepcional, a permanência das grandes regularidades” (2000, p. 2).

De acordo com Daniel Hallin (citado por ALDÉ, 2004, p. 4), existem três esferas de cobertura jornalística acerca de questões políticas: a esfera do consenso, a da controvérsia política e a do desvio, isto é, a divergência considerada ilegítima. Enquanto a controvérsia legítima se mantém dentro dos limites da hegemonia, questões e vozes consideradas desviantes, como aquelas fora do *establishment* político, não devem ter necessariamente suas versões de fatos divulgadas. Grupos totalmente excluídos das duas primeiras esferas têm, portanto, mais dificuldade de conseguirem incluir seus enquadramentos na imprensa. O campo jornalístico será aliado das reformas, mas dificilmente será revolucionário.²³ Apesar de ser um campo atravessado por idealidades, há um confronto com os limites da mudança.

Em texto sobre a sala de redação e a cultura dos jornalistas, Robert Darnton aponta para a criação de uma espécie de conservadorismo entre os profissionais que têm uma tendência à simpatia e à simbiose em relação ao grupo interno e às fontes.

É comum escutar que os jornalistas tendem a ser liberais ou democratas, e como eleitores podem realmente ser de esquerda. Mas como repórteres geralmente me pareciam hostis a ideologias, desconfiando das abstrações, céticos quanto aos princípios, sensíveis ao concreto e ao complexo, e, portanto, capazes de entender, se não de aceitar, o *status quo*. Pareciam desdenhar pregadores e professores, empregando com facilidade termos pejorativos como *bom-mocismo* e *intelectualismo* (DARNTON, 1990, p. 83).

Darnton demonstra que enquanto profissionais, os jornalistas parecem descrentes e defendem sua autonomia e seu ponto de vista na fabricação das notícias. Escrevem principalmente para o que denomina os “grupos de referência” que são os próprios colegas, os

²³ Observação do Prof. Dr. Nelson Traquina em reunião de orientação.

editores, repórteres de outros jornais, as fontes, os amigos e parentes, e grupos de interesses específicos; e definem previamente, na sala de redação, a matéria. O autor assinala o caráter apriorístico da produção da notícia ao apontar que o repórter procura conciliar as idéias prévias do editor com suas próprias impressões (1990, p. 75; 86).

De fato, a pauta é um índice importante deste enquadramento prévio, na qual o produtor de reportagem levanta uma “tese” ou uma argumentação inicial para ser confirmada pelo repórter que vai a campo (ou não, já que cada vez mais se produzem notícias via telefone da sala de redação). Caso a idéia inicial não se confirme, é preciso convencer o editor da validade de uma eventual mudança de pauta. Do contrário, a pauta “cai”.²⁴ A notícia deve caber nas estruturas editoriais e sua concepção passa, portanto, por uma espécie de “círculo fechado”, ou por uma “lógica privada”, como afirma Fausto Neto, ressaltando a existência de regras internas a cada suporte de informação (2002b, p. 501). Nas palavras do autor: “Se a publicização diz respeito ao momento em que ‘cenas da vida privada’ ganham a esfera pública, vale também lembrar que o processo de construção da publicização se dá em âmbitos privados e tomando como insumos e pressupostos de natureza privada” (FAUSTO NETO, 1993, p. 172).

É enriquecedora a observação de Darnton a respeito da relação entre repórteres e editores. Estes são vistos pelos primeiros como ex-repórteres que se venderam para a direção da empresa e perderam o contato com a realidade concreta. Os repórteres desenvolvem uma ideologia antidireção e criam uma barreira para agradar abertamente aos editores, resistindo a “canalizar” a matéria para se adequar às idéias prévias do editor. Darnton afirma: “os editores parecem se considerar ‘homens de idéias’, que põem o repórter no rastro de uma matéria e esperam que ele a localize e traga de volta sob uma forma publicável. Os repórteres vêem os editores como manipuladores tanto da realidade quanto dos homens” (1990, p. 76-77). Essa relação hierárquica interfere na maneira de se redigir as notícias.

Todd Gitlin reforça a observação quanto à concepção prévia da matéria. Explica que, para os meios jornalísticos, uma boa estória (“*good copy*”) sobre um movimento de protesto é freqüentemente “gritaria”, a presença de um líder-celebridade certificado pela mídia e certo ajuste no enquadramento que os produtores de notícia construíram como “a estória”. Entretanto, tudo isto vai contra a intenção dos movimentos, nas palavras do autor: “estas qualidades da imagem não são o que os movimentos pretendem que sejam os seus projetos,

²⁴ Há uma tendência crescente nas redações de o próprio repórter fazer a pauta, ou “se pautar”, no entanto, ele precisa ter sua idéia aprovada pelo editor antes de realizá-la.

suas identidades, seus objetivos” (1980, p. 3-4). Os agentes sociais que se encontram fora da controvérsia legítima disputam os enquadramentos com o campo mediático. Na sociedade mediática não basta ter visibilidade pública e conseqüente *existência social*, é preciso também lutar pelo enquadramento.

A personificação, no entanto, é um enquadramento freqüente no discurso mediático, tanto pela facilidade de operacionalização como por razões culturais. Para Galtung e Ruge, a personificação resulta de um *idealismo cultural* no qual o homem é dono de seu destino e os eventos podem ser vistos como o resultado da ação de livre vontade. Os autores distinguem que numa cultura materialista, o ponto de vista seria diferente, segundo o qual fatores estruturais seriam enfatizados, havendo mais eventos para as pessoas ou tendo as pessoas como instrumentos. A personificação também reflete as necessidades operacionais da mídia porque mais facilmente fornece uma *identificação*, atende ao fator *freqüência* através da ação das pessoas, e possibilita a coleta e apresentação das notícias.

É mais fácil tirar uma foto de uma pessoa do que de uma estrutura [...] e uma vez que uma entrevista fornece uma base necessária e suficiente para uma notícia centrada numa pessoa, uma notícia centrada numa estrutura vai requerer muitas entrevistas, técnicas de observação, coleta de dados etc. (GALTUNG & RUGE, 1988, p. 57-58).

O enquadramento mediático atravessa toda a rotina produtiva e se materializa nos discursos. A formação prática dos jornalistas os leva a desenvolver um repertório de imagens estilizadas, clichês e frases feitas que moldam a sua maneira de escrever. Darnton afirma que “os estilos de reportagem variam com o tempo, o lugar e o caráter de cada jornal” (1990, p. 96). Em cada tempo, há a criação da padronização e estereotipagem nas notícias, através de repertório tradicional dos gêneros que, por sua vez, são comparados a formas: “como fazer biscoitos com uma velha forminha de bolachas” (DARNTON, 1990, p. 91).

Clichês e estereótipos são recursos do discurso jornalístico que resultam, em grande parte, na cristalização da visão de mundo em tais expressões. A constituição de representações sociais pelo discurso mediático condiciona a referência do real de modo indiscutível. Patrick Champagne chama a atenção para esse ponto:

A mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social que, mesmo quando está muito afastada da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores porque ela nada faz, na maioria das vezes, que reforçar as interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os prejudgamentos e tende, por isso, a redobrá-los (CHAMPAGNE, 1997, p. 64).

No entanto, o jornalista não pode “se afastar muito do repertório conceitual que partilha com seu público” nem das técnicas que aprendeu com os mais antigos, assinala

Darnton (1990, p. 92). Isto reforça a idéia da cristalização de determinadas imagens, já que, uma vez partilhadas pelo leitor, este poderá não aceitar de todo uma modificação/renovação porque já adquiriu uma competência mediática.

O enquadramento sob a “lógica do precedente”, no termo de Champagne (1997, p. 65) é uma das características de construção do real pela produção noticiosa. O autor aponta para certo mecanismo de interpretação por parte dos jornalistas ao recorrerem a estruturas prévias. Ao analisar a cobertura televisiva de protestos nos subúrbios de Paris, Champagne aponta para o “tratamento privilegiado” de protestos localizados porque, além de os jornalistas terem em mãos “imagens muito televisivas”, “eles provavelmente tinham na cabeça a lembrança das manifestações estudantis de novembro de 1986 que também tinham começado na mesma época do ano letivo, por uma greve localizada num único estabelecimento” (1997, p. 65).

A rememoração de acontecimentos como recurso para enquadrar os eventos produz o efeito de sentido de naturalização. Trata-se da função mnésica do discurso mediático através da qual o esquecimento retorna sob a forma de retrospectivas e de citações. Adriano Rodrigues aponta que este efeito é possível devido ao esquecimento que ocorre pela efemeridade dos enunciados mediáticos:

Se o discurso mediático prossegue, por um lado, um notável efeito de esquecimento e de arquivação, por outro, alimenta-se do incessante mecanismo de rememoração das formas que vai arquivando. Esta forma ritualizada de alternância dos mecanismos de esquecimento e de rememoração é um dos processos mais importantes de produção dos efeitos de habituação e de naturalização (RODRIGUES, 2002, p. 225-226).

Novos acontecimentos se encaixam, assim, em velhas imagens esquecidas ou arquivadas alhures. Os enquadramentos têm o poder de apontar a leitura possível do presente.

Todos os suportes de comunicação – impresso, rádio, televisão e internet – estão submetidos aos paradigmas da novidade (conteúdo) e do fator tempo para a construção mediática dos acontecimentos, no entanto, a televisão apresenta uma necessidade específica por estar submetida ao que podemos chamar de paradigma da imagem. Patrick Champagne aponta para o efeito de sentido de realidade indiscutível que a televisão produz, tanto pelo seu peso na constituição da representação dominante dos acontecimentos como pelo efeito de drama que pode provocar emoções coletivas. O seu efeito também é sentido nas rotinas produtivas de outros meios de comunicação, como ressalta Champagne, “não podem mais ignorar os jornalistas da imprensa escrita hoje o que, na véspera, foi manchete dos jornais

televisados” (1997, p. 64). A televisão produz esse efeito de evidência que os outros veículos não podem desprezar.

Miquel Rodrigo Alsina propõe três fases na construção dos acontecimentos: a seleção, a hierarquização e a tematização. A primeira diz respeito à identificação dos fatos que merecem ser transformados em notícia com base nos critérios de noticiabilidade. Alsina ressalta que nesta fase, há pouca autonomia dos jornalistas porque se trata de uma seleção “mais automática seguindo critérios profissionais” (2005, p. 209).

Para coletar os dados, os jornalistas normalmente vão aos mesmos lugares e são pressionados pelos editores se não obtiverem as informações dos concorrentes. Uma vez noticiado um evento por um veículo, os outros tendem a produzir imediatamente notícias sobre o mesmo, como afirma Champagne, um ‘acontecimento’ é “o resultado da mobilização – que pode ser espontânea ou provocada – dos meios de comunicação em torno de alguma coisa com que eles concordam, por certo tempo, a considerar como tal” (1997, p. 66-67).

A fase da hierarquização se relaciona com a atribuição de uma maior ou menor importância aos acontecimentos e pode haver muitas diferenças de tratamento entre os jornais. Já a tematização se constitui na seleção dos temas que vão concentrar a atenção pública e mobilizá-la para a tomada de decisões. Nesta fase, algumas notícias se impõem como temas de debate através da valoração cognoscitiva a respeito dos acontecimentos e os problemas que implicam. É a fase mais evidente do enquadramento, pois “se dá claramente uma estratégia de interação política” (ALSINA, 2005, p. 215).

A tematização ocorre num número limitado de temas, daí a disputa entre os diversos segmentos sociais em torno do controle e da limitação do acesso em relação aos assuntos. Enquanto efeito de sentido, explica Alsina, a tematização pressupõe um trabalho conjunto do sistema informativo, “não se pode afirmar que um só meio de comunicação produz um efeito de tematização” (2005, p. 215).

Ao reproduzir, de modo naturalizado, “esquemas” de espera do imprevisível, o jornalismo institui a própria dinâmica social, de modo que as instituições dos mais diversos setores da sociedade acabam por “oferecer fatos” à imprensa que atinjam aqueles critérios. Lembramos o conceito de mediatização de Sodré, citado anteriormente, no qual o *medium* condiciona o que reflete, daí que, os agentes visibilizados através da mídia se modificam ao mesmo tempo em que *fazer saber* implica construir o real.

A despeito das macrocondições interferirem na produção dos acontecimentos, não se trata de defender o “fechamento” do campo jornalístico diante de processos de modernização

da dinâmica social. Evidentemente que o enquadramento como uma lente invisível que atua nas estruturas produtivas leva à reprodução do consenso, contudo, esta tendência se confronta com os limites da própria natureza do jornalismo, como os princípios deontológicos da dimensão crítica e com a própria dinâmica social. À medida que tendências minoritárias, como movimentos sociais, avançam e ganham expressão na sociedade contemporânea, o jornalismo é interpelado e tensionado a mostrá-los, como campo social legítimo que é. Como vimos, publicizar significa conferir *existência social*, de modo que o jornalismo parece estar sujeito à ação dos grupos sociais, refletindo a tensão da luta pela hegemonia e oscilando de acordo com a correlação de forças. Como afirma Correia, as tendências minoritárias, “muitas vezes cristalizam um novo consenso, para de novo virem a ser desafiadas pela erupção de novos elementos fragmentadores e conflituais” (2004, p. 193).

Ao dar visibilidade ao real, o campo jornalístico procede a um trabalho simbólico de construção da realidade. Como aponta Fausto Neto, “visibilidade e publicização não são ações que fazem sozinhas” (1993, p. 171). O autor chama a atenção para essa relação interdependente entre os dois mecanismos do engendramento de sentido pelo campo mediático: “a publicização é o estágio que dá visibilidade ao real. Porém, é impossível pensar em uma e em outra, sem se levar em consideração o estágio que os antecede e que trata justamente de se constituir no próprio trabalho de produção do processo de publicização” (1993, p. 172).

5.3 A Participação da Fonte no Processo de Noticiabilidade

As fontes são fundamentais para as rotinas produtivas sem as quais o jornalista sequer poderia dar início ao seu trabalho. Podem ser pessoas, instituições ou materiais (documentos, bancos de dados, livros, outras mídias etc.) que ajudam tanto no planejamento (através da pauta) como na elaboração das notícias. De um modo geral, a rede informativa reflete a estrutura social já que são priorizadas as fontes que detêm mais poder político e econômico e, como consequência, representam o pensamento do *status quo*.

Desse modo, as fontes que estão hierarquicamente acima na ordem social são mais sistematicamente consultadas e, por sua vez, impõem o foco da atenção. Instituições como governos, empresas, sindicatos, igreja, entre outras, são consideradas fontes oficiais e

possuem “uma espécie de direito de acesso semiautomático aos meios de comunicação”, como analisa Livolsi citado por Miquel Rodrigo Alsina (1989, p. 118).

Estas fontes rotineiras possuem autoridade suficiente para serem consultadas prioritariamente e se constituem no que Stuart Hall e outros autores denominam “definidores primários”, por serem as pessoas que dão a interpretação primária dos acontecimentos (1993, p. 228). Diante destes, oferecer uma outra interpretação se torna quase impossível para a mídia noticiosa. Longe de sugerir que essa prática seja decorrência direta do modo capitalista de organização das empresas de informação, pois assim não estariam reconhecendo a “autonomia relativa” do campo jornalístico em relação ao campo econômico, os autores lembram que a mídia depende das informações fornecidas por fontes institucionais credíveis e regulares. O resultado disso é uma adequação entre as idéias dominantes e a prática e a ideologia da mídia.

Robert Darnton chama a atenção para a existência de uma relação simbiótica entre os jornalistas e as fontes convencionais:

Uma sociologia do jornalismo deveria analisar a simbiose, além dos antagonismos que crescem entre um repórter e suas fontes, e deveria ainda levar em consideração que essas fontes constituem um elemento importante de seu “público”. O noticiário corre em circuitos fechados: é escrito sobre e para as mesmas pessoas, e às vezes em código privado (DARNTON, 1990, p. 83).

Mesmo com interesses estratégicos das fontes oficiais de “falsear” a realidade, Nilson Lage lembra que os dados fornecidos por elas são tomados como verdadeiros (2001, p. 63). A rotina depende tanto destas fontes que há uma expressão no jargão profissional: quando o jornal está repleto de notícias, principalmente, do governo, diz-se que se está fazendo “jornalismo chapa branca”²⁵. Ao que parece, os próprios jornalistas se ressentem desta prática.

A despeito de serem as fontes institucionais as privilegiadas, diversas outras fontes participam da produção noticiosa. Há muitas formas de se estudar as fontes e sua taxionomia varia conforme os critérios de referência. Para uma melhor percepção destes estudos, reunimos, por referência a alguns autores, os critérios utilizados nas classificações:

- a) Segundo a autoridade para dar declarações: oficial ou institucional, oficiosa e independente. Como já vimos, as fontes oficiais possuem autoridade e legitimidade reconhecidas para falar o que falam. Já as oficiosas são aquelas que, apesar de possuírem conhecimento sobre o assunto, não estão autorizadas a falar; e as

²⁵ Acreditamos que a origem da expressão remete às placas dos automóveis oficiais de governos no Brasil, que são brancas.

independentes estão desvinculadas de uma relação de poder, sendo geralmente membros de organizações não governamentais que falam em nome de uma causa (LAGE, 2001, p. 63-65; LÓPEZ, 1995, p. 38).

- b) Segundo a construção da pauta: primária e secundária (LAGE, 2001, p. 65-66).
- c) Segundo a relação com o fato: testemunha e *expert* (LAGE, 2001, p. 66-68).
- d) Segundo a relação com a redação: fontes internas ao jornal (o repórter, o arquivo, os correspondentes), fontes externas (agências, outras empresas jornalísticas, e demais entidades). (CRATO, 1982, p. 92-94).
- e) Segundo a promoção dos fatos: espontâneas, geralmente são associações ou grupos de cidadãos afetados por problemas inesperados tais como uma construção de uma obra que ameaça o espaço onde vivem (no Brasil, por exemplo, as comunidades que habitam próximo às pistas de aeroportos, ou a terrenos valorizados do ponto de vista imobiliário); contaminação de alimentos em uma escola; enfim, pessoas comuns colocadas diante de questões que entram em conflito com grandes corporações que constituem o poder. Em geral, não possuem conhecimento de como ter acesso aos jornalistas menos ainda estrutura organizada para manter a comunicação com a mídia (LÓPEZ, 1995, p. 40).
- f) Segundo a identificação: mencionadas, confidenciais e anônimas (ALSINA, 1989, p.119; LÓPEZ, 1995, p. 40).
- g) Segundo a frequência do contato com os jornalistas: estáveis ou provisórias; permanentes ou episódicas (WOLF, 1999, p. 223; PINTO, 1999).
- h) Segundo o grau de utilização e o tipo de relação com a mídia: ativas e passivas (WOLF, 1999, p. 223).
- i) Segundo o âmbito geográfico: locais, nacionais e internacionais (PINTO, 1999).

As classificações propostas por diversos autores seguem as mais variadas denominações e vão se acumulando ora repetindo os critérios acima com outros nomes ora modificando detalhes, mas, em geral, não diferenciam muito deste conjunto apresentado. Algumas classificações acima (b; d; i) são meramente esquemáticas, servem mais a manuais de jornalismo a fim de ensinar a prática aos iniciantes do que propriamente a uma discussão sobre o assunto. Deixando este grupo de lado, propomos discutir as relações entre fontes e

jornalistas retendo elementos das outras classificações que nos ajudam a perceber a participação das fontes na produção noticiosa.

Por isso, as classificações importantes para nossa reflexão são aquelas que problematizam a produção noticiosa: o quê da fonte interessa ao jornalista para elaborar a sua matéria, o que ele pode usufruir dela no/para o seu esquema de produção, como situá-la no texto, se vai mencioná-la ou não (se é autorizada ou não), como vai utilizar os dados fornecidos pela fonte e, o mais importante, se pode confiar ou não, isto é, se a fonte tem credibilidade e autoridade (capital simbólico) para dizer o que diz, enfim, se de fato detém o poder de dizer o que diz. Nesse poder de dizer estão implícitos os valores da autoridade, legitimidade, reconhecimento, representatividade e credibilidade.

Assim, esses valores são responsáveis por conferir legitimidade à fonte, e essa sutileza do poder-dizer é enfatizada naquela classificação das fontes em oficiais, oficiosas e independentes. Entretanto, devemos ter em mente que o poder-dizer das fontes advém da sua posição no campo político, e como o campo jornalístico se rege pelos fluxos das forças políticas, suas negociações e embates afetam diretamente a escolha das fontes. O campo mediático é sensível à dinâmica social, à variação do campo de forças. Tem a pretensão de definir a agenda pública (e de fato o faz, conforme nos mostram os estudos da hipótese da *agenda-setting*), através da seleção do que seja informação atual, mas é afetado por essa dinâmica.

Em outras palavras, as fontes se apresentam suficientemente legítimas aos olhos dos jornalistas dependendo de sua posição dentro do campo político. É importante assinalar que este campo é a referência principal do campo jornalístico. Alsina explica que:

O jornalista que tem necessidade de recontextualizar rapidamente o acontecimento excepcional tende a privilegiar as interpretações estabelecidas pelo sistema político e isto o leva a mesclar a relevância pública do acontecimento com a valoração estabelecida pelo sistema político (ALSINA, 1989, p. 115-116).

Isto significa dizer que a seleção de um acontecimento para publicização depende de quem seja a fonte. Assim, o tipo de relação que as fontes desenvolvem com os jornalistas está associado a sua posição dentro do campo político, o que não significa dizer que os altos cargos do campo político (ou seja, as fontes oficiais ou institucionalizadas) detenham acesso livre e incondicional à produção noticiosa. Se é verdade que estas possuem atributos que as legitimam diante do campo jornalístico também é verdade que elas não têm o poder de incluir seus pontos de vista em qualquer matéria e à hora que bem entendem. É preciso lembrar a

autonomia e legitimidade do campo jornalístico na definição do que é notícia, inclusive é deste a palavra final, mesmo sofrendo pressões das fontes e daqueles múltiplos fatores que já comentamos anteriormente.

O agendamento mediático é o resultado do embate das lógicas conflituosas entre os campos, de sua negociação, e que, por isso, a noticiabilidade não pode ser uma decisão *a priori*, conforme nos lembra Tuchman que as noções de noticiabilidade são definidas a cada momento. Não se pode predizer nada quanto ao produto final. E isto também não deve ser confundido com a preparação da estrutura organizacional para a irrupção do imprevisível. Mesmo se planejando para capturar os acontecimentos imprevistos, estes demandarão sempre uma negociação da produção noticiosa. Estamos diante de uma emaranhada rede de relações em que as fontes fazem parte do campo jornalístico, pois são vitais para a existência e funcionamento deste, mas, ao mesmo tempo, são membros de outros campos dos quais se originam e têm construído sua identidade. O campo jornalístico está, assim, imbricado com outros campos sociais.

Tratando da mídia e suas fontes, Jean Charron (1998, p.79-80), enfatiza que não há uma relação causal entre fontes e meios, como se os primeiros transferissem “temas” para os segundos, numa alusão aos meios como correia de transmissão. O autor propõe uma visão complexa do agendamento e diz que a notícia não é um material pré-definido e produzido pela fonte e que o jornalista só interviria através da seleção. A notícia é construída, e não selecionada, e sua construção é a ação conjunta de jornalistas e fontes. Charron afirma que alguns autores sugerem o termo *agenda-building* para se referir ao processo coletivo de elaboração de uma agenda. O autor explica que o termo:

[...] supõe um intercâmbio entre a fonte e a imprensa, intercâmbio em que cada parte atua e reage ante a ação da outra em função de seus interesses, seus valores, seus recursos e suas limitações. A notícia seria, em certo sentido, o produto da soma ou da combinação do aporte de uma e outra parte; a fonte sugere uma agenda que o jornalista eventualmente transforma (CHARRON, 1998, p. 81).

Neste sentido, a produção noticiosa sofre as diferentes lógicas de funcionamento dos campos. Molotch e Lester lembram que há diferentes necessidades de acontecimentos entre os *news assemblers* (profissionais do campo jornalístico) e os promotores de ocorrências (atores que ajudam a tornar uma ocorrência pública), chamando a atenção para “o papel institucionalmente padronizado e independente na produção de notícias” (1999, p. 40). A questão que os autores formulam nos ajuda a pensar o nosso objeto de estudo: “como é que então o trabalho de produção dos media coincide ou entra em conflito com o trabalho de

construção dos promotores?” (1999, p. 40). Diríamos que há uma relação ambígua: a produção noticiosa coincide, *mas também* entra em conflito com as fontes.

Charron (1998, p.87), citando Ettema, explica que o agendamento, longe de relações causais, é um jogo de estratégias e de táticas no qual é preciso compreender o modo como os jogadores o jogam, ou seja, o processo de manejo do poder na era da sociedade mediatizada. O conceito de jogo significa considerar a “ação dos jogadores desde um ponto de vista duplo: o das restrições, as estruturas, os ‘determinismos’ que limitam o campo do possível, por um lado, e por outro, o ponto de vista da liberdade, do jogo dos atores nas estruturas, um jogo fundado no cálculo e no interesse” (CHARRON, 1998, p. 88).

O jogo é restritivo, possui um conjunto de regras dentro do qual os agentes desenvolvem estratégias e táticas, e por isso, no jogo não pode ocorrer qualquer coisa, nem também se pode prever o que vai ocorrer. Ao mesmo tempo em que o MST estrutura a agenda mediática, também sofre os efeitos de sentido na sua agenda. O agendamento é, portanto, um espaço de conflito.

Acreditamos que a perspectiva do jogo nos dá condições de captarmos as relações entre fontes e jornalistas e esta pode ser complementada com a idéia de Gans, que propõe uma outra metáfora: “a relação entre fontes e jornalistas se assemelha a uma dança, com as fontes a tentarem ter acesso aos jornalistas e estes a tentarem aproximar-se das fontes” (apud WOLF, 1999, p. 224). Cada parte precisa se aproximar da outra e, nesta dinâmica, de acordo com Wolf, as fontes acabam conduzindo a dança. A metáfora da dança sugere a existência de sutilezas que escondem os interesses, as estratégias e as táticas de cada parte, por haver uma necessidade de manter uma relação amistosa, mas que, na prática, é marcada, na maioria das vezes, por profundas diferenças.

O jogo apresenta diferenças em relação à dança porque, nem sempre, as estratégias dos participantes são tão sutis, sendo muitas vezes evidentes quanto ao *modus operandi* de cada uma das partes na negociação de seus interesses. Ao chegarem a esse ponto de disputa, os participantes reconhecem para o outro o poder do adversário, sendo necessário ceder o mínimo e barganhar o máximo, por isso, neste estágio, já não poderíamos adotar a perspectiva da dança.

As duas metáforas fornecem subsídios para pensarmos a dinâmica das relações e devem ser adotadas de acordo com cada situação. Há momentos em que as relações se dão de forma mais suave, sendo a sedução e o cortejo as estratégias para alcançar os objetivos sem

parecer que a ação persegue os interesses privados, ao passo que, em outros momentos, a disputa se torna evidente e já não se pode mais cortejar a outra parte. Nesta situação, somente através da negociação, da barganha e de diversas estratégias criadas na/pela circunstância, é que se conseguem ou não os interesses. De acordo com Manuel Pinto, todas as fontes, quer sejam públicas quer sejam privadas, agem por uma lógica privada, ao que acrescentaríamos que assim também o fazem os meios de informação. O autor revela de modo claro os interesses das fontes: “a todos é comum uma lógica de funcionamento que assenta, para recorrer aos termos goffmanianos em que Ericson et al (1989) elaboraram a sua proposta, na adequada gestão da exposição e do encobrimento, da divulgação e do segredo, do palco e dos bastidores” (1999, p. 8).

Estudar as relações entre fontes e jornalistas requer perceber os variados graus de tensão entre as duas partes, desde uma relação amistosa, quando os interesses não estão em conflito (há, pois, uma concordância e conseqüente cooperação), passando por uma relação de disputa e/ou negociação, quando os interesses se chocam e são contrariados pela outra parte, até uma *negação* ou rompimento da relação, quando não se verifica por um ou ambos os lados, a possibilidade de negociação em nenhuma circunstância. Enfatizamos que estes três estágios são tidos como marcos de referência para daí problematizarmos os variados graus de tensão nas relações entre fontes e jornalistas.

Num ângulo bem próximo ao nosso, encontramos o estudo de Gieber e Johnson que propõem três tipos de relações: a) quando há total independência entre a fonte e o jornalista, ou seja, um distanciamento entre o que produz a notícia e o que informa sobre a mesma; b) quando fonte e jornalista cooperam porque têm interesses comuns, tanto a fonte necessita que uma determinada informação seja publicada como o jornalista precisa obter notícias para satisfazer a seus superiores; e, c) quando a fonte é quem praticamente produz a notícia, como no caso dos comunicados oficiais (apud ALSINA, 1989, p.117). Os autores estão preocupados com os papéis das fontes e dos jornalistas na cobertura da informação política local.

Uma questão importante aparece na situação (a) – total independência entre os dois lados. Ao falar de “total independência” ou “afastamento”, deduzimos que o estudo de Gieber e Johnson sugere uma relação indireta entre fontes e jornalistas. Se estivermos no raciocínio correto, acreditamos que a relação entre ambos se daria por meio de um terceiro, que pode ser outras fontes, um leque infinito de informantes, notícias produzidas por outras mídias e até materiais produzidos pelas próprias fontes, como por exemplo, *sites* na Internet. Neste

sentido, as informações estão dadas de algum modo (“a quem interessar possa”) e cabe a cada um fazer o uso que lhe convém. Nesta situação, o grau de tensão pode diminuir consideravelmente, ou não, a depender dos motivos que levaram à relação indireta.

Mesmo que os autores não tenham desenvolvido esta questão, ou o tenham feito de outro modo, vamos avançar nosso raciocínio porque trazem elementos de nosso interesse. Quanto aos motivos para haver uma relação indireta entre fontes e jornalistas, tanto pode ser: 1) decorrência de “total independência” no sentido de que, estando os materiais disponíveis, não há mais nada a acrescentar (numa avaliação de ambas as partes); e 2) como já pode se constituir numa estratégia para conseguir a informação que, num contato direto não é possível por diversas razões, inclusive pela imposição de “afastamento” por parte da fonte. Neste caso, trata-se de uma estratégia que corre à revelia dos ânimos envolvidos num contato direto. Supomos, entretanto, que esta segunda alternativa é a mais provável porque, dificilmente dá-se uma relação indireta entre fontes e jornalistas nos termos que acabamos de relatar. Geralmente, mesmo que os materiais estejam disponíveis, há um mínimo de contato para uma atualização de uma informação ou quaisquer outras demandas. Não estamos dizendo que isso não ocorra, mas em menor frequência. A segunda alternativa é, portanto, mais plausível, uma vez que se constitui num modo possível de se conseguir a informação quando o acesso à fonte está suspenso. Neste caso, o grau de tensão é elevado, já que não há condições de contato direto.

O problema do acesso mútuo entre fontes e jornalistas é delicado e complexo. Diz respeito à disputa pela condução do processo de produção noticiosa, ou seja, o que está em jogo nesta dinâmica é a capacidade dos participantes de impor a produção de sentido. A tensão ocorre pelo que cada parte almeja e consegue impor nos termos da construção da referência de realidade.

A problemática está no significado da ocorrência. Para Molotch e Lester, uma questão surge quando há interpretações contraditórias sobre um acontecimento. Dá-se então uma disputa pela definição da natureza da ocorrência que é atravessada por diferentes interesses. Isto ocorre com qualquer questão pública, pois “existem necessidades de acontecimentos (*event needs*) opostas relativamente a uma dada ocorrência” (1999, p. 37). Entretanto, a seleção dos acontecimentos imanente ao trabalho de produção noticiosa “bloqueia ou inibe um grande número de possibilidades de criação de acontecimentos. Neste bloqueio de

possibilidades reside o poder do trabalho jornalístico e toda a atividade de informação” (MOLOTCH & LESTER, 1999, p. 38).

Daí ser o acesso entre fontes e jornalistas um problema fundamental na produção noticiosa. Manuel Pinto distingue a *cobertura dos media* do *acesso das fontes aos media* dando mais ênfase ao problema do *acesso*:

Segundo Ericson et al. (1989), há que distinguir entre cobertura e acesso; a cobertura traduz-se no acesso das fontes às notícias, em termos de espaço ou de tempo; o acesso, por sua vez, prende-se não apenas com o espaço e o tempo, mas também com o contexto de representações favoráveis. Pressupõe, por isso, um maior poder de influência das fontes. Reciprocamente, poder-se-ia distinguir também, acesso dos jornalistas às fontes, da mera cobertura, o que dependeria dos diversos graus de acesso que as fontes podem permitir a diferentes jornalistas ou meios de informação ou aos mesmos em momentos diferentes (PINTO, 1999, p. 8).

O autor também destaca que as ações das fontes buscam conseguir não só a cobertura da mídia, mas, sobretudo, a conquista do acesso à mídia. Não é à toa que, ao mesmo tempo, procuram evitar o acesso dos jornalistas aos bastidores das instituições das quais fazem parte, o que também se constitui num elemento de poder, isto é, o poder de não ser notícia. Como diz Tuchman, “o poder de manter um acontecimento fora da notícia, é poder sobre a notícia” (1983, p. 178).

Vemos que a problemática do acesso aponta para a tensão existente na produção de sentido. Para a fonte, tornar-se referente nos próprios termos é o extremo oposto de ser *mero* referente. Se por um lado, as fontes são vitais para os jornalistas, por outro, os jornalistas detêm quase totalmente a autonomia quanto à última palavra na feitura do jornal. De um modo geral, todas essas questões permeiam as relações existentes entre fontes e jornalistas, há, entretanto, mais dificuldades e complicações quando a fonte não possui *status* de oficial, como os movimentos sociais.

5.4 Quando as Fontes são os Movimentos Sociais

Como já dissemos, as fontes oficiais são as que mais detêm o poder de terem acesso aos jornalistas e vice-versa. Quanto a isso, a literatura é unânime em afirmar: ao mesmo tempo em que os meios dão visibilidade a essas fontes, ajudam a consolidar a autoridade pública delas (ALSINA, 1989, p. 133). As que não estão nesta categoria, tendem a não

conseguir acesso aos meios jornalísticos ou terão mais dificuldades. Gans afirma que “[...] aqueles que não têm qualquer poder, mais dificilmente se transformam em fontes e não são procurados pelos jornalistas até suas ações produzirem efeitos noticiáveis enquanto moral ou socialmente negativos” (apud WOLF, 1999, p. 224). Assim, muitos movimentos sociais são considerados na qualidade do desvio, do anti-social, em decorrência das “definições prévias fornecidas pelas instituições governamentais” (GARCÍA, 2003, p. 21).

Sabemos que há um leque infinito de tipos de movimentos sociais. E deste conjunto, os meios noticiosos fazem uma distinção, dando mais espaço àqueles tidos como distantes do *radicalismo militante*, de modo que “os *movimentos de consenso* obtêm maior acesso informativo que os *movimentos de confrontação*” (GARCÍA, 2003, p. 21). Dorde García lembra que “as organizações mais integradas nas redes oficiais do governo receberão, por sua vez, maior representação informativa” (2003, p. 22). Seria de esperar que, pela deontologia do jornalismo e pelo papel de guardião da democracia que se investe a mídia, todas as vozes sociais se fizessem presentes no espaço dos jornais, com idéias plurais e dissidentes compondo polêmicas e sendo confrontadas entre si. Entretanto, para que isso aconteça, é preciso que a mídia noticiosa seja perturbada.

Todas as fontes procuram dar visibilidade a seus interesses criando acontecimentos ou, melhor dizendo, pseudo-acontecimentos, que atinjam os valores-notícia. Estes são situações preparadas e planejadas para conquistarem o status de *notícia do dia* e, assim alimentam os meios noticiosos com informações de que precisam. Na realidade, os pseudo-acontecimentos se tornaram instrumento racional e necessário, afirma Bagdikian citado por Lorenzo Gomis (1997, p. 69), e acreditamos que geram grande parte (senão a maior) da matéria-prima da qual se ocupam as rotinas produtivas. As agendas das redações estão repletas de anotações dos acontecimentos que ainda irão ocorrer, os pseudo-acontecimentos são uma necessidade produtiva.

Gomis chama a atenção para a fabricação dos pseudo-acontecimentos pelas autoridades políticas, de que ninguém objeta o fato, por exemplo, de um governador convocar a imprensa para uma entrevista coletiva e tentar que sua fala se transforme em notícia, ou de cortar uma fita para inaugurar uma ponte. Nas palavras do autor: “lo que pasa es que más habitualmente se habla de pseudoeventos cuando se trata de grupos marginales que provocan manifestaciones, cortes de tráfico, sentadas, huelgas, etc. para poner de relieve sus aspiraciones o protestas a la vista del público” (1997, p.68).

A não-objeção de que fala Gomis esconde o quão introjetado está o modelo da produção noticiosa na sociedade. Na realidade, há uma distinção entre os eventos promovidos pelas fontes oficiais e aqueles promovidos por fontes que não são tidas como tal. De acordo com a proposta de Molotch e Lester, todos são considerados *acontecimentos de rotina*, entretanto estão classificados em subtipos distintos. Vamos discorrer sobre a categorização dos autores para então sublinharmos as diferenças. São três subtipos de acontecimentos de rotina: a) aqueles cujos promotores têm acesso habitual aos jornalistas; b) aqueles cujos promotores, por não terem acesso habitual, procuram perturbar o acesso de rotina criando acontecimentos; c) aqueles cujos promotores são os próprios jornalistas (1999, p. 43).

No primeiro grupo, estão as fontes cujas necessidades de acontecimento coincidem com as dos profissionais da produção noticiosa. Não é preciso dizer que estas são as fontes oficiais e, como comentamos anteriormente, as informações destas são automaticamente incorporadas e processadas pelas rotinas como se fossem dados *naturais*. Assim, os chamados pseudo-eventos como o corte de uma fita por parte do governador para inaugurar uma ponte ou a entrevista coletiva do Presidente da República é naturalizado como acontecimento noticiável. Molotch e Lester acrescentam que:

Enquanto o acesso do Presidente dos EUA aos meios de comunicação social continua para além do tempo e do assunto, o acesso de outros grupos – por exemplo, porta-vozes para os direitos das mulheres, os direitos cívicos e a juventude – terá altos e baixos de acordo com o fator tempo e o lugar (MOLOTCH & LESTER, 1999, p.44)

Estes outros grupos de que falam os autores se inserem no segundo subtipo, ou seja, entre aqueles que, não tendo acesso habitual, provocam uma ruptura na rotina produtiva para terem visibilidade mediática. “Eles têm de ‘fazer notícias’, entrando em conflito, de qualquer modo, com o sistema de produção jornalística, gerando a surpresa, o choque ou uma qualquer forma latente de ‘agitação’”, dizem os autores, e explicam: “em casos extremos, reúnem-se multidões num local inapropriado para intervir no plano diário de ocorrências e acontecimentos” (MOLOTCH & LESTER, idem, p.45). Estes eventos são, por isso, também denominados acontecimentos *anti-rotina*, pois rompem com a normalidade da produção jornalística. Além de estimularem a cobertura jornalística, exigem um posicionamento das autoridades políticas principalmente no que tange ao restabelecimento da ordem.

O conflito que gera violência atrai o interesse mediático. Para Lempen, a violência permite a um grupo “investir-se episodicamente de um poder usurpado”, pois é um atributo que se impõe diante dos critérios de seleção, o que explicaria a presença constante da

violência na mídia (apud ALSINA, idem, p. 133). O autor demonstra que para a mídia, é mais fácil capturar os atos violentos porque são condenados pela sociedade, do que revisar seus critérios de seleção. Através da violência, os grupos conseguem impor certas mensagens que são rechaçadas pelos critérios de seleção da informação²⁶ (apud ALSINA, idem, p. 133-134).

Neste sentido, as notícias enfatizam as decisões das autoridades para encerrar o conflito, as negociações com os líderes bem como a atuação da polícia na condução e manutenção da segurança dos envolvidos e da população. A origem dos protestos em geral não ganha relevo e as questões que são notícia são mais voltadas aos métodos utilizados pelas partes envolvidas. Os autores exemplificam a cobertura desses acontecimentos com uma ocupação das instalações universitárias por parte de estudantes e que se encerra quando as necessidades de acontecimento de uma das partes diminuem. O que antes era um elemento surpresa se converte numa tipificação:

Nós diríamos que a cobertura do protesto estudantil se desvanece logo que baixam as necessidades de acontecimento de uma ou outra parte importante. O mistério do protesto estudantil diminui à medida que o cenário se vai tipificando através da repetição: ocupam-se edifícios – fazem-se discursos – as administrações respondem – chama-se a polícia – partem-se cabeças – prendem-se os cabecilhas – vai-se para os tribunais. Nenhuma violação, pouca destruição, uma reforma de fachada (talvez). As pessoas podem voltar as suas atividades cotidianas; a necessidade estratégica de ser informado está satisfeita (MOLOTCH & LESTER, 1999, p. 43).

Há necessidades de se inibir estes subtipos de acontecimentos para que sua publicização não estimule o surgimento de outros. Daí ser comum o abrandamento da resistência dos manifestantes através de uma não repercussão, ou minimização do fato, ou mesmo da iniciativa da polícia de proibir a entrada de jornalistas no local.

O terceiro subtipo é aquele em que a notícia é produzida por iniciativa do próprio jornalista, quando, por exemplo, busca *repercutir* um assunto, como uma pesquisa sobre a saúde da população ou o modo de viver de uma pessoa famosa. Essas notícias são as chamadas matérias *produzidas* e normalmente exigem pesquisas do tema em questão.

As necessidades de acontecimentos são referências importantes na disputa pelo agendamento mediático, como veremos nas análises.

²⁶ Diante disso, Lempen conclui que a mídia deveria dar a conhecer as injustiças sociais para inutilizar o recurso à violência. Nesta perspectiva, para o autor, a mídia informativa também seria causa da violência. (apud ALSINA, idem, p.133-134).

6 AS TENSÕES ENTRE O MST E O CAMPO MEDIÁTICO

6.1 Certa Cultura Noticiosa e os Modos de o MST se impor como fonte

Neste capítulo, apresentamos as análises do choque de lógicas entre o campo jornalístico e o MST, e as estratégias deste para se impor como fonte e redirecionar os efeitos de sentido produzidos pelo discurso mediático. Denominamos “certa cultura noticiosa”, um conjunto de fatores, tais como valores-notícia, condicionantes, enquadramentos, relações entre jornalistas e MST, enfim, os fatores que intervêm na produção de notícias sobre o MST em todas as fases (seleção, hierarquização e tematização) de sua publicização. Para esta análise, utilizamos os dados coletados nas entrevistas com os jornalistas sobre valores, critérios, entendimentos e percepções que os profissionais têm em relação ao MST e à própria atividade; e também os comentários dos integrantes do MST, coletados nas entrevistas, sobre o trabalho dos jornalistas e a atuação da mídia. Assim, analisamos as estratégias adotadas pelo MST para “driblar” certos enquadramentos da mídia.

Vimos que para desenvolver sua atividade de referenciação dos acontecimentos, o campo jornalístico possui demandas específicas. O seu interesse pelas instituições e atores se deve ao atendimento de suas “necessidades de acontecimentos”, para usar o termo de Molotch e Lester (1993), e estes só poderão ser publicizados se atenderem aos requisitos de operacionalização, política editorial, entre outros fatores que discutimos anteriormente. O que caracteriza o campo jornalístico é a sua autoridade em definir o que é notícia. Tais requisitos, que são as lentes para os jornalistas executarem seu trabalho de produção da notícia, implicam a existência de enquadramentos prévios de referência do real. Lembramos que o conceito de “informação” pressupõe uma determinada moldura, como nos fala Mouillaud (2002).

Como forma de dar conta da imprevisibilidade dos acontecimentos, o campo jornalístico procede ao que se denomina no meio profissional de “ronda” jornalística, feita diariamente nas redações, e até mais de uma vez por dia. Os produtores, pauteiros ou repórteres telefonam para diversos lugares considerados importantes do ponto de vista da produção noticiosa por serem fontes de “acontecimentos em potencial”, como hospitais

públicos, delegacias, corpo de bombeiros, secretaria de segurança pública, entre muitos outros. Normalmente se procura saber se houve ocorrências ou acidentes e isso é “tudo” o que interessa saber daquele lugar. Para o campo mediático, o MST é, como tantas outras entidades ou instituições, “lugar” de produção de informações em potencial, tendo em vista a sua atuação protagonista de eventos para romper com a normalidade do sistema político e mediático. A assessora de comunicação do MST-RS, Ivanete Tonin, contou que é procurada por jornalistas da seguinte maneira:

Já não se faz matérias no local do fato. É sempre por telefone. E é sempre:
- Oi tudo bem? Tem conflito aí?
- Não, tá tranquilo.
- Ah então tchau, mais tarde eu ligo.
Então praticamente não tem diálogo, a gente não consegue conversar (TONIN, 2005).

Ainda que a assessora se ressinta da pergunta do jornalista, o que primeiramente nos chama a atenção nesse diálogo²⁷ é que se trata de um telefonema “típico” da ronda jornalística. Mesmo que não ocorra diariamente, o telefonema descrito acima demonstra que o MST é “pauta em potencial”, sendo permanentemente *vigiado* pelo campo jornalístico.

Aquele telefonema indica o tipo de informação procurado: o conflito. A ronda jornalística busca uma informação específica e reflete o processo de construção da pauta que já nasce enquadrada em estruturas prévias. O MST é procurado pelo que é enquadrado previamente como notícia e é incluído pela mesma “linha de produção” que realiza o trabalho de coleta de informações, dentre tantas outras. O campo jornalístico trabalha com o que poderíamos chamar de “hipótese”. Se esta não se confirma, é muito pouco provável haver espaço para outra diferente.

O espaço garantido de matéria sobre o MST, como indica o jornalista João Valadares, “tem duas vertentes: ou o conflito ou uma questão de repasse irregular de dinheiro público, que deve ser dado com maior destaque” (2006). Isto não significa que não haja espaço para matérias que abordem outros assuntos, tais como a produção dos assentamentos, mas estas não recebem o mesmo destaque, como revela o jornalista: “dificilmente uma matéria assim pode sair, lógico, já saíram várias, mas dificilmente ela terá um destaque, uma chamada de capa” (VALADARES, 2006).

Hoje o MST cresceu tanto e se fortaleceu tanto, e as ações são cada vez mais fortes de ruptura que qualquer coisa é um destaque grande que a mídia dá. Agora o que eu digo é aquilo, o destaque é sempre quando há conflitos, ocupações, mortes, atentados a prédios públicos, enfim, tem esse destaque (VALADARES, 2006).

²⁷ Utilizamos o termo “diálogo” aqui no sentido comum de “troca de falas” e não no sentido da assessora, quando diz que “praticamente não tem diálogo”.

Dependendo do tipo de conflito, a notícia vai ter uma dimensão determinada. Christa Berger assinala que “o conflito político não dá manchete e rende poucas notícias; o conflito institucional é notícia e, eventualmente, manchete, mas dá poucas imagens; o conflito armado é, com garantia, notícia, manchete, capa e merece fotografia” (1998, p. 120-121).

Como todo movimento de confrontação, o MST não tem *acesso habitual* à mídia, no termo de Molotch e Lester (1999). Para ter acesso à mídia, precisa romper com a normalidade do sistema com a realização de eventos. As necessidades de acontecimentos do MST são estratégicas para conquistar visibilidade mediática (pública) e dar existência social as suas reivindicações. No entanto, ao serem mediatizados, os eventos do MST já não atendem, necessariamente, às necessidades de acontecimentos do Movimento, uma vez que há diferentes necessidades de acontecimentos entre o campo jornalístico e os diversos campos sociais. A atividade de referenciação do real é exclusiva do campo mediático, o que faz com que os eventos promovidos pelo MST se transformem em outros acontecimentos.

A assessora de comunicação do MST-RS, Ivanete Tonin chama a atenção para o lugar de fala do MST na cobertura jornalística de ações realizadas pelo Movimento, a exemplo da Marcha Nacional a Brasília, ocorrida em 2005: “A matéria era que o MST teria gasto dinheiro público. E aí o dirigente diz: ‘mas isso não é fundamental’. A gente não tem nada para fazer, então a gente pega dinheiro público e sai gastando por aí gastando o que é dos outros”. O depoimento de Ivanete Tonin demonstra que a matéria teve um enquadramento totalmente diferente da necessidade de acontecimento do MST: “a questão da moral, do recurso público, quem pagou a conta? Então o problema não é a reforma agrária que não sai, não é o sem-terra marchando, não é o governo que não cumpre, é quem pagou essa marcha?” (TONIN, 2005).

Além deste enquadramento, a assessora destaca o acontecimento que foi notícia em relação à chegada da marcha a Brasília: o confronto entre os sem-terra e os policiais:

Eles [os policiais] colocaram um carro no meio da multidão, depois um cavalo, um carro da polícia e depois os cavalos sobre o povo até que um sem-terra se invocou e pegou o pau da bandeira e resolveu botar o cavalo no seu lugar e a gente viu tudo aquilo ali. [...] Por mais que nós tenhamos todo um sistema de segurança a gente tem feito a autocrítica que a gente não se preparou para isso, e eles conseguiram a imagem que queriam (TONIN, 2005).

O depoimento acima aponta para a percepção da importância de atuar estrategicamente em relação à mídia. A autocrítica de que fala Tonin demonstra que há uma compreensão de sua ação na construção do acontecimento, após a notícia ter sido publicada. Na cobertura jornalística deste evento produzido pelo MST, o seu lugar de fala na notícia não correspondeu àquele que originou a necessidade de acontecimento e conseqüente mobilização social da

marcha. O lugar de fala foi diferente porque definido pelo campo jornalístico, uma vez que este detém a autonomia da elaboração do texto noticioso, nem o MST nem nenhum outro campo podem interferir neste âmbito.²⁸

Todos os entrevistados integrantes do MST citaram exemplos de matérias que restringiram o lugar do Movimento a certos enquadramentos que não correspondiam à sugestão de pauta. Temos aí um termo sintomático do meio profissional usado diariamente pelas assessorias de imprensa. “Sugestão de pauta” se constitui de fato numa “proposta”, diante da qual o campo mediático pode aceitar ou não.

Diversos são os exemplos de notícias cujo lugar de fala do MST de agente disruptivo tende a manter a questão em torno da produção do evento em si, e não da problemática implícita ao evento, restringindo a fala a certa responsabilidade pela promoção do evento que se mostra como assunto completo em si mesmo. Normalmente o enquadramento aponta para a não legitimidade da realização do evento. Nesta circunstância, a mediatização do MST atinge as duas primeiras fases da produção noticiosa – seleção e hierarquização²⁹ e, dificilmente o MST será o definidor³⁰ da questão.

A violência física de grupos excluídos não é bem vista pela maior parte dos jornalistas, “que se tornam um obstáculo suplementar à tentativa feita por esses grupos para imporem seu ponto de vista” (CHAMPAGNE, 1996, p. 224). No entanto, vimos que o sistema político é altamente restritivo e limitado aos grupos previamente legitimados e estes tentam impedir que novos tenham acesso, como apontam Cobb e Elder (1971), daí a necessidade que grupos excluídos têm de romper com a normalidade do sistema.

Sabendo que há, na maioria das vezes, uma diferença de enquadramentos entre o campo mediático e o MST, Ivori de Moraes, dirigente do MST-RS, aponta para o risco da presença de jornalistas nas ocupações.

[...] é muito mais a imprensa estar lá para tentar pegar alguma imagem da gente como provocador de conflito do que estar lá para proteger, enfim, para denunciar ou para mostrar o que de fato está acontecendo. Então a gente tem que ter muito mais cuidado porque qualquer situação ali que pode virar alvo da mídia para mostrar que nós é que estávamos provocando (MORAIS, 2005a).

Existe, de fato, o risco de o enquadramento não corresponder aos objetivos do Movimento, mas como vimos, antes há uma necessidade real de proteção das vidas diante de

²⁸ Sabemos que podem ocorrer interferências no âmbito da produção textual a partir de uma ordem deliberada da direção da empresa jornalística, em casos extremos. A não ser nestas situações raras, as matérias são redigidas pelos jornalistas de modo autônomo e “à revelia” das vontades e desejos dos outros campos.

²⁹ Comentário da Profa. Dra. Christa Berger durante a banca de qualificação

³⁰ Utilizamos o termo “definidor” no sentido de Stuart Hall, conforme vimos no cap. 5.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 152 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

uma situação de confronto iminente. No entanto, esta visão parece se sobrepor a uma ação estratégica em relação à mídia:

Um exemplo foi o ano passado, não sei se tu acompanhaste, o enterro dos dois companheiros que foram assassinados lá em Passira, o Edmilson e o irmão dele. A imprensa toda lá, a imprensa, a Globo nacional, tudo de helicóptero lá no meio do mato acompanhando, mas os trabalhadores lá no final, antes de fazer o sepultamento, acabaram reocupando a sede da fazenda, a imprensa toda lá, aí no outro dia compararam o assassinato dos dois com uma das vacas que os trabalhadores mataram na sede da fazenda. Então teve mais peso a vaca que foi morta do que o assassinato dos dois trabalhadores. A manchete era “Trabalhadores revoltados mataram uma vaca que estava para ter neném” e mostraram a forma como os trabalhadores carnearam a vaca. Então isso, de fato, mostraram o fato que, digamos, desabona a ação do Movimento Sem Terra (AMORIM, 2005).

Se por um lado, há a necessidade real da presença da mídia como recurso para inibir uma possível reação violenta, por outro, o depoimento acima não demonstra associar uma ação estratégica no momento da ação. Sabemos que numa situação de ânimos exaltados e com a participação da massa, nem sempre a direção do MST consegue ter o controle da situação, mas isso não importa no jogo mediático, pois os acontecimentos dizem respeito à organização e serão sempre produzidos pelo campo mediático a sua maneira, ainda mais quando ocorrem eventos que atendem a pauta “padrão”.

O dirigente avalia certa imagem produzida pelo enquadramento da mídia:

Eu acho que muita gente pensa isso mesmo: que os sem-terra são um grupo de desocupados que embarca num ônibus e vai fazer marcha lá em Sarandi, depois eles vêm trancar o Incra aqui, porque do jeito que eles falam, as pessoas são sem origem, as pessoas são sem história, são os sem-terra (MORAIS, 2005a).

O conflito é um valor-notícia comum adotado pelo campo jornalístico para quaisquer outros assuntos, é próprio do campo “contar histórias” que são movidas por conflitos quer sejam “físicos/concretos” quer sejam “simbólicos”, o que não se constituiria nenhuma anormalidade do fazer jornalístico se não fossem por certos *enquadramentos* dos conflitos ou certos lugares de fala reservados ao MST. A “necessidade de conflito” por parte do campo jornalístico para dar visibilidade ao MST é o ponto nevrálgico nesta relação.

Depois que a gente começou a fazer os saques [...], então é só, às vezes, é só telefonar: “vai ter uma atividade amanhã”, pronto, todo o mundo já vem, a não ser quando é para um encontro de professores, encontro de sem-terrinha, aí não interessa para eles. Mas vai ter ocupação, vai ter marcha, eles acompanham e ficam frustrados quando não tem nenhum pau para eles poderem, nenhum enfrentamento para eles poderem filmar (AMORIM, 2005).

O coordenador do MST-PE, Alexandre Conceição, aponta para a questão: “é fácil a chegada da mídia para o Movimento, mas o que é difícil é justamente **a relação que a mídia faz com o Movimento e a sociedade**” (CONCEIÇÃO, 2005 – grifos nossos). Ivori de Moraes

aponta para certos tipos de generalização que constroem uma relação de afastamento do MST com a sociedade:

[...] matérias que tentam tratar uma situação de um assentamento, um problema de um assentamento que não se desenvolveu bem, ou que teve alguns problemas, e eles passam que essa é a imagem da reforma agrária, quer dizer, que é criar favelas no campo. Esse tipo de matéria afeta diretamente a principal bandeira do MST que é a questão da reforma agrária, da distribuição da terra. Esta questão também aqui no Rio Grande do Sul de que os líderes são, nessa linha, tentando vincular com a idéia da corrupção, ou seja, mal uso de recursos públicos, que forcem as pessoas a contribuir. Isso então cria uma... afasta muitas vezes os trabalhadores que queriam vir acampar, “não, mas esse tipo de organização eu não vou fazer parte” (MORAIS, 2005a).

Mesmo não conseguindo representações favoráveis, o MST adota como estratégia redirecionar os efeitos de sentido produzidos pelo campo mediático. O que ficou conhecido como Abril Vermelho foi uma denominação do campo mediático. Nas palavras do coordenador Alexandre Conceição, o termo foi captado de:

[...] uma palestra que João Pedro Stédile estava dando em São Paulo para os movimento sociais, CUT, MST, PT, Contag, ou seja, tinha uma série de movimentos sociais, uma análise de conjuntura e, no mês de abril quando a gente sempre fez a Jornada de Lutas, que não é Abril Vermelho é Jornada de Lutas em homenagem aos 19 mortos de Eldorado dos Carajás e no final da sua fala, João Pedro disse: “Companheiros e companheiras, vocês têm que tirar o boné vermelho que está no guarda-roupa, têm que tirar a camisa vermelha de vocês que está mofada no guarda-roupa, pegar a bandeira vermelha, **vamos fazer um abril vermelho** esse ano”. Então esse “vamos fazer um abril vermelho” no sentido de dizer “olhe, vamos massificar a luta, vamos fazer a luta” se transformou num grande Abril Vermelho do Movimento. [...] Então a mídia constrói situações que não são legítimas, não são verdadeiras e acabam sendo incorporadas pelo Movimento. Agora para nós tanto faz ser Abril Vermelho como não ser Abril Vermelho, eles batizaram como Abril Vermelho, que seja né. (CONCEIÇÃO, 2005 - Grifos nossos).

Na sua atividade de “traduzir” os discursos de outros campos para o público, o campo jornalístico busca elementos no universo cultural do receptor. A fala de Stedile é uma metáfora – “vamos fazer um abril vermelho” que a mídia destaca e a usa para definir os acontecimentos. Diante do que já foi publicizado, a estratégia do MST é não entrar em choque e “capitalizar” a partir da enunciação mediática. A caracterização de “Abril Vermelho” por parte da mídia parece ter contribuído para o acúmulo do capital simbólico do MST porque provocou a reapropriação, por parte do Movimento, da “nomeação” do acontecimento. A estratégia é fazer a leitura do discurso mediático para as funções de agitação e animação que o Movimento necessita para mobilizar os militantes e possíveis novos integrantes.

O Abril Vermelho, a burguesia deu um show para nós. Se eles soubessem o tanto que eles ajudaram! Não tinha nada previsto, nós íamos fazer uma ocupação normal, aí quando a burguesia começa: vai sair Abril Vermelho, Abril Vermelho, aqui em Pernambuco cada regional³¹ fez uma ocupação porque era uma obrigação

³¹ Regional é a estrutura organizativa do MST. Para uma melhor atuação em todo o estado, o MST se estrutura em regionais, grupos menores que atuam nas diversas regiões do estado.

fazer, a imprensa cumpriu o papel dela de motivar o povo a ocupar. Então assim, foi o ano que nós mais fizemos ocupação porque o povo estava motivado. [...] O Movimento cresceu, fez um monte de ocupações, fez mais do que tinha como objetivo fazer e obrigou o governo a negociar, porque o governo não pode ver a sociedade se mobilizando sem negociar. Então exatamente aconteceu o contrário do que a burguesia queria (AMORIM, 2005 – Grifos nossos).

Ao mesmo tempo em que o MST pauta a agenda mediática, também sofre os efeitos de sentido na sua agenda. O agendamento é um espaço de conflito. No jogo discursivo em torno do “Abril Vermelho”, a mídia define os acontecimentos com uma expressão recortada de uma fala do dirigente, e o Movimento se reapropria da definição para investir em novas ações de produção de sentido. Consideramos estratégicas as ações de **apropriação** e **reapropriação** que os agentes fazem um do discurso do outro. Se o MST não é quem dá a palavra final da notícia – o texto, a manchete, o enquadramento – já que o campo mediático se caracteriza pela autonomia e regras que lhe são próprias no seu fazer, aquele age estrategicamente de modo a “ganhar” o sentido dado, buscando capitalizar força a partir da notícia, tentando virar o jogo para criar condições de disputar a produção do sentido.

Estamos falando, portanto, de um momento após a produção da notícia: do de sua publicação, em que os efeitos de sentido já “ecoaram”. É neste momento que o MST – que “nada pode fazer” em relação ao texto já publicado (nos termos de sua produção) – investe sua ação na **apropriação** ou **reapropriação** dos efeitos de sentido deste, gerando outros através da “oferta” de novos acontecimentos para a cobertura jornalística, num ciclo infinito de tentativas de construção de sentido.

Esta relação com a mídia é tensa, dinâmica e instável, por isso nunca definitiva nem previsível. O fato de estar na mídia não garante a manutenção desta posição e, muito menos, a definição do sentido. Trata-se de uma situação de correlação de forças. O que hoje foi determinante para a produção, amanhã já pode não ter nenhuma interferência, portanto, o MST se encontra em constante tensão na disputa pelos *modos de dizer* da mídia.

O MST participa da disputa em torno dos efeitos de sentido, especialmente na interpretabilidade que canaliza para os militantes. A propósito do boné do MST que foi entregue ao Presidente Lula e este prontamente vestiu, o dirigente assinala:

A simbologia é muito importante na luta política. Por exemplo, quando um presidente bota o boné do Movimento Sem Terra ele está ali naquele momento dizendo: “Eu também estou com os sem-terra”, simbolicamente ele quis dizer isso. E por isso a revolta da mídia, a revolta dos grandes empresários da agricultura brasileira, da sociedade atrasada arcaica brasileira, porque não aceita que o Movimento seja aceito por um Presidente da República, não assimila isso. (CONCEIÇÃO, 2005).

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 155 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

A imagem do Presidente com o boné do Movimento foi considerada tão simbólica que o MST produziu um cartaz e distribuiu para os acampamentos e assentamentos do Brasil com a frase dita por Lula em campanha eleitoral: “Se um dia eu for Presidente da República do Brasil e puder fazer apenas uma coisa, podem ter a certeza que essa única coisa será a Reforma agrária”. Esta foi uma tática pedagógica de articular forças para cobrar o compromisso ao Presidente, como explica Jaime Amorim:

Todos os acampados têm, todo mundo tem [o cartaz] com o compromisso de Lula: “vou fazer a reforma agrária”. Melhor do que aquela foto não precisava, o povo não lê matéria de intelectual, quem é que está dando bola para Joelmir Betting? Para esse povo todo aí, para o Boechat, quem é que vai ler? Ele fala lá na imprensa, o pessoal está: “Lula está a favor da reforma agrária” (AMORIM, 2005).

De olho neste campo estratégico que é o da mídia, o MST demonstra ser um agente em permanente vigilância do campo mediático e de seus investimentos de sentido:

A mídia também, com essa jogada toda, também é uma faca de dois gumes para ela. Quando ela diz: o MST aprontou, ocupou navio, ocupou terra, ocupou o Palácio do Governo, isso também dá um encorajamento naquelas pessoas que não acreditam que não é possível fazer isso. Quando ela tenta denegrir a nossa imagem para os formadores de opinião, as classes mais desfavorecidas, aqueles que não acreditam mais em nada começam a acreditar que a partir de uma mobilização, a partir de um ajuntamento de força política é possível você fazer um enfrentamento a uma política de exploração. (CONCEIÇÃO, 2005).

A mobilização social, na visão do MST, ganha reforço com a mediatização. Mas não só isso, também capital simbólico, pois através da visibilidade, especialmente na televisão, o MST constrói uma imagem que lhe confere uma dimensão social significativa. Como não recorrer ao “banco de imagens” quando lemos, abaixo, a descrição da marcha?

Nós marchamos por 17 dias senão me falha a memória com 12 mil marchantes. A marcha vista de cima é uma coisa impressionante, 12 mil pessoas em fileiras, tinha seis quilômetros senão me engano, por onde ela passava, ela causava impactos. A maior parte das cidades por onde nós passamos, com exceção de Goiânia, de onde nós partimos e de Anápolis, eram menores que a própria marcha. Então é um impacto muito grande, porém o impacto nessas pequenas cidades entre Goiânia e Brasília não mudaria a correlação de forças na luta pela reforma agrária, quer dizer, a cobertura da mídia sobre a marcha geraria o impacto que nós precisaríamos no nível nacional (STEDILE, M., 2006).

Especificamente em relação à televisão, o MST consegue se impor como fonte pela força da imagem que consegue produzir. Mesmo estando fora do sistema político formal, para usar o termo de Cobb e Elder (1971), o MST constrói o próprio percurso para se fazer visto e ouvido não somente pelo campo político, com quem disputa a construção da agenda, mas também pelo campo mediático. A marcha se constitui uma estratégia de expansão da reforma agrária como a questão a ser considerada pela agenda política.

As ações de protesto do MST, como ocupações, atentados a prédios públicos, saques, entre outros tipos de manifestação pública, que rompem a normalidade do funcionamento do

sistema político são estratégicas tanto para este como para o campo mediático para o MST se impor como fonte. São acontecimentos anti-rotina, como assinalam Molotch e Lester (1999). Deste modo, estamos falando de uma entrada do MST no campo jornalístico via um percurso “tortuoso”, porém que o impôs como fonte “diruptiva”. Pela sua persistência, credibilidade e organização social de massa, podemos considerar que o MST demonstrou representatividade suficiente para se impor como uma fonte referência do tema reforma agrária. Construiu uma presença representativa que lhe confere a credibilidade para falar em torno de certos assuntos que envolvem a reforma agrária e, inclusive, matérias políticas. Por isso, consideramos que as teorias clássicas de fontes que discutimos no cap. 5 não dão conta da complexidade da fonte MST.

Naquelas classificações, a fonte é reconhecidamente enquanto tal porque já detém, em sua essência, autoridade e/ou credibilidade para falar ou interpretar uma questão, conseqüentemente não precisa “romper” com a normalidade do sistema mediático. Estas teorias são baseadas numa perspectiva estrutural, ou seja, o que dá às fontes o reconhecimento para tal geralmente é a sua posição de *status* na hierarquia social, tais como, presidente, cientista, empresário, governos, empresas, sindicatos, igreja etc.

Esta perspectiva estrutural, no entanto, não pode ser entendida como um acesso direto das fontes oficiais ao campo mediático, pois, para isto estas têm que desenvolver estratégias para disputar a produção de sentido. Apesar das fontes consideradas oficiais terem maior coincidência de necessidades de acontecimentos com as do campo jornalístico, isto não significa que não precisem “agir” junto ao campo para intervir no agendamento mediático. Além disso, as fontes oficiais podem não conseguir incluir seus enquadramentos, mas, nem por isso, deixam de ser fontes, muito menos, “oficiais”.

Adotamos uma visada conjuntural para compreendermos esta presença marcante do MST na mídia brasileira. Poderemos chamar de fonte “diruptiva”, pelas suas ações de protesto anti-rotina, que se caracterizam não como momentâneas, mas como “persistentes”, duradouras e até renitentes, que criam um acúmulo de capital simbólico pela sua representatividade. De “fonte diruptiva”, primeira condição para se impor como fonte, porque credível dos atos que anuncia, o MST vai “crescendo” para uma “fonte representativa” da questão que apresenta, que propõe. A sua construção como “fonte representativa” se demonstra quando surge do próprio campo jornalístico a necessidade de acontecimento. Quem ouvir numa pauta a respeito do balanço do processo da reforma agrária ao final do ano? A necessidade de acontecimento do próprio campo abrange uma possibilidade infinita de fontes a serem

ouvidas, uma vez que a pauta se originou dentro do próprio campo mediático. Quando o campo jornalístico busca o MST, pressupõe que este ocupa um lugar de representatividade, que adquiriu um lugar de fala cujo espaço pode variar conforme um conjunto de elementos.

É sintomático esse lugar de fala de fonte representativa nas notícias de final de ano: “Governo petista precisa “criar vergonha na cara”, diz Stedile” (Folha de São Paulo, 07/01/08); “Para MST, 2007 foi pior ano da década” (Diário de Cuiabá, 07/01/08). O enquadramento da matéria dá abertura para o ponto de vista do MST. É tão sintomático que o site do MST publicou a mesma matéria da Folha de São Paulo com pequenas alterações: “Governo Lula precisa “criar vergonha na cara”, afirma Stedile” (Site do MST).

De alguma forma, o status de protagonista de acontecimentos jornalísticos garante o interesse por parte do campo mediático. A agenda de ações entrou no calendário jornalístico, e a cada período há uma demanda dos próprios jornalistas, o que sugere uma conquista de espaço de fonte promotora de atos de protesto e também de fonte representativa:

A mídia, digamos assim, em termos de calendário, a partir de janeiro, ela já começa a buscar o Movimento, tentando assim: previsão para o ano que começa, o período de ocupações e um pouco, tentar no chute, quando é que vai ser o período de ocupações. Como janeiro e fevereiro é um período meio morto, carnaval, a partir de março então começa o aquecimento, entre aspas, das matérias no sentido de anunciar o Abril Vermelho³². Então segue sempre o mesmo padrão: líder do MST anuncia onda de ocupações. E aí vão só alterando os nomes: Jaime Amorim em Pernambuco, João Pedro não sei onde, sempre anunciando (STEDILE, M., 2006).

A fonte, na nossa perspectiva, é um lugar no campo mediático que **se conquista e se constrói**. Fonte não se constitui somente por uma posição social, como privilegia a perspectiva estrutural, mas também pelo modo de interação; resulta da posição do sujeito, numa perspectiva conjuntural. Deste ponto de vista, a sua manutenção depende fundamentalmente da posição de sujeito que alimenta o seu status de representatividade, em ação permanente para não cair no esquecimento. Por não ocupar um lugar “a priori” na hierarquia social que lhe daria uma vantagem para ser fonte, a sua atuação, enquanto fonte disruptiva é uma condição para sua conquista enquanto tal.

Em outras palavras, por não deter nenhuma vantagem prévia na estrutura social para ter acesso ao campo jornalístico, o MST precisa construir as condições para disputar esse lugar, por isso dizemos que “fonte” é um lugar que se conquista. O seu trunfo é a construção da credibilidade perante os jornalistas em torno das ações de protesto que realiza e que são, para o campo mediático, formas que constroem um lugar representativo. Evidentemente, esse

³² Abril é o mês de intensa mobilização do MST no Brasil, período denominado pelo Movimento de “Jornada de Lutas”.

lugar representativo depende de um conjunto de fatores sociais e políticos, tais como um ambiente social favorável, o tempo que a questão tenha ficado sem solução, a relação do agente com o governo, a concorrência com outros assuntos da agenda política e pública, enfim, de uma conjuntura que possibilita a conquista da fonte em torno de um lugar.

Essa nossa perspectiva não se choca com a perspectiva estrutural clássica de estudo das fontes, pelo contrário, admite, justamente, que por não ser “oficial”, o MST trilhou um caminho diferente para conquistar um espaço de disputar a agenda mediática e de interferir na construção do problema público “reforma agrária”. Ao se construir como uma fonte reconhecida para falar sobre a questão, passamos a vislumbrar outro modo de estudo das fontes jornalísticas, que é de uma perspectiva conjuntural. Esta perspectiva está em diálogo com a estrutural, uma vez que o reconhecimento e a autoridade que constituem o “ser fonte” precisam ser demonstrados e consolidados justamente porque o MST não é “fonte oficial”, diferentemente das fontes oficiais que, em princípio, detém reconhecimento e credibilidade, ou seja, uma posição privilegiada de reconhecimento e credibilidade “a priori”.

O depoimento de Jaime Amorim demonstra que no início de sua organização em Pernambuco, quando o MST ainda não conquistara status de interlocutor credível com o campo político, teve que disputar com os “representantes oficiais” o seu lugar de interlocutor: “Nós tivemos um momento muito difícil para negociar com o governo ou com o próprio Incra até 1994, o Incra exigia que tivesse alguém representando a Contag ou alguém da Igreja porque nós não éramos reconhecidos” (2005). Como é o campo político que impõe a concepção da política que o campo jornalístico tende a seguir, ao ser reconhecido pelo governo, o MST conquista também um lugar de fala no campo mediático. Por isso, dizemos que nosso olhar é conjuntural, do que dependem outros fatores que interferem na captura do real pelos profissionais do campo jornalístico.

Dentre estes outros fatores, a relação que o MST conseguiu construir com o governo, em que se impôs como interlocutor político, confere legitimidade para falar sobre a reforma agrária. Isto não significa que haja ganhos reais de solução da questão ou mesmo simbólicos em termos de definição do problema público, no entanto, consegue manter seu lugar de fala de interlocutor político com o governo e, aos olhos do campo mediático, de fonte representativa. Ao provocar o governo com as ações de protesto anti-rotina, dentre outras estratégias para pressionar ou irritar o governo, esta fonte também renova ou atualiza sua credibilidade diante do campo mediático. Como o governo é o principal agente que tende a atrair a atenção dos jornalistas, o que acontece com aquele tende a ser incluído pelo campo

mediático. Nesta ótica conjuntural, o percurso que chamamos de “tortuoso” do agente para se impor como fonte, está relacionado com um conjunto de fatores que extrapolam uma compreensão estrutural da posição na hierarquia social. O fato de o MST promover eventos disruptivos lhe confere uma credibilidade para se inserir como fonte em notícias de ameaças de ocupação e outros atos tanto pelo valor-notícia como pela necessidade de o próprio campo se preparar para a imprevisibilidade. O MST não poderia ser vislumbrado como fonte numa classificação estrutural porque, como vemos, a interação é conjuntural.

Como o governo tende a dominar o campo de atenção dos jornalistas, o MST procura fazer o diálogo com este para abrir espaço na mídia para debater a reforma agrária, como assinala Alexandre Conceição:

Quando nos reunimos ontem com o governador do Estado, nós não queríamos negociar grandes coisas com o governo do estado, mas queríamos fazer um debate, e utilizando a mídia para fazer um grande debate de que é necessário fazer a reforma agrária no estado de Pernambuco (CONCEIÇÃO, 2005).

De olho no funcionamento do campo jornalístico, o MST procura produzir eventos que coincidam com as necessidades de acontecimentos da mídia. Nem sempre o conflito, portanto, fica restrito a um enquadramento legalista. Alexandre Conceição conta que o MST fez uma ocupação no município de Manari, em Pernambuco, para denunciar os piores índices de desenvolvimento humano do país e “para mostrar para o Brasil que a alternativa daquele município pobre não é o Fome Zero, não é a concentração de terra, é a reforma agrária” (CONCEIÇÃO, 2005) e que por isso convidou a imprensa para essa ocupação:

Quando o Movimento vai para dentro que faz a ocupação com 2.600 famílias isso se torna público para todo o mundo, isso se torna público para o governo do estado, que é vergonhoso para o governo do estado ter esses dados. Então isso, o Movimento faz com que esse debate se levante. [...] Foi bastante noticiado. Nós conseguimos, inclusive, com a mobilização das 2.600 famílias noticiamos em nível internacional, no relator da ONU, no relator especial para alimentação, relator especial para moradia. Então Manari é agora uma cidade conhecida no mundo a partir de uma ação do Movimento Sem Terra, não só pela fome e pela miséria, mas numa ação que a gente está apontando uma solução, uma saída para aquela cidade (CONCEIÇÃO, 2005).

A promoção de eventos anti-rotina que implicam conflitos e ações de impacto, e que imprime a marca de fonte “disruptiva” do MST é condição para se impor como fonte representativa. Este é o caminho “tortuoso” de que falamos. A representatividade dessa fonte advém da construção de um vínculo orgânico de movimento de massa: aos olhos do campo jornalístico, a força de sua mobilização social é incontestável, não se podem voltar as costas. O fato de se ter construído como uma voz de contestação política demonstra que o MST entrou para o imaginário dos jornalistas como uma fonte de contestação ou de confrontação. Voltando um pouco ao assunto da nomeação de “Abril Vermelho”, vemos que foi uma

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 160 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

atribuição da mídia às ações do MST, mas, originalmente tratava-se de uma articulação de diversos movimentos sociais, como esclarece Ivori de Moraes:

Ele [João Pedro Stedile] se referiu que seria um abril vermelho no sentido de seriam várias categorias que estariam vermelhando o Brasil no sentido que seria no campo, na cidade, no setor público, nos operários. E aí essa expressão eles reduzem novamente ao MST no sentido de que nós falávamos antes, de que esse aí que tem a fama já de fazer luta então vamos rotular neles mais essa marca (MORAIS, 2005a).

O imaginário dos jornalistas de movimento social remete, portanto, ao MST. Movimento social, afirma Miguel Stedile “para jornalista é tudo igual, movimento social é tudo MST” (2006). De alguma forma, o modo de atuação do MST imprimiu tanta força ao campo mediático que, em determinadas ocasiões, chega a ultrapassar o lugar de fala das fontes oficiais. Miguel Stedile conta que “na cabeça dos jornalistas, o Dia do Trabalhador Rural que é uma data em julho da Contag, da Fetraf, eles estão esperando o Movimento [MST] fazer alguma coisa” (2006). Ivori de Moraes comenta: “É pena que muitas vezes aparece muito o MST, e outras organizações menos, [...] têm períodos na conjuntura que fica muito pesado para nós pelo fato de que parece que o MST representa as outras organizações, o que não é verdade” (MORAIS, 2005a).

A conquista do lugar de fonte representativa na disputa pelo agendamento mediático em torno da reforma agrária é, como dissemos, uma confluência de vários fatores olhando de uma perspectiva conjuntural. Isto porque a cultura noticiosa acerca de qualquer tema não depende apenas de fatores internos à redação, mas também de fatores externos. O jornalista Carlos Wagner, propõe uma visada histórica que aponta para uma conjuntura política favorável para a cobertura jornalística do MST quando do seu surgimento. A fundação do MST e sua “descoberta” pela mídia criou certa expectativa no meio jornalístico, porque sinalizava a construção de uma agenda comum. Na avaliação do jornalista, o movimento representava para a sociedade de então (década de 80), uma força contra a ditadura militar:

A sociedade via no MST uma válvula de escape, ou seja, a sociedade, não podemos esquecer que na época o Brasil ainda vivia a ditadura militar, era uma sociedade fechada, desorganizada. [...] Via ali uma cunha para lutar contra a ditadura militar e a mídia foi junto. Por que a mídia foi junto? Porque tu não tinhas uma sociedade funcionando [...]. O MST era uma aposta da esquerda, principalmente da esquerda, caso tivesse que ir pro pau com os militares. Se nós tivéssemos que ir pro pau com os militares, pra valer, num movimento de massa, o MST seria um meio, né, tinha instrução e tinha quadro treinado para isso aí (WAGNER, 2006).

Podemos dizer que nesta perspectiva apontada pelo jornalista, o MST surgia como um movimento de consenso e, como assinala García (2003), os movimentos de consenso obtêm maior acesso informativo do que os movimentos de confrontação. Como a redemocratização

política era a agenda do momento, e o MST ganhava expressão, o jornalista explica que havia uma abertura da mídia em relação a ele. Evidentemente que o surgimento do Movimento e sua estruturação se deram à custa de repressão policial pelo trabalho de organização social e ações de protesto, mas havia um “desejo coletivo” de que a reforma agrária se realizasse, uma demanda reprimida, daí Carlos Wagner sinalizar para uma conjuntura favorável da mídia em relação ao MST.

De acordo com o jornalista, quando esta conjuntura se modifica em fins dos anos 80 e início dos 90, com a redemocratização do país, muda também a relação da mídia com o MST, como assinala:

Mas aí, o que é que acontece? A sociedade começa a se organizar, as coisas começam a andar, entra o Collor, o Collor é democraticamente apeado do poder, e a sociedade começa a se democratizar e a caminhar. E o que é que acontece com o MST? O MST foi uma estrutura militar montada. O MST não mudou. Então isso aí foi o quê? Foi tirando a simpatia do MST, foi perdendo a simpatia popular e o movimento foi se criminalizando. [...] Se os tribunais funcionam, se tudo funciona e esses caras estão fazendo ilegalidades aos olhos de uma sociedade organizada, então qual é o problema? Qual é o problema? Nós não queremos isso. Queremos que os caras tenham terra. É uma luta justa! Agora não é uma luta justa métodos de guerrilha, não é! (WAGNER, 2006).

A partir de então, a conjuntura se modifica, inicia um período do que Evelina Dagnino chamou de “confluência perversa” de dois projetos políticos antagônicos: o democratizante e o neoliberal. Como discutimos no cap. 4, este último provocou os deslocamentos de sentidos das noções de participação, cidadania e sociedade civil, criando outros significados para estes termos. Concomitante à relação de “abertura”, também se desenvolve uma outra de “fechamento”, que entra em conflito com a posição do MST e com o sentido de “participação”. Carlos Wagner aponta para a perspectiva do voto como a forma para resolver a reforma agrária:

A luta pela terra, pela distribuição de renda é justa, sempre foi justa. Mas nós temos que decidir como é que nós vamos fazer isso aí. E a sociedade brasileira já decidiu como vai fazer isso aí, vai ser votando. Tu gostas? Não gostas? Então pega em arma, mas deixa claro isso aí, entendeu? Então a mídia reflete isso tudo. A mídia não, a gente não fabrica as coisas, as coisas acontecem (WAGNER, 2006).

O depoimento acima reflete a lógica do agente do campo jornalístico na crença da objetividade de que “não fabrica as coisas”, estas “acontecem”. Nesta ótica, o repórter captaria os acontecimentos que ocorrem independentemente de sua presença, a despeito da sua atividade agir “em nome” de uma “sociedade brasileira”. Por esse viés, o agente do campo jornalístico acredita que a linguagem é transparente.

A relação que a mídia desenvolveu com o MST na década de 80, conforme indicada por Carlos Wagner, e que depois houve uma mudança, também foi notada pelo movimento social. Ivori de Moraes, dirigente do MST-RS, conta como percebia essa relação:

Por exemplo: pega um jornalista Carlos Wagner, um jornalista da Zero Hora, ele cumpre um papel no início do MST de fazer matéria sobre quem eram esses sem-terra, e as histórias inclusive têm partes até em livros, artigos que ele publicou que mostravam quem era esse povo que estava aí lutando por terra. Então a imprensa tinha um comportamento que era um pouco vistos assim como um movimento dos despossuídos, de certa forma os coitadinhos. À medida que o MST passa a participar de ações de enfrentamento maior com o latifúndio que é o caso de Santa Elmira, que é um marco aqui na história do Rio Grande do Sul, que passa a resistir nas ocupações de terra, a resistência das pessoas a não sair da terra, e depois com o fato do chamado conflito da Praça da Matriz. Acho que esses: Santa Elmira e Praça da Matriz são dois marcos onde a imprensa foi condicionada a passar de fato a versão policial, a versão da ordem. E não mais tratar os sem-terra como os despossuídos, aqueles que estavam lutando por um pedaço de terra, mas tratar como um grupo radical, como um grupo que promove baderna que vem para a cidade com foices e enxada, facão. À medida que se acirra a luta pela terra o comportamento da mídia também passa a tratar o MST diferente (MORAIS, 2005a).

São dois paradigmas distintos de cultura política, como vimos, o MST se baseia em valores de participação popular para a construção de políticas públicas, perspectiva diferente do enquadramento predominante no campo jornalístico. Ivori de Moraes comenta que a criação de uma estrutura orgânica de formação de militantes juntamente com um posicionamento político de resistência e reivindicação da reforma agrária afetaram a relação da mídia com o MST.

À medida que o MST entra aí num período depois do Collor para cá, Itamar, Fernando Henrique, que o MST se constitui como um movimento que tem setor de formação, que cria escola em 1991 (o Iterra), se preocupa com a formação das pessoas, com a educação, com a produção, enfim, aí o próprio Carlos Wagner, por exemplo, também começa a mudar. Inclusive tem matéria dele dizendo que o MST é uma organização política, que existem facções dentro do MST, que tem uma ala mais radical que quer a revolução, tem outra ala que quer mais terra e que quer métodos pacíficos. Então os próprios jornalistas que cobrem o MST começam a entrar nessa temática do MST como uma organização política e com isso vão desfocando, tirando o foco do MST e a reforma agrária (MORAIS, 2005a).

É importante ressaltar que convivem variados tipos de relações do campo jornalístico o MST. Este olhar histórico mostra que diante de novos fenômenos, a mídia procede a um trabalho de “apresentação” para dar a conhecer o novo movimento social, uma vez que faz parte de sua dimensão simbólica indicar a existência e o funcionamento dos outros campos. Trata-se de incluir os fenômenos – ainda não mediatizados, portando, desconhecidos e até “inexistentes” até então – e “digeri-los” para o receptor, didatizando os modos de leitura em torno daqueles. O coordenador Jaime Amorim aponta para a relação que surgiu com a mídia em Pernambuco e toda a curiosidade que havia em torno do MST:

Depois de 1994 [...] o Movimento se projeta, constrói uma identidade própria e naquele momento surge toda uma curiosidade da imprensa: o que é, como é, quem são os seus líderes; foram feitos inclusive vários especiais aí para tentar identificar o que era o Movimento, da onde vem, identificando também as lideranças (AMORIM, 2005).

Após esta fase de “apresentação”, houve o que já comentamos no capítulo 3, uma fase de “simpatia” da mídia com o MST à época do Massacre de Eldorado dos Carajás e, na conjuntura atual, podemos caracterizar uma fase de “tensão” em torno da disputa pela construção das representações e enquadramentos. O MST se apresenta com princípios e objetivos próprios, tendo um posicionamento político independente e autônomo. Seguir o próprio percurso político modificou a relação com o campo jornalístico que diminuiu seu espaço de “chancela” ao Movimento.

Como discutimos no cap. 5, o campo jornalístico sofre a pressão da organização estrutural das empresas jornalísticas e do posicionamento político dos seus proprietários, fatores extra-redação que se tornam condicionantes do fazer jornalístico. Não podemos desconsiderar que é uma variável importante para sinalizar algo sobre a relação que a mídia constrói com o MST. O jornalista João Valadares observa:

Não digo intolerância com os movimentos sociais, mas é uma marcação serrada com os movimentos sociais, na minha opinião, a mídia brasileira é uma marcação serrada e quando se coloca uma ação do movimento, a adjetivação do movimento é farta e se ocorrer uma reação dos proprietários de terra, a adjetivação não vem tanto, é uma coisa mais seca. (VALADARES, 2006).

O fato de o MST se impor como fonte disruptiva e, conseqüentemente, como representativa, significa que esses são marcos de referência numa graduação entre eles. A segunda é condição para a primeira que, como vimos, só ocorre com um acúmulo de visibilidade mediática para conquistar esse lugar de fala. A seguir, discutiremos algumas estratégias do MST para lidar com os jornalistas e para disputar o agendamento mediático.

6.2 O Jogo de Táticas e Estratégias na Interação entre Integrantes do MST e Repórteres

Como vimos, para operacionalizar a atividade de produzir notícias, o campo jornalístico produz a pauta, que é uma idéia pré-concebida do seja a matéria. É na relação direta com os repórteres que vão campo, que os integrantes do MST procuram fazer um trabalho de “militância” junto aos profissionais. Estes normalmente coletam mais informações

do que as que serão aproveitadas na elaboração das matérias.³³ O contato com a realidade faz com que adquiram certos conhecimentos e que recebam materiais da organização, tais como jornais e informativos, mas que não cabem nas estruturas editoriais. O comentário de um integrante do MST aponta para a existência de uma distância entre *o que é a notícia* e o que *gostaria que fosse a notícia*, expressada pelo repórter, como aponta Alexandre Conceição, dirigente do MST-PE.

Têm muitos profissionais da grande mídia que dizem “poxa, teu programa é legal, tudo é legal, mas eu não posso botar porque eu não sou o dono da mídia. Eu queria escrever assim de vocês, mas eu não posso porque quando chegar lá, a redação vai cortar e vai botar como eles querem”. Então a gente tem claro que têm grandes profissionais importantes na mídia brasileira que ajudam nesse processo, mas que também são castrados do seu trabalho por conta de que não têm o poder de mando na mídia (CONCEIÇÃO, 2005).

A produção da notícia envolve um sistema complexo de rotinas produtivas e toda uma cultura profissional que condicionam a elaboração das matérias, que “não dependem tanto do repórter”, como afirma o jornalista João Valadares no depoimento abaixo. O repórter, no entanto, parece ser o agente do campo jornalístico mais suscetível de adquirir uma percepção mais próxima das fontes, na medida que estão mais em contato com as mesmas quando se deslocam para o local do evento. O jornalista João Valadares comenta o espaço do repórter na produção da notícia:

Eu tenho uma avaliação que infelizmente, é triste dizer isso, a questão agrária, não só aqui no JC [Jornal do Comercio], mas na grande maioria dos veículos, isso não é uma autocrítica porque isso é uma coisa que **não depende tanto do repórter**, a questão agrária vai à tona, à mídia quando há o conflito. [...] O que é que ganha manchete, o que é que ganha destaque na questão agrária? É quando há o conflito. Se tiver mortes, manchete com certeza (VALADARES, 2005 – grifos nossos).

Evidentemente que cada repórter, por sua ação individual, pode encontrar brechas no sistema, já que o profissional não é de todo alheio ao modo de produção, mas isso não garante êxito, menos ainda uma regularidade de mudança de pauta. O repórter que vai a campo parece ter outras perspectivas de produção noticiosa:

Pautar por exemplos positivos, assentamentos que têm produção ou assentamentos que são favelas rurais, que o governo não dá a devida assistência; ou exemplos de crianças que estão sendo formadas, essas novas gerações, que têm uma educação que a gente pode chamar alternativa nos assentamentos. Esse tipo de pauta que eu acho muito interessante é muito difícil de você conseguir emplacar hoje na mídia (VALADARES, 2006).

Em geral, o MST consegue uma relação de respeito com os jornalistas, como assinala Ivori de Moraes:

³³ Isto certamente não ocorre somente sobre o assunto “MST”, tem sido crescente o número de blogs criados por jornalistas para darem vazão a informações que não são aproveitadas nas notícias.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 165 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

Fora esses paus mandados do grupo que já vêm com a matéria pronta e já vêm com câmera ligada, com o gravador ligado, fora esse tipo de jornalismo que tem aqui no Rio Grande do Sul, eu acho que os outros, de modo geral, os que vão a trabalho de campo que vão lá para a realidade do MST acabam tendo uma relação de respeito (MORAIS, 2005a).

Na visão do MST, os jovens jornalistas apresentam mais potencial para construir uma relação de confiança com o movimento.

[...] o cara é novo, então se aproxima, ganha certa credibilidade, não sacaneia, através disso começa a produzir matérias, entrar ao vivo, consegue informações importantes do movimento, que interessa ao veículo de comunicação estar divulgando. E depois tem os que sacaneiam e tem os que não sacaneiam, que seguem uma carreira enfim, que tem até um respeito pelo movimento. Mas eu acredito que os que mais acabam ganhando confiança são justamente esses jornalistas mais novos. Os mais velhos acho que fora os “Arbex”, esses caras que estão mais comprometidos politicamente com os projetos sociais, não só com o MST, mas com as lutas sociais, fora esses, é mais difícil (MORAIS, 2005a).

Ivori de Moraes comenta que os jornalistas mais velhos acabam se afastando do movimento social e tendem a perder o contato com a “realidade”. Ao mesmo tempo, ressalta que não há interesse das empresas jornalísticas em manter bons jornalistas especialistas no tema:

[...] acho que esse afastamento do movimento social também, o cara de repente escreve umas coisas que nem parecem, meio fantasiosas assim, acho que o leitor também não... é que esse campo movimento social, esse negócio aí é uma coisa que não, acho que não vende muito jornal, a mídia não tem o interesse em ter bons jornalistas que tentam retratar o pensamento dos movimentos, então é uma coisa meio difícil (MORAIS, 2005a).

O problema dos enquadramentos é apontado também pela falta de informação dos jornalistas:

A verdade é que boa parte dos jornalistas não entende o tema da reforma agrária, não sabem o que é o tamanho de um hectare de terra, por exemplo, o que significa uma área de 10 mil hectares. Esses jornalistas que estão hoje lá trabalhando, a grande maioria, não têm o domínio do tema, eles não têm as informações básicas. A gente diz assim essa área mede dez mil hectares. Eles não têm a dimensão do que é isso (TONIN, 2005).

A maior intensidade de acesso aos jornalistas ocorre quando há situações de conflito iminentes ou quando há uma “estória” em andamento:

Normalmente quando está num processo de luta. Por exemplo, aqui no Rio Grande do Sul está algum tempo o processo de luta da fazenda Coqueiros lá na Fazenda Guerra no município de Coqueiros do Sul. A ocupação ocorreu em fevereiro e vem acontecendo uma sequência de tensionamentos, já houve denúncias de violações aos direitos humanos, houve uma desocupação violenta, então os jornalistas que estão cobrindo esse processo de vez em quando ligam, quando a situação se ameniza, ligam para saber “e aí, o que vocês vão fazer? Tem novidades?”. Mas isso quando a situação se ameniza diante de um clima de tensão (CAMPOS, 2006).

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 166 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

A assessora do MST-RS, Christiane Campos, comenta que o MST consegue furar o bloqueio do critério “conflito” quando os eventos promovidos pelo Movimento associam nomes de artistas ou estão articulados a eventos públicos:

Pautas que não estão vinculadas ao conflito no campo dificilmente se consegue um espaço importante na mídia, a não ser quando há um evento, tipo, na área da cultura a gente costuma ter algum espaço quando consegue realizar um evento que tenha participação de algum artista famoso, e aí então se consegue de alguma forma furar estes bloqueios. Na época de fóruns de educação, de fóruns sociais se faz uma outra matéria, mas no cotidiano a gente tem dificuldade de abrir esses canais de diálogo (CAMPOS, 2006).

Sabemos que o jornalista preserva sua autonomia sobre a definição do que é notícia e busca sempre se distanciar de qualquer ponto de vista que ponha dúvida sobre a objetividade jornalística. O jornalista não permite ser manipulado pela fonte porque seu *habitus* é definir a notícia, e não a fonte, pois não há sentido fazer uma notícia somente pelo interesse da fonte. Do lado do MST, a assessoria envia sugestão de pauta de modo a atrair o interesse dos jornalistas, e a avaliação destes nem sempre coincide:

Por isso que aí conta a experiência de você achar que rende ou que não rende. Aí também você pode se enganar, mas várias vezes o MST vende uma coisa absurda, manda releases e mais releases, liga para o repórter, quando chega, é um fiasco, tem 15 pessoas num protesto. Isso é horrível, se você gastou, tem uma demanda, mas também eles não são obrigados a, enfim, eles estão vendendo o peixe deles, acredita quem quer (VALADARES, 2006).

São diversas as táticas para lidar com a mídia. Pela experiência acumulada, os dirigentes do MST sabem o risco que correm com as falas que podem ser “apropriadas” e descontextualizadas no discurso mediático. Também as entrevistas gravadas: “as entrevistas ao vivo, por exemplo, são muito importantes para nós porque pelo menos não têm corte da imprensa. Quando é aquela entrevista gravada para ser editada é um perigo para a gente porque podem editar da maneira que quiserem” (CONCEIÇÃO, 2005). A estratégia é aproveitar a entrevista ao vivo para tentar passar uma mensagem “direta”. Jaime Amorim conta que nas emissoras de rádio do interior, há mais chance desse tipo de entrevista:

Acho que vai da esperteza de todos os militantes do Movimento a nível nacional é saber, a partir do conflito, mandar a mensagem para a sociedade. Nessa semana mesmo ocorreu um caso importante, nós ocupamos uma fazenda que é a Fazenda Moreira. [...] Enquanto a imprensa entrevistava, tudo ao vivo, porque nesses conflitos é tudo ao vivo, no interior, a imprensa ia lá, cobria, ouvia o proprietário, ele estava na porteira e depois vinha lá na sede da fazenda, nós estávamos acampando, e mostrando as duas posições: ele de um lado, jogando que ia despejar, e nós do outro lado utilizando a imprensa: “não, essa área aqui se for desapropriada vai dar tanto de produção, quanto que se deixa de se produzir aqui, qual é a importância de uma desapropriação, por isso que nós não vamos sair”. Enfim, aproveitamos o momento de ser ao vivo, direto, a comunicação com a população (AMORIM, 2005).

Ainda assim, o dirigente chama a atenção que mesmo aproveitando o espaço ao vivo, tem o risco dos comentários do locutor depois da entrevista: “Principalmente nas rádios, quando tu dá entrevista pelo rádio, depois o comentarista faz cada besteira que tu fica doidinho depois sem saber como, não tem jeito né, de voltar atrás” (AMORIM, 2005).

A relação com a mídia se modifica em cada lugar. Mas há uma percepção interessante quando se trata da interação de uma mídia local ou nacional. Em nível local, há mais abertura para o Movimento principalmente nas emissoras de rádio e de televisão, pois normalmente não há muita concorrência de acontecimentos. Como Jaime Amorim apontou, o Movimento consegue espaço para entrevistas ao vivo nas rádios locais, com mais possibilidade de abrangência de enquadramento. Quando se trata de uma mídia de referência nacional, esta possibilidade diminui e o controle do jornalista sobre a fala do entrevistado tende a ser maior.

Em nível nacional eles vêm já com uma pauta preparada aí então é muito difícil tratar. Tem o pessoal do JB, do Estadão, é cara preparado, cara que já vem sabendo o que quer e como é que vai arrancar. Então aí sim, a nível nacional tu tens que ser, digamos, tu tem determinado momento que ser até antipático, para dizer: é isso, pronto, acabou, então tu não podes ficar abrindo muito a janela (AMORIM, 2005).

É a perspectiva do jogo, cada lado joga com suas táticas para conseguir realizar os seus interesses, por um lado, o repórter busca, a todo custo, realizar a pauta e, por outro, o MST disputa o enquadramento dessa pauta. Em eventos nacionais, como nas negociações com o governo, o MST procura evitar o contato direto e manter certa oficialidade através de entrevista coletiva. Jaime Amorim explica:

Sempre que tem negociações que teve atividade nacional, a gente prefere não ficar fazendo a relação direta com os jornalistas, [e sim] entrevista coletiva ou oficialidade [...]. Porque senão fica no bate-papo e tem um problema né, como daí a imprensa nacional pega as frases de efeito (AMORIM, 2005).

Falando especificamente de televisão, Jaime Amorim aponta para uma diferença de comportamento do mesmo repórter quando faz matéria para o telejornal local e quando é para o telejornal de rede nacional. A relação normalmente é de cordialidade quando a pauta é em nível estadual ou local, diferentemente de uma relação mais tensa na pauta nacional, como conta Jaime Amorim:

Vou citar um exemplo trágico, [uma repórter] é um amor de pessoa, eu gosto muito dela quando faz matéria estadual, regional. Agora quando ela faz matéria nacional é de uma arrogância, de uma arrogância absurda. Ela já chega assim mandando ver, as perguntas já feitas, sabe, não tem conversa. A gente só conversa, eu mesmo com ela, quando é matéria regional, quando é matéria nacional eu já sei, já que ela trata com oficialidade: é com oficialidade, porque aí ela vem para detonar. Porque o sentimento que parece que eles têm é que quando faz matéria nacional tem que ser matéria contra o Movimento, então já está claro isso na cabeça deles. Quando é matéria estadual parece que pode ter alguma coisa boa, pode até colocar uma visão melhor. Então quando faz para a Globo nacional, para o SBT nacional, dificilmente

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 168 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

sai uma coisa, digamos, propositiva para o lado da reforma agrária (AMORIM, 2005).

Na lida diária com os jornalistas, os integrantes do Movimento conhecem quem são as pessoas que podem chamar para as ações com probabilidade de conflito. Alexandre Conceição assinala: “Quando chama algum aparelho, algum repórter, alguma pessoa para ir, por exemplo, para uma ação de despejo é porque a gente já confiou” (2005). O momento de maior tensão, porém, é tentar controlar o repórter no local do acontecimento, mesmo diante de uma relação de confiança construída:

Estando ali dentro vai ocorrer no curso normal dentro do Movimento, dentro do que o Movimento tem estabelecido para fazer. Se for para ir para o enfrentamento, vai para o enfrentamento, não [é] ir para o enfrentamento para tirar foto para sair no jornal no outro dia; não é para fazer espetáculo para a mídia. A gente quando chama é justamente para tentar que aquela mídia dê um certo escudo com relação à Polícia Militar de Pernambuco (CONCEIÇÃO, 2005).

No entanto, sabemos que não é possível haver um controle da fonte sobre o manejo das informações pelo repórter. A relação de confiança é construída através do processo diário de contato com os repórteres e de leitura e avaliação de suas matérias para saber qual é o posicionamento do repórter em relação ao Movimento. Miguel Stedile explica que a principal função do assessor de imprensa do Movimento “é blindar a organização desses ataques”, no caso, dos enquadramentos indesejados. E explica as atividades do assessor:

Monitorando a imprensa, vendo qual é o tipo de posicionamento, que tipo de cobertura tem dado, é responder aos ataques, é buscar sistematizar dados, é procurar manter os dirigentes e militantes informados sobre qual é o comportamento que os meios de comunicação têm tido, e aí, claro, [ver] onde há possibilidade de abertura, determinadas editorias, em determinados temas etc. tentar pautar os aspectos positivos da reforma agrária, de viabilidade da reforma agrária, os resultados econômicos, sociais (STEDILE, M., 2006).

De acordo com o comportamento dos repórteres e com as leituras que fazem das notícias redigidas por aqueles, o Movimento procura definir como vai ser a relação. Se considerar que pode confiar, chamará o repórter para as ações, mas a relação de confiança se cultiva no dia-a-dia, não sendo uma conquista definitiva. Houve um caso ilustrativo da quebra de confiança que, posteriormente foi restaurada, mas até que a relação voltasse a se consolidar, houve momentos de tensão beirando o total rompimento.

Contando um caso ocorrido agora em abril de Pernambuco: com a morte do policial, o Movimento passou 15 a 20 dias na mídia direto, página do jornal, do Jornal do Commercio. O jornalista que fez toda a matéria, João Valadares, um rapaz novo, se formou recentemente, inclusive pegou a confiança dos movimentos sociais. Foi chamado num despejo, um grande despejo, histórico despejo do Prado que teve aqui recentemente que foi um despejo com muita violência. Ele foi o único jornalista que estava presente, então relatou, tirou fotografia, fez uma matéria boa para o jornal. Para nós a matéria não foi muito boa, mas para o jornal foi boa, ele vendeu inclusive, o jornal vendeu essa matéria para vários veículos de comunicação, o

jornal ganhou muito dinheiro com isso. E ele se projetou nesse processo. E nós achávamos que ele podia ser uma pessoa de confiança e, no entanto, quando veio o abril desse ano, ele se mostrou uma outra pessoa. Porque na verdade, o que ele estava querendo era fazer produto para vender para o mercado e a mídia não é isso. A mídia é relatar os fatos, a verdade dos fatos. [...] Então uma série de atividades que ele foi fazendo e que não era verdadeira, tanto é que o Ministério Público não conseguiu provar nada, a CPI está se acabando agora em agosto não provou nada (CONCEIÇÃO, 2005).

Jaime Amorim conta que a relação com o repórter João Valadares não tinha espaço para emitir sua opinião nas entrevistas que fazia durante da CPI da Terra (estadual): “Vinha para a gente com uma arrogância, “tu fez ou não fez?”, assim: “como é? Tu é bandido ou não é?”, desse jeito assim. Tu tentava conversar, argumentar, não tinha, “não vim aqui para argumentar não, eu quero saber a verdade” (AMORIM, 2005). De acordo com Alexandre Conceição, o repórter acabou tendo uma projeção profissional na questão agrária:

Ele fez vários debates por aí afora em nome da reforma agrária. Parecia o grande ideólogo da reforma agrária e as pessoas foram vendo isso e entendendo isso e tendo raiva dele. Então inclusive o próprio jornal entendia que não podia botar ele mais para fazer nenhum tipo de trabalho onde nós estivéssemos. (CONCEIÇÃO, 2005).

Neste caso, parece ter havido na negociação para voltar a relação entre o repórter e os integrantes do Movimento. Um ano depois destas entrevistas que realizamos com Jaime Amorim e Alexandre Conceição, o jornalista João Valadares aponta para a “restauração” da relação que teve sua participação:

Há momentos de tensão, eu inclusive já passei acho que eles passaram quatro meses brigados comigo, ninguém dava entrevistas porque eu fiz uma série de denúncias de irregularidades no repasse de verbas no ano passado, se não me engano. E tudo comprovado com laudo do TSE que eles, recursos que eram passados para um determinado assentamento não foram investidos, as casas não foram construídas, então eles ficaram meio de mal do Jornal do Commercio e particularmente de mim que cobria. Ficaram resistentes, não chegaram a romper de fato, parar, vamos parar de dar entrevista, mas houve um retrocesso na relação que a gente tinha construído. E eles foram ficar mais amenos quando a gente, eu mesmo dei uma matéria dizendo que a Superintendente do INCRA aqui descobriu que uma missão especial dos Estados Unidos que estava investigando as Farcs estava investigando o MST em Pernambuco porque tinha uma informação de que havia uma relação com as Farcs. Depois que a gente deu essa matéria eles acharam que foi um pedido de desculpa, mas não foi um pedido de desculpa, que a gente estava querendo ser, mas não foi, o que tiver e independente do lado, a gente dá. Aí a relação voltou ao normal e hoje está ótima, tanto que também não tenho problema nenhum com o pessoal de usina, de proprietários, nenhum dos dois lados (VALADARES, 2006).

No Rio Grande do Sul, o rompimento do MST com o Grupo RBS se mantém, como veremos em seguida. Esta decisão de não mais atender a um grupo mediático parece ter tido efeito para jornalistas de outras empresas, o que demonstra a importância da fonte MST para as rotinas produtivas. As reações são diferentes, como ressalta Miguel Stedile:

Como tem também o campo da competitividade, têm jornalistas que acham que porque o MST não fala com o RBS, então eles passam a ter exclusividade, eles

passam a ter uma relação promíscua entre aspas, mais íntima que o MST não quer ter com nenhum jornalista. E aí é claro, tem jornalistas que respeitam a decisão do Movimento, que entendem. [...] Tem jornalista, que eu não vou citar o nome, mas que às vezes liga para a gente e diz: “olha, desculpa, aquela matéria está com meu nome, não foi assim que eu escrevi, foi o editor que fez assim”. [...] E acho inclusive quando a pessoa se dá ao trabalho de ligar para você para pedir desculpa por alguma matéria já é uma espécie de respeito, ou pelo menos um pouco de ética (STEDILE, 2006).

Alguns líderes acabam sendo mais procurados e visibilizados pela mídia que, por sua vez, tende a priorizar os mesmos com os quais lida, encerrando assim, um círculo vicioso de visibilizar um representante. Ao estudar a cobertura jornalística do movimento feminista nos Estados Unidos, Gay Tuchman aponta para uma modificação do próprio movimento ao ter que apresentar uma líder para falar em nome do grupo: “publicar as percepções de uma líder quase legitimada socava o intento das radicais de se manterem sem líderes” (Tuchman, 1983, p. 155). Com isso, a mídia acaba por interferir na estrutura do próprio movimento social. Sabemos que há alguns líderes mais “famosos”, tais como João Pedro Stédile, porque também é uma estratégia do Movimento, como assinala Ivori de Moraes: “Há casos, quem está na secretaria nacional, o próprio João Pedro, que acaba de fato se expondo mais, mas eles não falam em cima das ações do movimento, falam questões gerais, políticas” (2005a).

Entre as estratégias para lidar com a mídia, estão aquelas de defesa com as quais o Movimento atua para enfrentar o modo de produção de notícias da mídia. Assim, o MST adotou o esquema de rodízio entre dirigentes e lideranças para falar com os jornalistas. Em geral, cada ação, como ocupação e outros atos de protesto, possui uma ou mais lideranças responsáveis. Por ser um movimento de massa, há sempre novas pessoas para atender a imprensa, e a direção coletiva permite que adote essa tática: “Nós não temos presidente, como é que isso se manifesta na comunicação, na imprensa? Nós também não temos um único porta-voz, nós temos rotatividade, então você não personaliza a relação com o jornalista” (STEDILE, M., 2006).

Não é sempre o Miguel, você não vai ligar para a casa do Miguel tal hora pedindo uma declaração do MST. Se você fizer isso, o Miguel vai dizer: “olha, não sou eu que estou falando sobre isso, é outra pessoa”. Nesse sentido, para nós, o assessor de imprensa tem muito mais a função de proteger a organização do que divulgá-la, que seria o trabalho do assessor de imprensa numa empresa, numa outra organização. Partimos dessa lógica, para chegar num dirigente que fala, necessariamente, esperamos que o jornalista passe primeiro pelo assessor de imprensa, que filtre, que saiba quem é o sujeito, a empresa, [...] que indique para o dirigente, o responsável por isso (Stédile, 2006).

Desse modo, o MST desenvolve uma estratégia que ao mesmo tempo em que visa combater o personalismo, preparar mais militantes para se relacionar com a mídia e criar um

mecanismo de segurança para os próprios militantes, evitando demasiada exposição de alguns, uma vez que as declarações podem ser causa de incriminação.

Cada ação de protesto tem seus coordenadores. São estes que atendem a imprensa, por isso, não necessariamente são as mesmas pessoas que falam em nome do Movimento. A estratégia do rodízio entre as pessoas que lidam com a mídia tem o objetivo de combater a personificação e de proteger os militantes contra eventuais processos na justiça. Ivori de Moraes assinala que, no Rio Grande do Sul, a declaração na mídia às vezes tem resultado em processo, que dá entrevista “acaba sendo responsabilizado pelas ações que estão acontecendo” (2005a).

No entanto, a necessidade operacional do campo jornalístico acaba impondo outra dinâmica ao esquema de atendimento do MST. Como nem sempre os jornalistas vão a campo, telefonam para os seus contatos para apurar as informações. Isso resulta numa maior exposição de alguns nomes que atendem mais aos jornalistas, como atesta o integrante: “os telefones de alguns dirigentes são muito visados pelos jornalistas. Eu não sou uma das pessoas que normalmente falam em situação de conflito, mas tem umas três, quatro pessoas aqui que são bastante visadas” (MORAIS, 2005a). Alexandre Conceição explica:

O contato geralmente é muito direto. Os telefones de Jaime, o meu, temos aí umas cinco, seis pessoas do Movimento que a imprensa já tem contato direto, já liga diretamente. Nós temos o cuidado para também não fazer nenhuma fala nem tomar nenhuma medida [...] a gente sempre se consulta um ao outro para ver o que a imprensa está querendo para poder dar declaração, quem vai dar declaração. (CONCEIÇÃO, 2005).

Como toda organização social (empresarial ou institucional), o MST procura acompanhar os profissionais e atender às necessidades de informações, evidentemente tentando conduzir o enquadramento para seu interesse. Nas ações que o Movimento realiza, é preparada a pauta e distribuída entre os integrantes com informações gerais do Movimento, tais como, as reivindicações, o tempo que estão acampados no local, o número de pessoas que fazem parte da mobilização, tudo isso para que os integrantes estejam de posse das informações e “facilitar até o próprio trabalho dos jornalistas e passar a maior quantidade de informação que nos interessa estar passando e dessa forma acompanhar também, acompanhamento dos jornalistas nesse sentido (MORAIS, 2005a).

Lembramos aqui da metáfora da dança, de que falamos no cap. 5, que sugere a existência de sutilezas que escondem os interesses, as estratégias e as táticas de cada parte, por haver uma necessidade de manter uma relação amistosa, mas que, na prática, é marcada,

na maioria das vezes, por profundas diferenças. O acompanhamento se dá através de uma relação cordial com o repórter, porém, sob alerta:

Tu queres fazer uma entrevista, então vê ali com as pessoas que vão dar entrevista. Sempre com acompanhamento, nunca deixar solto no sentido de se o cara quer sacanear, então eles chamam alguém que está passando por ali, fazem aquela coisa direcionada. Daí fazem uma pergunta de uma forma que induzem a resposta da pessoa para outro lado, tipo “tu estás gostando da ocupação?” o cara vai dizer, “não, nós estamos aqui há tanto dias...” tipo assim, não se permite esse tipo de pergunta solta, sempre com acompanhamento, isso evita... e o jornalista também sente que não... ele pode sacanear depois lá na redação mas ali ele não vai ter como se aproveitar de situações (MORAIS, 2005a).

Comentamos anteriormente no cap. 3, que o MST produz seus próprios materiais de comunicação. Os programas de rádio realizados nos acampamentos e assentamentos, além de serem meios de comunicação que transmitem o discurso oficial do Movimento, são atividades que possibilitam a aproximação dos integrantes com a produção “mediatizada”. Na visão do MST, trata-se de um aprendizado que serve para “desmistificar a mídia entre os trabalhadores”. Ivori de Moraes destaca que “essa chamada visão crítica sobre as notícias passa muito por tu entender, compreender, ter na tua consciência que aquilo ali é produzido por gente, que eles escolhem o texto que vão passar” (2005a):

Muitas vezes quando você só deita o radinho ali, tem a tua televisão ali ou pega o jornal, muitas vezes tu vês muito mistificado, como uma coisa, ah o programa de rádio, o Jornal Nacional e as pessoas não, mesmo que elas saibam que é produzido, mas elas não têm a consciência daquilo, de estar ligado que aquilo ali cada coisa que é passada é uma produção, tem um interesse por trás, tem uma seleção que é feita (MORAIS, 2005a).

Como vimos, a cultura jornalística se baseia na autonomia para produzir notícias. O modelo de jornalismo perseguido hoje nas redações se fundamenta na denúncia, como apontam os jornalistas:

Quando tu tens uma sociedade funcionando, a imprensa começa também a funcionar. Hoje a imprensa marcha para o ideal, qual é o ideal? É falar mal de todo o mundo. Esse é meu ideal. [...] O papel da imprensa está definido dentro dessa nova sociedade. Qual é o papel da imprensa dentro dessa nova sociedade? Denúncia. O jornal que não fizer isso vai fechar, acaba (WAGNER, 2006).

O jornalismo para mim é, essencialmente, denúncia e cobrança. [...] Denunciar tudo aquilo que [...] atente contra o estado democrático de direito, atente contra a democracia, atente contra a liberdade individual e as garantias constitucionais de quem quer que seja ou de movimento social ou de policial, de quem quer que seja (VALADARES, 2006).

O termômetro que João Valadares usa para atestar a independência, profissionalismo e a autonomia de seu trabalho é a “reclamação” que recebe dos entrevistados das matérias.

O que acontece muito é o seguinte, que eu fico muito feliz quando isso acontece: quando eu faço uma matéria de uma desocupação, dá 10 horas da manhã, liga o

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 173 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

MST me esculhambando, pô, você está, só está do lado do proprietário! Meia hora depois liga o proprietário da fazenda me esculhambando, pô, você está defendendo o MST! (VALADARES, 2006).

O binômio denúncia/cobrança que caracteriza certa cultura noticiosa aponta para a existência de uma orientação implícita de intervenção do real. Contrariando a crença de que o jornalista simplesmente relata os fatos, qualquer que seja o paradigma escolhido, a sua atividade se constrói nas relações com os outros campos, que não o liberam de fazer escolhas de acordo com sua inserção social. Denúncia e cobrança pressupõem conhecimento, avaliação, enfim, julgamento que se faz com base numa certa lógica privada para a tomada de decisões. Ao mesmo tempo, sinaliza o lugar de fala do campo jornalístico em relação à leitura do real. A seguir, aprofundaremos as lógicas privadas do MST e do Grupo RBS cujo embate culminou em ruptura nas relações.

6.3 A RBS, o MST e o Caso Aracruz

Como abordamos no cap. 3, o MST tem por decisão política não atender ao Grupo RBS por considerar que a cobertura jornalística se dá através de um enquadramento de pré-julgamento e que o espaço para a sua fala não se constitui num contraponto, servindo apenas para reafirmar a postura do Grupo. Esta decisão é resultado de uma experiência acumulada do que Miguel Stedile denomina “perseguição” do Grupo RBS:

Na verdade é um acúmulo de uma linha política, de uma postura de perseguição em que a opinião de um dirigente, de alguma pessoa do Movimento só vem para endossar, para dar uma suposta credibilidade ao veículo. No caso dos veículos do Grupo RBS, especificamente a Zero Hora, é clássico assim: você tem uma página inteira batendo e aí você tem 2cm que eles chamam de contraponto que tem uma frase sua contra sete, oito, 10 parágrafos. Você acaba dando uma entrevista que não te permite colocar em tom de igualdade a sua opinião e que acaba dando uma suposta credibilidade ao veículo. Então nossa decisão de não falar para a Veja e não falar para a RBS é no sentido de dizer que nós não damos credibilidade para esses veículos (STEDILE, M., 2006).

De acordo com Ivori de Moraes, mesmo em matérias positivas, não aparece o nome do MST:

A gente mantém essa linha porque de fato tem uma visão que tudo que é bom não se mostra. Tanto é que aquelas sementes bionatur, que é uma experiência muito significativa que é se produzir sementes orgânicas, quando a RBS fez uma matéria, passou no Jornal do Almoço, eles mostravam uma latinha assim, não mostravam a bandeira do MST, e diziam que eram pequenos agricultores de Ulha Negra que estavam produzindo. Então o esforço que a gente fez para construir uma experiência como aquela, e quando eles vão lá para cobrir, eles fazem questão de não dizer que aquilo ali é de sem-terra (MORAIS, 2005b).

Os dirigentes consideram que o modo como os jornalistas fazem as matérias não se constitui numa prática de respeito, como a prática de entrar “no meio dos assentados, falar com ex-acampados, fazendo um papel de investigação. E depois que eles constroem essa versão de fatos, então eles procuram a coordenação do Movimento” (MORAIS, 2005a). Há caso de processo judicial do MST contra jornalista: “Tinha um antigo que é o Rogério Mendeslki, que tinha dois processos contra ele e foram ganhos na justiça por inverdades, acusações infundadas” (MORAIS, 2005a).

Christiane Campos ressalta que essa decisão foi tomada depois de uma conversa com o “editor-chefe do Grupo na área jornalística e ele deixou muito claro que o Grupo tinha uma postura política que o Grupo não ia mudar sua postura”. A assessora faz uma distinção entre a relação com a empresa e a relação com os jornalistas: “Todas as vezes que um jornalista do Grupo RBS nos procura, nós explicamos isso, que o movimento tomou essa decisão em função da prática do Grupo RBS que não é nada pessoal com o jornalista, mas uma posição em relação à empresa” (2006). Esta ruptura simboliza o estopim de uma relação de tensão extrema, depois desta decisão, já houve algumas tentativas de retomada do diálogo, mas isso ainda não se concretizou e, como veremos, o episódio da Aracruz parece ter agravado a relação.

A despeito dos motivos que levaram à ruptura, esta decisão demonstra uma percepção de que o enunciador teria o controle absoluto sobre a produção de sentido e de que este seria monolítico. A decisão de recusar a sua presença no discurso jornalístico do Grupo RBS, contraditoriamente, reforça o funcionamento da lógica privada do outro campo. O jornalista Carlos Wagner comenta a respeito:

Esse tempo aí o MST comandou, queimou um carro de uma equipe nossa [...]. Os caras são inimigos, entendeu? Qual é a diferença do movimento social quando tu vai fazer matéria com o movimento social? O cara vê que a mídia está ali e tem que falar, entendeu? Qual é a diferença quando tu vai fazer matéria com a gang? Os caras não querem te ver [...]. (WAGNER, 2006).

A queima do carro da equipe de reportagem da RBS TV ocorreu no dia 15 de março de 2005 na região de Passo Fundo por ocasião de uma manifestação da Via Campesina. Os integrantes dos movimentos protestavam contra os poucos recursos recebidos do governo para enfrentar a seca daquele ano. De acordo com Miguel Stedile:

Nesse contexto de mobilização contra a seca, a maior parte dos agricultores estava bastante, vamos dizer, com a paciência no limite. Porque você já tem um modelo agrícola que o pequeno agricultor é sempre prejudicado, [...] você não tem posição nenhuma dos poderes e ao mesmo tempo você tem um ataque sistemático dos veículos de comunicação. [...] foi uma ação espontânea de algumas pessoas que

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 175 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

estavam participando da mobilização, vamos dizer assim, uma forma de pôr para fora essa indignação (STEDILE, M., 2006).

“A manifestação foi contra o Grupo, contra a visão que o Grupo, contra o uso da imprensa para acumular riqueza e para não divulgar as causas. [...] Foi contra o patrimônio do Grupo pelo que representa contra os interesses dos pobres”, ressalta Ivori de Moraes (2006). Nesta época, o MST já tinha a decisão de não falar para o Grupo RBS, exceção entre os movimentos que compõem a articulação da Via Campesina. Miguel Stedile comenta que a ação, independente disso, representou uma indignação geral:

Mas o que eu acho significativo é isso, é que nesse ato havia só um movimento que não fala com a RBS, então significa que a indignação ali é de uma parte é uma indignação geral, uma parte das pessoas canalizando isso, identificando. Que eu acho que isso no Rio Grande do Sul é muito transparente, as pessoas sabem de que lado que a RBS joga. Não existe essa idéia de que a RBS seja um veículo imparcial.

Este incidente é ilustrativo do choque de lógicas entre os campos que extrapola o âmbito próprio da disputa simbólica. O MST se envolve numa “falta” que arranca a chuteira do adversário, decide não tocar a bola, mas não consegue se retirar do jogo, pois enquanto durar o tempo da partida, a bola estará rolando e o jogo estará valendo. Como discutimos anteriormente acerca das teorias sobre as relações entre as fontes e os jornalistas, no jogo, não pode ocorrer qualquer coisa, há um conjunto de regras dentro do qual os participantes desenvolvem suas estratégias e táticas.

O jornalista Carlos Wagner explica qual é a pauta que interessa sobre o MST da perspectiva do Grupo RBS:

Como é que a mídia trata o MST hoje? Quando tem uma grande confusão, o MST não interessa mais. Porque a mídia colocou... o MST e as Farcs, que protegem traficante, andam muito juntos. Então à mídia não interessa, à mídia só interessa o lado criminoso, porque o MST se tornou anacrônico, se tornou um grupelho mais (WAGNER, 2006).

E faz uma avaliação:

Minha avaliação: o MST perdeu o trem da história. E aí se tornou um pequeno grupo que não sabe o que quer, que não sabe se é guerrilheiro, que não sabe se é movimento de massa, que não sabe se é partido, entendeu? Se tornou um pequeno grupo que atrapalha a vida das pessoas (WAGNER, 2006).

Ao analisar a prática jornalística do RBS, Miguel Stedile aponta para certa matriz cultural: “tem um pouco essa lenda de que no Rio Grande do Sul é tudo polarizado ou você é gremista ou é colorado, ou você é chimango ou é maragato [...]. E a RBS tem posição sobre a reforma agrária, tem posição sobre o governo do estado, tem posição sobre a economia do Rio Grande do Sul” (2006). Se o contexto favorece a polarização, o jogo político, ainda mais: uma ação extremada de um lado pode provocar reação de igual força do outro.

O caso da destruição do horto agroflorestal da empresa Aracruz Celulose pelas mulheres integrantes da Via Campesina³⁴, no dia 08 de março de 2006, em Barra do Ribeiro, no estado do Rio Grande do Sul, fornece elementos para a investigação acerca das relações entre os dois campos possibilitando perceber as tensões entre fonte e campo jornalístico. O assunto foi intensamente publicizado na mídia brasileira, sendo notícia de abertura dos telejornais do mesmo dia e dia seguinte, e matéria de capa dos jornais do dia seguinte, além de ter permanecido nas agendas pública, mediática e política durante uma semana.

As imagens do ato da destruição foram exaustivamente repetidas por dois a três dias nas emissoras de televisão Bandeirantes, SBT, Pampa (então afiliada da TV Record). A única emissora que não possuía as imagens das mulheres destruindo o horto agroflorestal durante a madrugada foi a RBS TV (e, por consequência, a TV Globo), que apresentou a matéria com as imagens do laboratório já destruído gravadas pela manhã. Diante do rompimento das relações do MST com o Grupo RBS, a ação das mulheres da Via Campesina foi planejada de modo que garantisse a presença de jornalistas de várias organizações, com exceção do Grupo RBS.

A preparação do evento adotou duas estratégias em relação à mídia: a da visibilidade pública e a da segurança (física) das promotoras³⁵. É uma estratégia da fonte propiciar informação exclusiva e, para garantir a presença da mídia na ação, as lideranças avisaram aos jornalistas apenas o local e o horário do encontro sem informar qual seria a ação, criando interesse por parte da imprensa com o fator suspense. A assessora de comunicação do MST-RS, Christiane Campos, explica como se deu o contato com os jornalistas:

As lideranças é que fazem o contato pessoal, normalmente isso é conversado pessoalmente para evitar grampos ou coisas assim, e na maioria das vezes, como são jornalistas que cobrem outros eventos, então eles não dizem o que vai acontecer, mas dizem que é algo que pode ser interessante. Como eles sabem que o Movimento de fato faz ações de impacto social, a maioria vai (CAMPOS, 2006).

A presença da mídia como recurso à segurança, como vimos no capítulo 3, é, para o MST, estratégica em situações de confronto. Nesses momentos, a mídia é tida como os olhos da sociedade que está de olho nos excessos de uma reação, o que dá a sensação de proteção numa situação desconhecida.

O que as mulheres argumentaram na decisão que elas tomaram de levar a imprensa foi por uma questão de segurança porque é uma empresa multinacional que nunca

³⁴ A Via Campesina é uma articulação de movimentos sociais e entidades ligadas às questões agrária e agrícola. Atualmente reúne as seguintes organizações: Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Movimento de Mulheres Camponesas (MMC); e Pastoral da Juventude Rural (PJR).

³⁵ Usamos o termo “promotoras” aqui no sentido de Molotch e Lester de promotores de eventos para a visibilidade mediática, conforme a discussão teórica do capítulo 5.

tinha sofrido uma ação de tanto impacto apesar de já ter promovido vários conflitos pelo país afora, mas não se sabia, por exemplo, do risco de pistoleiro, de segurança particular. As mulheres, naquele caso, decidiram levar [a imprensa] por uma questão de segurança para elas e porque foi de madrugada (CAMPOS, 2006).

A decisão de convidar a imprensa foi tomada pela direção das organizações, cabendo ao setor de comunicação o papel de assessoria:

Então claro que a gente alerta para todos os riscos. Porque, por exemplo, *depois que o jornalista está lá dentro, não adianta tu dizer: olha, só tira imagem daqui, de acolá*. Então elas sabiam disso, decidiram levar para que os jornalistas registrassem pelo risco de segurança que elas estavam correndo. Mas então não é uma decisão da assessoria de comunicação, é uma decisão política das lideranças, cabe a nós da assessoria levantar os prós e os contras e alimentar o debate depois de receber informações tanto para dentro do movimento, para que as pessoas possam tomar a decisão sabendo com quem estão de fato lidando, quanto para fora, no sentido de alimentar a sociedade do ponto de vista do por que da ação (CAMPOS, 2006 – grifos nossos).

A assessoria sabe que o trabalho de campo dos jornalistas se caracteriza por uma abrangência de possibilidades ao manejar autonomamente operações para coletar informações *in loco* e em ato, como adverte a assessora: *depois que o jornalista está lá dentro, não adianta tu dizer: olha, só tira imagem daqui, de acolá*. O espaço do trabalho da assessoria de comunicação parece se restringir ao fornecimento de informações para disputar a produção de sentido após a publicação das notícias, para redefinir ou reenquadrar as notícias a todo momento. Neste caso, o “alerta” da assessoria não produziu uma percepção de associar uma estratégia “simbólica” que potencializasse o enquadramento a seu favor.

Quando o MST priva uma organização jornalística de cobrir um evento que realiza, produz uma espécie de evento privado, ou seja, age sob regras privadas a uma lógica de campos ao convidar algumas organizações do campo jornalístico, em detrimento de outras, na medida em que nega a um parceiro da esfera pública o direito de cobrir.³⁶ Para se recuperar do chamado *furo jornalístico*, o Grupo RBS realizou a cobertura criando condições próprias de produção do acontecimento, através do uso da câmera escondida, tática freqüente do jornalismo investigativo. Como veremos, as imagens escondidas-exclusivas demonstram o imbricamento dos campos na construção do acontecimento. Carlos Wagner conta como foi organizada a cobertura jornalística após o ato da destruição:

Eu vou te explicar com é que foi organizada a cobertura da Aracruz. Um dia antes, o MST e a Via Campesina convidaram os jornais todos para ir junto, menos a Zero hora e o Grupo RBS, porque você sabe essa briga que tem. Eu não estou reclamando. [...] Cabia a nós descobrir, não a eles nos informar. Fomos incompetentes, não descobrimos que ia acontecer. Bom, aí o que é que aconteceu? Aí deu a merda toda. Deu a merda de madrugada coisa e tal. Aí o que é que nós fizemos? Vamos jogar na bola dividida (WAGNER, 2006).

³⁶ Comentário do Prof. Dr. Antonio Fausto Neto na banca de qualificação.

O jornalista usa a metáfora do jogo para explicar a organização da cobertura:

Tu sabes o que é bola dividida? É quando duas pessoas estão disputando, a bola fica em espera, aí um pá! Os caras batem um no outro aí a bola passa para ti que não está ali. Aí como eu conheço o negócio e outras pessoas, aí aconteceu, bom: a bola dividida está onde? Aqui, aqui, aqui e aqui. Vamos jogar nisso. Nós não temos acordo com os caras, quem tem acordo são os colegas que foram com eles, nós não. Então é uma posição cômoda (WAGNER, 2006).

A lógica da cobertura do Grupo RBS é incluir, portanto, algo que “sobrou” numa disputa de produção de sentido e que é visto como estando “ao alcance”, diante de uma “posição cômoda” devido ao distanciamento imposto pela fonte. O campo mediático procura incluir tudo aquilo que está fora do sistema, como assinala Fausto Neto, “o dispositivo lembra que nada pode sobrar, enquanto incompletude, ao seu trabalho de busca do real” (2007, p. 11). Disfarçado de colono e com uma câmera escondida, o repórter da RBS TV entrou no acampamento das mulheres que participaram da ação em Porto Alegre para capturar falas que contassem como tinha sido a preparação da ação:

Ele [repórter Giovanni Grizzoti] chegou com um boné do movimento e com uma roupa muito simples, camiseta e calça jeans, um tênis surrado. Chegou, sentou e começou a conversar com elas: “Mas e aí, como é que foi mesmo? Vocês gostaram ou não?” E ele não chegou em lideranças, ele ficou num galpão dos mais afastados, não procurou assessoria de comunicação nenhuma, chegou no meio das mulheres e com o boné do Movimento Sem Terra e tanto que quando as mulheres se deram conta de que não era uma pessoa do movimento, que estava fazendo pergunta demais, elas gritaram para os seguranças e ele saiu correndo (CAMPOS, 2006).

A pauta foi construída de acordo com o universo cultural em torno do imaginário acerca da ciência. Se por um lado, a ação atingiu a linha de produção da empresa, como explica o jornalista Carlos Wagner, por outro, atingiu a simbologia em torno da ciência. Como vimos, o “progresso” tende a ser sempre esperado e impor obstáculo é quase um “sacrilégio”, esta foi a idéia que norteou o planejamento da cobertura jornalística do Grupo RBS:

Bom, quando os caras invadiram o laboratório, a tática deles foi certa, os caras inviabilizaram o produto dos caras e aí inviabilizaram o emprego deles. E aí os caras não se deram conta de uma coisa que não se faz: a simbologia. O que é que o laboratório representa? O símbolo do saber, a não ser que seja um laboratório de monstros, não é? (WAGNER, 2006).

A construção do acontecimento-RBS buscou atualizar a simbologia da ciência enquanto progresso sem contestação, com o enquadramento fundamentado numa perspectiva policial. O jornalista didatiza o que seria uma ação política.

Se eles tivessem feito uma ação de massa, levado para lá 10 mil caras, trancado a porta, podiam levar os caras da imprensa, eles lá tudo bem, nós ia ficar... mas não, eles fizeram uma ação criminosa. Não foi uma ação política, uma ação política é uma coisa, uma ação criminosa é outra. O que é que é uma ação política? Eu te causo um transtorno que te expõe politicamente. O que é uma ação criminosa? Eu bato a tua carteira. Eu vou ali e arranho teu carro. Então foi fácil trabalhar nisso

porque as pistas estavam ali, foi uma ação criminosa, foi dado um tratamento policial (WAGNER, 2006).

O laboratório, afirma o jornalista, “é fonte de conhecimento”: “Não interessa que tu não concordes, tu não podes queimar livros, tu não podes destruir laboratórios. A sociedade não aceita isso aí. E aí a mídia passa a tratar o MST como uma quadrilha e o MST passa a, cada vez mais, se fechar em si” (WAGNER, 2006). O método de trabalho dos jornalistas é coletar e perseguir os índices que levam à reconstrução do acontecimento. Neste caso, os indícios encontrados pelo Grupo RBS no dia seguinte foram de destruição, o que contribuiu para a construção da “hipótese”: foi uma ação criminosa. A cobertura foi planejada de uma perspectiva policial.

As pautas buscaram investigar a ação, a preparação, os responsáveis. Além da pauta da “reconstituição” de como a ação ocorreu através da captura das falas com a câmera escondida, foi feita uma da intimação dos responsáveis pelo ato. Christiane Campos conta que a entrevista coletiva dos membros da Via Campesina para encerrar a Conferência da FAO que se realizara no mesmo período foi alvo mais de cobranças do que de perguntas, por parte do repórter da RBS TV:

E as perguntas dele [repórter Jonas Campos] aos que estavam na mesa da Via Campesina eram só assim: mas quem é que vai pagar a conta? Porque foi um patrimônio nacional que foi destruído! Vocês da Via Campesina Internacional nós queremos saber, como brasileiros, quem é que vai pagar a conta? Era um discurso muito pouco jornalístico. [...] A pauta dele era filmar a entrega da intimação para as pessoas e os nomes das pessoas foram escritas à mão na intimação da polícia. Uma delas, inclusive, esqueceram de escrever o nome, entregaram para o cara sem escrever o nome (CAMPOS, 2006).

O ato de entrega da intimação foi capturado “em ato” pela RBS TV. Como vimos nos capítulos anteriores, a questão da mediatização remete à problemática das relações intra e inter-campos, não esquecendo que o discurso jornalístico constrói o real. É na construção dos acontecimentos que se encontram entrelaçadas e tensionadas as lógicas dos campos, no caso em estudo, o mediático e o político. Dentro de cada um e entre eles, ocorrem as disputas internas em torno da tematização e do agendamento.

O acontecimento-RBS seguiu as regras de uma captura privada agravada pelo fato de o Grupo ter sido privado de sua captura de antemão. A seguir, passamos às análises das matérias dos telejornais locais da RBS TV (Jornal do Almoço e RBS Notícias) e do Canal SBT (SBT Rio Grande); e dos telejornais nacionais da TV Globo (Jornal Nacional) e da TV Bandeirantes (Jornal da Band).

7 A CONSTRUÇÃO MEDIÁTICA DO MST

Neste capítulo, analisamos os discursos mediáticos sobre o ato da destruição do laboratório Aracruz. Os materiais são os telejornais locais da RBS TV (Jornal do Almoço e RBS Notícias) e do Canal SBT (SBT Rio Grande); e dos telejornais nacionais da TV Globo (Jornal Nacional) e da TV Bandeirantes (Jornal da Band).

7.1 RBS TV

No Jornal do Almoço (JA), telejornal local da RBS TV, que vai ao ar ao meio-dia, a chamada tem muita informação dita pela apresentadora, principalmente sobre o ato da destruição que, pela ausência de imagens, não poderia ser narrado em *off*. A imagem da chamada focaliza a apresentadora na bancada:

Violência e destruição durante a madrugada numa área de reflorestamento em Barra do Ribeiro. Estufas com mudas de árvores da empresa Aracruz Celulose foram depredadas por cerca de 1200 mulheres integrantes da Via Campesina e do MST. Segundo as agricultoras, o protesto é contra a monocultura de eucaliptos, que daria origem a um deserto verde (JA, 08/03/06).

No enunciado acima, as operações discursivas definem e qualificam o real com o uso dos elementos modalizadores *violência e destruição*. Outra estratégia discursiva é a construção da distância em relação ao acontecimento através do uso do que Fausto Neto (2002) denomina de “engenharia da enunciação”, com a inserção da declaração da fonte: “segundo as agricultoras...”. Como explica Fausto Neto:

Esta operação significa dizer, que não obstante o jornal fazer um recorte e enquadramento daquilo que as fontes dizem para ele, usa um modelo de articular tal fala com a enunciação de forma que se produza como efeito de sentido a sensação de que o jornalista é apenas um observador atento que registra fatos, faz desfilar a política – e as opiniões dos seus atores (FAUSTO NETO, 2002, p. 508).

O telejornal adota o modelo de descrição e testemunhalidade, definido por Fausto Neto, que se caracteriza pela “precisão na cobertura do acontecimento” (2002, p. 507). O enunciado sugere uma separação entre o fato, tido como “sagrado”, e a “declaração” da fonte, como se esta estivesse dada *a priori* cujo lugar de fala diz respeito ao protagonismo do acontecimento. No discurso jornalístico, a fonte *dá* uma declaração, que é separada do enunciadador não somente pela operação indicativa: *segundo as agricultoras*, mas também pelo

uso do futuro do pretérito *daria origem a...*, indicando que o locutor se distancia da opinião da fonte. O lugar de fala da fonte é posto em dúvida ou colocado sob suspeição. Isto difere da referência ao acontecimento *segundo as agricultoras, o protesto é...* o que indica aí uma concordância com a declaração citada: o protesto *é*, o que demonstra o lugar de fala conquistado: o MST realizou um protesto.

A referência direta ao MST e à Via Campesina pela contração da preposição “de” com os artigos definidos “a” e “o”, respectivamente *da Via Campesina e do MST*, pressupõe: 1) a existência social destas organizações; 2) que são organizações distintas, pois possuem nomes próprios; e 3) que são *as* organizações responsáveis pelo acontecimento.

A reportagem re-constrói o acontecimento através de depoimentos dos funcionários (vigilantes e seguranças) da empresa Aracruz Celulose com narração em *off* acompanhada das imagens do local, e com uma passagem do repórter focando o resultado. A função referencial é dominante, característica principal do texto jornalístico.

O grupo de aproximadamente 1200 pessoas chegou no horto durante a madrugada e ficou por aqui quase 30 minutos, tempo suficiente para destruir viveiros inteiros como este aqui e acabar com mais de 20 anos de pesquisas genéticas. (JA, 08/03/06)

A presença do repórter dentro do horto e assinalada por ele ao se referir ao local do acontecimento: *o grupo [...] ficou por aqui; como este aqui*; ilustra o modelo de testemunhalidade do telejornal.

Pelo léxico utilizado, há uma tendência à dramatização, convidando o espectador a sentir o impacto do acontecimento. No trecho acima, a operação discursiva se dá por contraste: *quase 30 minutos* e *mais de 20 anos* se referem respectivamente aos antônimos “destruição” e “construção”. Há o reforço ao impacto: viveiros *inteiros*.

As imagens enquadradas em detalhe de cada elemento citado pela narração do repórter em *off* buscam com-provar o acontecimento.

Milhares de mudas de eucalipto com 90 dias e prontas para o plantio foram espalhadas. Pelo chão ficaram também sacos de sementes e até uma arma artesanal, esquecida pelas integrantes do MST e Via Campesina. A empresa ainda não calculou o prejuízo e vai reavaliar novos investimentos no estado. [...] (JA, 08/03/06).

A enunciação testemunhal assinala os índices do acontecimento acompanhada das imagens: *milhares de mudas prontas foram espalhadas; sacos de sementes pelo chão*; fornece uma prova do que enquadra como crime: *e até uma arma artesanal*, convidando a recepção a indignar-se com o destaque que realiza com o uso do modalizador *e até*, remetendo o acontecimento ao campo jurídico. O discurso faz uma previsão: *a empresa ainda não calculou o prejuízo*, através da operação discursiva do uso do advérbio modal *ainda*,

endereçando à recepção uma expectativa; e conclui sugerindo incertezas com referência ao campo econômico: *a empresa vai reavaliar novos investimentos no estado*. A cobertura jornalística enquadra o acontecimento cuja previsão das conseqüências insufla o medo de um futuro incerto e sugere uma ameaça. É uma operação discursiva para manter o receptor refém da sua produção de sentido, buscando não permitir que fuja da construção do sentido.

Há uma intensificação da estratégia da dramatização com a tentativa de prescrição e captura da emoção do receptor. A apresentadora “chama” outra matéria com o seguinte enunciado:

Para quem dedicou anos de trabalho às pesquisas realizadas no laboratório atacado nessa madrugada, o sentimento era de perplexidade e tristeza. Uma pesquisadora interrompeu as férias para ir ao local atacado e se emocionou ao ver tudo destruído (JA, 08/03/06).

O discurso busca construir uma identificação com o receptor: *para quem dedicou anos de trabalho...*, produz um efeito dramático ao solicitar ao interlocutor para se colocar no lugar da pesquisadora e define a emoção: *o sentimento era de perplexidade e tristeza*. Ao mesmo tempo, procura se distanciar do acontecimento narrado com a operação de descrição e testemunhalidade: *uma pesquisadora interrompeu as férias para ir ao local e se emocionou...* e realiza uma operação de auto-referencialidade implícita ao se colocar como testemunha do momento da emoção que o telespectador vê e sente ali, na tela, no momento mesmo da transmissão do telejornal. Este se coloca como o guardião de contato apontando para a cena, para o que acontece *naquele local* oferecendo ao telespectador as emoções ocorridas ali.

As imagens dos índices da destruição operam a construção do abalo que foi a passagem das mulheres pelo local: o laboratório destruído, ao som de vidros quebrados durante o caminhar do repórter no local são uma operação discursiva que provocam uma consternação em quem assiste ao drama da pesquisadora e da própria empresa.

Em “nota coberta”³⁷, os protagonistas aparecem assim:

De Barra do Ribeiro, os manifestantes foram até Porto Alegre, onde fecharam uma das principais avenidas para uma caminhada, com cartazes protestaram contra as grandes empresas do agronegócio que segundo a organização do movimento, lucram oito vezes mais do que um milhão de trabalhadores rurais no Brasil (JA, 08/03/06).

Durante toda a enunciação acima, as imagens mostram a caminhada, os cartazes onde tem escrito: “8 de março: dia internacional de luta das mulheres”, e os símbolos, tais como bandeiras e lenços lilases; um caixão (imitação) preto com o nome escrito em branco: “Aracruz”, uma cruz de madeira com a palavra “Stora Enso”. Segue a fala da entrevistada: “as

³⁷ Nota coberta é um enunciado dito pelo apresentador enquanto aparecem as respectivas imagens, que “cobrem” a imagem do apresentador.

nossas reivindicação que é reforma agrária, é política agrícola, preço justo para os camponeses”, com imagem da entrevistada em primeiro plano e a identificação abaixo: Adriana Maria, Movimento de Mulheres Camponesas. Como a imagem na televisão é preponderante sobre o texto, ou seja, não se pode dizer qualquer coisa que não se encontra na imagem, neste momento a fonte disruptiva tem voz para dizer seu ponto de vista, impondo seu lugar de fala de protagonista do ato disruptivo. Não consegue enquadrar o acontecimento, mas não se pode afirmar aqui que o discurso jornalístico não tenha sido polifônico.

O enquadramento dramático é reforçado pelo modo como o comentarista Lasier Martins é chamado para regular o sentido do acontecimento. É este quem legitima o sentido construído previamente. O jornalista divide a bancada informativa do telejornal com duas apresentadoras e enquanto uma apresentadora o convoca lamentando o fato em tom de comoção: *Lasier Martins, que destruição né! 20 anos de pesquisa perdidos ali, realmente o choro da pesquisadora ali é comovente* (JA, 08/03/06). Enquanto uma das apresentadoras diz isso, os três estão enquadrados na bancada em plano aberto que vai fechando até Lasier, ao mesmo tempo em que este balança a cabeça afirmativamente e junta as mãos em concordância com a lamentação da apresentadora.

O tom coloquial para introduzir uma aparente conversa produz o efeito de sentido de que o espectador participa daquele diálogo, no caso, interpelado a sentir a comoção, o que se confirma com a operação discursiva de abertura do comentário de Lasier Martins: *Eu acho que comove a todo Rio Grande do Sul*. (JA, 08/03/06). E continua com a imagem do comentarista em primeiro plano:

Em plena Conferência Internacional sobre a reforma agrária repete-se o caso Bové, de triste memória. Só que agora com maiores dimensões, mais gravidade, prejuízos mais amplos, crime e ameaça de afugentar os empreendedores do florestamento da metade sul. O que estes ocupantes dos 40 ônibus da Via Campesina e MST fizeram no final da madrugada de hoje no interior de Barra do Ribeiro é *inominável, mas se quisermos nominar, ficaremos no terreno do vandalismo raivoso, do sectarismo extremado, da intolerância fanática e da ameaça às esperanças da metade sul [...]* (JA, 08/03/06).

No enunciado, há uma operação de rememoração: *repete-se o caso Bové, de triste memória* para fazer uma comparação e apontar uma diferença: *só que agora com maiores dimensões, mais gravidade, prejuízos mais amplos, crime e ameaça de afugentar os empreendedores...* A gravidade do acontecimento se constrói através da estratégia discursiva da falsa negação para realizar uma qualificação: *o que estes ocupantes... fizeram... é inominável*, que em seguida é reforçada pelo qualificação explícita: *mas se quisermos*

nominar, ficaremos no terreno do... O termo *inominável* é uma estratégia de captura do receptor para criar um sentimento de indignação.

O comentarista argumenta: *agir contra o florestamento é defender a estagnação...*; e num tom professoral com o dedo em riste antecipa um argumento contrário para desmontá-lo e oferecer ensinamentos:

Nem mesmo o argumento de que o florestamento de eucaliptos mudaria cenários, nem isto convence, porque estes florestamentos projetados por três grandes empresas não ocuparão mais do que dois por cento da área geográfica da metade sul, que hoje tem apenas um por cento de área coberta por florestas artificiais (JA, 08/03/06).

O enunciado que segue presentifica o discurso do campo científico para validar sua tese e desvalorizar a opinião contrária: [...] *e sem distorção do meio-ambiente, pelo que tem demonstrado há vários meses, especialistas do ramo que têm sido ouvidos pela imprensa, bem diferente da ignorância desses espíritos negativistas...*; faz uma auto-referência como garantia de credibilidade ao argumento em questão: *os projetos anunciados, e que conhecemos bem, envolvem um milhão e 200 mil dólares...*; realiza uma pergunta retórica com uma inferência implícita a favor do seu argumento: *como impedir um empreendimento produtivo que vem dando impulso à economia do estado?*; para então concluir: *Tudo na contramão do desenvolvimento e na mão da delinquência.*

A despeito do discurso, do tom da fala e do gestual serem emotivos, o comentarista mantém uma expressão facial tranqüila, como que demonstrando menos emoção e mais sensatez.

O telejornal RBS Notícias, que vai ao ar às 19h, praticamente transmite a mesma matéria. Chama a atenção uma estratégia de captura do receptor a partir da inserção da chamada do Jornal Nacional³⁸ dentro do telejornal:

Cristina Vieira: E a invasão à empresa de celulose *gaúcha* também é destaque na edição do Jornal Nacional de hoje. Boa noite, Fátima.

Fátima Bernardes: Boa noite, Cristina, Eloi, boa noite a todos. *Além dessa invasão no Rio Grande do Sul, o repórter Jonas Campos mostra que as invasões continuam em Pernambuco e foram registradas também no Pontal de Paranapanema, uma área onde os conflitos de terra são freqüentes (RBS Notícias, 08/03/06).*

A inserção da chamada do Jornal Nacional produz o efeito de sentido de gravidade do acontecimento, pois a notícia local é selecionada para o telejornal nacional. O discurso reforça a dramatização ao apelar para o sentimento de identidade, ancorada na matriz cultural: empresa *gaúcha*. A indignação aparece particularizada, próxima do espectador, a quem o telejornal promete manter o contato com outras ocorrências do mesmo gênero: *além dessa*

³⁸ No Estado do Rio Grande do Sul, o Jornal Nacional é transmitido pela afiliada à Rede Globo, a RBS TV.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 185 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

invasão... o repórter Jonas Campos mostra... Além de ser uma marca “a serviço do contato”, também podemos perceber aí um indício de solidariedade para com o receptor.

Na edição do dia seguinte, após a regulação do sentido, o Jornal do Almoço anuncia que trouxe para o setting televisivo um agente do campo policial e realiza uma cobrança: “Ao vivo o comandante geral da Brigada Militar fala sobre as invasões dos sem-terra e o que a corporação está fazendo” (JA, 09/03/07).

O telejornal realiza uma operação discursiva que define o espaço de posicionamento do governo. A comentarista Ana Amélia Lemos (Brasília, DF) afirma: “Boa tarde, Daniela. **Sem dúvida**, o Ministro Miguel Rosseto, em nota oficial disse que os atos criminosos ferem a consciência democrática do país e que este é um caso para a justiça. [...]” (JA, 09/03/06). O modalizador “sem dúvida” reforça o enquadramento jurídico, fechando quaisquer outras possibilidades de sentido. No enunciado abaixo, a estratégia discursiva se faz com a citação da pesquisa:

E agora a pouco a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária – CNA – divulga o resultado de uma pesquisa feita nos últimos dias pelo Ibope provando que para **setenta e seis por cento** dos brasileiros pesquisados consideram essas invasões como anti-democráticas, **e o que é pior**, para 67%, o governo perdeu o controle da situação. É isso Daniela. (JA, 09/03/07)

“E agora a pouco” produz o efeito de sentido de que o acontecimento se faz no momento da transmissão do telejornal, aumentando sua gravidade. A entonação da voz ao falar “setenta” quase pára, dá ênfase ao número numa operação discursiva que condena a ação. A outra operação discursiva: “E o que é pior” qualifica a atitude do governo perante o ocorrido.

Em outra reportagem o enunciado diz: “Uma das coordenadoras nacionais do MST afirmou que a ação foi uma forma de ampliar o debate sobre o monopólio da terra no Brasil e **comparou as pesquisas perdidas com a situação dos agricultores sem terra**”, entra a fala da entrevistada: “nos preocupa tanto o trabalho da pesquisadora como também os cinco milhões de sem terra que nós temos hoje no país, né” (Marina Santos, coordenação nacional do movimento). É interessante perceber que o enquadramento dramático da pesquisadora é usado como estratégia discursiva da fonte que apresenta outro ponto de vista para olhar o drama da pesquisadora. É uma estratégia que a fonte utiliza para subverter a delimitação do enquadramento.

A comparação que a fonte realiza acaba sendo incluída pelo texto do repórter que lhe confere o lugar de fala enquanto voz protagonista do evento produzido. Durante a narração em off do trecho grifado acima, aparecem as imagens do laboratório destruído. Se por um

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 186 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

lado, o discurso jornalístico incluiu verbalmente o ponto de vista da fonte, por outro, em relação à imagem, produziu um efeito de reforço ao crime com as imagens do laboratório destruído (JA, 09/03/06). O MST teve voz, lugar de fala enquanto fonte disruptiva, mas não conseguiu interferir no enquadramento da mídia.

O comentário de Lasier Martins, em seguida, reforça o enquadramento do crime. Anuncia a realização da entrevista: “daqui a pouco”; levanta suspeita sobre o trabalho da polícia e cobra do campo policial a competência no seu domínio de experiência: “tinham a obrigação de suspeitar...”:

A invasão à Aracruz em Barra do Ribeiro certamente será assunto ainda por muito tempo. Pela irracionalidade do ato, prejuízos causados, repúdio em todo o Brasil, circunstâncias em que se deu, **até por alguma imprevidência, quem sabe, daqui a pouco o Coronel Airton vai dizer, dos órgãos de segurança, que tinham a obrigação** de suspeitar de alguma trama toda vez que alguns eventos se realizam na capital, como a Conferência Internacional sobre a Reforma Agrária (JA, 09/03/06).

O comentarista ensina e aponta para o que o campo policial deve prestar atenção: “toda vez que alguns eventos...”, “nestas ocasiões...”; e faz uma operação de rememoração para demonstrar sua metodologia:

Nestas ocasiões, truculências podem ser esperadas, como forma de chamar atenção para o Movimento. **Foi assim** no Fórum Social, quando o Bové liderou aquela destruição da estação experimental de transgênicos em Não-Me-Toque (JA, 09/03/06).

Faz uma avaliação e dá o tom da gravidade ao acontecimento:

Aliás, os distúrbios à ordem no Rio Grande do Sul viraram rotina. Foi esse caso do Bové, na época inclusive com o respaldo do governo de então [...](JA, 09/03/06).

Fala em nome do receptor:

Em prejuízo de quem trabalha ordeiramente, de quem produz, de quem estuda, de quem paga impostos... (JA, 09/03/06).

Condena o ato de destruição, busca um vínculo com o receptor quando diz “o Rio Grande que **nós** queremos”, marcando uma identificação com o receptor e mantendo distância em relação ao ato e seus atores. O discurso contrói um “nós” “que trabalhamos e construímos o Rio Grande” contra “eles” que “não produzem e destroem o trabalho de quem produz”.

... e pior agora, quando se propõe um amplo e louvável seminário na capital sobre o Rio Grande que queremos, porque o Rio Grande que nós aí temos não está bom para ninguém. Mas não haverá de ser com destruições daquilo que existe de produtivo que se vai melhorar o Rio Grande. As violências são atos de obscurantismo de alguns como aqueles que atacaram ontem os viveiros da Aracruz, atacando também empregos. [...] Então uma nova mentalidade precisa ser cultuada e inclusive mais rigor e vigilância dos órgãos de segurança, não é, Cristina?

Cristina: É isso aí, Lasier. (JA, 09/03/07)

Percebemos uma matriz religiosa no discurso acima que se encaixaria num sermão de padre. Algumas marcas denunciam: “quem trabalha ordeiramente”; “louvável seminário”; “não haverá de ser com destruições”; “nova mentalidade precisa ser cultuada”. O enunciador fala de um lugar de padre, ensinando a não violência, chamando a consciência de quem trabalha, pregando como deve ser construído “o Rio Grande que queremos” que não é com violência, e para quem o faz, deve ser aplicado o rigor da lei, excluído pela sociedade. Constrói um ambiente no qual as pessoas trabalham, são dedicadas, participam da construção, isso que deve ser. Da sabedoria de um padre, o enunciador fala como se fosse para os seus fiéis e conduz o receptor para a leitura que deve fazer do acontecimento, do trabalho do outro campo (policial) e até do seu próprio comportamento: “trabalhar ordeiramente”.

A “deixa” para a entrada em cena da entrevista, cobra mais rigor ao campo policial e pede a confirmação da apresentadora: “não é, Cristina?”. A entrevista cobrou da polícia como foi possível “tanta movimentação” nas estradas (fala-se de 40 ônibus com os sem-terra) e a polícia não ter percebido. O enunciado é o seguinte:

As ações dos sem-terra e da Via Campesina seja na invasão da Fazenda Coqueiros ou na destruição da Aracruz Celulose têm provocado apreensão em quem investe no estado e na sociedade em geral. **Causa perplexidade que essa grande movimentação de sem-terra pra lá e pra cá não seja percebida para que possa ser evitada.** Por isso convidamos para vir hoje ao JA o Comte. Geral da Brigada Militar, o Cel. Airton Carlos da Costa. Bom dia, Comte. Vamos começar pela questão aí dessa destruição da empresa de celulose Aracruz, **por que não foram 10, não foram 20, foram 40 ônibus de sem-terra que invadiram, uma movimentação de gente assim tão grande, não é controlada?** (JA, 09/03/06, grifos nossos).

A pergunta em tom de cobrança misturada com indignação: “**não foram 10, não foram 20, foram 40 ônibus de sem-terra que invadiram**”. A operação discursiva busca construir um vínculo com o receptor: “as ações ... têm provocado apreensão em quem investe no estado e na sociedade em geral”; e fala em nome da emoção do receptor: “causa perplexidade...”.

Ao ser proibido de cobrir o evento, o Grupo RBS inventa sua própria forma de mediatização. Com uma câmera escondida, o repórter Giovanni Grizotti capturou falas das mulheres sobre o ato da destruição. O enunciado no telejornal RBS Notícias inicia com a imagem do apresentador: “Mulheres que participaram da invasão da empresa de celulose contam como planejaram o ataque”. Depois entra a imagem de uma mulher dizendo: “deu aquele medinho na mulherada só no sair do ônibus, sabe? Mas depois que viram as outras indo destruir, foi muito lindo de ver”. A naturalidade com que comenta a ação “foi lindo de

ver!” produz um efeito de sentido de “frieza” em relação à ação. O enunciado trata as protagonistas como criminosas, pois somente um criminoso tem tamanha frieza.

O enunciado de chamada da matéria é: “Boa noite: Violência premeditada. A invasão da empresa de celulose foi planejada há três meses. A equipe do RBS Notícias encontrou acampadas em um parque de Porto alegre mulheres que participaram da destruição do horto florestal” (RBS Not., 09/03/06). O acontecimento é construído pela intervenção do dispositivo que opera de modo a incluir algo que “sobrou” do real. A auto-referência aponta para uma captura desse real e que é comprovado com as imagens. A fala da mulher é deslocada do contexto de uma conversa para o de investigação policial: “a equipe do RBS Notícias encontrou...”.

Estas imagens são transmitidas posteriormente pelo Jornal Nacional, e novamente no dia seguinte, no Jornal do Almoço. O comentarista Lasier Martins faz uma auto-referência ao trabalho de construção do acontecimento:

Aquelas mulheres da invasão, pela ignorância e deboche, vistos aqui na reportagem corajosa do Giovani Grizotti que ontem entrou com sua câmera secreta no acampamento vestido de colono do MST, foram apenas mulheres executoras de uma organização maior, onde os cabeças desse movimento precisam ser descobertos. (JA, 10/03/06).

O dispositivo se converte em referência e certifica a atitude do governador, fiscaliza a decisão do governo, age como se estivesse autorizando a decisão, através da operação discursiva: “aliás, raro por aqui...”.

Nesse particular, o governador em exercício, Antonio Holfelt, vem sendo firme. Rompeu com a Via Campesina. Exige rigor nas apurações, num comportamento aliás raro por aqui em termos de inflexibilidade [...]. (JA, 10/03/06).

A política de produção de sentido da RBS TV aponta para a intervenção no acontecimento através de uma operação de auto-reflexividade: nós fizemos a nossa parte, investigamos, levantamos as informações com a câmera secreta, e agora, à polícia, resolver:

A RBS TV, a Rádio Gaúcha, o jornal Zero Hora **já avançaram bastante em dois dias no jornalismo investigativo**, sobre o caso inclusive com aquela entrada do repórter no acampamento das mulheres vândalas, descobrindo muita coisa, também já foram anotadas as placas dos ônibus. **Resta esperar agora a eficiência das autoridades**, da polícia e do Ministério Público numa resposta positiva que estão devendo à sociedade gaúcha **e sem muita perda de tempo**, senão nós teremos mais um grave caso mal resolvido e pior, incentivador de novos ataques (JA, 10/03/06 – Grifos nossos).

Mais do que estar a serviço do contato, o dispositivo se converte em realidade própria e, convicto de que a sua realidade construída é completa, exorta os outros campos a agirem, por isso, “resta esperar agora a eficiência das autoridades [...] e sem muita perda de tempo”.

7.2 SBT Rio Grande

O SBT Rio Grande enviou uma equipe de reportagem para acompanhar os manifestantes e mostrou as imagens do ato da destruição. A apresentadora presta o seguinte esclarecimento, ao vivo, na abertura do telejornal:

Fazer este tipo de reportagem exige boas fontes, um longo trabalho de apuração e muita, muita coragem. É preciso repetir que seguimos os manifestantes sem saber para onde e o que iria acontecer e, uma vez lá, registramos os fatos que duraram menos de uma hora (SBT RS, 09/03/06).

O enunciado demonstra que a política de produção de sentido do SBT Rio Grande, como diz a apresentadora, é seguir a fonte e registrar os fatos, adotando o posicionamento da objetividade, como se não houvesse intervenção na construção do acontecimento. O telejornal aponta para seu lugar de fala: “é nosso dever como cidadão”, demonstrando o paradigma jornalístico adotado. Ao mesmo tempo em que faz uma operação para se aproximar do receptor, “como cidadão”, dá a este total liberdade para “tomar a sua posição”.

Entramos em contato com as autoridades da segurança pública e a direção da empresa Aracruz, como é nosso dever **como cidadãos**, mas jamais poderíamos sonegar uma informação como esta. Afinal, você telespectador é que toma a sua posição. **A cobertura do SBT Rio Grande e de outros tantos colegas** só comprova que o talento e a ética conquistam tanto as fontes que dão as informações como o público (SBT RS, 09/03/06 – Grifos nossos).

O enunciado revela a relação do SBT Rio Grande com outros dispositivos mediáticos aos quais se associa no modo de engendramento dos acontecimentos: “jamais poderíamos sonegar uma informação como esta”. A auto-reflexividade de sua intervenção dos acontecimentos remete para a “conquista da fonte” e “do público”. Diferentemente da RBS TV, o SBT Rio Grande “segue a fonte”, o que aponta para outra economia de produção do acontecimento.

Convida para o *setting* televisivo um entrevistado que reforça a política de sentido do SBT Rio Grande, conforme o enunciado abaixo:

Cristiane Finger: Pois é, tudo isso aconteceu num momento em que a Aracruz decide sobre a implantação de uma nova unidade da empresa aqui no Rio Grande do Sul. Para falar sobre o assunto, é nosso convidado hoje o Secretário estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, Luis Roberto Ponte. Secretário, é um prazer recebê-lo aqui no SBT Rio Grande. **A gente lamenta** todo esse prejuízo, tudo isso que aconteceu e quer saber o que é que acontece a partir de agora. **Nós realmente vamos perder** este tipo de investimento? (SBT RS, 09/03/06).

O telejornal traz um ator do campo político para “tranqüilizar” o receptor quanto aos investimentos da empresa no estado. Realiza uma operação discursiva de captura do receptor

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 190 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

ao dizer que “lamenta o prejuízo” e falar em nome de um coletivo “nós”. O interessante é que, ao vivo, o entrevistado procede a uma leitura do sentido produzido pelo próprio telejornal e avisa: “olhe, eu vou dizer uma coisa que é um pouco inusitada...”, conforme destacado abaixo:

Secretário: não, seguramente não. **Olhe, eu vou dizer uma coisa que é um pouco inusitada, vocês prestaram um serviço magnífico** para os projetos de florestamento de mudança do perfil da metade sul, porque isso vai continuar ocorrendo. [...]. Isto vai servir para a parceria com a sociedade, **essas entrevistas são absolutamente incedíveis** porque nós estávamos nessa busca, nós estamos nessa busca, mostrar que aqui meio-ambiente é cuidado no mínimo detalhe [...](SBT RS, 09/03/06).

O convidado avalia o trabalho do telejornal e, através da estratégia discursiva do elogio, valoriza os efeitos de sentido produzidos: “vocês prestaram um serviço magnífico...”; “essas entrevistas...”. Ao vivo, o entrevistado aponta a importância dos efeitos de reconhecimento: “nós estamos nessa busca...”. E procede a um trabalho de semiologia dos materiais:

Secretário: Claro que tem a tragédia do momento. É uma coisa abominável, mas o fato de nós termos as **imagens que são marcantes, as entrevistas de quem trabalha lá, as pessoas dizem: “meu segundo lar é a fábrica, 19 anos que eu trabalho e jogar tudo fora em meia hora?”**. A sociedade não aceita, não quer isso. Queremos uma discussão racional do que convém para a sociedade rio-grandense, e o desenvolvimento somos nós que decidimos, não são estrangeiros que vêm aqui querer ensinar como nós vamos fazer o nosso desenvolvimento. (SBT RS, 09/03/06).

O telejornal fala “em nome” do Rio Grande do Sul. A auto-reflexividade mais uma vez se faz com a estratégia discursiva de que a equipe seguiu a fonte com “muita coragem”.

É importante deixar claro ao Presidente da Aracruz que o Rio Grande do Sul quer sim a empresa por aqui. Destacar também o trabalho da nossa cobertura em todo esse episódio lamentável. **Parabéns para toda equipe** de técnicos, produtores, editores, e reportagem, principalmente, a repórter Caroline Mello como você viu aí, que participou de tudo e que teve muita coragem. Também o cinegrafista Emerson Santos (SBT RS, 10/03/06).

Como vimos, trata-se de outra economia de produção do acontecimento, o dispositivo está a serviço do contato, que diz: “essas imagens [...] são úteis para a polícia fazer a investigação...”, e busca se distanciar ao máximo de qualquer interferência na construção do acontecimento.

Outra questão importante: hoje **essas imagens** que nós temos mostrado para vocês, elas **são úteis para a polícia fazer a investigação**, apurar responsabilidades, provavelmente para a justiça poder responsabilizar estas pessoas e até mesmo para as autoridades tomarem providências no sentido de prevenir novos movimentos como este. **Trabalho que nós realizamos com orgulho e seriedade assim como nossos colegas da Band, da Record e do Correio do Povo. Qualquer outra polêmica, além disso, é simplesmente vaidade profissional** (SBT RS, 10/03/06).

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 191 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

No dia 15 de março de 2006, o SBT Rio Grande iniciou com mais um comentário da apresentadora Cristiane Finger: “a difícil missão de informar. Ontem eu, como editora regional, e a repórter Caroline Melo fomos convidadas a comparecer ao Palácio da Polícia para cooperar nas investigações sobre o episódio da invasão do horto florestal da Aracruz, em Barra do Ribeiro. Um convite que atendemos prontamente [...]”. A apresentadora segue dizendo que foi perguntada como havia recebido a informação da invasão, ao que respondeu que o sigilo da fonte é um direito do jornalista. Declarou também que ela e a repórter foram bem tratadas pelo delegado e que está à disposição.

7.3 *Jornal da Band*

O Jornal da Band é transmitido em rede nacional às 19h, uma hora antes da transmissão do Jornal Nacional que quando entra no ar, aquele já tem encerrado.

A abertura do telejornal elenca os principais assuntos da edição com o seguinte enunciado: “Agricultoras e militantes do MST destroem laboratório de mudas na invasão de empresa de reflorestamento no Rio Grande do Sul” (08/03/06). O texto inicia com a imagem do apresentador na bancada informativa e segue *em off* com as imagens noturnas das mulheres “em ato” virando as mudas numa área externa, com lenços amarrados no rosto (do nariz para baixo) enquanto segue o enunciado ao som dos gritos das mulheres. A estratégia de testemunhalidade é marcante com as imagens que substituem a do apresentador.

A chamada da matéria é a seguinte: “Já chega a 35 o número de invasões do MST a prédios públicos e propriedades pelo país. No Dia da Mulher, militantes do Movimento Sem Terra destruíram o laboratório da multinacional de celulose Aracruz, no Rio Grande do Sul” (JBAND, 08/03/06). O modalizador “já” dá ênfase à informação quantitativa apresentada, que associado ao advérbio de lugar “pelo país” sugere um estado de alerta. Outra operação discursiva é a lembrança da data: “O Dia da Mulher” pressupõe uma data comemorativa e opera aqui para marcar uma contradição, como se dissesse, o que vemos é “destruição”. O MST é citado como o responsável/protagonista do acontecimento.

Ao longo deste enunciado, vemos o apresentador na bancada informativa à esquerda dividindo a tela ao meio com o “selo” do tema em questão, à direita, que entra logo em seguida da marca ou emblema do Jornal da Band, que sai rapidamente. A posição da imagem do lado direito capta imediatamente o olhar do espectador. O selo é uma montagem da

bandeira do MST com uma multidão que “caminha” em marcha. O que chama a atenção é que sua composição é feita somente com imagens do MST, não há nenhuma outra imagem nem outro tipo de intervenção. Poderia ser um cartaz feito pelo próprio Movimento para divulgar sua imagem. No contexto do telejornal, a operação discursiva reforça a dimensão dada pelo texto: a presença maciça do MST no país.

A reportagem segue um modelo de descrição e testemunhalidade. As imagens das mulheres destruindo o laboratório aparecem enquanto há uma narração *em off*: “De madrugada, duas mil agricultoras e mulheres do MST invadiram o hortoflorestal Aracruz em Barra do Ribeiro, na Grande Porto Alegre”. O ato da destruição em si é reforçado pela narração das imagens.

A estratégia enunciativa para incluir a fala da fonte marca um distanciamento: “o grupo diz que protestou contra o avanço da monocultura”, marcando uma distinção entre a posição do locutor e a da entrevistada que aparece logo em seguida em primeiro plano: “nós vamos comer eucalipto? É isso que a gente quer?”. A identificação aparece no crédito textual embaixo: “Irma Ostrovski”, seguida de: “pequena agricultora”. A entrevistada está com o boné do MST e o lenço lilás no pescoço que inicialmente aparecera nas imagens durante a destruição cobrindo o rosto das mulheres. A estratégia discursiva da entrevistada de responder com uma pergunta impõe o ponto de vista da fonte, mas aqui também não consegue interferir no agendamento mediático.

A narração segue *em off*: “a empresa afirma que a invasão acabou com 20 anos de pesquisa” e entra a fala do gerente florestal da Aracruz em primeiro plano: “o prejuízo já mais ou menos estimado em 400 mil dólares, fora o produto genético que vinha sendo desenvolvido”. A reportagem segue narrando a reação do governo de modo descritivo e testemunhal, com a fala do governador do Rio Grande do Sul: “foi um crime de dimensões fantásticas, é bandidagem contra cada cidadão”.

A reportagem didatiza a informação mostrando em arte gráfica o mapa do Brasil com os números nos estados, enquanto segue o texto: “Só em março o MST invadiu 35 áreas em sete estados. A ação mais intensa foi em Pernambuco com 20 áreas ocupadas”. Em seguida, vem a frase: “*Mas* segundo uma pesquisa do Ibope já há um desgaste do Movimento junto à opinião pública. 56% dos entrevistados desaprovam as invasões. E o maior culpado pelo conflito no campo é o governo federal”. O elemento modalizador “mas” realiza uma operação discursiva de advertência, revelando a posição do enunciador em relação às ações. Esta estratégia sugere uma cumplicidade com o receptor.

A chamada da matéria no dia seguinte é: “O Ministério Público gaúcho quer identificar as trabalhadoras rurais sem terra que invadiram o laboratório da empresa Aracruz ontem no Rio Grande do Sul” (JBAND, 09/03/06). Com essa chamada, o telejornal adota o ponto de vista da oficialidade e se posiciona de modo distante em relação ao receptor: “O Ministério Público... quer...”. A fonte disruptiva obtém mais espaço do que simplesmente a responsabilização pelo ato em si, o lugar de fala da fonte é de promover uma ação de protesto, que o discurso mediático faz saber com a inclusão da fala de uma especialista ao final: “O MST afirma que a monocultura de eucaliptos avança sobre a pequena propriedade e destrói o solo, segundo esta ambientalista, estas áreas são chamadas de deserto verde porque acabam com a biodiversidade”, e segue com uma fala de uma ecologista. Mesmo não tendo conseguido enquadrar a questão, uma vez que a chamada se constrói de uma perspectiva jurídica, a fonte teve o lugar de fala enquanto disruptiva com mais espaço ao provocar a necessidade do campo jornalístico de criar a polêmica.

Mesmo que seja uma especialista convocada para falar sobre a questão, podemos considerar um maior grau de imposição da fonte MST nesta cobertura, uma vez que conseguiu provocar a necessidade de acontecimento da mídia em torno da construção polêmica. Neste sentido, não chegou a ser fonte representativa na questão “deserto verde”, já que o lugar de fala foi dado a um técnico, no entanto, podemos considerar que o MST teve um lugar de fala mais amplo do que aquele que enquadra somente o ato do ponto de vista policial ou jurídico.

Em outras palavras, o MST não tematiza diretamente, mas provoca a possibilidade de a questão ser vislumbrada enquanto problema público, ainda que seja o especialista a voz que dá a interpretação da questão, uma vez que a fonte abriu espaço para o lugar de fala do especialista neste caso.

O Jornal da Band adota uma política de produção de sentido de “seguir a fonte” e, o fato de buscar o especialista demonstra que o MST conseguiu provocar a necessidade de acontecimento em torno da polêmica. Interessante notar que a presença do especialista ou expert no discurso do telejornal é uma estratégia enunciativa de perseguir o critério da objetividade, uma vez que o expert é tido com “fonte desinteressada”. Daí a credibilidade da especialista, ao contrário do lugar de fala do MST que é uma fonte deliberadamente “interessada” e por isso não detém “credibilidade” para interpretar a questão. Como fonte disruptiva, o lugar de fala do MST é de protagonista, de responder pelo fato em si, só que desta

vez com mais espaço, porque conseguiu provocar o sistema mediático sob a perspectiva da polêmica.

O discurso mediático busca distinguir a dimensão política da dimensão técnica ou científica, como estratégia de objetividade. No caso, como é próprio do MST o lugar de fala de fonte interessada – dimensão política, todo o seu discurso e práxis são politizados, não consegue se impor como fonte expert porque seu lugar de fala não é considerado credível. A mídia separa o que é técnico do que é político, o que aponta para a crença de que o expert é fonte desinteressada, objetiva, técnica, e isso não estaria negando o seu paradigma de objetividade. O lugar da ciência aparece como lugar neutro e objetivo, mesmo que os experts tenham vínculo orgânico com a estrutura social.

Neste caso, o papel da fonte MST é forçar a entrada da questão “deserto verde” no espaço público mediático, incomodar o campo mediático para agendar certos temas que de outro modo não entrariam na pauta. No entanto, o MST não conseguiu se impor como uma fonte representativa sobre o assunto, uma vez que diferentemente do assunto “reforma agrária”, não conseguiu ainda conquistar este espaço. Se em torno da reforma agrária, o Movimento é procurado para construir a polêmica ou conflito político para além do “conflito armado”, sobre o “deserto verde” está apenas iniciando um processo, que pode ser de conquista ou não. Disso dependerão vários fatores conjunturais.

7.4 Jornal Nacional

O telejornal abriu com o seguinte enunciado: “Rio Grande do Sul: integrantes do Movimento dos Sem Terra invadem um laboratório de uma empresa e destroem pesquisas agropecuárias que consumiram 20 anos” (JN, 08/03/06). A operação discursiva trata de localizar o acontecimento e dá o tom de gravidade: destruição de pesquisas que *consumiram* 20 anos.

O enunciado que chama a matéria é: “Boa noite: o Movimento dos Sem Terra ampliou os alvos das invasões, além de fazendas, os integrantes estão orientados a atacar multinacionais. Hoje entre outras muitas manifestações, eles destruíram um centro de pesquisa agropecuária de uma empresa brasileira no Rio Grande do Sul” (JN, 08/03/06). O discurso constrói o acontecimento com expressões próprias de guerra: “ampliou os alvos”;

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 195 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

“invasões”; “orientados a atacar”; “destruíram um centro”, que apontam para uma organização que dá o “comando”: “os integrantes estão orientados a...”. O tom de voz dá ênfase à palavra “brasileira” para se contrapor a “multinacionais”, numa estratégia discursiva de apontar um erro de operação do Movimento.

O selo do tema em questão aparece por atrás do apresentador. É uma montagem de uma propriedade rural que está com a cerca rompida e a sombra de três figuras portando instrumentos agrícolas com os braços estendidos para cima, que sugere uma invasão de uma propriedade. A sombra é um recurso cinematográfico muito usado para provocar o suspense, o medo e a ameaça. A montagem produz o efeito de sentido de alerta. A assessora do MST, Ivanete Tonin, comenta que a imagem dá “uma idéia de alguém que está entrando na sua casa, meio às escuras, e tomando algo” (2005).

A reportagem segue a mesma linha da que foi mostrada no Jornal do Almoço. A estratégia da captura do receptor em tom dramático também tem ênfase: “A responsável pelo laboratório interrompeu as férias e se desesperou ao ver 20 anos de pesquisa jogados no lixo”, em seguida entra a fala da pesquisadora chorando: “montei esse laboratório, tudo, peça por peça, e agora eu vejo assim tudo destruído, é como se uma parte da minha vida também tivesse destruída aqui”, com a identificação: Isabel Gonçalves, pesquisadora.

O discurso jornalístico inclui a fala do MST: “Em discurso ontem à noite, João Pedro Stedile, coordenador do MST, já antecipava quem são os novos alvos do Movimento”, entra a fala: “não é mais o capital industrial que controla a agricultura, é o capital financeiro, as transnacionais. O inimigo não é mais o latifundiário tradicional, é o grande capital internacional” (JN, 08/03/06). O lugar de fala da fonte aparece como o “chefe” do comando, com a operação discursiva: “já antecipava quem são os novos alvos...”. É interessante notar que a fala de Stedile é um trecho retirado da palestra que deu na Conferência sobre a Reforma Agrária. Não foi uma fala especialmente feita para o repórter, em forma de entrevista. Aqui se realiza uma operação de descontextualização para recontextualizar a pauta. O discurso “esotérico” do campo social acaba se transformando num discurso “exotérico” e ganhando outro significado.

A reportagem do dia seguinte também segue o padrão da RBS TV, que se baseia nas imagens gravadas com a câmera escondida no acampamento das mulheres. A chamada de abertura é: “MST destrói o centro de pesquisas, depois as integrantes se divertem com a destruição”, entra a fala de uma mulher: “foi um estrago total. Daí eu virei as caixas, não tinha força, mas daí consegui”, e volta o enunciado da apresentadora: “e recebem os parabéns do

chefe João Pedro Stedile” (JN, 09/03/06). A operação discursiva provoca o sentimento de revolta e indignação contra as mulheres e propõe um olhar de recriminação. João Pedro é tratado como “chefe” numa alusão a uma organização criminosa.

A chamada da matéria tem o seguinte enunciado: “Boa noite: um dia depois de destruir um laboratório de pesquisa agropecuária no Rio Grande do Sul, as sem-terra que participaram do quebra-quebra comemoraram” (09/03/06). A relação que o telejornal constrói com o receptor propõe uma olhada para certa irresponsabilidade das mulheres. A fala de João Pedro Stedile vem a seguir das imagens das mulheres contando os estragos: “as companheiras mulheres estão de Parabéns porque tiveram coragem de fazer um ato para chamar a atenção da sociedade”. O Jornal Nacional constrói o acontecimento com as imagens da câmera escondida fazendo uma operação de convocar o receptor para o sentimento de indignação e recriminação do MST.

* * *

Este caso mostra as diferentes economias de produção do acontecimento do campo mediático. Tendo conquistado visibilidade mediática, o MST não consegue controlar as políticas de sentido do campo jornalístico. Mesmo que se recuse a dar entrevista para o Grupo RBS, o MST é mediatizado à maneira do suporte de comunicação. O sistema mediático procura incluir o real que considerar enquanto “informação”, e o trabalho de investimento de sentido ocorre quase à revelia da ação da fonte, basta que esta perturbe o sistema.

A reforma agrária se tornou o lado mais visibilizado do MST pela reivindicação concreta, ou seja, foi e é a principal questão de sua entrada no agendamento mediático, no entanto, o MST busca agendar outros temas que não apenas o programa de reforma agrária. Este foi o caso da ação disruptiva na empresa Aracruz, cujo objetivo era agendar a questão do “deserto verde”. Nos telejornais analisados, o agendamento mediático se pautou mais pelo ato em si, o problema da destruição do laboratório, do que pela problemática. Apenas o Jornal da Band incluiu a questão com a fala de uma *expert*, demonstrando certa abertura para a criação da polêmica. Apesar de provocar a ampliação da pauta, como comentamos acima, o lugar de fala do MST foi o de fonte disruptiva, enquanto que a fonte credível para interpretar o assunto foi a *expert*. Para falar de um ponto de vista científico, entra em cena a especialista, considerada uma fonte “desinteressada” e, que, portanto atende ao critério de objetividade do campo mediático.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 197 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

Como fonte, o MST é deliberadamente interessado, politiza os assuntos, o que vai contra a factibilidade jornalística que separa o que é técnico do que é político, daí considerar o *expert* uma fonte desinteressada, e que atende ao paradigma de objetividade. O MST não obteve o lugar de fala sobre o “deserto verde” diretamente, mas provocou o lugar de fala do especialista. Como fonte disruptiva, o lugar de fala é de protagonista, quer dizer, responder pelo fato em si, uma vez que não se constitui num *expert*, no entanto forçou a entrada da questão no agendamento mediático de um tema que, talvez, de outro modo não entraria na pauta.

8 CONCLUSÕES

Estudar a singularidade da fonte MST e as tensões com o campo jornalístico requer compreendermos a sua visão sobre a mídia e do seu papel estratégico no processo de engendramento dos acontecimentos. Como vimos, o MST conquistou visibilidade pública e uma presença marcante na mídia brasileira, através do que denominamos “novas formas de ativismo social”. Ao longo de sua história, construiu um lugar de interlocutor político e também de fonte jornalística, ou seja, sua ação se deu não somente no campo político, mas também no campo mediático.

Apesar de parecer redundante, fazemos uma observação importante: como movimento social que é, o MST possui um discurso político, ou politizado, sobre todas as questões que defende e das relações sociais que mantém, visando a construção do chamado “projeto popular” para o Brasil, conforme vimos no cap. 3. Faz parte da natureza do movimento social a cultura política como uma dimensão de sua ação social e do seu discurso. Em outras palavras, a política é a razão de ser do movimento social que age de modo a conquistar espaço para intervir na definição dos problemas públicos e que, para isso, atua na construção das agendas política, pública e mediática. Esta é a essência do movimento social.

No caso do MST, trata-se de um movimento que, como vimos, surgiu pela necessidade de reivindicar a reforma agrária, tornando-se agente representativo desta causa. Uma característica básica é que traz na sua razão de existir a ação política para disputar a construção de políticas públicas. Dizemos isso para enfatizar a dimensão política constituinte do seu discurso e da sua práxis. O MST atua mais diretamente no debate das políticas agrária e agrícola, mas também, como discutimos, apresenta um discurso abrangente das questões que procura intervir no país, tais como a política econômica, a política ambiental, a política internacional. Alguns movimentos sociais que surgem no Brasil e também na América Latina a partir de meados dos anos 80 trazem em si uma nova concepção de cultura política que se caracteriza pelo entendimento de que a política é uma “dimensão” e não apenas um “setor”. Isto explica que as reivindicações não sejam focadas de uma perspectiva puramente econômica, mas, sobretudo política e, mais, que as reivindicações só se completam com uma transformação estrutural e não apenas com o atendimento pontual da demanda econômica.

Trata-se, portanto, de uma visão sistêmica do funcionamento da sociedade em que a política é a dimensão constituinte de sua lógica.

A reforma agrária se apresenta tanto como uma reivindicação concreta, material, de possibilidade de emprego para os excluídos quanto como um meio de combater as desigualdades sociais através da distribuição de renda. Isto demonstra que a principal “bandeira” não se restringe ao aspecto econômico, de empregabilidade, mas, sobretudo à dimensão política de transformação das relações de poder. A leitura da sociedade se faz, portanto, principalmente pela lógica da luta de classes, que é associada a outras concepções de luta política, tais como a questão de gênero, do meio-ambiente, das diferenças culturais etc.

Dito isto, vemos que toda leitura e ação social do MST se fazem a partir de uma lógica política própria, que ora pode ser compartilhada por outras organizações e movimentos sociais e também pela “sociedade” que lhe dão apoio, e ora pode não ser compartilhada nem obter o apoio daqueles, o que depende das circunstâncias de cada momento.

Em relação à mídia, como não poderia ser diferente, o MST faz uma leitura principalmente pela ótica da luta de classes. Considera-a parte de um conglomerado empresarial que produz lucro e que está associada ao capital internacional das transnacionais. Sob esta ótica, a mídia é, por princípio, “adversária” no campo político. Como “mídia burguesa”, dá apenas “ilusão de democracia”, conforme vimos no cap. 3. Se é verdade que a economia política é um fator importante na configuração do campo mediático bem como de seu funcionamento, esta leitura gera, de certa forma, uma tendência de o MST fazer uma avaliação monolítica da mídia e, conseqüentemente, de adotar uma postura de desconfiança “em bloco”, uma vez que aquela é vislumbrada como “braço das elites”. Esta visão tende a politizar de tal modo as relações com a mídia que, por vezes, dificulta o Movimento vislumbrar ações estratégicas para jogar o jogo mediático.

Ao mesmo tempo, vimos que o MST procura tirar proveito do potencial da mídia para o que denomina várias funções importantes para os objetivos, quais sejam: política, quando Miguel Stedile cita a imagem da marcha nacional na televisão para mostrar a força social que o movimento imprime a ponto de interferir na correlação de forças para negociar com o governo; de mobilização, quando Jaime Amorim aponta para a função de animação e motivação da mobilização social que a mídia gerou com o “Abril Vermelho”; de divulgação e integração, quando Ivori de Moraes chama a atenção para o sentimento e a presença em nível nacional das ações localizadas nos estados com a arte gráfica do mapa do Brasil nos

telejornais; e pedagógica, quando Alexandre Conceição nota a aprendizagem em relação às ações de protesto nas diferentes regiões de um país continental.

Além disso, o MST tem ainda outra visão sobre a mídia que é instrumental ou “utilitarista”, para usar o próprio termo do dirigente Jaime Amorim. Como vimos, nas ações de ocupação, momentos de despejo, ou de reocupação, entre outras atividades consideradas de risco iminente de conflito, o MST utiliza a presença dos jornalistas como forma de proteção. A crença é que, diante dos olhos da mídia, a força policial ou de segurança particular será inibida, evitando, assim, a probabilidade do uso de violência extremada.

O MST sabe da importância da mídia como espaço público e de intervenção na construção das agendas política e pública, daí a visão estratégica em relação à mídia. O Movimento procura se impor como fonte para participar da construção dos problemas públicos, mas, na maioria das vezes, não consegue definir a questão no agendamento mediático. No entanto, não tem conseguido intervir na esfera do debate público, na dimensão simbólica mais própria do campo mediático que é o caráter de espaço público. João Pedro Stedile usa a expressão “pedagogia das massas” para apontar a importância da ação estratégica em relação à mídia, e cita a greve de fome do Bispo Dom Flavio Cappio como um exemplo de ação conseguiu construir o acontecimento e a tematização da transposição do Rio São Francisco (STEDILE, 2005).

Ao lançarmos um olhar sobre os modos de ser fonte do MST, consideramos as diversas circunstâncias em que se dá sua interação com o campo jornalístico, percebendo a processualidade que ora é marcada por mais ou menos tensão, de acordo com a situação de cada momento. Nas análises, dialogamos com duas perspectivas, a estrutural, através da qual observamos o Movimento como uma fonte não-oficial por não deter status na hierarquia social; e a conjuntural, que permite observar as nuances desta interação.

Sabemos que a cultura noticiosa acerca do MST tende a focar o conflito, que geralmente se refere ao confronto físico e aos transtornos na rotina diária das cidades. A pauta “padrão” tem sido aquela que impede a entrada do MST na construção do debate público acerca de uma questão, e na qual outros elementos são enquadrados, tais como a violência dos militantes na ação, os danos materiais e prejuízos financeiros etc., enfim, o conflito policial e/ou jurídico.

Por fonte disruptiva, consideramos o modo de entrada no agendamento mediático através da promoção de eventos anti-rotina. Há variados graus dessa fonte, no entanto a tendência é que o espaço de intervenção no enquadramento é restrito, no qual o lugar de fala

se reduz ao enquadramento policial ou jurídico, sobre o ato em si e sua (i)legalidade. Neste nível, o Movimento não consegue interferir no enquadramento mediático. Mesmo que ocupe um lugar de fala no discurso mediático, este não consegue provocar substancialmente uma modificação da pauta “padrão” de um ponto de vista legalista. Enquanto o campo mediático inclui o conflito como um fim em si mesmo, o MST considera o conflito como um meio para um objetivo mais amplo.

O acontecimento anti-rotina tende a ser construído como um problema em si, o que diminui consideravelmente as chances de o MST construir o conflito enquanto estratégia para o debate da problemática. Por isso, dizemos que o conflito é um ponto nevrálgico da interação entre MST e mídia. Aquele busca atingir um outro tipo de conflito, que é o que constrói a polêmica, que produz o debate em torno das questões públicas, enfim, o debate político. Já o campo mediático constrói o conflito de modo que caiba nas estruturas editoriais e que atendam as suas necessidades de acontecimento, e que podem coincidir ou não com as necessidades de acontecimentos do MST.

O MST sabe que é o conflito o principal critério do campo jornalístico para transformá-lo em notícia, portanto, demonstra ter conhecimento sobre a existência da pauta “padrão”, mas isto não implica, necessariamente, que há sempre uma compreensão estratégica de sua representação no engendramento do acontecimento, o que aponta para uma adesão involuntária ao modelo da pauta “padrão”. Por vezes, a visão utilitarista da mídia se sobrepõe a uma atuação estratégica de intervenção no jogo mediático. Vemos que há uma visão estratégica, mas nem sempre a essa visão corresponde uma atuação estratégica.

No depoimento de Jaime Amorim, como destacamos no cap. 6, o dirigente conta que numa reocupação de uma fazenda no município de Passira, em Pernambuco, a notícia foi sobre uma vaca prenhe que tinha sido morta e carneada pelos integrantes. A necessidade de acontecimento era a reocupação da fazenda e o enterro dos dois trabalhadores sem-terra que haviam sido assassinados, mas aquela ação dos integrantes gerou um outro acontecimento que foi o mediático. De acordo com Jaime: “teve mais peso a vaca que foi morta do que o assassinato dos dois trabalhadores. A manchete era “Trabalhadores revoltados mataram uma vaca que estava para ter neném” e mostraram a forma como os trabalhadores carnearam a vaca”, conforme citamos no cap. 6. Pela característica particular dessa fonte que é um movimento de massa, sabemos que é difícil manter o controle da situação, mas ao campo mediático não importam as condições dos atores da cena pública, senão as leituras que podem fazer de suas ações.

Ivanete Tonin também observou a diferença do acontecimento em torno da marcha nacional de 2005. A notícia da chegada da marcha a Brasília foi o confronto entre os trabalhadores sem-terra e os policiais. A assessora fez uma autocrítica: “Por mais que nós tenhamos todo um sistema de segurança a gente tem feito a autocrítica que a gente não se preparou para isso, e eles conseguiram a imagem que queriam”. A assessora demonstra saber qual é o interesse do campo mediático. Temos aqui duas circunstâncias que, embora sejam diferentes, remetem ao problema da intervenção estratégica do MST na construção dos acontecimentos.

A interação mais conflituosa que analisamos é a do MST com o Grupo RBS e que a cobertura do caso Aracruz acirrou a tensão entre a fonte e o Grupo. Por um lado, o MST se recusa a falar e nega ao Grupo RBS a sua participação na cobertura do evento, por outro, o Grupo RBS faz uma cobertura com enquadramento jurídico e policial e inventa um modo próprio de incluir o acontecimento produzindo outro com a câmera escondida. No Jornal do Almoço, o dispositivo lembra que nada sobra do real que está fora, e trata de incluir o acontecimento segundo suas regras e estratégias próprias para dar inteligibilidade ao acontecimento.

Ao negar-se a falar e produzir um evento com a participação dos parceiros da esfera pública, tentando afastar o Grupo RBS, o MST provoca, involuntariamente, a construção de outros acontecimentos por parte da RBS TV. Mesmo que a fonte não permita acessibilidade ao suporte de comunicação, o campo mediático, por outras estratégias, dá inteligibilidade ao acontecimento de modo autônomo. Para engendrar acontecimentos, basta que o sistema mediático seja perturbado. Os jornalistas estão sempre em busca de signos que produzam outros signos numa semiose infinita. Ao ir ao local da cena, a equipe da RBS TV realiza uma operação discursiva de reconstrução detalhada dos indícios de uma “ocorrência” e que servem de subsídios para a reconstrução do acontecimento. Como vimos nas análises, o dispositivo faz saber a ocorrência através do que aponta para os **indícios** de um crime, as mudas destruídas, as sementes misturadas e “até uma arma artesanal”, como referido na reportagem do Jornal do Almoço (08/03/06).

Outro acontecimento-RBS TV é a “violência premeditada”, cuja construção se faz com o uso da câmera escondida no acampamento das mulheres. Como vimos, em tempos de a mediatização da sociedade se tornar processo de referência, é o próprio campo mediático que se converte em uma realidade própria. A RBS TV realiza uma operação de auto-referencialidade e aponta para a criação de um ambiente próprio. A sua política de produção

de sentido aponta para a autonomia do dispositivo em produzir acontecimentos, que se faz através de uma operação de auto-reflexividade para mostrar a realidade da construção. O suporte se converte em uma realidade que se crê “tão válida” que procede a uma intervenção na relação com os outros campos, exortando-os a agirem.

A RBS TV se esconde, regula o sentido e cobra aos campos policial, jurídico e governamental, resolver a questão. A enunciação mediática aponta para certa auto-suficiência do campo mediático para dar sentido aos acontecimentos. Como explica Fausto Neto (2007), no contexto da mediatização da sociedade, o acontecimento depende mais do trabalho de enunciação do dispositivo mediático do que das transações complexas junto ao mundo das fontes, a realidade “externa” se faz presente por operações de acoplamentos que a submetem às regras próprias de semantização.

A despeito desta autonomia, vimos que a fonte teve um lugar de fala no discurso mediático da RBS TV que, através de uma estratégia discursiva, impôs uma leitura sobre o enquadramento mediático. O discurso jornalístico lembra que a fonte “comparou as pesquisas perdidas com a situação dos agricultores sem terra”. Se não conseguiu definir a questão, houve uma presença do seu ponto de vista sobre o drama da pesquisadora anteriormente mediatizado. Neste momento, a sua fala atuou de modo estratégico a ponto de sugerir outro ponto de vista para tratar a questão. Por mais que o discurso mediático ofereça pistas de leitura do real ao receptor e tente o conduzir para certo fechamento de sentido em torno da sua tomada de posição, a “incompletude” de sentido lembra que o enunciador não possui o domínio total da produção de sentido.

Esta caracterização dos modos de ser fonte do MST está ligada ao processo de mediatização da sociedade. Como aponta Fausto Neto (2007), há “duas sociedades” concomitantes: a chamada “sociedade dos meios” na qual os suportes de comunicação estão a serviço do contato e a “mediatização da sociedade” que provoca o surgimento de uma realidade própria em torno e para além dos suportes mediático-tecnológicos. Em cada uma delas a economia de produção do acontecimento é distinta e interfere na política de produção de sentido.

Enquanto a RBS TV adota o modo de engendramento do acontecimento via conversão em uma realidade própria e indica uma auto-suficiência do seu lugar de fala, o SBT Rio Grande realiza uma operação de auto-reflexividade para dizer que “seguiu a fonte”, o que mostra que a política de produção de sentido está “a serviço do contato”. Este constrói o acontecimento através da operação de registro e testemunhalidade do ato, o que aponta para

uma intervenção “mais direta” da fonte no engendramento do acontecimento. O SBT Rio Grande fala de um lugar de “cidadão” e dá liberdade ao receptor para tomar sua posição. São duas formas distintas que revelam a autonomia dos processos de engendramento de sentidos.

O modo de o MST ser fonte disruptiva resulta de variados graus de intervenção no acontecimento de acordo com a política de produção de sentido de cada suporte e atuação estratégica do MST. A economia de produção do acontecimento do Jornal da Band também aponta para o modelo de estar “a serviço do contato”. Mesmo que o “deserto verde” não tenha sido o enquadramento preponderante no Jornal da Band, o MST provocou a entrada em cena da questão, através de um *expert* ou especialista. Isto significa que provocou uma ampliação da pauta “padrão” que normalmente foca somente o ato e suas conseqüências policiais e jurídicas. Diante de uma tendência legalista do campo mediático, a inclusão da questão pode ser considerada uma modificação da pauta “padrão” do conflito armado para uma ampliação desta pauta pela atividade da fonte junto ao campo mediático. A fonte disruptiva não ficou limitada à (i)legalidade da sua ação. Neste caso, o MST obteve um espaço além da pauta “padrão”.

Por ter vinculação técnica e institucional com a RBS TV, as matérias do Jornal Nacional são produzidas pela afiliada. Isto caracteriza a adoção do mesmo ponto de vista, no caso policial. O Jornal Nacional faz uma nova edição mais curta das matérias da RBS TV e realiza uma tomada de posição explícita: alerta o receptor para os “novos alvos” do MST e comprova seu ponto de vista com um trecho do discurso de João Pedro Stedile de modo descontextualizado. O dispositivo realiza uma operação discursiva para lembrar que é auto-suficiente: “as mulheres se divertem com a destruição”, numa estratégia de “revelação” incontestada da produção de uma realidade própria e auto-suficiente. Completa sua operação com a engenharia da enunciação que inclui a fala de João Pedro Stedile: “as mulheres estão de Parabéns...”.

No caso da Aracruz, predominou um acontecimento distinto da necessidade de acontecimento do MST, que não conseguiu definir a questão do deserto verde no agendamento dos telejornais analisados. A decisão das lideranças de convocar a mídia para o registro da ação, como vimos, foi por uma questão de segurança. É compreensível a necessidade da presença dos jornalistas em situações como essas, mas, uma vez convocada a imprensa para se fazer agente da testemunhalidade, é preciso lembrar as regras do jogo mediático, conforme a assessora destacou que “depois que o jornalista está lá dentro, não adianta tu dizer: olha, só tira imagem daqui, de acolá”.

Isto mostra que o MST não lançou mão de estratégias para jogar o jogo mediático, que é regido pelas regras da produção de sentido. Se a prioridade é que a mídia cumpra uma função de “proteção”, lembramos que os jornalistas não vão ao local com este objetivo, já que seu interesse é produzir “estórias”. Entrar no jogo mediático exige uma compreensão de sua participação na intervenção do acontecimento. Por vezes, a visão política do MST se sobrepõe a uma percepção estratégica das especificidades das relações com a mídia, demonstrando que a visão utilitarista lhe parece ser suficiente para lidar com a disputa em torno da produção de sentido com o campo mediático.

Quando o MST decide convocar a mídia para testemunhar o evento como um recurso à proteção, parece abrir mão de pensar uma relação estratégica com a mídia, como se a “simples” presença dos jornalistas bastasse e que o resultado “se vê depois”. Ora, a decisão de levar a imprensa não pode se restringir a uma opção de “sim” ou “não”. No caso em questão, uma vez que a decisão foi “sim” de levar a imprensa para testemunhar a ação, não se pode abandonar o evento a sua própria sorte. Não se trata de controlar o comportamento ou a ação dos jornalistas, mas a sua própria ação, em como sua ação pode intervir, estrategicamente, no acontecimento. Quando o jornalista Carlos Wagner afirma que a ação de destruição do laboratório da Aracruz foi criminosa, significa que, de alguma forma, a ação forneceu “munição” para esse enquadramento, e não associou nenhum outro indício para surpreender essa leitura. Neste caso, a “força física” não associou a “força simbólica”.

Cobb, Ross e Ross (1976, p. 131) lembram que uma falha comum dos grupos que buscam participar da construção da agenda é buscar “convencer os convencidos” ao invés de atraírem a atenção dos que não têm opinião sobre o assunto ou daqueles que poderiam ter suas preocupações associadas ao assunto em questão. A ação da destruição da Aracruz, do modo como ocorreu, resultou numa ação direta contra a empresa sem envolver o público, porque forneceu indícios para a construção de um acontecimento polarizado em termos de “o criminoso e a vítima”.

A disputa da produção de sentido exige uma auto-compreensão da ação da fonte no engendramento do acontecimento. Impor ao campo mediático uma leitura acerca de si nos próprios termos requer, portanto, uma atuação estratégica jogando as regras do jogo para dizer como quer ser visto, pois, como vimos, o lugar de fala se conquista. Ser fonte disruptiva não implica, necessariamente, sempre, uma imagem “criminosa”, isto dependerá dos objetivos e da percepção de sua intervenção na construção do acontecimento.

Sabemos que o MST acumulou muita aprendizagem neste jogo mediático, como demonstram diversas pesquisas e inclusive o trabalho de Christa Berger (1998) que aponta para a tática da “encenação” na intervenção no acontecimento, e da característica particular desta fonte que é ser um movimento de massa. No entanto, cada acontecimento é como se fosse uma partida única de futebol, e o jogo deve ser jogado de acordo com os diversos fatores intervenientes de cada momento. Agir estrategicamente não implica, necessariamente, sucumbir à lógica do funcionamento mediático, mas utilizando as regras deste campo buscar reverter os enquadramentos prévios, surpreendendo o campo mediático com as estratégias e até modificando algum aspecto do que denominamos de cultura noticiosa acerca do MST. Sabemos que não é um processo simples, isto exige muita criatividade e conhecimento das regras do jogo mediático.

Uma das formas de atuação do MST em relação à mídia é, como vimos, a tentativa de reapropriação dos efeitos de sentido para fins de mobilização, a exemplo da expressão “Abril Vermelho”, reenquadrando as notícias e capitalizando os efeitos da sua publicização. O MST investe estrategicamente na mídia para agendar determinados temas ao mesmo tempo em que procede a uma atividade de militância interna e externa. Procura criar um ambiente favorável de apoio à reforma agrária para a construção das agendas pública e política, articulando temas com a sua principal reivindicação, através da atuação na mídia. É interessante perceber que, na “linha de produção” noticiosa, o repórter parece ser o profissional do campo que apresenta mais susceptibilidade de adquirir a perspectiva da fonte, o que para o MST se demonstra ser um dos canais de atuação estratégica. Vimos que alguns repórteres chegam a telefonar para pedir desculpas por alguma matéria que não tenha concordado.

Especificamente em relação ao rompimento do MST com o Grupo RBS, observamos que mesmo que a decisão seja de não dar credibilidade ao grupo, isto não parece fazer efeito, pois o campo mediático inventa sua forma própria de engendrar os acontecimentos. Além disso, como é da mídia a palavra final da notícia, a informação de que “o MST não quis falar sobre o assunto” tende mais a produzir o efeito que Ivanete Tonin apontou no cap. 3 de que fica a impressão de que o Movimento não se interessa em “dar uma satisfação” à sociedade em relação a seus atos. Abrir mão de jogar o jogo mediático acaba por dar mais autonomia ao engendramento do acontecimento por parte do campo mediático, ao mesmo tempo em que demonstra a crença de que o enunciador teria o controle da produção de sentido.

A prática jornalística aponta para a denúncia como o paradigma atual, conforme os depoimentos dos dois jornalistas Carlos Wagner e João Valadares. Fazer denúncia remete

para uma auto-compreensão do campo jornalístico de uma “missão a cumprir” e que se faz por uma política de produção de sentido privada a cada suporte de comunicação e por condições prévias que permitem que o jornalista leia a realidade e construa o que seja “a matéria” na sua mente.

O MST se tornou fonte representativa em torno da reforma agrária pela força social que imprime, conquistou um lugar de fala no discurso mediático devido a suas ações anti-rotina que se caracterizam pela persistência, permanência e demonstração de representatividade para reivindicar a reforma agrária. Por fonte representativa, entendemos a sua credibilidade no discurso mediático para falar sobre a reforma agrária sem, necessariamente, promover o evento disruptivo, por ser procurado para construir a polêmica. No entanto, é importante frisar que este lugar não é “direito adquirido”, tendo que atuar junto ao campo mediático para cultivá-lo, uma vez que sua entrada no agendamento mediático se dá por um caminho tortuoso, e não pela posição na hierarquia social.

Ser fonte disruptiva alimenta, portanto, sua credibilidade ou legitimidade para se manter como fonte representativa em torno da reforma agrária. Na condição de fonte representativa, o MST é procurado para ser ouvido quando há a necessidade de acontecimento da mídia. Mesmo assim, é preciso que cultive este lugar com a promoção de eventos disruptivos quando apresenta necessidade de acontecimento. A estratégia de tais eventos é fundamental para a probabilidade de sucesso em atingir as necessidades de acontecimentos.

Quando dizemos que o MST conquistou um lugar de fonte representativa, implica considerá-lo enquanto tal apenas sobre a questão “reforma agrária”, não se constituindo, portanto, fonte representativa para falar sobre outras questões, apesar da abrangência de seu discurso. Vimos que o MST entrou para o imaginário dos jornalistas a ponto de estes confundirem as agendas das outras organizações, inclusive daquelas que são as fontes “oficiais”, no caso, a Contag. No caso Aracruz, o fato de ser o MST a ser visibilizado enquanto responsável pelo acontecimento Aracruz, confirma o que João Pedro comentou e que destacamos no cap.3: “a nossa sombra é maior do que nosso tamanho”. O MST já foi incluído pelo dispositivo mediático, é uma definição pronta para o trabalho de construção do acontecimento.

O fato de o MST ter entrado para o calendário jornalístico é também um indicativo de que o campo mediático tende a vislumbrá-lo como fonte representativa sobre a reforma agrária e sob uma concepção prévia. Como afirma Miguel Stedile, no primeiro trimestre do ano, os jornalistas começam a querer saber da assessoria do Movimento a agenda das

atividades e ocupações. Se por um lado, isso sinaliza o MST como fonte disruptiva, como dissemos anteriormente, por outro, este lugar de fala é a condição e o “cultivo” para o lugar de fonte representativa. O mês de abril se tornou para o MST e para o campo mediático o equivalente à data-base das categorias profissionais representadas pelos sindicatos. O planejamento da agenda jornalística como estratégia de dar conta da imprevisibilidade dos acontecimentos, já inclui a agenda do MST. A necessidade do campo mediático em dar conta dos acontecimentos imprevisíveis resulta em notícias de previsão, a exemplo do Abril Vermelho. Temos aqui uma relação de mútua afetação entre as agendas. Neste momento, a necessidade de informação do campo jornalístico pode ou não coincidir com a do MST. Prevendo o que o MST pode oferecer, ou tentando não ser pego de surpresa, o campo jornalístico procura se preparar para o imprevisto.

O lugar de fonte disruptiva definiu a referência do MST em torno da reforma agrária e expandir esse lugar para se impor como representativo de outras questões dependerá de sua intervenção no engendramento de acontecimentos. Isto exige muita criatividade uma vez que já existe uma cultura noticiosa sobre o mesmo. Trata-se de uma relação conflituosa, pois tanto o MST quanto o campo mediático perseguem objetivos específicos que ora podem convergir e, no mais das vezes, divergir. O seu lugar de fala no discurso mediático demonstra que é um agente que interfere na construção da agenda mediática e que tem sua agenda afetada.

É importante ressaltar que o caráter de espaço público do campo mediático se caracteriza pela pluralidade dos diversos discursos sociais, possibilitando o debate público em torno da definição de questões públicas. No entanto, este debate não se faz alheio à intervenção do campo mediático que age apontando, elogiando, exortando, criticando, condenando, suspeitando, enfim, através de atos de fala que dão o contorno e a condução ao debate público. Entrar neste jogo requer conhecer o funcionamento e a lógica mediática e lançar mão de estratégias que possibilitem virar o jogo em torno de certos contornos que se fazem sob regras privadas. É importante dizer que cada acontecimento produz maior ou menor tensão, isto depende do jogo de interesses e das necessidades de acontecimentos da fonte e do campo jornalístico.

Em tempos de mediatização da sociedade em via de se tornar processo de referência, os acontecimentos que já dependiam de versões, ou seja, da enunciação mediática, tendem a serem construídos via intensificação de autonomia proporcionada pelo dispositivo. Os acontecimentos dependem tanto da enunciação para existirem que não interessa se os fatos ocorrem “de fato” ou se se fazem apenas por atos de fala. O que importa é que todos os

acontecimentos são fatos e se tornam notícia se se encaixam nas estruturas editoriais e operacionais. Não importam tanto os fatos, apenas que “rendam” boas histórias, narrativas de que se alimenta o sistema mediático. As ocorrências “concretas” são índices do real que são incluídos pelo sistema mediático sob regras privadas. Tudo o que perturba o sistema é suficiente para ser transformado em acontecimento. A linguagem mediática transforma tudo em acontecimento, inclusive os atos de fala de si própria como uma realidade própria.

Nosso estudo se fundamenta numa perspectiva que integra a visada estrutural, a conjuntural e a relacional. Nesta ótica, observamos o MST enquanto uma fonte que participa da construção do acontecimento e que mantém uma interação mais ou menos tensa com o campo jornalístico. Em cada notícia se dá um tipo de relação ou tensão, e o MST de um acontecimento pode não ser o mesmo de outro acontecimento, tudo depende da processualidade de cada circunstância.

Nosso olhar convida a um modo de investigar a fonte através das **relações** que desenvolve com o campo jornalístico e vice-versa. Deste ponto de vista, o fazer jornalístico não se faz somente por uma deontologia própria, mas, também pelas regras do campo mediático, daí a importância de se investigar as relações entre fonte e campo jornalístico à luz da afetação entre os campos sociais.

Este estudo não se esgota com esta pesquisa, pelo contrário, acreditamos que revela uma problemática complexa acerca da intervenção da fonte “não-oficial” no engendramento do acontecimento com vista à construção do debate público, e que exige a realização de outras pesquisas. Neste aspecto, a perspectiva relacional fornecida pela teoria de campos contribui para ampliar os estudos sobre o jornalismo, as fontes “não-oficiais” e o campo mediático.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 210 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. Mídia e guerra: enquadramentos do Iraque. In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social – Compós**, 2004. GT Comunicação e Política.

ALDÉ, Alessandra; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso de “Estado de Natureza”. In: **Encontro anual da associação nacional de programas de pós-graduação em comunicação social - Compós**, 9º, 2000, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Alfa Stúdios Grav. e Prod. Ltda., 2000. 1 CD-ROM. GT 10 Comunicação e Política.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989 [2005].

AMORIM, Jaime. Entrevista realizada em 02 ago. 2005 para a pesquisa de doutoramento, como parte da fase de coleta de dados.

ARBEX JR., José. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ATOS PEDEM TRANSPARÊNCIA nas renovações de concessões de rádio e tv. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4312> Acesso em 05 out. 2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARBOSA, Holda Coutinho. O movimento dos sem terra (MST) como espaço informacional análise das práticas informacionais desenvolvidas por coordenadores e líderes. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.9, n.2, p.291-297. Anual. jul./dez., 1999.

BARROS FILHO, Clóvis. & MARTINO, L. M. O habitus profissional. In: _____. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003. p. 107-147.

BENETTI, Márcia. Análise de discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 107-222.

BERGER, Christa. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

_____. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 59-73.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 211 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

_____. A opinião pública não existe. In: **Questões de Sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1983. p. 173-182.

BRAGA, José Luiz. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia Lopes Davi; ARAUJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Orgs.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**: livro da XV Compós. Porto Alegre: Sulina, 2007. p. 141-167.

_____. “Lugar de fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In: PPGCOM – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. **Mídias e processos socioculturais**. São Leopoldo: 2000. p. 159-184.

_____. **Meios de comunicação e linguagens**: a questão educacional e a interatividade. 1999 (mimeo). [Publicado na revista Textos de Comunicação e Cultura, da Faculdade de Comunicação da UFBA, n. 34. Salvador, dez. 1995. p. 32-54. Republicado em dezembro de 1999, na revista Linhas Críticas, n. 9, da FE/UnB.]

_____. A imprensa e a reforma agrária. In: **Correio Braziliense**. s/d.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CHAMPAGNE, Patrick. La doble dependencia: algunas sobre las relaciones entre los campos político, económico y periodístico. In: GAUTHIER, G., GOSSELIN, A. e MOUCHON, J. (Orgs.). **Comunicación y política**. Barcelona: Gedisa, 1998. p. 237-254.

_____. A visão mediática. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 63-79.

_____. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHARRON, Jean. Los medios y las fuentes: los límites del modelo de agenda-setting. In: GAUTHIER, Gilles; GOSSELIN, André; MOUCHON, Jean (Orgs.). **Comunicación y política**. Barcelona: Gedisa, 1998. p. 72-94.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

COBB, Roger W. & ELDER, Charles D. Communication and public policy. In: NIMMO, D. D. & SANDERS, K. R. (Orgs.). **Handbook at political communication**. Beverly Hills, L.A.: Sage Publications, 1981. p. 391-416.

_____. The politics of agenda-building: an alternative perspective for modern democratic theory. **The Journal of Politics**. 1971. v. 33. p. 892-915.

COBB, Roger W.; ROSS, Jennie-Keith; ROSS, Marc Howard. Agenda building as a comparative political process. **The American political science review**. 1976. v. 70. p.126-138.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. Dissertação de mestrado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo - USP, 2001.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 212 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

_____. A ação política do MST. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p.105-118, out./dez. 2001.

CONCEIÇÃO, Alexandre. Entrevista realizada em 26 jul. 2005 para a pesquisa de doutoramento, como parte da fase de coleta de dados.

CORREIA, João Carlos. Mediação, cultura e sociabilidade. In: _____. **Comunicação e cidadania**. Lisboa: Livros Horizontes, 2004. p. 13-39.

_____. **O poder do jornalismo e mediatização do espaço público**. Disponível em <<http://www.bocc.pt>> Acesso em 17 jul. 2000.

CORTES, Verônica P. Aravena. A imprensa e a problemática construção de um mundo comum no Brasil. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXV**, 2002, Salvador. Anais... São Paulo: Alexandre Barizon (prod.), 2002. 1 CD-ROM. NP 02 – Jornalismo.

CORTEZ, Glauco Rodrigues. A mídia como espaço público não-estatal. In: **Comunicação e Espaço Público**. n. 1 e 2, v. 9, 2006. p. 87-96.

COSTA, Caio Túlio. **Modernidade líquida, comunicação concentrada**. São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.dnabrasil.org.br/site/publique/media/Midia%20Paper%201.pdf>

COSTA, Sérgio. Do simulacro e do discurso: esfera pública, meios de comunicação de massa e sociedade civil. In: **Comunicação & Política**. Rio de Janeiro: CEBELA, v. 4, n. 2, mai-ago 1997. p. 117-136.

CRATO, Nuno. **Comunicação social**: a imprensa. Lisboa: Ed. Presença, 1982.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: _____. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 70-97.

DEJAVITE, Fábila Angélica. **O relacionamento do jornalista com a fonte**: um jogo de sedução? Dissertação de mestrado. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1996.

DOMINGUES, Rachel Bertol. **A aventura inédita dos sem-terra**: o choque na mídia – formas de atualização do passado e a novidade social dos anos 90. Orient.: Geraldo Nunes. 2002. 100p. PPG Comunicação. Dissertação ECO-UFRJ.

ESTEVEES, João Pissarra. Espaço público. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 127-180.

_____. A formação dos campos sociais e a estrutura da sociedade moderna. In: **A ética da comunicação e os media modernos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. p. 111-142.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 213 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

FAUSTO NETO, Antonio. **Mudanças da Medusa?** A enunciação midiaticizada e sua incompletude. Anais Rede Pro-Sul, 2007.

_____. O deslocamento do boné. In: **Eco-Pós**. v.6, n.1. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2003. p. 13-23.

_____. Fragmentos de uma enunciação desmesurada. In: FAUSTO NETO, Antonio; RUBIM, Antonio Albino Canelas; VERÓN, Eliseo. **Lula presidente**: televisão e política na campanha eleitoral. São Paulo: Hacker; São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003. p. 119-146.

_____. A pesquisa vista de dentro de casa. In: **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Compos/Sulina, 2002a. p. 21-35.

_____. Telejornais e a produção da política: estratégias discursivas e as eleições presidenciais de 1994. In: PORTO, Sérgio Dayrell. (org). **O jornal**: da forma ao sentido. 2ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002b. p. 499-523.

_____. **Comunicação e mídia impressa**: estudo sobre a aids. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

_____. A deflagração do sentido: estratégias de produção e de captura da recepção. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org). **Sujeito**: o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 189-222.

_____. A sentença dos media: o discurso antecipatório do impeachment de Collor. In: **Comunicação & Política**. São Paulo: CEBELA (Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos), 1993. v. 13, n. 22-25. p. 168-193.

_____. Jornalismo: classificação e produção do real. In: _____. **Mortes em derrapagem**: os casos corona e cazuza no discurso da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 25-40.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST, movimento dos trabalhadores rurais sem terra**: formação e territorialização. São Paulo: HUCITEC, 1996.

FRANCO, Leila Maria. **O MST na Folha de São Paulo e no Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**: análise das práticas discursivas. São Paulo, 2003. 129p. Dissertação. PUC-SP. 112p.

FURTADO, Celso. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

GADINI, Sérgio & WOITOWICZ, Karina. A construção da luta pela terra na mídia brasileira: Canudos, Contestado e MST no filtro da informação. **Revista Virtual do Núcleo de Estudos em Comunicação**. Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus – IELUSC. Disponível em <http://redebonda.cbj.g12.br/ielusc/necom/rastros/index.html> s/d. Acesso em 02 maio 2005.

GALTUNG, Johan & RUGE, Mari. Structuring and selecting news. In: COHEN, Stanley & YOUNG, Jock (orgs). **The manufacture of news**. London: Constable, 1988. p. 52-63.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 214 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. **Noticias recientes sobre la hibridacion**. s/d. Disponível em <<http://www.cholonautas>> Acesso em 02 ago. 2004. 15 p.

_____. Culturas híbridas e poderes oblíquos. In: _____. **Culturas híbridas**. 2ed. São Paulo: EDUSP, 1998. p.283-350.

GARCIA, Cladir Costa Gabriel. **Sem-terra, com discurso**: a criação de sentidos de um movimento popular no texto jornalístico. Dissertação, 1998. PUC-SP. Jornalismo – linguagem. 125p.

GARCÍA, Dorde Cuvardic. Relações entre meios de comunicação e movimentos sociais. **Líbero**, São Paulo, v.6, n.12, 2003. p. 20-29.

GIANUCA, Renato. Ocupação provoca atrito na mídia gaúcha. **Fazendo media**. 19 mar. 2006. Disponível em <http://www.fazendomedia.com/novas/politica190306.htm> Acesso em 6 de Dezembro de 2007.

GIDDENS, Anthony. Confiança e modernidade. In: _____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EDUSC, 1991. p. 83-113.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**. Berkeley: Unviversity of California Press, 1980

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2003. 3ª ed.

_____. **Mídia, terceiro setor e MST**: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMIS, Lorenzo. La teoría: principios y proposiciones. In: _____. **Teoría del periodismo**: como se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991. p.189-204.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes et al. O MST e a mídia: conflito no campo e na linguagem. In: **Encontro anual da associação nacional de programas de pós-graduação em comunicação social - compós, XIII**, 2004, São Paulo. Anais... São Paulo: UMESP, 2004. 1 CD-ROM. GT7 Estudos de Jornalismo.

GUIMARÃES, Antonio Carlos Machado. **Falas que destoam na mídia**: a prática do MST e o embate cultural na “Folha de São Paulo”. Tese, 2001. PUC-SP. 207p.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248.

HARVEY, David. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. In: MORAES, Denis (org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 139-171.

INDURSKY, Freda. O MST e o discurso da subsistência na imprensa brasileira. In: **Verso e Reverso** – revista de comunicação. Ano XVII - 2003/2 – n. 37. Disponível em <<http://www.versoereverso.unisinos.br/index.php?e=1&s=9&a=6>> Acesso em 22 fev. 2006.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 215 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

JOHNSON-CARTEE, Karen S. **News narratives and news framing**: constructing political reality. Laham (EUA): Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

KELLNER, Douglas. Televisão, propaganda e construção da identidade pos-moderna. In: **A cultura da mídia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p.295-334.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Anpocs, São Paulo. v. 1, n. 2. out. 1986. p. 41-47.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LERRER, Débora Franco. **O som do silêncio nas versões da praça**. São Paulo: 1998. Dissertação. Jornalismo. ECA/USP.

LÓPEZ, Manuel. **Como se fabrican las noticias**: fuentes, selección y planificación. Barcelona: Piados, 1995.

MANNING, Paul. **News and news sources**: a critical introduction. London: Sage, 2001.

MARTIN-BARBERO, Jesus. Os métodos: dos meios as mediações. In: _____. **Dos meios as mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p. 258-335.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 11-76.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985. 2 ed.

MASCHIO, José. Navegando contra vento e maré: José Maschio fala sobre o triângulo Imprensa X Governo X MST. Entrevista. Boletim **Triálogos**, publicação do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Londrina, s/d. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/trialogos/mst/MST10.htm>> Acesso em 29 set. 2005.

MATA, Maria Cristina. De la cultura masiva a la cultura mediática. In: **Diálogos de la comunicación**. Lima, FELAFACS, s/d, p. 80-91.

MCCOMBS, Maxwell. Hay que reinventar el concepto de noticia. Entrevista a Maxwell McCombs por Paulina Leyva Muñoz. **Sala de prensa** - web para profesionales de la comunicacion iberoamericanos/artículos. 34 – ago. 2001, año 3, v. 2. Disponível em <<http://www.saladeprensa.org/art247.htm>> Acesso em 19 jan. 2005.

MELO, Paula Reis. O boné do MST na cabeça presidencial: uma leitura semiótica. **Fronteiras**: estudos midiáticos. São Leopoldo, RS, v.6, n.2, p. 87-100, jul./dez. 2004.

_____. **Discurso e Recepção**: o sujeito político na recepção das mensagens do MST. Dissertação de Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural. Recife, Departamento de Letras e Ciências Humanas (DLCH), Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, 2000.

MENDONÇA, Kleber Santos de. Estilhaços de memórias: a ocupação sem-terra como não-lugar de memória. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXVII**, 2004,

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 216 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

Porto Alegre. Anais... São Paulo: Adaltech Informática, 2004. 1 CD-ROM. NP 02 – Jornalismo.

MOLOTCH, Harvey & LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999. p. 34-51.

MORAES, Ivori de. Entrevista realizada em 10 nov. 2005 para a pesquisa de doutoramento, como parte da fase de coleta de dados. 2005a.

_____. Palestra realizada no evento “Terra, Mídia e Movimentos Sociais” promovido pelo Grupo de Apoio à Reforma Agrária – GARRA – em 19 out. 2005, no auditório da Faculdade de Comunicação da PUC-RS. 2005b.

MOUILLAD, Maurice. Preliminares. In: PORTO, Sérgio Dayrell. (org). **O jornal: da forma ao sentido**. 2ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 26-27.

_____. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, Sérgio Dayrell. (org). **O jornal: da forma ao sentido**. 2ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 49-83.

MST. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**. 2007. Disponível em www.mst.org.br. Acesso em 22 set. 2007.

_____. As perversidades do agronegócio para a sociedade brasileira. **Letra viva**. v. 4, n. 109. Edição especial. 17 fev. 2006a.

_____. 2006: muita luta e mobilização!. **Letra viva**. Ano V – n. 106 - sexta-feira, 06 jan. 2006b.

_____. Escola nacional Florestan Fernandes. **MST Informa**. Edição Especial, v. 4, n. 82, 23 jan. 2005.

_____. **Quem somos**. s/d. Disponível em www.mst.org.br Acesso em 23 jan. 2005.

OLIVEIRA FILHA, Elza Aparecida. Elementos visuais do jornal sem terra: reforço aos símbolos e à unidade. **XXV Congresso Anual em Ciências da Comunicação**. Intercom, 2002. Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania.

OLIVEIRA, Celso José de. **Terra e jornalismo: o MST nas páginas da imprensa**. Dissertação, 2002. Jornalismo. Ciências da comunicação ECA/USP. 89p.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais, cidadania e espaço público: ano 90. In: **Humanidades**. v. 8. 1992. p. 498-504.

PEIXOTO, Ovídio Mota. **O direito do súdito: MST, mídia e reforma agrária**. Dissertação, 2000. 125p. ECO-UFRJ.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 217 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

PETRAS, James. Os camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 271-277.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **III Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação**, Universidade do Minho, Braga, de 27 a 30 de Outubro de 1999. Disponível em: <<http://www.comunicacao.uminho.pt/doc/mpinto/fontes.htm>> Acesso em 02 abr. 2006.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 73-104.

RESENDE, Fernando. O jornal e o jornalista: atores sociais no espaço público contemporâneo. In: SOUSA, Mauro Wilton de (org.). **Recepção mediática e espaço público**: novos olhares. São Paulo: Paulinas, 2006. p. 179-198.

RODRIGUES, Adriano. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: PORTO, Sérgio Dayrell. (org.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 217-233.

_____. A emergência dos campos sociais. In: REVAN, R. S. (org.). **Reflexões sobre o mundo contemporâneo**. Teresina: UFPI, 2000. p. 189-198.

_____. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999. p. 27-33

_____. **Estratégias da comunicação**. Lisboa, Ed. Presença: 1997.

RUBIM, Antonio Albino C. Espetacularização e midiaticização da política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004. p. 181-221.

_____. (2000). **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

SALGADO, Sebastião. **Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHLESINGER, Philip. Rethinking the Sociology of Journalism: source strategies and the limits of media-centrism. In: FERGUSON, Marjorie (Org.). **Public communication**: the new imperatives. London: Sage Publications, 1990.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. **A representação discursiva da questão agrária na grande imprensa**. Dissertação de mestrado. Recife, Centro de Artes e Comunicação – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2003.

SODRÉ, Muniz. O ethos midiático. In: _____. **Antropológica do espelho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 11-85.

SOUZA, Eduardo Ferreira de. **O discurso de “Veja” e o MST**: do silêncio à satanização. Dissertação, 2001. PUC-SP. 103p.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 218 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

STEDILE, João Pedro. Sociedade em crise. **Carta Capital**. v. 12, n. 360. 21 set. 2005a. p. 28-33.

_____. João Pedro Stedile: Movimentos sociais não conseguem falar com o povo. Entrevista ao Boletim **NPC 80**, dez. 2005b. Núcleo Piratininga de Comunicação. Disponível em <<http://www.piratininga.org.br/artigos/80-stedile.html>> Acesso em 22 fev. 2006.

_____. Epílogo: conversando com um mestre, Celso Furtado. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 311-313.

STEDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, João Pedro & FREI SERGIO. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

STEDILE, Miguel. Entrevista realizada em 05 jun. 2006 para a pesquisa de doutoramento, como parte da fase de coleta de dados.

TEIXEIRA, Cristina. O movimento de sentidos na mídia televisiva. Revista **Lumina**, Juiz de Fora, v.2, n.3, p.17-28, jul./dez., 1999. Semestral.

TONIN, Ivanete. Palestra realizada no evento “Terra, Mídia e Movimentos Sociais” promovido pelo Grupo de Apoio à Reforma Agrária – GARRA – em 17 out. 2005, no auditório da Faculdade de Comunicação da UFRGS.

TOURAINÉ, Alain. A identidade social e os movimentos sociais. In: TOURAINÉ, Alain. **Pela sociologia**. Lisboa: Dom Quixote, 1982. p. 157-183.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística**: uma comunidade transnacional. Lisboa: Notícias Editorial, 2004.

_____. **O poder do jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

_____. As notícias. In: _____.(org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999. p.167-176.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999. p.74-90.

_____. **La producción de la noticia**: estudio sobre la construcción de la realidad. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1983.

VALADARES, João. Entrevista realizada em 29 jun. 2006 para a pesquisa de doutoramento, como parte da fase de coleta de dados.

VAZ, Paulo. Mediação e tecnologia. In: **Revista Famecos**. n. 16. Porto Alegre, 2001. p. 45-58.

MELO, Paula Reis. **Tensões entre Fonte e Campo Jornalístico**: um estudo sobre o agendamento mediático 219 do MST. 214 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo (RS), 2008.

VELA, Hugo Gonzalez. A comunicação da reforma agrária: desinformação e rumores. **Revista Brasileira de Comunicação**. Intercom, 1987, v. 10, n. 57, jul/dez. p. 59-74.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. In: **Diálogos de la comunicación**. Lima, FELAFACS, 1997. p. 9-17.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2004.

_____. **Construir el acontecimiento**. Barcelona: Gedisa, 1995.

VIEIRA, Fernando A. da C. **MST e mídia**: uso do detournment e a construção de novo consenso. SBS, Congresso Brasileiro de Sociologia, XII, GT 19 – Sociedade de Informação.

VOESE, Ingo. **O movimento dos sem-terra na imprensa**: um exercício de análise do discurso. 2ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. 210p. (Coleção Ciências Sociais).

WAGNER, Carlos. Entrevista realizada em 26 mai. 2006 para a pesquisa de doutoramento, como parte da fase de coleta de dados.

WINKIN, Yves. E-mail não e telegrafo. In: **A nova comunicação**. São Paulo: Papirus, 1998. p. 189-210.